



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**ENTRE BRITOS E GAUDÊNCIOS:  
CULTURA POLÍTICA E PODER FAMILIAR NOS CARIRIS  
VELHOS DA PARAÍBA (1930-1960)**

MÁRCIO MACÊDO MOREIRA

Orientador: Profº Drº Paulo Giovani Antonino Nunes  
Linha de Pesquisa: História Regional

João Pessoa – Paraíba  
Agosto - 2012

# **ENTRE BRITOS E GAUDÊNCIOS: CULTURA POLÍTICA E PODER FAMILIAR NOS CARIRIS VELHOS DA PARAÍBA (1930-1960)**

**Márcio Macêdo Moreira**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciência Humanas e Letras da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração em História e Cultura Histórica.

Orientador: Profº Drº Paulo Giovani Antonino Nunes  
Linha de Pesquisa: História Regional

João Pessoa – Paraíba  
2012

M838e Moreira, Márcio Macêdo.

*Entre Britos e Gaudêncios: cultura política e  
poder familiar nos cariris velhos da Paraíba (1930-  
1960) / Márcio Macêdo Moreira.-- João Pessoa,  
2012.*

221f. : il.

Orientador: Paulo Giovani Antonino Nunes  
Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA

1. História Regional. 2. História da Família. 3.  
Política Oligárquica. 4. Cariris velhos - história -  
Paraíba.

# ENTRE BRITOS E GAUDÊNCIOS: CULTURA POLÍTICA E PODER FAMILIAR NOS CARIRIS VELHOS DA PARAÍBA (1930-1960)

Márcio Macêdo Moreira avaliado em 24/08/2012 com conceito Aprovado

## BANCA EXAMINADORA

---

Profº Drº Paulo Giovani Antonino Nunes (PPGH-UFPB)  
Orientador

---

Profº. Drº. Antonio Clarindo Barbosa de Souza (PPGH-UFCG)  
Examinador externo

---

Profª Drª. Monique Guimarães Cittadino (PPGH-UFPB)  
Examinador Interno.

---

Profº Drº. Gervácio Batista Aranha (PPGH-UFCG)  
Suplente Externo

---

Profº Drº Damião de Lima (PPGH-UFPB)  
Suplente Interno

Dedico este trabalho a todos os eleitores da Paraíba.

## Agradecimentos

Sem a participação dos sujeitos históricos do Cariri paraibano, este trabalho seria impossível. Devido a isto, agradeço primordialmente ao meu orientador Paulo Giovani de Serra Branca, que esteve nesta caminhada desde a nossa integração no Grupo de Pesquisa de História Local há seis anos. Agradeço também a Dona Estelita pela hospitalidade em Serra Branca. Dona Gerusa, Senhor José Gomes, Senhor Luiz Gonzaga, Drº José Tavares, Senhor Otávio Brito, Ana Célia Medeiros e Paulo Torreão pelas entrevistas concedidas. Aldo Gaudêncio, Sylvia Brito e Leandra Farias pelo intermédio com as famílias Brito e Gaudêncio.

À professora Monique Cittadino pela oportunidade de estagiar na disciplina de História do Brasil III e pela leitura da qualificação e do trabalho dissertativo.

A Antônio Clarindo pela participação na banca de qualificação e da dissertação.

Ao Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e ao Arquivo Público da Assembleia Legislativa pelos serviços prestados.

À minha vó Dona Lourdes Cavalcante, grande matriarca da família Cavalcante de Macêdo de Araruna. À minha mãe Eliane Saraiva pelo apoio e pela compreensão da minha ausência no ambiente familiar. A Mario Fernando, pelo estímulo aos estudos.

À minha “família extensa”, pela inspiração ao estudo da vida política na Paraíba, a partir de suas paixões pela família do poder em Araruna.

À Monica Jaciene pela companhia e primordialmente pela paciência de aguentar a minha falta de atenção em horas tão angustiantes, pois seu carinho e sua atenção foram importantíssimos para a realização deste trabalho.

À Mariana Macêdo, minha linda filha, pelo conhecimento e experiência que me foi dado durante todo este período.

À professora Elizama Silva e a todos os meus colegas de trabalho da Escola Estadual Presidente Costa e Silva, com destaque para Valdenisio Alves Cabral, também agradeço a Escola Municipal João Alves Torre e a Escola Estadual Targino Pereira.

Ao ex-coordenador Raimundo Barroso e a atual coordenadora Telma Fernandes.

À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pela ajuda financeira da pesquisa.

Aos meus colegas de turma João Batista, pela amizade e companhia durante o período mais complicado do mestrado; Fabiolla Stella, por compartilhar informações e

pela caminhada no grupo de História Local; Thiago Oliveira, pelas alegrias e ajudas técnicas concedidas durante estes dois anos; Itacyara, pelas boas conversas e discussões teóricas, Yamê, pela atenção, pela amizade e pelos quebra-cabeças de nossos temas e Vanderlan, pelas horas de conversas na Livraria Paulinas. Aos queridos e saudosos professores Damião de Lima, Regina Célia, Vilma de Lourdes, Ernesto Pimentel e Jaldes Menezes, meus agradecimento por todo trabalho realizado durante minha vida acadêmica.

À Grande Mãe Natureza que me ajudou de diversas formas, até mesmo se personificando como a Musa Clio, pois foi da energia vinda dela que transformei horas difíceis em criatividade para descrever as relações políticas entre as famílias do poder e a sociedade dos Cariris Velhos.

*Aberlado [Jurema], ministro de João Gourlat, foi a São José dos Cordeiros na Paraíba, com Draut Ernâni, suplente de Assis Chateaubriand na campanha para o senado. Hospedaram-se em casa do coronel Nestor de Andrade Lima, chefe da família Brito, inimiga de morte da família Gaudêncio. Jurema estranhou a lamparina:*

*- Coronel Nestor, houve um curto-circuito? A cidade toda com luz e o senhor de Aladim em sua casa?*

*- Não é isso não, dr. Jurema. É que o prefeito é dos Gaudêncios e eu sou um homem de vergonha. Não vou me rebaixar a usar luz da prefeitura deles.*

(NERY, 2002, p. 418)

## Resumo

Esse estudo pretende abordar a constituição do poder simbólico e da atuação política das famílias Brito e Gaudêncio nos Cariris Velhos, entre 1930 e 1960. Consideramos que os eventos ocorridos a partir do Movimento de 1930 provocaram rupturas no plano administrativo do Estado brasileiro, mas também manifestaram permanências da política oligárquica. O caso das famílias Britos e Gaudêncios é um exemplo da readaptação das oligarquias pós-1930. As divergências entre as duas famílias contribuíram para a formação da identidade de São João do Cariri e de Serra Branca. Assim, a partir da análise da cultura política oligárquica no seio familiar, percebemos a construção da cultura histórica das duas cidades. Compreendemos a cultura histórica construída por campos sociais locais, que apreende a área de concentração de História Regional. Desta forma, como fundamentação teórica, utilizamos os conceitos de “cultura política” e “poder simbólico” como mecanismo para se entender as formas de poder utilizadas pelas duas famílias. As fontes utilizadas foram construídas em pesquisa em jornais, relatos orais, documentos oficiais e obras da historiografia paraibana.

**Palavras-chave:** História da Família; Política Oligárquica; História dos Cariris Velhos da Paraíba.

## Abstract

This study intends to approach the constitution of symbolic Power and of current politic of families Brito and Gaudêncio in Cariris Velhos between 1930 and 1960. Considering that the events happened that to beginning of movement of 1930 caused breaking in the administration plan of Brazilian estates, but also expressed of oligarchy politic permanent. The case of Brito and Gaudencio's families is an example of adaptation of oligarchy after 1930. The divergence between two families favored to formation of identity of São João do Cariri and the Serra Branca. So, beginning to analyze of politic culture oligarchy in home family, understanding the building of history culture of two town. Understanding he history culture was building by area societies local, that apprehend area of concentration of regional history. This way like theory fundament using the idea of "politic culture" and "symbolic power" like mechanician to understand as way of power used by two families. The fountain used approach to research in newspaper, reports spoken, officer documents and works of history paraibana.

Key- words: History of family; Oligarchy politic; History of Cariris Velhos of Paraiba.

## LISTA DE SIGLAS OU ABREVIATURAS

ANL – Aliança Nacional Libertadora  
AR – Aliança Republicana  
CDP – Coligação Democrática Paraibana  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IFOCS – Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas  
PCB – Partido Comunista Brasileiro  
PIVIC – Programa Institucional de Voluntários de Iniciação Científica  
PDC –Partido Democrata Cristão  
PL – Partido Libertador  
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
PP – Partido Progressista  
PRCP – Partido Republicano Conservador da Paraíba  
PRL – Partido Republicano Libertador  
PRP – Partido Republicano Paulista  
PSB – Partido Socialista Brasileiro  
PSD – Partido Social Democrático  
PSP -Partido Social Progressista  
PT – Partido dos Trabalhadores  
PTB –Partido Trabalhista Brasileiro  
SANBRA – Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro  
TRE-PB – Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba  
UDN – União Democrática Nacional

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Fazenda Uruçu-----	50
FIGURA 2 – Reunião do Partido Republicano Conservador da Paraíba em 1915-----	53
FIGURA 3 – Mercado Público de São João do Cariri inaugurado em 1931-----	71
FIGURA 4 – Os Cariry's assolados pela secca-----	72
FIGURA 5 – Construção do Açude Namorados-----	81
FIGURA 6 – Escola Estadual 24 de Janeiro-----	82
FIGURA 7 – A benção da pedra fundamental do Monumento a João Pessoa-----	83
FIGURA 8 – A loja comercial “Casa Gayão”-----	95
FIGURA 9 – Residência e Armazém de Antero Torreão-----	102
FIGURA 10 – Residência das famílias Brito e Gaudêncio em São João do Cariri-----	120
FIGURA 11 – Genival Torreão e Manoel Gaudêncio Neto em desfile cívico em Serra Branca-----	167
FIGURA 12 – Genival Torreão na inauguração do motor elétrico-----	174
FIGURA 13 – Visita de Pedro Gondim à Fazenda Areias em 1959-----	181
FIGURA 14 – Busto de Nivaldo Brito – São João do Cariri-PB-----	184

## LISTA DE MAPAS

MAPA 1 – Cariri Ocidental da Paraíba-----	3
MAPA 2 – Centralidade de Serra Branca perante a Comarca de São João do Cariri-----	131

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Bancada de Parentes na Câmara dos Deputados (2011)-----	9
TABELA 2 – Número de habitantes dos distritos da Comarca de São João do Cariri de em 1950-----	125

## SUMÁRIO

<b>DEDICATÓRIA</b>	i
<b>AGRADECIMENTOS</b>	ii
<b>EPÍGRAFE</b>	iv
<b>RESUMO</b>	v
<b>ABSTRACT</b>	vi
<b>LISTA DE SIGLAS OU ABREVIATURAS</b>	vii
<b>LISTA DE FIGURAS</b>	viii
<b>LISTA DE MAPAS</b>	ix
<b>LISTA DE TABELAS</b>	x

---

### **CAPÍTULO 1: A CULTURA POLÍTICA ENTRE AS FAMÍLIAS DO PODER E O CAMPO SOCIAL**

---

1.1 – Apresentação-----	1
1.2 – Das famílias do poder ao poder das famílias: da casa-grande à política de parentela-----	8
1.3 – Relações de poder e construção do Campo Social-----	24
1.4 – O poder de mando: invenções, peripécias ou a acumulação de capital simbólico?-----	33

---

### **CAPÍTULO 2: VIDA E (SOBRE) VIDA DAS OLIGARQUIAS: O CASO DAS FAMÍLIAS BRITO E GAUDÊNCIO**

---

2.1 – O Movimento de 1930 entre continuidades, rupturas e culturas políticas-----	39
2.2 - Da política oligárquica ao Movimento de 1930: a gangorra do poder entre Britos e Gaudêncios-----	44
2.3 - Os Britos no poder: do discurso revolucionário ao poder familiar-----	65
2.4 - Serra Branca: da economia algodoeira ao renascer dos Gaudêncios-----	92

---

### **CAPÍTULO 3 - DEMOCRACIA, SECA E VIOLENCIA: A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE SOCIAL FAMILIAR DE SERRA BRANCA E SÃO JOÃO DO CARIRI**

---

3.1 – A redemocratização e o duelo das elites: São João do Cariri versus Serra Branca ou Britos versus Gaudêncios?-----	112
3.2 – Entre Britos e Gaudêncios está uma população: transformações na cultura política em tempos de eleições e seca-----	136
3.3 – Um Torreão entre Britos e Gaudêncios: uma história da emancipação política de Serra Branca-----	159
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS-----</b>	187
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS-----</b>	191
<b>ANEXOS-----</b>	201

# CAPÍTULO 1 – A CULTURA POLÍTICA ENTRE AS FAMÍLIAS DO PODER E O CAMPO SOCIAL

## 1.1 – Apresentação

20 de agosto de 1935, o pequeno distrito de São José dos Cordeiros, situado na caatinga do Cariri Paraibano, estava em plena campanha eleitoral. São José estava em festa, pois raramente este povoado recebia visitas de pessoas tão ilustres na vida política da região. Os correligionários de Tertuliano de Brito – político e membro de uma família tradicional – tinham realizado um comício em Serra Branca. Ocorria que em Serra Branca – distrito que estava em pleno desenvolvimento econômico devido aos recordes da safra de algodão e ao crescente comércio – a família Brito tinha feito um discurso fervoroso contra a família Gaudêncio, considerado por estes calunioso e humilhante. Os Gaudêncios se sentiram ofendidos e resolveram retaliar em São José dos Cordeiros, local onde discursava o ex-senador José Gaudêncio. No meio do discurso houve um disparo de arma de fogo e um tiroteio teve início. Após a fuga dos Gaudêncios, os Britos atearam fogo nas casas comerciais e no armazém de algodão da família Torreão – aliados e parentes dos Gaudêncios. O armazém de algodão queimou por semanas, e até hoje, a fumaça que subiu aos céus, está cravada na memória da população dos Cariris Velhos.

Mas antes de contarmos a história das famílias tradicionais dos Cariris Velhos da Paraíba faz-se necessário localizar o campo social do pesquisador que aqui escreve. Devido ao fato deste próprio historiador ter nascido na cidade de Araguaína, no Tocantins e escrever sobre a política paraibana.

Foi no mês de setembro de 2004 quando passei a me interessar por política. Estava no 1º período do curso de História da Universidade Estadual da Paraíba. Fiquei curioso ao ver aquela multidão apaixonada que corria atrás de um trio elétrico, todos fardados de verde, com a camisa de campanha de um dos candidatos. Morava no município de Araruna<sup>1</sup>, onde “gatos” e “jacarés”<sup>2</sup> disputavam as eleições, como se as vidas de todos tivessem em jogo. De lá para cá, me empenhei em entender tal paixão, não somente em Araruna, mas nos demais municípios do interior do Estado da Paraíba.

---

<sup>1</sup> Município localizado no Agreste da Paraíba.

<sup>2</sup>Gato e Jacaré representam o número 14 e 15 no jogo do bicho. 14 é o número do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e 15 o número do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro).

Desde o ano de 2006 participei do Grupo de Pesquisa Resgate do Processo Histórico e Cultural dos Municípios Paraibanos, da Universidade Federal da Paraíba, onde prestei um PIVIC (Programa Institucional de Voluntários de Iniciação Científica) e escrevi uma monografia de conclusão de curso sobre a emancipação política de Serra Branca e a participação da população neste processo.

O Município de Serra Branca fica localizado a 220 km da capital da Paraíba, João Pessoa, na região dos Cariris Velhos, especificamente no Cariri Ocidental. É uma região de clima semiárido com a vegetação da caatinga. O clima inóspito acompanha as irregularidades das chuvas, assim a região possui agricultura de subsistência, com problemas devido às secas periódicas. O solo é raso e pedregoso e a densidade demográfica apresenta-se com 18,89 hab./km<sup>2</sup>. A extensão territorial é de 689, 911 km<sup>2</sup> com uma população totalizando 12.973 habitantes. Inserido neste espaço, Serra Branca entra no contexto cultural do semiárido nordestino.

As problemáticas vindas da monografia (MOREIRA, 2009) foram manifestadas no Projeto de Pesquisa tais como: a fraca participação política da população entre 1947 e 1960; o poder exercido pelas famílias Brito e Gaudêncio; e a efetiva participação de São João do Cariri no processo de emancipação política de Serra Branca. Concluímos que a formação da identidade de Serra Branca era uma oposição à identidade de São João do Cariri, cidades que se distanciam por 18 km. Mas este fato não foi definitivo para a efetividade da emancipação política.

São João do Cariri possui a mesma vegetação, clima e solo de Serra Branca. Em relação a níveis populacionais, São João do Cariri é inferior. Sua extensão territorial é de 653,598 km<sup>2</sup>, possui 4.344 habitantes com densidade demográfica de 6,65 hab./km<sup>2</sup>. Diferente de Serra Branca, a população de São João do Cariri é predominantemente rural<sup>3</sup>.

Durante a periodização da pesquisa (1930-1960), São João do Cariri possuía 11 distritos: Serra Branca, São José dos Cordeiros, Gurjão, Parari, Santo André, Sucuru, Santa Luzia do Cariri, Coxixola, Congo e Caraúbas. Atualmente, apenas Sucuru e Santa Luzia não se emanciparam.

---

<sup>3</sup> Informações obtidas pelo Atlas Escolar da Paraíba (RODRIGUES, 2002, p. 36-37) e pelo site do IBGE: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>, disponível em 16 de agosto de 2010. Referente ao Censo 2010.

## MAPA I – Cariri Ocidental da Paraíba



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em [http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/mapas/imagens/pb\\_mapa\\_gde.gif](http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/mapas/imagens/pb_mapa_gde.gif). Acesso em 17 de julho de 2009.

Os objetivos deste trabalho se concentram no período que vai de 1930 a 1960, devido a este ser a margem de tempo da consolidação da disputa política entre Britos e Gaudêncios, juntamente com a criação de uma identidade social<sup>4</sup> distinta entre Serra Branca e São João do Cariri. Nossa hipótese consiste que a cultura política vidrada no mandonismo local pelas famílias Brito e Gaudêncio foi a responsável pela formação da identidade cultural de Serra Branca e São João do Cariri. Estas identidades foram construídas pelas famílias do poder e serviu de capital simbólico para os Britos em São João do Cariri e os Gaudêncios em Serra Branca. Assim, nos discursos políticos dos Britos, São João do Cariri era uma cidade da tradição política centenária e nada e nem ninguém poderia tirar o prestígio. Por sua vez, os Gaudêncios louvaram o progresso de Serra Branca graças ao comércio e a produção de algodão. “Tradição” e “Progresso” foram termos utilizados para legitimar a culturas históricas que tinham como propósito, legitimar o poder das famílias.

Para dar sustentação a tal hipótese se faz necessário narrar a história das divergências políticas e sociais sofridas pelas duas cidades e pelas duas famílias. A periodização vai do Movimento de 1930, no que se define o fim da República Velha e, consequentemente, “o fim” da política oligárquica, até a emancipação política de Serra Branca, quando a Comarca de São João do Cariri retornou para a própria em 1960.

<sup>4</sup> Trabalhamos *identidade social* a partir da perspectiva de Joana Neves (1997, p.15): “Identidade Social, por sua vez, implica na consciência que se tem de si mesmo. Essa consciência supõe entender o reconhecimento de si próprio (contexto) no qual se existe e atua. Portanto por identidade social pode-se entender o reconhecimento de si próprio como sujeito da história (processo). E, na medida em que o sujeito da história é realizador de ações, ele é, também, objeto da história (ciência).”

Não pretendemos narrar apenas uma história de brigas de famílias, mas sim como estas famílias e suas divergências modificaram o local. Como as famílias e suas atuações no local se constituíram a partir de espaços de experiências (tradição) e formaram horizontes de expectativas<sup>5</sup> (progresso) na vida do Cariri paraibano. Assim teremos argumentos históricos para discutir os vícios e as mazelas de nossa política atual.

Nossas fontes se distinguem em três naturezas: relatos orais, discursos e matérias jornalísticas e documentos oficiais da administração local e estadual.

Algumas fontes foram preparadas pelo Grupo de Pesquisa Resgate do Processo Histórico e Cultural dos Municípios Paraibanos. Foram transcritos uma média de 30 entrevistas. A maioria das entrevistas foi realizada com os “de baixo”<sup>6</sup>, ou seja, pessoas que são excluídas da “história oficial” dos municípios. Tivemos à disposição também pesquisas realizadas no Jornal *A União*<sup>7</sup>, que vão das décadas de 1940 a 2000. O grupo forneceu dados sobre a infraestrutura da cidade, monografias e livros referentes à região do Cariri. Ocorre que o grupo realizou uma pesquisa sobre Serra Branca e não sobre toda a região dos Cariris Velhos. Assim, fez-se necessário pesquisar mais sobre o município de São João do Cariri e seus distritos.

Como suporte ao contexto histórico local e estadual utilizamos a bibliografia que são referência para tal estudo. A bibliografia utilizada divide-se em dois grupos. O primeiro é referente a livros e dissertações sobre a História da Paraíba, que trazem passagens sobre o caso dos Cariris Velhos. Utilizamos as obras de Linda Lewin (1993), Monique Cittadino (2006), Oswaldo Trigueiro (1982), Martha Falcão Santana (1999), Eliete Gurjão (1994), José Jofilly (1979), Inês Caminha Rodrigues (1978) e Martinho

<sup>5</sup> Sobre espaço de experiência e horizontes de expectativas ver o livro *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos* de Reinhart Koselleck (2006). Para Koselleck, experiência e expectativa são duas categorias adequadas para nos ocuparmos com o tempo histórico, pois elas entrelaçam a análise do passado e do futuro. São adequadas também, como uso metodológico, para analisar as ações concretas no movimento social e político, em determinado tempo-espacó. A experiência, em Koselleck, é o passado presente, a constituição de lembranças, tanto individual quanto coletiva. Já a expectativa é o futuro presente, ou, a partir de nossas experiências, aquilo que pode ser previsto. As expectativas podem ser revistas, as experiências são recolhidas. Espaço de experiência e horizonte de expectativa não coincidem. Eles andam paralelos um ao outro, mas não se barram, como uma simultaneidade da não simultaneidade. O passado presente é diferente do futuro presente. Esta separação entre espaço de experiência e horizonte de expectativa é uma das principais características da formação da modernidade e, consequentemente, um novo conceito de tempo histórico.

<sup>6</sup>Entendemos “os de baixo” como os sujeitos históricos que são excluídos da historiografia “oficial”. Como referência para a História vista de Baixo, ver texto de SHARPE, Jim. “A história vista de baixo”. In: BURKE, Peter (org). **A Escrita da História**. Trad. Magda Lopes. 4 ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1992. p.39-62.

<sup>7</sup> O Jornal *A União* é o órgão oficial do Estado da Paraíba.

Santos Neto (2007): cada um com contribuições a serem dadas sobre o aspecto político da Paraíba e alguns com exemplos sobre a região do Cariri.

O segundo grupo refere-se aos livros sobre a história do local. Aqui temos boa parte da bibliografia escrita por membros da família Brito, tal como uma biografia de Gratuliano Brito escrito por Joaquim Inácio Brito (2000) e um livro intitulado *Pedaços da História de São João do Cariri* escrito por José de Farias Brito (1989). Nota-se que a obra de Farias Brito é parcial referente às críticas dadas a família Gaudêncio. Outro livro importante é o de Estelita Antonino de Sousa, *Fatos Históricos de Serra Branca* (2008), que traz informações da fundação da cidade, além de aspectos culturais de Serra Branca. Também sobre Serra Branca utilizamos a biografia do comerciante Assis Junior escrito por Emmanoel Carvalho (2008).

A maneira mais prática que utilizamos para obter informações de suporte para o local, na formação política das famílias Brito e Gaudêncio foi a partir de entrevistas. Não adianta buscar a identidade social apenas estudando as famílias em si, mas devemos ver a recepção que a população local obteve a partir da atividade política dos Britos e Gaudêncios. Assim, foram entrevistados tanto membros das famílias como a população local.

Nas entrevistas realizadas pelo grupo de pesquisa Resgate do Processo Histórico e Cultural dos Municípios Paraibanos percebemos a maneira que a população tratava as famílias que detinham o poder. As brigas, as rinhas, os tiroteios e as festividades nos dias eleitorais estão presentes nos discursos da população. O caráter de nossas entrevistas não se adequa à “história de vidas”, assim utilizamos a memória apenas como suporte metodológico para outras fontes. É o que se denomina de relatos orais temáticos: o tema das pesquisas, tal como informações adicionais aos documentos, são relevantes durante a narrativa de vida dos entrevistados. Os entrevistados escolhidos se adequam a dois grupos: membros das famílias e membros da população.

Devido ao caráter da pesquisa, por se tratar de política, buscamos ter o máximo cuidado com as relações sociais. Entrevistar a população carece de uma análise do discurso, pois as paixões políticas são efervescentes: amor e ódio são bem objetivos. A mesma análise refere-se aos membros das famílias: por se tratar de políticos, eles sempre buscam construir imagens de “salvadores”<sup>8</sup> e classificam a oposição como “o

---

<sup>8</sup>Sobre o conceito de “salvador” trabalhamos com a ideia de Girardet (1987, p.70). Para ele, o “salvador” é a figura que representa os anseios e as esperanças da sociedades, em torno dos “salvadores” se cristalizam-se poderosos impulsos de emoção, de espera, de esperança e de adesão”.

mal social”. Como método para buscar o máximo de veracidade nas entrevistas utilizamos o conselho de Marieta de Moraes Ferreira (1994, p.9):

O ponto central que unifica as preocupações daqueles que se dedicam ao estudo das elites e dos que se voltam para o estudo dos excluídos é garantir o máximo de veracidade e de objetividade aos depoimentos orais produzidos. Os instrumentos para se atingir tais objetivos seriam a formulação, no caso dos estudos acadêmicos, de roteiros de entrevistas consistentes, de maneira a controlar o depoimento, bem como o trabalho com outras fontes, de forma a reunir elementos para realizar a contraprova e excluir as distorções.

Assim, organizamos questionários de acordo com o entrevistado e com a capacidade memorialística dos mesmos.

Sobre os documentos oficiais, tratam-se do Projeto de Lei que emancipou Serra Branca, assim como as atas de instalação das Comarcas emancipadas. Estes documentos são oferecidos pelo Arquivo da Assembleia Legislativa. Outro documento oficial trata dos dados eleitorais que foram importantíssimos para a pesquisa, principalmente referente ao período democrático entre 1945 a 1960. Estes dados foram pesquisados no site do Tribunal Regional Eleitoral<sup>9</sup>.

As principais fontes para o ano de 1947 estão nos jornais, principalmente no jornal *A União*. Neste ano, a Assembleia Legislativa foi reaberta<sup>10</sup>. O Cariri elegeu dois deputados estaduais: Tertuliano de Brito e Álvaro Gaudêncio. Com a efervescência da democratização do país, todos os discursos parlamentares foram publicados. Neste mesmo período, Álvaro Gaudêncio reivindicou a transferência da sede da Comarca para Serra Branca enquanto Tertuliano brigava para mantê-la em São João do Cariri. Nestes documentos aparece Tertuliano louvando o passado de São João enquanto Álvaro louvava o futuro de Serra Branca, observa-se que culturas históricas estavam definindo-se a partir do poder de mando das famílias, assim como os espaços de experiência e os horizontes de expectativa. As brigas e as acusações são constantes nestes documentos. Observa-se que as culturas históricas formadas foram utilizadas como capital simbólico para que os “currais eleitorais” das duas famílias se definissem. A população de São João do Cariri começou a apoiar as ideias dos Britos, inclusive a ideia da “cidade da tradição”, assim como a população de Serra Branca apoiou a ideia de “progresso” dos Gaudêncios.

---

<sup>9</sup> Ver [http://www.tre-pb.gov.br/she/pages/consulta/pleito\\_listar.jsf](http://www.tre-pb.gov.br/she/pages/consulta/pleito_listar.jsf) : disponível em 16 de agosto de 2011.

<sup>10</sup> O que se insere no contexto da redemocratização pós-Estado Novo.

Dividimos a dissertação em três partes. A Primeira parte refere-se à construção do nosso objeto de pesquisa: o poder das famílias. Assim buscamos fazer uma análise historiográfica sobre a família no Nordeste e como o estudo das famílias Brito e Gaudêncio contribui para tal tema. Em seguida descrevemos e analisamos a constelação teórica referente ao nosso objeto que se classifica em história local e regional, história política e relações de poder. Por fim, fizemos uma análise conceitual sobre poder e família, utilizando como referência o coronelismo. Buscamos responder se o poder político exercido pelas famílias seria apenas fruto de um contexto histórico do qual os latifundiários tiravam proveitos do Estado, ou se era apenas uma invenção da literatura e da historiografia ou se tratava de um poder simbólico e econômico.

No segundo capítulo trabalhamos as continuidades e as rupturas das oligarquias após o Movimento de 1930. Assim, apresentamos este Movimento a partir de um debate historiográfico e conceitual. Logo após, descrevemos a importância de tal movimento para a Paraíba e como este marcou a nossa cultura política. Em seguida, colocamos as peripécias e a acumulação de capital simbólico e econômico das famílias dos Cariris Velhos, ao mesmo tempo em que as famílias constituíram identidades para seus respectivos “currais eleitorais”. Começamos por fazer uma análise do fortalecimento da família Brito e da interventoria de Gratuliano de Brito. Logo após, buscamos descrever a queda dos Gaudêncios em São João do Cariri e o fortalecimento da família a partir da atuação destes em Serra Branca. Encerramos o capítulo com o embate político entre as duas famílias no tiroteio de São José dos Cordeiros – distrito de São João do Cariri – em 1935 e as interventorias de Argemiro Figueiredo e Ruy Carneiro.

O terceiro capítulo busca descrever o período em que a sede de São João do Cariri foi transferida para Serra Branca. Na primeira parte buscamos descrever a “guerra” parlamentar entre os deputados das famílias que disputaram o local da sede da Comarca: fato ocorrido no primeiro semestre de 1947. Damos importância às três eleições realizadas naquele ano e seus aspectos violentos. A segunda parte do capítulo refere-se à seca e os problemas administrativos que modificaram a política na região. Por último, analisamos a separação entre as cidades com a emancipação de Serra Branca e o predomínio do poder familiar dos Britos em São João do Cariri e dos Gaudêncio em Serra Branca.

## 1.2 - Das famílias do poder ao poder das famílias: da casa-grande à política de parentela

Durante as décadas de 1910 a 1960 houve uma briga política que ficou marcada na memória da população dos Cariris Velhos. Tratou-se da acirrada disputa política entre as famílias Brito e Gaudêncio, que a partir da política de parentela conquistaram territórios, cobiçaram o poder e fizeram alianças “honrosas” com a população.

O espaço da disputa era a modesta comarca de São João do Cariri, que administrava dez distritos<sup>11</sup>, dentre os quais se destacavam Itamorotinga (atual Serra Branca) e São José dos Cordeiros. Eram as famílias do poder que demarcavam territórios e criavam identidades: ou se era Brito ou se era Gaudêncio. Muitos municípios do interior ainda experimentam uma cultura política voltada para rivalidades personalistas, onde o troféu do “campeonato” denominado eleição é nada mais e nada menos do que a participação do bolo, ou seja, de cargos na administração municipal e estadual.

Atualmente, temos no Estado da Paraíba imbricada em nossa cultura política uma estrutura personalista e familiar. Os partidos políticos não obtém voz, em seu lugar estão os “políticos” que pertencem quase sempre a uma família tradicional, que detém seu capital simbólico derivado de um campo social. Como exemplos temos: os Maia de Catolé do Rocha, os Gadelha de Sousa, os Lacerda de São José de Piranhas, os Targino de Araruna, os Cunha Lima/ Rêgo de Campina Grande e os Bezerra/Lucena de Bananeiras. Todos com atuação política em diversos territórios da Paraíba.

Aos fazermos esta análise, concluímos que há um forte teor político de perpetuação do poder através de bases familiares na Paraíba. Uma pesquisa realizada pelo *Congresso em Foco*<sup>12</sup>, entre os dias cinco e doze de abril de 2011, sobre as representações familiais, demonstrou como resultado, a Paraíba com o maior berço político familiar do Brasil. Dos 15 representantes do Estado, apenas um não possui parentes na Política. A Tabela a seguir tem como objetivo comparar a concentração da política de parentela entre os diversos estados brasileiros. A análise da tabela demonstra a concentração do poder familiar tanto na Paraíba como no Brasil.

---

<sup>11</sup> Os distritos eram Santo André, Gurjão, Parari, São José dos Cordeiros, Serra Branca, Coxixola, Sucuru, Santa Luzia do Cariri, Congo e Caraúbas.

<sup>12</sup> Jornal eletrônico que publica matérias sobre o Congresso Nacional com sede em Brasília. O intuito do jornal é manter o eleitor atualizado da atuação dos deputados e senadores eleitos. Ver <http://congressoemfoco.uol.com.br/>, disponível em 16 de agosto de 2011.

Tabela I  
Bancada de Parentes na Câmara dos Deputados (2011)

Estado	Bancada	Número de Parentes	Parentes/Bancadas
Paraíba	12	11	92%
Rio Grande do Norte	9	8	89%
Alagoas	9	7	78%
Acre	8	6	75%
Tocantins	8	6	75%
Mato Grosso	10	7	70%
Piauí	11	7	64%
Amazonas	8	5	63%
Pernambuco	27	16	59%
Bahia	43	24	56%
Minas Gerais	58	31	53%
Ceará	22	11	50%
Mato Grosso do Sul	8	4	50%
Rondônia	8	4	50%
Sergipe	8	4	50%
Goiás	21	10	48%
Maranhão	20	9	45%
São Paulo	77	33	43%
Paraná	32	13	41%
Santa Catarina	18	7	39%
Amapá	8	3	38%
Roraima	8	3	38%
Espirito Santo	11	4	36%
Rio de Janeiro	54	19	35%
Pará	20	6	30%
Rio Grande do Sul	35	10	29%
Distrito Federal	11	3	27%
<b>TOTAL</b>	<b>564</b>	<b>271</b>	<b>48%</b>

Fonte: Congresso em Foco, Brasília, 2011.

Como demonstra a Tabela I, o Estado da Paraíba lidera a concentração de poderes num mesmo seio familiar com 92% da bancada formada por parentes. Este processo político desencadeia uma falta de alternância política e estagnação econômica e social. 48% dos representantes políticos do Congresso Nacional possuem elos com parentes, o que demonstra ser um número alarmante para consolidação da democracia no Brasil. Outro fato interessante que podemos observar na Tabela I é que entre os dez

primeiros estados com a bancada formada por parentelas, seis são nordestinos, o que pode caracterizar a supremacia da base política de parentela na região. Como analisaremos a seguir, o Nordeste possui como característica em sua cultura política, o forte predomínio de políticos derivados da base familiar. Esta prática ocorre principalmente na Paraíba, no Rio Grande do Norte e em Alagoas<sup>13</sup>.

O poder familiar na Paraíba guarda resquícios da estrutura política de base familiar fruto do nosso processo de colonização. Em um Estado onde a receita não supre as necessidades básicas da população, o empreguismo aparece como forma de dominação e sobrevivência, trazendo consigo, práticas da velha República.

Para Linda Lewin, (1993, p.9) a República Velha na Paraíba teve como principal característica a organização política a partir do grupo de base familiar, ou seja, a política familiar identificou o nosso sistema “coronelista”. Para a mesma, após o colapso do patriarcalismo, a parentela não se extinguiu, ela se modificou e predominou na política da Paraíba até a “Revolução” de 1930, com a queda da família Pessoa.

Quando partimos para o estudo de caso dos Cariris Velhos, percebemos que, novamente, a política de grupo de base familiar não se extinguiu, mas uma vez ela se modificou. É o que demonstra a história das famílias Brito e Gaudêncio<sup>14</sup> cuja perpetuação no poder se deu após o Movimento de 1930. As duas famílias tiveram seu auge na política do Estado durante as décadas de 1930 a 1990. Chegaram a eleger senadores, deputados federais, deputados estaduais, prefeitos, além de um interventor e um presidente da Assembleia Legislativa.

“1930”, para uma determinada corrente historiográfica significou o fim do coronelismo e, consequentemente, o fim da política de parentela no Brasil. Mas quando observamos a Tabela I, percebemos que nem tudo foi ruptura. Nepotismo, clientelismo,

<sup>13</sup>A Paraíba, desde a década de 1990 aparece como palco da disputa política entre duas oligarquias familiares: Cunha Lima de Areia/Campina Grande e Targino Maranhão de Araruna. No Rio Grande do Norte, dos treze parlamentares eleitos em 2010, oito são das famílias Maia, Alves e Rosado. A família Rosado, com reduto em Mossoró, elegeu desde 2008 a prefeita da referida cidade, a governadora, dois deputados estaduais e dois deputados federais. Já em Alagoas, no ano de 2007, foram desviados da Assembleia Legislativa 300 milhões de reais pelos 14 dos 27 representantes. As principais famílias que representam Alagoas atualmente são os Collor e os Calheiros (SARDINHA, CAMARGO, 2011).

<sup>14</sup>O atual representante político da família Brito é o ex-deputado estadual Pedro Medeiros, que perdeu o cargo na Assembleia nas eleições de 2010. Este é casado com Niedja Medeiros de Brito, filha de Nivaldo Brito (ex-deputado estadual) e neta de Tertuliano de Brito (ex-deputado estadual). Seu reduto político atualmente é o município de São João do Cariri, que tem como prefeito o seu filho, Roberto Pedro Medeiros Filho. Já a família Gaudêncio possui como reduto político o município de Serra Branca que tem como prefeito Eduardo Torreão e como vice-prefeito Guilherme Gaudêncio. A liderança da família repousa no candidato para deputado estadual derrotado nas eleições de 2010, Álvaro Gaudêncio Neto. As últimas eleições encerraram um período de 90 anos onde sempre um membro das duas famílias possuía uma cadeira na Assembleia Legislativa.

empreguismo, curral eleitoral, “coronelismo” ou “neocoronelismos” são termos ainda presentes no vocabulário político do Estado.

Nosso objetivo é vislumbrar os caminhos de readaptação das bases oligárquicas no Estado da Paraíba, a partir da política de parentela, das brigas entre as famílias e da criação das identidades de São João do Cariri e de Serra Branca. Neste primeiro capítulo iremos fazer uma breve exploração teórica e conceitual da política de parentela e do coronelismo, e como estes são utilizados pelas correntes historiográficas. Inicialmente tratamos do campo da História das Famílias e, consequentemente, de tudo que elas acarretam: construção de territórios, imaginário social, sistema político, economia política, cultura política e patrimonialismo. Enfim, um universo conceitual que coloca as famílias do poder como objeto historiográfico.

Assim, perceberemos que a cultura política familiar, presente no Brasil e com maior representação na Paraíba, está vinculada a uma longa duração de nosso tempo histórico. As compreensões dos vícios e das virtudes desta política devem contribuir para uma maior consciência política da população. Faz-nos refletir sobre atuação de filhos, genros, irmãos e cunhados que fazem da família mecanismo para se obter uma fonte de renda, o que transforma a política num negócio lucrativo e familiar. A cultura política na Paraíba está ligada aos grupos de base familiar. São João do Cariri e Serra Branca são exemplos destas identidades. Praças, escolas, ruas, prefeituras, bustos e monumentos levam ao imaginário social a permanência da identidade com os vultos. Fator que prejudica a participação política da população e ajuda a perpetuar o poder das famílias<sup>15</sup>.

Trabalhamos família como organização social fruto de uma historicidade que nos revela tradições e contradições, mudanças e permanências. Assim, a família como sujeito histórico enriquece o trabalho dos historiadores que se preocupam com estratégias políticas e redes sociais (SCOTT, 2009, p. 15). Trata-se no momento, de um estudo de famílias da elite que construíram relações sociais com a população em suas diversas camadas. O modelo familiar antigo colocava a família como primeira instituição social, pois esta precedia à cidade e, consequentemente, o Estado. Este modelo de longa duração chegou ao Brasil a partir da colonização portuguesa. Sua principal característica eram os elos de parentela.

---

<sup>15</sup>Vale salientar que a partir da década de 1980 a Associação Universitária de Serra Branca organizou eventos culturais e com isto conseguiu prestígio na cidade. O resultado foi a implantação do PT (Partido dos Trabalhadores) no município. Nas décadas de 1990 e 2000 o PT ganhou força, a partir de 1992 começou a disputar eleições e conquistou a prefeitura em 2004 com apoio da família Brito.

Quando tratamos o conceito de parentela, estamos fugindo necessariamente de “clã” ou “família patriarcal”, que não excluem o parentesco em seu conceito, mas que não abrangem a totalidade das relações sociais. Temos o conceito de parentela como:

(...) grupo familiar que, no mínimo consiste de todos os parentes reconhecidos, incluindo os que forem herdados dos pais e os incorporados por meio de um cônjuge ou cônjuges. Além disso as parentelas podem incluir outras pessoas que, embora sem ligações do sangue ou casamento, vivem próximos a margem do círculo. (CHANDLER, 1980, p. 14).

Estas “outras pessoas” que indica Chandler são os empregados das famílias que vivem em seu território, assim, como ajudantes em outras áreas administrativas (delegados, advogados, juízes). Os partidos políticos, por exemplo, na Paraíba, eram organizados por verdadeiras parentelas, sem ter necessariamente elos consanguíneos. Conforme a estrutura econômica em que viviam determinadas sociedades, se formavam as parentelas. Para Linda Lewin (1993, p.113), na Paraíba, “pertencer a uma parentela, uma família extensa, constituía a sua mais importante filiação organizacional”. Todos de uma maneira direta ou indireta estavam ligados à parentela, do pequeno agricultor residente numa casa de taipa a um exportador de algodão residente de uma nobre casa na capital.

É quase impossível desvincular a História da Família no Brasil da política de parentela, já que nossa formação social possui raízes na base da economia patriarcal. A maioria dos estudos da história da família no Brasil remete aos séculos XVIII e XIX; raros são os trabalhos que se concentram no século XX. Isto ocorre devido ao fato do objeto de estudo dos historiadores se concentrar no patriarcalismo, que teve seu alicerce teórico lançado por Gilberto Freyre (SCOTT, 2009, p.17).

No livro *Casa Grande e Senzala*, Freire (2004, p.81) coloca a família como fator predominante da colonização, pois esta, como grupo social, fundamentou a nossa economia. Não foi o Estado e muito menos uma Companhia de Comércio que colonizou o Brasil como força produtiva, mas a família aristocrática fruto da miscibilidade e da aclimatabilidade do aristocrata português. Da base agrícola econômica, as famílias monopolizaram o mando político:

A família colonial reuniu, sobre a mesma base econômica da riqueza agrícola e do trabalho escravo, uma variedade de funções sociais e econômicas. Inclusive, como já insinuamos, a do mando político: o oligarquismo ou nepotismo, que aqui madrugou, chocando-se ainda

em meados do século XVI com o clericalismo dos padres da Companhia.(FREYRE, 2004, p.85)

Este “mando político” dado às aristocracias os faziam tão poderosos que estes peitavam até mesmo o poder da Coroa. Eram os oligarcas senhores de terra que mandavam e desmandavam nas câmaras municipais que, vez por outra, entravam em atritos com os jesuítas.

A família de caráter patriarcal destacada por Freyre (2004, p.435) não se resume a uma família nuclear – consolidação da Revolução Industrial – mas sim a uma família extensa formada por:

(...) amas de criar, mucamas, irmãos de criação de meninos brancos. Indivíduos cujo lugar na família ficava sendo não o de escravos mas o de pessoas de casa. Espécie de parentes pobres nas famílias europeias. À mesa patriarcal das casas-grandes sentavam-se como se fossem da família numerosos mulatinhos. Crias. Malungos. Moleques de estimação. Alguns saiam de carro com os senhores, acompanhando-os aos passeios como se fossem filhos.

Eram famílias extensas que se espalhavam da senzala à casa-grande, a consanguinidade não delimitava o limite dos laços de parentesco. Cada indivíduo detinha um papel predominante na família, principalmente na consolidação da colonização, que para Freyre (2004, p.73), era fruto da miscigenação. A partir de uma citação destacada em sua obra temos esse caráter generalizante da família extensa em relação à mulher: “Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar”, todas faziam parte da família extensa.

O conceito de família em Freyre nos remete necessariamente à família extensa e ao patriarcalismo. Em miúdos, este era o poder dado a um *pater famílias*, o poder de controlar uma vasta população rural. Era ao mesmo tempo um grupo doméstico formado por uma rede de parentesco. Este modelo de sociedade, de acordo com nosso trabalho, sobreviveu em sua essência com mudanças apenas na cultura política. Ocorre que a historiografia da família no Brasil prendeu-se ao conceito de patriarcalismo, como modelo limitado do nosso sistema familiar. Assim, com a crise do patriarcalismo no final do século XIX, a família deixou de ser tema central no discurso historiográfico. Há pouquíssimos trabalhos sobre a história da família no século XX, alguns apenas com debates regionais.

Outra questão da história da família no Brasil relaciona-se ao papel privado da família. Aqui entra o debate sobre o que é o público e o que é privado na consolidação

política do Brasil. A maior contribuição de relevo para este debate veio da obra de Sérgio Buarque de Holanda. Para ele, a empresa colonial formada pela família patriarcal, propiciou “a invasão do público pelo privado, do Estado pela família”. (HOLANDA, 1995, p.82.) A família como empreendedor foi, assim como em Freyre, a base da formação política-social do Brasil. A ideia de Estado era a mesma de uma grande união familiar que dirigia uma grande empresa. Assim, a política e a economia determinaram o papel da família extensa:

O primeiro princípio da economia política é que o soberano de cada nação deve considerar-se como chefe ou cabeça de uma vasta família, e consequentemente amparar a todos que nela estão como seus filhos e cooperadores da geral felicidade (HOLANDA, 1995, p.85).

Este modelo coloca a família no lugar do Estado, não sendo de se admirar que, como demonstra a Tabela I, nosso Congresso possua tantas heranças familiais.

Vale salientar que para Holanda (1995, p.141), o Estado não era uma evolução da família como propunham os historiadores dos oitocentos<sup>16</sup>, mas sim uma “descontinuidade” e até mesmo “uma oposição”. Isto devido a constante inter-relação entre público e privado. É com a transgressão do público pelo privado que o “empregado”, ou o sujeito que é classificado pela “amizade desigual”, passa a ser cidadão. Esse modelo de mudança que transforma a família patriarcal em família nuclear e, consequentemente, o poder familiar em poder do Estado, é resultado da expansão da produção industrial. Assim, o poder patriarcal com base rural perde poder com o crescimento das cidades, fruto das mudanças de trabalho. Temos assim, a família como “bárbara” em oposição ao Estado “civilizado”.

A história da família no Brasil, a partir dos clássicos, possui teor altamente político e discutido quase sempre, a partir da Teoria do Estado. Obra clássica de nossa historiografia sobre família foi o livro *Lutas de Famílias no Brasil* de Luís de Aguiar Costa Pinto (1980). Para ele, a fraqueza de nossa organização política permitiu uma hipertrofia do poder privado, este concentrado nas grandes famílias. Pinto (1980, p. XI), diferente de Freyre e Buarque generaliza a organização familiar de base rural. Toda a sociedade centrada na terra possui as mesmas características, tal como, monopólio da violência privada, estrutura patriarcal e culto aos antepassados. Apesar das coincidências entre a estrutura familiar dos greco-romanos e a nossa sociedade colonial,

---

<sup>16</sup>Como referência destaca-se o clássico do historiador francês Fustel de Coulanges (2004), escritor do livro *A Cidade Antiga*. Nesta obra o caráter evolucionista da família é predominante. Destacam-se conceitos como “*pater famílias*” e Cidade-Estado (*polis/urbs*).

não podemos tomar uma pela outra. A família, principalmente no sertão do Brasil, construiu contornos particulares que chegou na República Velha com forte presença, como a política de parentela.

A ausência da organização política fez com que cada indivíduo se identificasse com determinada família. Cada família detinha suas normas centradas no direito consuetudinário. Na constante briga entre famílias, a vingança era a garantia da ordem. Como a moral familiar sentenciada por um *pater famílias* era o fator determinante da identidade do grupo, tudo era resolvido à “ponta de faca” e bacamartes. Era a vingança privada que assegurava a paz social, sem ela, por mais contraditório que pareça, os grupos familiares pereceriam.

Não exercer a vingança – como, hoje, o Estado não impõe obediência a lei – seria, além de expor-se a novos atentados, desrespeitar a norma, infringir a regra, ir de encontro ao costume, ameaçar a própria sobrevivência e o equilíbrio social (PINTO, 1980, p.11).

Outra característica do estudo da família no Brasil, em Pinto (1980, p. 10) seria a solidariedade. O status do individuo dentro do grupo familiar era determinado pelo grau de solidariedade que este detinha com seus parentes. Devido à ausência do poder do Estado, aquele que protegia a integridade da família, possuía elevada posição.

O declínio da violência privada e, consequentemente, da família patriarcal, em Pinto (1980, p. 18), ocorreu com o fortalecimento do poder público. Foi a partir daí que as leis do Estado sublevaram o direito consuetudinário das famílias. Além do fator político, a mudança estrutural da política no Brasil<sup>17</sup> no século XIX, fez com que as famílias em vez de resolveram sua divergências por armas, usassem tratados de paz. Ocorre que Pinto acreditava que o Estado era a evolução da família e todas as características das lutas de famílias passavam por esta evolução. Apesar de colocar exemplos de lutas<sup>18</sup> entre famílias em sua obra, Pinto trabalhou a partir de leis generalizantes. Pois com o fortalecimento do Estado, essas lutas familiares não se extinguiram, mas se modificaram. A questão deixou de ser necessariamente a terra para ser política e partidária, como demonstra a briga entre as famílias Brito e Gaudêncio.

Uns dos aspectos interessantes colocado por Pinto (1980, p.3) foi a família como formadora de territórios a partir de laços de sangue. Seria impossível descrever um determinado território sem antes descrever as relações sociais vividas pela comunidade,

<sup>17</sup>Isto ocorreu devido à centralização política no Império sob o governo de Dom Pedro II.

<sup>18</sup>Os Pires e Camargos da Capitania de São Vicente e os Montes e Feitosas do sertão cearense.

que, no caso do Brasil, começou com a rede de parentela<sup>19</sup>. A questão familiar precede a questão regional, pois eram as famílias que formavam territórios. Muitos sítios ainda hoje são ligados às famílias que às constituíram, e como a base da vida interiorana encontra-se na zona rural, logo, o território do poder familiar concentra-se no mando da terra, a família extensa que constituiu o território a partir deste poder. Os Britos e os Gaudêncios, por exemplo, têm sua origem na fazenda Uruçu, em São João do Cariri.

A história da família no Brasil necessita de trabalhos que demonstrem as mudanças e as continuidades da organização social familiar, assim como as diferenciações regionais. Pois, como demonstra Samara (1991, p.15), as famílias do sul do Brasil se diversificam e se diferenciam em relação ao Norte e Nordeste. O “Nordeste”<sup>20</sup> seria um destes famosos territórios formados pelas famílias patriarcais com base na cana-de-açúcar. Muitos historiadores da família no Brasil concentram seus estudos nesta região.

O tema mais trabalhado referente a formação política e social da família no Nordeste refere-se aos Feitosas, família que exerceu poder político no sertão dos Inhamuns, no Ceará, de 1700 até 1930<sup>21</sup>. A relevância do tema encontra-se na justiça exercida pelo grupo familiar que detinha o poder de mando. O poder dos Feitosas ultrapassava os limites concedidos pela Coroa Portuguesa. Como coloca Chandler (1980, p. 102):

Os Inhamuns, no começo de nossa vida, tinham a reputação de serem a terra mais desprovida de leis no Ceará. O Governador de Pernambuco foi informado em 1732 que parecia haver tantas legiões de demônios no Ceará quantas havia no inferno; isso em referência a recentes rebeliões nas quais os habitantes dos Inhamuns tinham desempenhado papéis de destaque. Em grande parte, os Inhamuns ganhariam essa reputação em consequência das lutas entre os Feitosas e os Montes, cabendo, segundo os contemporâneos, maior porção de culpa aos primeiros.

O Inhamuns é um exemplo de poder local exercido por grupos familiares, típico da formação social do Nordeste. Lugar sem ordem e sem lei, onde ouvidores eram mortos e padres viviam a pena dos bacamartes. O grande grupo dos Feitosas, a partir de laços de parentela com outras famílias, geraram disputas que se expandiram tanto por

<sup>19</sup>Assim, preferimos começar o primeiro tópico do capítulo descrevendo o conceito e a historiografia da família em vez da questão regional, o qual trabalharemos no segundo tópico.

<sup>20</sup>Sobre a questão da “História Regional” e do conceito de “Nordeste” ver segundo tópico.

<sup>21</sup>Sobre os Feitosas no Ceará destacam-se as obras *Lutas de famílias no Brasil* de Luiz de Aguiar Costa Pinto (1980), *O bacamarte dos Mourões* de Nerten Macêdo (1966) e *Os Feitosas e o sertão dos Inhamuns* de Billy Jaynes Chandler (1980).

Pernambuco quanto pela Paraíba. Era o exercício de um poder local que se espraiava por vários territórios. De certa forma, o charme da liberdade referente ao Estado em que vivia a região do Inhamuns chamou a atenção de vários historiadores, inclusive o brasilianista Billy Chandler. Muitos deles tomam os Inhamuns pelo “Nordeste”, como se na prática toda relação de poder entre a terra e a família gerasse um modelo único tal como foi o caso cearense. Mais uma vez destacam-se, nas obras referentes à História da Família no Nordeste, os séculos XVIII e XIX.

A Bahia é outro Estado nordestino com uma historiografia da família relevante. Uma das obras de relevo é o trabalho de Kátia Queiroz Mattoso (1988, p. 176-177), *Família e Sociedade na Bahia do século XIX*. Nesta obra, Mattoso trabalha a família como organização social que possui como base, a multiplicação de solidariedade, em que o parente só possuiria valor de acordo com as funções exercidas no círculo familiar. Assim, os laços de parentela seriam a consolidação da Família como grupo social e não necessariamente a terra e a falta de leis, como demonstra o caso do Inhamuns. A família, a partir de seus laços de solidariedade, fazia a manutenção da lei, assim como utilizava de patentes públicas - Capitão-mor, Coronel da Guarda Nacional, Ouvidor – para continuar no poder, o que caracterizava uma troca de favores entre o poder público e privado, criando assim, uma verdadeira clientela.

A família mais representativa do poder patriarcal no período colonial, no Brasil e, particularmente na Bahia, foram os Garcia d’Ávila que conquistaram um vasto território que ultrapassava em tamanho até mesmo o Reino de Portugal. (PESSOA, 2003, p.10). Ao mesmo tempo em que expandia a propriedade, os d’Ávila eram envolvidos com a administração colonial. Sua particularidade recaiu no bandeirantismo, ou seja, a ativa expansão territorial. Essa expansão entrou em choque com a disputa com Pernambuco referente aos domínios do Rio São Francisco. Assim, a família passou a representar o próprio Estado baiano em sua formação territorial. Como no caso do Ceará, a maioria dos trabalhos historiográficos sobre a família na Bahia refere-se ao Brasil Colônia-Império.

Sobre Pernambuco temos o trabalho de André Heráclio do Rêgo, *Família e Coronelismo no Brasil* (2009). Para Rêgo, a história da Família Rêgo, que teve ramificações tanto em Pernambuco quanto na Paraíba, demonstra que o coronelismo é indissociável da estrutura familiar. É um dos pouquíssimos trabalhos sobre a família no período republicano. Seu livro destaca a continuidade do poder familiar a partir da

história de vida do “coronel” Chico Heráclio, verdadeiro chefe político de Limoeiro, cidade do brejo pernambucano. Para Rêgo (2009, p.18):

A acumulação de material simbólico obedeceu às estratégias familiais previamente definidas, mas que possuíam todas o mesmo objeto, o de preservar e o de aumentar o mais possível o prestígio econômico, social e político da família.

A família se constitui a partir da imagem que ela constrói em sociedade. Essa imagem não é necessariamente violenta, ostensiva do “voto de cabresto”. A imagem do coronel é formada a partir da propriedade rural (capital econômico) e do nome da família (capital simbólico). Assim, a partir destas formas de dominação - que surgem na estrutura social que ao mesmo tempo é estruturalizante - ocorre a legitimação do poder da família em determinada região. Ao contrário dos casos do Ceará e da Bahia, o poder da família não viria somente da terra e dos laços de parentela, ela viria na força invisível que faz com que a sociedade legitime esse poder.

No caso da Paraíba, Linda Lewin trabalhou a parentela como a principal característica da política oligárquica. Sua obra *Política e Parentela na Paraíba* descreve as particularidades da história da família no Estado, além demonstrar a continuação dos laços de parentela no começo da República. Mas antes de teorizarmos o conceito de “parentela” em Lewin será importante destacarmos algumas obras sobre a história da família na Paraíba<sup>22</sup>.

No tese de doutorado *Gente Opulenta e de Boa Linhagem: família, política e relações de poder na Paraíba (1817-1824)*, a historiadora Serioja Mariano (2005) trabalhou família como objeto historiográfico para compreender a política na Paraíba a partir da construção do Estado no Brasil. Na Paraíba, a atuação das famílias perpetuou a política de parentela na esfera da administração. Fica evidenciado o desejo de autonomia local para perpetuação do mandonismo e os recorrentes laços entre as famílias da elite para continuarem no poder. Assim, a hipertrofia do poder privado perante o Estado estava presente na Paraíba antes da República Velha.

Marisa Tayra Teruya em sua dissertação de mestrado (1995) e tese de doutorado (2002) pesquisou a formação e o continuísmo político da família Maia de Catolé do Rocha. Sua pesquisa de doutorado abordou um século de história da família sertaneja, de 1870 a 1970. Assim, a referida historiadora abordou as estratégias apreendidas pelo

---

<sup>22</sup>Vale salientar que na Paraíba muitas obras de genealogias são colocadas como historiografia da família. Aqui destacaremos apenas as obras referentes a famílias dos últimos anos.

grupo familiar dos Maias tais como: o casamento endogâmico, o engajamento dos membros da família no Ensino Superior, a distribuição de cargos públicos e a nomeação de seus descendentes como capital simbólico. A obra de Teruya confirma a cultura política paraibana, a partir de um estudo de caso, como predominantemente familiar e ao mesmo tempo, de longa duração.

Para Teruya (2010, p.55), as práticas interfamiliares como a solidariedade são fatores que justificam a permanência da família Maia no poder. A identidade da família fazia com que a política fosse marca registrada. Era necessário a família ter sempre um membro numa esfera de governo seja municipal, estadual ou federal. Logo, era o nome que enaltecia seus membros, como capital simbólico. Ser Maia era ter poder, era ser destinado para a vida pública. Em alguns momentos, o slogan da família estava acarretado à sua região de origem. Catolé do Rocha era sinônimo de Maia.

Não sendo necessariamente uma obra de História da Família, mas uma biografia, a historiadora Monique Cittadino (2006) também adentrou nas portas da casa da família Maia. O primeiro capítulo de seu livro *Poder Local e Ditadura Militar* nos apresenta a formação política de João Agripino Filho<sup>23</sup>. Este teve sua formação política a partir de uma tradição familiar e, consequentemente, perante o domínio de uma região: Catolé do Rocha. João Agripino nos é apresentado como um político diferente no aspecto que tange suas heranças familiais, um político que quebrou paradigmas.

Em sua infância, segundo Cittadino (2006, p. 58), Agripino vivenciou as brigas de famílias que incluíam os Maia e os Suassunas:

Essa inimizade desencadeou-se no início dos anos vinte (aproximadamente 1922), em decorrência de um mero namoro indesejado entre jovens das duas famílias. A partir de então, os membros de ambas as famílias, armados, passaram a se confrontar na cidade, em manifestações de violência típicas da política coronelista. Elas chegavam a ser mais brutais e sangrentas nas relações entre as parentelas antagônicas (situação x oposição), sobretudo em localidades nas quais o domínio político era objeto de disputa entre apenas duas famílias, do que nas existentes entre os coronéis e seus subordinados.

As brigas entre os Maias e os Suassunas demonstram mais uma situação de relações amistosas entre famílias na Paraíba no século XX. Além disso, uma disputa que também teve continuação após o ano de 1930, quando o Estado passou a centralizar o

---

<sup>23</sup>João Agripino Filho foi governador da Paraíba durante os anos de 1965 a 1971.

poder. João Agripino, ao tomar posse do governo do Estado da Paraíba, encarregou imediatamente de advertir seus familiares de que:

(...) não admitiria atos de violência oriundos de seus parentes, nem tampouco aceitaria que qualquer um deles acoitasse violência praticada por seus agregados. (...) Em seguida, dirigi-se aos Suassuna, fazendo as mesmas recomendações. (CITTADINO, 2006, p.155).

A intenção de João Agripino era combater as práticas coronelistas assim como o exercício privado da violência, com o intuito de consolidar uma nova cultura política no Estado. Nota-se que ao se estudar a família Maia, a partir dos dois trabalhos citados, o século XX passa a ser palco da História da Família na Paraíba.

Diferente dos outros estados do Nordeste aqui estudados, a produção historiográfica da Paraíba se destaca pela predominância dos trabalhos sobre o século XX, assim como pelo papel decisivo que o poder familiar exerceu/exerce sobre nossa política.

Mas é na obra de Linda Lewin que nossa história política se miscigena com o poder familiar. O conceito de parentela, em Lewin, é eficaz para se entender o coronelismo a partir das oligarquias de base familiar. A República Velha na Paraíba, como estudo de caso, é o suplemento ideal para se entender a política de parentela que outrora vigorava no Brasil. Para Lewin (1993, p.9) “a influência dos vínculos de sangue e casamento sobreviveu com particular rigor na vida política deste estado” o que determinou a dependência dos laços de parentesco. A oligarquia estudada por esta resume-se aos Neiva-Pessoa.

A política de parentela não se restringe apenas ao grupo familiar. Não é apenas dentro da família que os laços de ajuda mútua ocorrem. A família é a base e não a própria parentela. Os vínculos associativos são baseados na família, não são necessariamente vínculos familiares. Isto nos ajuda a compreender o conceito de parentela em Lewin não como algo fechado na casa do próprio chefe político, mas como algo que extrapola esta casa, que vai de município a município, que cria rivalidades, assim como elos entre diversas classes sociais.

Assim, a política de parentela criava oligarquias, mas com vínculos plásticos. Pertencer a este vínculo familiar – seja a partir de casamentos ou de alianças regionais – era a garantia de sucesso para a vida política, pois esta era a “mais importante filiação organizacional” (LEWIN, 1993, p.113).

Na prática, os grupos de base familiar se distribuíam localmente e forneciam votos ao chefe da parentela. A sustentação do grupo era a força econômica que no caso da Paraíba era a terra. A produção algodoeira e seu escoamento eram a garantia do poder de mando dos coronéis que a partir de redes de informações e de reuniões partidárias, conquistavam cargos chave na administração do Estado. Lewin denomina esta estrutura de “sistema político de base familiar da Paraíba”, onde prevalecia a lealdade ao grupo e o caráter “quase-corporativo da parentela”. Observa-se que todo este sistema inclui ramificações extrafamiliares<sup>24</sup>.

O chefe partidário, como por exemplo, Epitácio Pessoa, acarinhava líderes políticos de outros municípios para serem seus representantes e para obter votos. No caso de São João do Cariri, o apoio de Epitácio Pessoa desde 1915 foi dado para o chefe da família Gaudêncio (José Gaudêncio). Quando a família rompeu com João Pessoa, passou a apoiar os Britos (Inácio Brito) que tinha parentesco com José Américo de Almeida, braço forte de João Pessoa. Era um longo sistema de ajuda mútua que caracterizava a política paraibana<sup>25</sup>. Mas vale salientar que para Lewin não era a política que formava as parentelas, mas o contrário, a política paraibana apenas pegou carona com estes vínculos de longa duração.

Os laços de consanguinidade não definiam o laço de parentela. A amizade e a fidelidade ao nome do chefe oligárquico eram as marcas decisivas para ter presença no sistema.

Outra denominação para o conceito de parentela em Lewin era a dita “família extensa” que já foi discutido aqui a partir da obra de Freyre. Esta acentua que a família extensa não pode ser confundida por “clã”. Os clãs se organizam em detrimento de um nome, não há rompimentos familiares o que caracteriza o grupo por longas gerações. A família extensa brasileira é completa de ramificações, elas não se prendem a um totem, a um nome. Vale destacar o caso dos Oliveira Ledo que conquistaram o sertão paraibano durante o século XVIII. Essa família hoje está ramificada em várias outras: Brito, Gaudêncio, Dinoá, Farias, Maracajá e Joffily.

---

<sup>24</sup>Observaremos como este sistema ocorre na prática no capítulo 2.

<sup>25</sup>E que ainda caracteriza de acordo com a Tabela I.

Consolidada a família a partir de um território definido<sup>26</sup>, e ao mesmo que, o nome da família passava a fazer parte do imaginário social, o grupo familiar fixava seu poder, e partia para a disputa política.

Para não perder seu capital tanto simbólico quanto econômico, o casamento endogâmico passava a ser a única saída. Pois este tipo de casamento conservava o patrimônio no interior da família. O casamento entre primos, ou tios e sobrinhos originou a família como grupo quase corporativo (LEWIN, 1993, p.144).

O trabalho de Lewin justamente com seu modelo de grupo de base familiar, como formador dos laços de parentela, nos ajuda a refletir sobre as estratégias utilizadas pelas famílias do cariri paraibano. O conceito de parentela trabalhado por esta nos remete a um sistema de organização política onde os laços de família, assim como as relações extrafamiliares, compõem o cenário precário onde o Estado passa a ser objeto alienado por grupos oligárquicos. O conceito de cidadania pode ser substituído neste sistema pelo “fazer parte” de um grupo familiar. Para galgar qualquer benefício público, deve ter uma casa, um chefe e um nome; não necessariamente o sangue.

Percebemos que a família, a partir dos clássicos, atuou no Brasil, como instituição social do qual o poder público era usurpado pelo poder privado familiar. Nossa organização política-administrativa começou no seio familiar, daí o período de formação de nosso país – Colônia e Império– ser tema bastante trabalhado pela historiografia em relação a História da Família. Logo, destaca-se em outros Estados do Nordeste, o poder familiar ligado à política. No Ceará, o poder privado estava em constante choque com o poder da Coroa, o que transformou os Feitosas do Sertão dos Inhamuns em exemplos do poder exercidos por famílias no Brasil. Na Bahia, a conquista territorial se deu a partir da família Garcia D`Ávila, onde o próprio Estado era confundido com o poder familiar. Assim, neste Estado, a solidariedade interfamiliar passou a ser mais decisiva do que a propriedade da terra, esta solidariedade afirmava o sistema clientelista baiano. Já em Pernambuco, a conquista territorial e a expansão em diversas propriedades de uma mesma família, fez com que o poder destas tomasse larga escala temporal. Na Paraíba, o que prevalece referente a história da família são os grupos de base familiar, que a partir da política de parentela coordenaram o Estado. Logo, percebemos que, a partir da Tabela I (página 8), não é de se surpreender que neste Estado a representação política no Congresso Nacional tenha uma base tão familiar.

---

<sup>26</sup>Este território que consolidava a família era a fazenda onde o chefe desta residia, e ao mesmo tempo, administrava outras terras com apoio dos parentes.

A região Ocidental do Cariri se insere no mesmo sistema político descrito por Linda Lewin. As famílias Brito e Gaudêncio pertenciam a uma mesma ramificação genealógica<sup>27</sup>. Dentro do contexto histórico da República Velha, dois grupos se formaram a partir da área do cultivo do algodão e do poder de mando na secular cidade de São João do Cariri. As famílias passaram a construir um nome e demarcar seus territórios. Os laços entre as famílias formaram redes que chegavam até a Presidência da República, laços que confirmavam a existência do poder oligárquico em nosso Estado.

A partir da atuação destas duas famílias, no cenário estadual e nacional, pretendemos desbravar a consolidação da política de parentela em nosso estado, tal como a formação de identidades locais, que legitimaram este tipo de poder. Assim, contribuiremos especificamente para a historiografia, ao demonstrar as minúcias e as peripécias deste tipo de poder cuja Família sofre mutações.

No caso deste trabalho, a família aparece como instituição social que busca estratégias para fazer da representação política um meio de vida. Essa organização familiar criou estereótipos para trazer a população à vida política. Assim, nasceu uma cadeia de relações de poder que formaram identidades. A família não cabe apenas nos laços de consanguinidade, ela, como cultura política, está em todos os lugares: na casa do agricultor, na reunião dos vaqueiros num bar, na casa de farinha, na escola, na Casa-Grande, na prefeitura, na Assembleia Legislativa, no Cartório, no Palácio do Governo, na festa, nos tiroteios, nas rendeiras, na Igreja, nos cercados. Enfim, na liderança de um fazendeiro sentado em sua cadeira de balanço com seu ordenado chapéu na cabeça ao escutar de seus empregados, as tarefas diárias de sua propriedade.

A grande rede familiar traz os “de baixo” a conviverem com os “de cima” numa relação de amizade desigual, mas que, apesar de desigual, convivem e sobrevivem. Se no contexto histórico que trabalhamos, entre 1930 e 1960, o Estado tinha poder suficiente para suprir as necessidades da população, em contrariedade com o poder das famílias, não sabemos. Mas que as famílias do poder brigavam pela melhoria de suas cidades e por recursos, isto não deixa de ser verdade, já que o debate na Assembleia era de forte teor identitário. Entre a população e o Estado, esta é a ideia de família que pretendemos estudar.

---

<sup>27</sup>A árvore genealógica das famílias Brito e Gaudêncio encontra-se em anexos.

### 1.3 - Relações de poder e construção do campo social

As famílias Brito e Gaudêncio como objetos historiográficos nos ajudam a compreender as estratégias políticas, não somente em relação ao município, mas entre as diversas camadas administrativas e sociais. Para entendermos estas estratégias será necessário desbravarmos as fronteiras entre as relações de poder exercidas pelos membros das famílias, e a construção do espaço de atuação destas, denominado de “campo social” de acordo com a teoria de Pierre Bourdieu (2010).

Concordamos com Júlio Aróstegui (2006. p.24) quando este afirma que o historiador não deve apenas escrever a história, mas teorizar sobre ela, “descobrir fundamentos gerais a respeito da natureza do histórico” e “sobre o alcance explicativo de seu trabalho”. A historiografia, como disciplina do conhecimento histórico possui um papel utilitário para a sociedade, e não meramente descritivo. Pensar historicamente é refletir sobre as condições sociais do homem perante o tempo histórico. A história como objeto do conhecimento historiográfico atua no campo do social e tem como objeto, a análise do temporal.

Nosso campo social se restringe a composição política familiar dos Cariris Velhos que possuem suas próprias características. Já o tempo histórico retoma a um período da história do Brasil, do qual o Estado como poder instituído, estava a se consolidar. Assim, temos uma constelação temática que se preocupa com três eixos: **história local, história política e relações de poder**. Sobre o arcabouço teórico deste eixo, a família entra como objeto historiográfico.

Apesar de que, a partir de uma abordagem de escala, a Paraíba passa a ser “história local” perante a história do Brasil, os Cariris Velhos e especificamente o Cariri Ocidental tem muita história para contar, sobre a efervescência política que passou a Paraíba, durante o período de 1930 a 1960. A “Revolução” de 1930 abriu um novo leque de possibilidades para a efetivação do Estado como poder instituído, e a Paraíba participou de corpo e alma neste movimento político, pois a Revolta de Princesa - consequência da política de moralização da máquina pública por parte do então presidente João Pessoa e consequentemente a morte do presidente do Estado - fez eclodir o movimento “revolucionário”. Da Paraíba ao Brasil, o Estado ganhou força a partir do autoritarismo característico do Presidente Getúlio Vargas.

As famílias Brito e Gaudêncio foram coadjuvantes do Movimento de 1930 e demonstraram estratégias e peripécias no campo da política, que não são perceptíveis na ótica da história do Brasil. No embate entre José Américo de Almeida, Argemiro de Figueiredo e Ruy Carneiro, os Cariris Velhos atuaram como foco das divergências políticas entre as famílias.

Uma questão relevante, que nos é perceptível pela história da Paraíba, de modo geral, é o continuísmo das oligarquias. Há um consenso em que o presidente João Pessoa eliminou as oligarquias do Estado, ao trocar o comando dos chefes políticos. Enquanto, ao deslumbrarmos este movimento numa ótica mais concreta, percebemos que as atividades do então presidente foram contraditórias. Ele não só retirou os Gaudêncios do poder como deu este aos Britos: não foi “o fim” das oligarquias, mas uma substituição de oligarcas. Estas e outras minúcias só são possíveis perceber a partir da aproximação dos argumentos da história local.

Assim, podemos colocar a história local como duas ferramentas metodológicas: o paradigma indiciário e a construção da identidade social, esta com caráter mais político. Para Ginzburg (1990, p. 157) “o historiador é comparável a um médico, que utiliza os quadros nosográficos para analisar o mal específico de cada doente. E, como o do médico, o conhecimento histórico é indireto, indiciário, conjectural”. São nas minúcias que o historiador percebe as causas de “doenças” que não são perceptíveis à “olho nu”. O fato de Serra Branca e São João do Cariri terem participado de diversos tiroteios entre famílias demonstra problemas na vida política e particularidades na História da Paraíba, e consequentemente, na História do Brasil. O paradigma indiciário estudado por Ginzburg valoriza a hegemonia do detalhe em detrimento do todo. Assim, a narrativa “detetivesca” do local nos faz refletir sobre práticas incomuns, particulares. Não pretendemos colocar “o local” como espaço de leis generalizantes, mas demonstrar que nem toda lei é generalizante. O caso dos Cariris Velhos é uma exceção se colocada em relações a outros municípios.

Para Silveira (1996, p.18), a história local traz com si novas abordagens ao conhecimento histórico tal como “as coletividades como objeto, às histórias de vida dos sujeitos; as utopias, a falta de sentido na história; a explicação, à versão do fato”. O conhecimento histórico do local demonstra exemplos de casos que não são comuns à macro história. Não queremos afirmar que o caso das lutas familiares no Cariri paraibano é uma regra geral que a história global descartou, mas sim que, o local demonstra particularidades que podem ser utilizadas como construção de identidades

que levam a autonomia política. No âmbito local é perceptível a análise de rupturas e continuidades, de espaços de experiências e horizontes de expectativas.

O local também constrói identidades. Durante o período estudado houve uma clara distinção entre a identidade de São João do Cariri e de Serra Branca. As famílias do poder criaram espaços distintos para sua atuação, os “currais eleitorais” foram construídos a partir de uma luta política. Dificilmente conseguimos separar “o local” da atuação política social. Referente às relações sociais entre a população<sup>28</sup> e as elites, ou, a partir de uma ótica da história social, a conclusão de Jean Blondel (1994, p.12) é bastante convincente:

No campo, por muito tempo, o agricultor foi mantido a parte dos problemas gerais, em virtude das dificuldades de comunicação que se opunham ao desenvolvimento do sentimento nacional. Seu voto não tinha significação política e as ideologias não chegavam até ele. Contentava-se em manifestar sua simpatia por aquele que, na localidade, era o chefe, quer fosse o proprietário da sua terra, quer fosse simplesmente aquele que, em virtude da sua cultura ou riqueza, o auxiliava ou protegia.

A vida política se limitava ao “universo” de vivência da população. Para eles, política era a liderança de seu “chefe”, assim como as artimanhas que estes usavam para continuar no poder. Logo, podemos afirmar que havia uma relação identitária entre a população e as duas famílias. O povo de Serra Branca se identificava mais com os Gaudêncios enquanto os de São João do Cariri com os Britos.

Apesar da dependência política que o “cidadão” tinha em relação com seu chefe, havia manifestações de apoio a causas que protegiam as cidades. Exemplo disto foi a disputa pela mudança da Comarca de São João para Serra Branca em 1947, em que o povo de Serra Branca defendia a família Gaudêncio porque, acima de tudo, esta defendia a cidade, a mesma coisa pode-se dizer de São João do Cariri em relação aos Britos.

O conhecimento histórico, ao tratar da história local, já traz com si, um arcabouço político riquíssimo, que retorna como movimento que modifica o próprio local<sup>29</sup>. A construção da identidade social, seja a partir das famílias ou a partir da

---

<sup>28</sup>Principalmente a população rural.

<sup>29</sup>O papel do historiador seria o de elo entre a população e sua história. A partir da metodologia e da atuação do historiador no campo, o conhecimento produzido por este retornaria para a população, por sua vez, a população terá uma maior participação política e social em seu município (BARBOSA, 2005, p.10).

população, é uma construção política<sup>30</sup> (NEVES, 1997, 26). É essa construção política que elabora o local, tanto a partir da administração como a partir dos discursos. Assim, temos o local como objeto historiográfico e como instrumento de consolidação política e identitária. Neste aspecto, a história local casa com a história política, fato que enriquece o retorno do “político” como estudo da história.

A história política entrou em ostracismo a partir da crítica dos Annales. A política era tida por estes como a história dos acontecimentos, que valorizava a particularidade e a parcialidade, ignorando as massas e a consciência social (JULLIARD, 1976, p130). A partir das décadas de 1970 e 1980 a história política passou por renovações teóricas e metodológicas. A sociedade passou a fazer parte do vocabulário do político. Assim, outros agentes históricos passaram a ser visualizados. Para René Remond (1996, p. 26) a história política ganhou diversidade ao confluir com outras disciplinas e ao levantar novos problemas. Partidos, eleições, biografias, a mídia entre outras categorias fizeram com que a história política fosse mais democrática. Assim, a política deixou de ser apenas uma narrativa de eventualidades para ser um mecanismo de discussão sobre a vida e a organização política na sociedade.

Comparado a esta história das eventualidades, a produção do conhecimento histórico nos municípios paraibanos encontra-se nas mãos de médicos, professores, bacharéis, padres, letrados, em geral. É uma história que narra as gestões dos prefeitos e que coloca as massas, quando as coloca, como problema a ser resolvido. A população local engole a sua própria história como a história dos governantes. Daí a necessidade de buscar uma história local com a participação da própria população.

A Nova História Política trouxe consigo o conceito de cultura política. Originado pela Ciência Política na década de 1950, a “cultura” utilizada em seu conceito tinha sentido de erudição. Eles dividiram a cultura política em três níveis: a cultura política paroquial, cultura política da sujeição e cultura política participativa. A partir da década de 1990, a historiografia se apropriou deste conceito como ferramenta de trabalho. Para Rodrigo Patto Sá Motta (2009, p.21), cultura política é o:

Conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados para o futuro.

---

<sup>30</sup>Neste sentido temos a palavra *política* no seu sentido clássico dado por Aristóteles (2006). Para este, a política é a busca da felicidade e do bem comum.

Nesta perspectiva, a cultura política é essencial para a pesquisa sobre história local. As famílias tradicionais que detêm o poder administrativo e, que escrevem “a história” dos municípios, não são os únicos agentes históricos. Pois, ao tratar o local como “grupo humano”, o conceito de cultura política incluiu outros agentes sociais. Nenhuma família conseguiu chegar à “Chefia Suprema” sem a participação destes agentes históricos. A cultura política, como conceito, sofistica as relações de dominação. Ela demonstra que pode haver negociação entre dominantes e dominados, o que não exclui a exploração de classes. Os dominados passam a ser sujeitos da própria história (GOMES, 2005, p.24). A experiência vivida pelos grupos cria espaços de expectativas que configuram a identidade social dos municípios.

Uma história local, escrita na perspectiva da cultura política, ajuda-nos a refletir sobre as deficiências da participação política por parte dos cidadãos. Pois ela demonstra que a população tem poder, baseado na experiência, de agir politicamente. A partir da análise biográfica e governamental de seus governantes, a população deve construir um discurso crítico das famílias que comandam seus locais. Assim, eles se identificam como agentes históricos.

Além disto, o conceito de cultura política nos remete à explicação dos fundamentos do poder por parte das famílias. Para entender a biografia de um governante ou sobre o seu perfil governamental, devemos partir para o local, pois é do local que um determinado sujeito constitui sua cultura política. Assim fez Cittadino (2006, p.41-113) ao escrever a trajetória política da família Maia no município de Catolé do Rocha. A vivência de João Agripino na briga entre as famílias Maia e Suassuna fez parte de sua formação política. Logo, para entender o governo de Agripino Maia entre 1965 e 1971, será necessário buscar sua forma de governo em suas raízes políticas, ou seja, no local.

Como categoria da cultura política, a cultura histórica nos ajuda a compreender os alicerces da identidade local. Pois é a partir das experiências do passado e das expectativas de futuro que a população, assim como as famílias, forjam sua cultura. A relação entre cultura política e cultura histórica fica mais explícita na obra *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história* organizado por Martha Abreu, Rachel Soihet e Rebeca Gontijo. Neste livro há também um artigo de Ângela de Castro Gomes (2007, p.48) que coloca a cultura política como:

Um sistema de representações, complexo e heterogêneo, mas capaz de permitir a compreensão dos sentidos que um determinado grupo (cujo trabalho pode variar) atribui a uma dada realidade social, em determinado momento e lugar.

Rodrigo Patto usa “leituras do passado” na sua conceituação de cultura política. Ângela de Castro Gomes sofisticou mais o conceito devido ao seu estudo sobre o trabalhismo no Estado Novo. A partir de políticas públicas, o Estado buscou construir uma identidade para o país, daí foi necessário construir um passado do qual a cultura histórica passou a ser uma “dimensão constitutiva e também estratégica da cultura política” (GOMES, 2007, p. 49).

O conceito de cultura histórica é necessário para entendermos como se constituiu a identidade social de Serra Branca e São João do Cariri. A cultura política da região era singular, mas a cultura histórica era plural. Além disso, como observaremos nos próximos capítulos, a cultura histórica de Serra Branca começou a divergir da de São João do Cariri a partir da década de 1930: Serra Branca era a cidade do progresso (expectativas) enquanto São João do Cariri era a cidade secular, tradicional (experiência).

Assim, inserido no conceito de cultura política, a cultura história enquadra uma série de fatores que colabora com a formação da identidade política de determinada sociedade. Como afirma Sergei Berstein (1998, p. 362-363).

Factor de comunhão de seus membros, ela [cultura política] fazê-los tomar parte colectivamente numa visão comum do mundo, numa leitura partilhada no passado, numa perspectiva idêntica de futuro, em normas, crenças, valores, que constituem um património indiviso, fornecendo-lhes, para exprimir tudo isto, um vocabulário, símbolos, gestos, até canções que constituem um verdadeiro ritual.

A partir desta ideia de cultura política, temos este conceito como prioritário para se entender a formação identitária dos municípios aqui estudados. As famílias do poder pegaram carona com a cultura política mandonista e se readaptaram no cenário político a partir de um “patrimônio indiviso”.

Como afirma Koselleck (2006, p.308):

(...) experiência e expectativa são duas categorias adequadas para nos ocuparmos com o tempo histórico, pois elas entrelaçam passado e futuro. São adequadas também para se tentar descobrir o tempo histórico, pois enriquecidas em seu conteúdo, elas dirigem as ações concretas no movimento social e político.

A cultura histórica - trabalhada como “leituras do passado” e “como projetos políticos direcionados para o futuro” – casa com os conceitos de experiência e expectativa. O passado como experiência demonstra as recordações e o poder invisível (simbólico) que prolifera na vida da população perante o sistema político vigente. Já o futuro como expectativa guarda as esperanças de mudanças, que leva a população a buscar novos mecanismos para revisar sua cultura política.

A história local e a história política seriam insignificantes neste trabalho sem uma abordagem sobre as relações de poder e, principalmente sobre a manutenção do poder utilizado pelas duas famílias. Daí estarem inseridas duas categorias de grande relevância para este trabalho: Poder simbólico e Campo Social, ambos analisados pelo sociólogo Pierre Bourdieu.

Podemos fazer uma referência do campo social como espaço construído por relações de força que confluem em *habitus*<sup>31</sup> e poderes simbólicos. Por poder simbólico entende-se:

Uma espécie de círculo cujo centro está em toda parte e em parte alguma – é necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem. (BOURDIEU, 2010, p.7-8)

Assim, a região que se estende pela Comarca de São João do Cariri, entre 1930 e 1960, é formado por este poder invisível que é aceito, mesmo sem saber, pela população local. As duas famílias buscavam a partir de práticas discursivas e de estratégias de lutas simbólicas dominarem o campo político. As próprias famílias agiam a partir deste poder invisível, pois não haveria o jogo sem a crença no jogo, não era algo inventado, a crença era algo que já vinha no seio das famílias no tempo e na história.

Esta maneira de buscar o real como relacional, ou seja, o real como espaço de relações derivados do poder econômico e simbólico, faz-nos pensar o conceito de região como objeto de lutas de representação. Ao estender a ideia de região, não só como o local (como é o caso do nosso trabalho), mas como determinado por uma mesma cultura

---

<sup>31</sup>O conceito de *habitus* em Bourdieu (2010, p.61) seria “a espécie de sentido do jogo que não tem necessidade de relacionar para se orientar e se situar de maneira racional no espaço.” O *habitus*, a partir da crença de todos que vivem em determinado espaço, não possui origens, ele é simplesmente. A mentalidade política, as práticas discursivas e a disputa pelo poder passam a ser naturais no espaço a partir da crença do mesmo exercício do poder.

política, pode-se observar que a região não é pura invenção discursiva consciente: ela se baseia no concreto que cria um discurso inconsciente, invisível e simbólico.

A região pode ser estudada e até mesmo delimitada a partir do campo de luta das classes sociais onde o coração da disputa encontra-se no seio das classes dominantes, ou seja, aqueles que a partir de discursos, legitimam hierarquias. O que detêm maior poder simbólico logo passa a ser o mais reconhecido. Os fundamentos deste poder não se desligam das formas de produção da sociedade: não é por acaso que as famílias Brito e Gaudêncio detinham tal poder ao mesmo tempo em que eram donos de vastas propriedades. Como afirma Bourdieu (2010, p.12), “as facções dominantes, cujo poder assenta no capital econômico, tem por vista impor a legitimidade da sua dominação”. O poder de mando começa com a hierarquia nas relações de trabalho, imposta esta hierarquia, chega a hora de legitimá-la. Cria-se assim o capital simbólico. O nome<sup>32</sup>, o partido político, os causos, os títulos, os apadrinhamentos formam o capital simbólico das famílias. Assim, a própria região se identifica com o poder exercido pelas famílias: a identidade de um membro da região liga-se primeiro ao seu chefe político para depois se adequar à mesma. O chefe político é aquele que possui capital econômico e capital simbólico significativo. Foi assim que São João do Cariri, a partir de 1947, ficou reconhecido como reduto dos Britos e Serra Branca dos Gaudêncios.

A partir desta análise da luta pelo poder<sup>33</sup> formador de regiões<sup>34</sup>, conclui-se que cabe aos dominados apenas a aceitação a partir do poder simbólico imposto pelos dominantes (BOURDIEU, 2010, p.124). O vaqueiro ou o agricultor são influenciados a terem a sua identidade forjada pela classe dominante, a sua vontade política passa a ser a vontade de seu dominador. Isso, relativo ao poder político dentro do sistema simbólico. A par deste, os dominados conseguem tirar proveito da oposição e da situação no sistema eleitoral, como almoçar na casa dos Gaudêncios e jantar na casa dos Britos. Apesar de haverem bricolagens e estratégias de defesa dos dominados, estes acabam absorvendo os discursos dos dominantes, e se identificam com as causas destes. Daí “fulano” votar no “coroné” devido ao fato deste ser mais “douto” ou mais inteligente, discurso este criado pelo próprio coronel. Para esta estrutura ter fim, seria necessária uma revolução simbólica, tendo o poder reappropriado pelos dominados. No

<sup>32</sup>Sobre o nome das famílias como capital simbólico ver o artigo *Sobre nomes e sobrenomes: família na Paraíba, séculos XIX e XX* de Marisa Tayra Teruya (2010, p.51-65)

<sup>33</sup> Entendemos o poder como capacidade ou possibilidade de realizar algo, derivada de determinada autoridade institucional ou consuetudinária.

<sup>34</sup>Ou aquilo que Bourdieu (2010, p.112) denomina de “Di-Visão”.

caso da Comarca de São João do Cariri, não tratava-se de um poder centralizado, mas disputado por duas famílias, ou se era Brito ou Gaudêncio, não havia brechas para um terceiro poder derivado dos dominados.

Por conclusão, referente ao conceito de região, temos este como espaço de campo de força, cujo capital – seja econômico ou simbólico – predomina. O dono do capital que possui mais forças e sobressai nas pluralidades de visões referentes à região. Este é fruto de discursos que se impõem tanto por causas naturais – como a seca por exemplo – como por culturas históricas. A Comarca de São João do Cariri, entre 1930 e 1960 é uma construção simbólica e econômica das famílias do poder. Neste trabalho, não estamos preocupados de separar o “visível do dizível”, mas sim demonstrar como o “visível” (baseado nas formas de produção econômica) passa a ser dizível (a partir de determinado poder simbólico) nas falas das famílias e como estas legitimam e identificam regiões.

Como observamos, a construção do espaço social é formado por um campo de relações de poder. O campo social é o espaço de lutas pela legitimação de identidades. Logo se faz necessário observarmos a cultura política e a cultura história inseridas a partir do espaço de experiência e dos horizontes de expectativas da sociedade a qual estudamos. São as relações de poder inseridas neste espaço que formam o local, relações estas que extrapolam o próprio local, mas que ganham uma nova dinâmica de análise a partir de índices que não são possíveis observar de maneira generalizante. As relações de poder criam discursos que caracterizam o local da disputa e que o legitima como região. Assim, a região seria formada pelo discurso do mais forte – o dono do capital simbólico e econômico – e caberia aos dominados a aceitação do poder “invisível” que os prende à cultura política local através de discursos.

Ocorre que este discurso é localizado, e que por certo viés historiográfico<sup>35</sup>, até a localização passa a ser fruto de discursos assim como seus agentes: é o caso da figura do “coronel”, centro da forma de dominação que caracteriza o mando no Brasil durante a República Velha. Mas o que será o “coronel” e sua estrutura política denominado “Coronelismo”? Prática discursiva, acumulação de capital simbólico ou fruto de uma cultura política? É o que pretendemos analisar no próximo tópico.

---

<sup>35</sup> Sobre o conceito de região formado por discursos e micro poderes destaca-se o livro *A invenção do Nordeste e outras artes* de Durval Muniz de Albuquerque Junior. (2010, p.29-49). Para Durval o Nordeste foi “inventado” por discursos centrados especificamente em São Paulo e Recife durante a primeira metade do século XX. O processo ocorreu no período de nacionalização do Brasil e da centralização do poder econômico e político no Rio de Janeiro e em São Paulo.

## 1.4 - O poder de mando: invenções, peripécias ou a acumulação de capital simbólico?

As famílias Brito e Gaudêncio se inserem numa disputa que podemos denominar de busca pela “chefia suprema”. A estrutura política social desta busca, em que o poder de mando é o principal agente de legitimação de identidades, pode ser avaliada a partir do estudo do conceito de “coronelismo”.

Segundo José Murilo de Carvalho há uma problemática muito extensa sobre o conceito de coronelismo. Para este, a tarefa dos historiadores referente às problemáticas do conceito seriam apenas resolvidos por uma pesquisa de campo. Mas, de antemão, pensamos ser necessário dialogarmos sobre que conceito de “coronel” está presente neste trabalho.

Carvalho (1997) atribui a confusão referente ao conceito, por a compararmos ao clientelismo e ao mandonismo. Para este o clientelismo e o mandonismo seriam características da política brasileira e o coronelismo um contexto histórico datado. Mas de forma geral, datado historicamente, o coronelismo foi fruto das relações de poder entre o poder público fortalecido após a Proclamação da República, e o colapso social dos latifundiários, que para escaparem de uma crise estruturante, tiveram que utilizar da máquina estatal para continuar no poder.

Assim, a República Velha, período que vai de 1889 a 1930, caracteriza-se como um período de troca de favores entre as diversas camadas sociais e administrativas do Estado. Segundo Carvalho (1997) este sistema estaria organizado da seguinte forma:

O governo estadual garante, para baixo, o poder dos coronéis sobre os seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos, desde o delegado à professora primária. O coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de votos. Para cima, os governadores dão seu apoio ao presidente da República em troca de reconhecimento deste e de seu domínio no Estado.

Inserido neste contexto, o clientelismo e o mandonismo seriam fatores preponderantes da estrutura política da República Velha, mas que não surgiram dela, pois são estruturas de longa duração.

O mandonismo na concepção de Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976, p.33) foi uma forma de poder existente no Brasil desde sua colonização, do qual os principais agentes que o consolidaram foram o grande latifúndio e a “família grande”. O poder de

mando era liderado pelo chefe da família e donos de propriedades. Assim, a nossa estrutura política teria a base na terra e na família. Durante o Império, quando a centralização política passou a ser o centro do debate político, o mandonismo se readaptou, pois “a terra” aos poucos perdeu importância para as cidades. Com a crise do valor social dos grandes latifundiários e com a autonomia econômica do país sobre o café, o coronelismo da República Velha como vimos em Carvalho, foi um período particular do mandonismo. Para Queiroz (2004, p.156), “o coronelismo seria uma forma de adaptação entre o poder privado e um regime político de extensa base representativa”. Para ela, o poder do coronel é medido pelo número de votos que este detém, assim, o clientelismo entra em cena como um mecanismo de garantia de sucesso para o coronel.

O clientelismo é outro conceito de longa duração que merece destaque. Richard Graham (1997, p.112-125) ao estudar a organização política brasileira durante o Império destrinhou o clientelismo. Para ele, o clientelismo foi uma prática que atingiu todos os cargos públicos do Império, do alto ao baixo escalão. Os presidentes de províncias eram nomeados pelo Imperador, já com o propósito de vencer as eleições em favor da monarquia. Quando o presidente assumia o cargo da província, começava a distribuição de cargos locais. O presidente decidia justamente quem seria seu candidato na representação local.

O poder exercido pelo representante local era salvaguardado pelo poder de coagir. Os delegados nomeados pelo presidente da província eram em geral proprietários rurais que chefiavam a clientela local, estes representantes quase sempre da situação. Se por acaso ocorresse de um oposicionista causar confusão perante as eleições, cabia ao delegado com suas sentinelas fazer valer “a ordem”. A instituição que mais detinha o poder de coagir era a Guarda Nacional, o qual o chefe era denominado de “Coronel”. O posto de coronel era atribuído aos homens ricos que detinham o poder econômico em determinada região. Assim fica claro que o clientelismo como sistema político, já estava enraizado no Brasil antes da República.

Como analisamos em Carvalho, Queiroz e Graham, as peripécias dos latifundiários nas entradas do Estado formou o coronelismo, este datado historicamente. Mas em nossa análise, a partir do momento em que os Britos e os Gaudêncios sobem ao alto escalão da política paraibana, após 1930 – “marco” final do coronelismo – as peripécias das famílias que “mamam nas tetas do Estado” continuaram, pouco se diversificando com a estrutura da República Velha.

Mas ao tratarmos o conceito como determinado e infalível, estamos correndo o perigo de não aceitar o conceito de coronel como modificável a partir do tempo histórico. Os conceitos não são permanentes, pois eles sofrem alterações, pelo fato de estarem relacionados a contextos históricos e sociais. Para Raymond Williams (2007, p.39), o “significado” das palavras ultrapassa as fronteiras da significação, pois estes estão relacionados às normas e às regras que se transformam constantemente nas relações reais. Como afirma Williams, “tanto os significados quanto as relações são characteristicamente diversos e variáveis, dentro das estruturas de ordens sociais específicas e dos processos de mudança social e histórica”.

Um dos problemas levantados por Williams era o fato de questionar a relação entre palavras e conceitos. Koselleck (2006, p.194) buscou fazer esta distinção ao definir a palavra como mera fala e escrita sem circunstâncias políticas e sociais. Quando a palavra engloba a totalidade destas circunstâncias, ela passa a ser conceito. Nesta perspectiva, Williams não trabalhou propriamente com a “palavra”, e sim com o seu “conceito”. O coronelismo como conceito abrange uma totalidade de circunstâncias político-social, logo quando ela é questionada a partir dos moldes históricos (tempo e sociedade), ela passa a ser conceito, que como vimos não para de sofrer alterações.

Assim, o “conceito” como campo para observação do conhecimento histórico, ganha relevância. Os conceitos estão baseados na vida da sociedade, nas relações familiares, no trabalho braçal que deixam cicatrizes de uma vida, na comunicação de massa, nos corredores das universidades ou nas relações de poderes nos Cariris Velhos da Paraíba.

O conceito de coronelismo, assim como todo tipo de conceito, é modificado por contextos sociais e políticos, este pode ser “inventado”, como defende a historiadora Maria Lucinete Fortunato (2008, p.54). Ela questiona o conceito de coronelismo da seguinte forma:

O fato de não se abrir mão de um conceito e, consequentemente, a tentativa de legitimá-lo sempre, insistindo-se na sua conservação, apesar das mudanças históricas, não estaria ajudando na legitimação da dominação da cena política por parte de determinados seguimentos sociais em aliança com “o Estado”? Não se estaria com isso pensando permanentemente naturalizar a ideia de que no teatro das relações de poder são sempre os mesmos personagens que roubam a cena?

Para Fortunato, a constante representação do coronelismo por parte da historiografia seria uma maneira forçosa de legitimar a cadeia de nossa estrutura política. Para ela,

carecemos de outros conceitos para dialogarmos com outros problemas, e assim, não ficaríamos mais presos a um único.

Para a autora, o conceito de coronelismo foi fruto do símbolo de “coronel”. O símbolo do coronel, a partir de 1918 – com o fim da Guarda Nacional – foi utilizado como simulacro para legitimar o poder local. No pós-1930, houve um movimento literário no Nordeste onde os principais temas eram a seca, o cangaço, o coronel e o beato. Segundo Fortunato (2008, p.171), a historiografia não conseguiu romper com estes estereótipos que caracterizam o Nordeste<sup>36</sup>. Como a partir de 1930, a Era Vargas colocou novos valores a serem seguidos em sociedade, valores da República Velha foram ligados a atrasos, inclusive ao campo. Assim “inventaram” o conceito de coronelismo para menosprezar um período histórico e, ao mesmo tempo, criticar a atuação de políticos mandões que viviam de latifúndios. O Nordeste foi região privilegiada da atuação dos “coronéis” expressos pela mídia, enquanto o eixo Sul ficou caracterizado como uma região de progresso. A invenção do “coronel” estaria ligada a fatores identitários e a disputas políticas regionais. Mas será que tudo referente ao coronel era peripécia ou invenção?

Ao trabalhar o caso dos Cariris Velhos percebemos que o próprio coronelismo não é um conceito do qual utilizamos para datar um período histórico e nem, ao mesmo, um termo inventado para legitimar poderes. O coronelismo também é um conceito plástico, daí ter um longo debate sociológico sobre o termo, mas apesar de plástico, possui continuidades em nossa cultura política.

Jean Blondel, francês que, em 1957 escreveu um livro denominado *As Condições da vida política no Estado da Paraíba*, apresentou os vícios enraizados em nossa organização política. Vale salientar que sua pesquisa ocorreu três décadas após o Movimento de 1930. Na sua obra, ele destrinchou um sujeito histórico que lembra o símbolo do “coronel”: o “chefe político”. Para Blondel (1994, p.59) o coronelismo é uma particularidade do sistema do “chefe político”.

O “chefe político” é o sucessor deste chefe de clã do qual houve muitos exemplos no sertão, na época em que era essencial a necessidade de fazer reinar a ordem; é, também, o sucessor dos proprietários de terras que cultiva a cana-de-açúcar na zona litorânea. É ele que serve de intermediário entre o mundo exterior e o camponês; e é por seu intermédio que este se interessa pela vida política e vota auxiliado pelos lugares-tenentes, “cabos-eleitorais” que fazem o trabalho cotidiano.

---

<sup>36</sup>A autora trabalha o tema a partir das representações de José Lins do Rêgo, Jorge Amado e Dias Gomes.

Assim, a política paraibana liderada pelos “chefes” é uma particularidade do coronelismo, não podemos afirmar que o caso da Paraíba seja padrão no território nacional. O “chefe político” não é uma invenção, pois eles estão na ativa, assim como sua legitimação não vem de discursos midiáticos e historiográficos. O que legitima o poder do “chefe político” é seu papel de intermédio entre o “camponês” e o Estado, é o poder invisível do “não dito” que leva a população a se identificar com os valores do seu candidato: coragem, macheza<sup>37</sup>, boa retórica, honra, amizade, etc.

O poder exercido pelos membros das famílias Brito e Gaudêncio adentra a tipologia de “chefe político” descrito por Blondel (1994, p. 62-65). Para ele, o caso dos Cariris Velhos caracteriza um tipo “indireto” de domínio político. Por se tratar de apenas duas famílias no poder, com territórios pré-definidos, nenhum tem o domínio direto sobre os eleitores, o que tornou a luta das famílias mais agressiva.

Como a política era regida a partir da disputa de um mesmo “curral eleitoral”, a agressividade entre as duas famílias era maior. Mas a disputa não ocorria apenas nos tiroteios, elas tinham caráter simbólico. Daí observar o coronelismo como o poder exercido por um “chefe político” a partir da acumulação de capital simbólico e econômico.

Concordamos com Queiroz (2004, p.164) quando esta ressalta que o coronelismo se ergueu sobre duas bases: a parentela e a posse de bens. O coronel, como observamos na primeira parte deste capítulo, é o chefe da parentela. Sem a família, sem sua “casa”, sem sua rede de amizades, o coronel não obtinha poder. Mas não basta apenas ter uma parentela organizada, era necessário ter fortuna, da qual a principal dela era a terra. Assim, podemos afirmar, a partir da análise do poder simbólico em Bourdieu, que a terra se caracteriza como capital econômico da estrutura coronelística, que para se sustentar, aproveita dos benefícios do Estado. Já a parentela e todo o seu arcabouço – nome, hierarquias, brasão, fazendas, liderança, cidades – caracterizam o poder simbólico.

Como poder simbólico, o coronelismo continuou após 1930. Pois como observamos na Tabela I (página 8), a Paraíba lidera o nível de parentela no Congresso Nacional. Para Rêgo (2008, p.98) o coronel conseguiu encontrar novos meio de controle e como observamos em Blondel, em 1952 existia uma nova base oligárquica na Paraíba.

---

<sup>37</sup> Estereótipo do homem “brabo”, valente e corajosa que busca honrar a moralidade de si e da família mesmo com atitudes violentas.

Uma das indagações que nos levam a refletir sobre nossa política no presente é como as famílias Brito e Gaudêncio se fortaleceram após o Movimento de 1930? O conceito de coronelismo não consegue abarcar a totalidade deste processo, ao mesmo tempo em que “chefe político” predomina na região irregularmente, já que de acordo com a situação política, a chefia da família era mudada, ou como era o caso da família Gaudêncio, dois ou três irmãos eram chefes ao mesmo tempo.

Temos assim, o coronelismo como período histórico característico da República Velha, do qual no âmbito local (Cariris Velhos da Paraíba) sofreu poucas alterações pós-1930. O sistema coronelista, ou seja, a troca de favores em diversas camadas sociais não foi fruto apenas das peripécias do “coronel”, pois não haveria jogo sem a crença no jogo, não haveria política sem a crença na política, os próprios chefes acreditavam naquilo que estavam a fazer; assim eles eram frutos determinantes da cultura política e da cultura histórica vigentes em seu presente.

Os espaços de experiência destes coronéis estavam centrados no mandonismo da Guarda Nacional e no clientelismo característico da República Velha. Já o horizonte de expectativa era se mantiver no poder com o usufruto do Estado.

Ao mesmo tempo em que coronelismo não era uma invenção, era uma prática que foi construída por fatores como mandonismo e clientelismo, práticas estas que possuem longa duração. O conceito não consegue segurar todas as continuidades do sistema que perduraram pós-1930, mas faz-nos refletir sobre sua presença ainda nos dias atuais na Paraíba. Tal sistema político, como padrão para este trabalho, é a acumulação de capital simbólico e econômico por um chefe político que utiliza destes capitais para obter votos e permanecer no poder.

Com um caso específico, como é a dos Cariris Velhos, podemos oferecer informações sobre a natureza do coronelismo e sua continuidade na Paraíba. Mas para entender tal processo faz-se necessário inserir a história das famílias nos eventos que marcaram ou o fim ou a restruturação do coronelismo: o movimento de 1930.

## CAPÍTULO 2 – VIDA E (SOBRE) VIDA DAS OLIGARQUIAS: O CASO DAS FAMÍLIAS BRITO E GAUDÊNCIO

### 2.1 – O Movimento de 1930 entre continuidades, rupturas e culturas políticas

26 de julho de 1930. No final daquele dia, no pôr do sol, na Biblioteca Pública da capital da Paraíba, uma pequena multidão recebeu uma notícia bombástica: mataram o presidente João Pessoa. “Desorientados” e catatônicos, ficaram meia hora no local, pois não estavam a acreditar nos fatos ocorridos na Confeitaria Glória no Recife. Ao acordarem do susto, saíram imediatamente do local e seguiram para uma esquina próxima onde se localizava o sobrado da família Gaudêncio. Derrubaram o portão principal e invadiram o casarão. Cadeiras, estantes, quadros, roupas, utensílios domésticos foram arremessados pelas janelas. A noite ficou iluminada pela fogueira que queimava os objetos do então Senador José Gaudêncio de Queiroz. Naquele momento, um deputado “perrepista”<sup>38</sup> passou pelo local e pediu calma, e, se não tivesse corrido, teria perdido a vida ali mesmo (JOFFILY, J., 1979, p.295-296).

Este foi um dos episódios ocorridos durante um período de grandes transformações na Paraíba. Num contexto mais amplo, tratava-se do Movimento de 1930 que “põe fim” a política dos governadores instaurada pelo presidente da República, Campos Sales, e deu inicio ao governo de Getúlio Vargas.

Para Octávio Ianni (1991, p.25-34), a revolução foi um movimento que encerrou o período liberalista característico da República Velha e uniu num mesmo projeto, a sociedade e o Estado, num mundo predominantemente burguês. As mudanças globais, ocorridas com a I Grande Guerra Mundial e a Crise Econômica de 1929, esgotaram o modelo econômico brasileiro que protegia a exportação do café.

O conceito de “Revolução”, segundo Borges (2003, p.159-182), foi fruto dos discursos exposto na imprensa, pelos memorialistas e escritores das décadas de 1920 e 1930. “A questão social” foi termo proposto para uma “revolução brasileira” que objetivava uma mudança estrutural na sociedade. Daí o termo ser primordialmente denominado “Revolução de Outubro” ou “Revolução de 1930”. A “revolução política”,

---

<sup>38</sup>Tratava-se de dois grupos políticos: aliancistas e perrepistas. Os aliancistas eram membros da Aliança Liberal e os perrepistas, todos que apoiavam o PRP (Partido Republicano Paulista).

na visão dos tenentes<sup>39</sup>, seria uma transformação nas instituições que trazia em seu íntimo a moralização da execução do poder. Assim, o conceito de “revolução” foi uma “entidade mítica” nos discursos da classe política situacionista pós-1930. Os horizontes de expectativa dos “revolucionários de 1930” eram obscuros, mas seu alicerce estava no espaço de experiência fruto da “inescrupulosa” República Velha. Como fica claro na fala do tenente-civil gaúcho Oswaldo Aranha:

Ninguém sabe onde nascem as revoluções, como vivem, nem quando morrem. Suas origens são longínquas e obscuras, vêm do passado que violou as leis econômicas e sociais, e seus destinos perdem-se no futuro, cujo mistério ultrapassa o estado atual de nossos conhecimentos (ARANHA *apud* BORGES, 2003, p.162).

Mas a questão que predomina ao se utilizar o conceito de “revolução” é justamente o conceito de “ruptura” que, mas tardar, em 1937, nega e discrimina a República Velha com a fundação de um “Estado Novo”. Vale salientar que este é apenas um dos discursos que surgiram pós-1930. O Partido Comunista Brasileiro, por exemplo, não tratava o movimento de 1930 como revolução. Para o PCB, o movimento foi apenas uma substituição de oligarcas no poder. A mesma opinião foi validada por políticos tradicionais como Epitácio Pessoa. Essa teoria caracteriza a continuidade do processo político e nega a transformação estrutural vigente nos discursos dos tenentes.

A partir de 1945, a Revolução de 1930 teve uma abordagem predominantemente marxista. Para Caio Prado Jrº, a revolução foi um processo de adaptação da economia brasileira aos moldes do imperialismo econômico mundial, 1930 foi apenas um reajustamento. Durante as décadas de 1950 a 1970, o marxismo marcou forte presença na academia, assim o movimento de 1930 foi denominado de “Revolução Burguesa”, ou seja, foi a partir de então que o capitalismo se inseriu no Brasil em oposição ao sistema “semifeudal”. Termos como “velho/novo, arcaico/moderno, adiantado/atrásado” fizeram parte do vocabulário político. Como história política, destacou-se neste período o conceito de ideologia. Duas ideologias entraram em choque: a ideologia das estruturas agrárias e as estruturas urbanas nascentes. 1930 foi o rearranjo que deu ao Estado o poder de equilibrar tais ideologias em prol da industrialização do Brasil.

---

<sup>39</sup>Os “tenentes” foram os agentes do tenentismo: organização militar que buscava a moralização política da República Velha. Antes de 1930 eles se destacaram na Revolta dos 18 do Forte de Copacabana em 1922, na Revolução de 1924 também no Rio de Janeiro e a Coluna Prestes liderada por Luís Carlos Prestes.

Além do marxismo vigente entre 1950 e 1970, outras teorias sobre o movimento de 1930 ganharam destaque, inclusive um marxismo menos ortodoxo, com destaque para Boris Fausto e Luiz Werneck. Entre as principais teorias destacam-se:

- A ideia de “Estado de Compromisso” de Francisco Weffort, do qual Vargas estabeleceu o poder do Estado como compromisso para reger a sociedade.
- O estamento patrimonialista presente na política desde o período colonial, do qual 1930 foi uma readaptação, descrita por Raymundo Faoro.
- A revolução de elite do qual houve uma substituição de classes dirigentes no poder, teoria defendida por Luiz Werneck e Thomas Skidmore.
- A ideia de aliança temporária entre a burguesia não vinculada ao café de Boris Fausto.
- O caráter plural e não processual da “Revolução”, demonstrando as várias possibilidades de interpretação do Movimento de 1930 no campo historiográfico escrito por Edgar De Decca em *O Silêncio dos Vencidos*.

A partir de então, a ideia de continuidade das elites políticas e das transformações econômicas ficaram mais claras. O termo “revolução” entrou em contradição e passou a dar o ar do continuísmo. O movimento foi organizado basicamente por “burgueses” agroexportadores que, por analisarem a crise de 1929 e a necessidade do compromisso do Estado de buscar novos mercados e “mercadorias”, além de suprir o mercado externo, resolveram adequar o Estado às necessidades do mercado internacional.

Para Ângela de Castro Gomes, 1930 deve ser analisado a partir da instabilidade política, um período de continuidades e descontinuidades. Mas ao teorizar sobre todos estes autores, Vavy Pachego Borges (2003, p. 181-182) destaca o movimento de 1930, não como uma história-processo marcado por guerras ideológicas, mas como pluralidades de possibilidades num Estado em formação. Assim Borges evidencia a “revolução” como representação, ou seja, como momento histórico que teve papéis identitários no “novo” Brasil que surgia na era getulista.

Na Paraíba, a historiografia referente a 1930 também percorre os caminhos da história-processo, onde a observação das rupturas e continuidades são temas centrais. Para José Jofilly<sup>40</sup> (1979, p.47-71), o movimento de 1930 foi uma

---

<sup>40</sup> José Jofilly foi autor do livro *Revolta e Revolução: cinqüenta anos depois* lançado nas vésperas do ano do cinquentenário do Movimento de 1930. Durante o movimento, Jofilly tinha 16 anos na época do

verdadeira revolução se comparada a Revolução Francesa. O povo foi às ruas após o conhecimento da morte de João Pessoa, invadiram residências de perrepistas e reclamaram por mudança radical no quadro político. Esse fato para Jofilly (2003, p.52) caracteriza a revolução:

A parteira da História é a violência. O postulado marxista está traduzido para todos os idiomas e dialetos, constituindo hoje verdadeiro aforismo. Uma análise superficial das descontinuidades da História confirma que seu curso é alterado por impactos dramáticos.

A “Revolução de 1930” foi o fator dramático que alterou a economia e a sociedade brasileira. O autor expõe que a “Revolução” foi uma briga interoligárquica tanto na Paraíba quanto no Brasil, mas que gerou revolta entre a população urbana, como foi o caso da capital da Paraíba.

Outra análise do Movimento de 1930 na historiografia paraibana destaca o continuísmo das oligarquias, tal como demonstra a obra *Morte e Vida das Oligarquias* de Eliete de Queiroz Gurjão. Para Gurjão (1994, p.103-198), 1930 significou a crise das redes de compromisso regionais devido às transformações da economia agroexportadora para uma economia urbano-industrial e devido à progressiva centralização do poder. Simultaneamente, as oligarquias se rearranjaram neste processo a partir da concentração econômica no sul e da forte aliança personalista dos chefes políticos: americismo, argemirismo e ruysmo.

Martha Falcão Santana (1999, p.21-22) admite o Movimento de 1930 como “revolução passiva”, liderada pela elite em sem uma exigência de cunho popular. A mesma concorda com Gurjão ao afirmar que houve mudanças significativas ao se tratar da transformação de um Estado oligárquico agroexportador para um Estado em processo de industrialização e urbanização.

Na década de 2000 a “Revolução de 1930” foi trabalhada por Luciano de Queiroz Aires (2006) na dissertação denominada *Inventando Tradições, Construindo Memórias: A “Revolução de 30” na Paraíba*. Para Aires houve uma construção mítica referente ao presidente João Pessoa, que foi tema do discurso dos aliancistas. Assim, a “Revolução de 1930” pode ser considerada uma tradição inventada que programou uma construção identitária na Paraíba: o nome da capital, nome de escolas, praças, as cores da bandeira e o hino do Estado, todos em homenagem ao “mártir”. Vista por este

assassinato de João Pessoa e acompanhou o movimento como estudante e como soldado. (JOFILLY, 2003)

ângulo, a dissertação de Aires se adéqua a justificativa de uma “Revolução” como “Representação” defendida por Borges.

Para Fortunato (2008, p.86-87), a “Revolução de 1930” foi uma invenção discursiva formulada pelos “vitoriosos” após o movimento. Os aliancistas buscavam se diferenciarem da “velha” ordem política, assim, estes inventaram símbolos como “verdadeira democracia” e “nacionalismo” em oposição à “República dos Coronéis”. A mesma indaga que o conceito de coronelismo foi consolidado a partir daquele momento como forma de dar corpo às oligarquias. Assim, o Movimento de 1930 para Fortunato se concilia com a ideia de Luciano Aires, do qual o Movimento foi marcado por várias interpretações se salvando o discurso dos vencedores.

1930 não foi o fim da política de parentela e para alguns historiadores, não marcou o fim do coronelismo, tal como afirma Rêgo (2008, p.101): “(...) os coronéis não somente sobreviveu a revolução de 1930, mas também conservaram seu direito de dominar o sertão, sobretudo como oligarquias familiocráticas”. Para ele, o coronel buscou outros meios de controle, o que não foi difícil de encontrar, pois este impedia o alistamento de eleitores opositores, por exemplo. Na zona rural, o coronel perpetuou seu poder como mediador do Estado centralizado de Vargas e a população rural.

Para Maria Isaura de Queiroz (1976, p.155) o Movimento de 1930 “guardava no seu seio, coexistentes, tendências mais novas entremeadas de velhas tendências sobreviventes da Colônia”. Para a mesma, o fato da “Revolução” ter se realizado com a ajuda de velhos coronéis provou a continuidade do coronelismo.

Não acreditamos que o coronelismo passou por mudanças substanciais depois de 1930. A chefia política dos municípios continuou a se sustentar a partir dos laços familiares e das posses de latifúndios. Na liderança destes chefes destacaram-se práticas advindas das “velhas tendências” do mandonismo brasileiro. O fato das famílias Brito e Gaudêncio acirrarem a disputa política em São João do Cariri após 1930 prova a continuidade destas práticas. Violência privada, familismo, benefícios de verbas do Estado foram algumas destas práticas que sobreviveram. A mudança na cultura política que evidenciou a crise do coronelismo foi a redemocratização em 1945 e não o Movimento de 1930. A partir daquele ano, o Tribunal Eleitoral buscou moralizar mais as eleições e velhas práticas foram ficando em desuso. Era necessário conquistar o voto do eleitor e não mais obrigar este a votar. Assim, a ideia de Estado e cidadania se alastrou e a população começou a cobrar mais das lideranças políticas.

Como questão de poder familiar, tratamos 1930 como continuidade dos laços partidários visados por apoio interfamiliares, como expõe Gurjão (1994, p. 177):

A despeito de alguma incorreção que possa haver quanto aos parentescos apontados, achamos ser mais que conveniente quanto a sobrevivência da “República Nova” do clássico sistema de política familiar.

Buscamos observar a continuidade do poder familiar não apenas como História-Processo, mas como presença em culturas políticas, que foram ressignificadas pelas oligarquias familiares pós-1930, tal como evidencia o caso das famílias Brito e Gaudêncio. Assim, entendemos que o Movimento de 1930 pode e deve ser observado por diversos ângulos, além das continuidades e rupturas, mas que, como processo histórico, oferece uma fonte inesgotável de filtros de culturas políticas: com destaque para o poder familiar.

## 2.2 – Da política oligárquica ao Movimento de 1930: a gangorra do poder entre Britos e Gaudêncios

Era característica na República Velha a política de conciliação entre as bases locais, estaduais e nacionais. Uma camada sustentava a outra do qual os Estados mais ricos lideraram o destino do governo federal. Tratava-se primordialmente de dois estados fortes, São Paulo e Minas Gerais e outros estados de poder mediano como Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Pernambuco.

O Estado republicano protegia os cafeicultores e era por estes dirigidos. Logo, na sucessão presidencial, havia uma alternância entre Minas Gerais e São Paulo para assumir a vaga presidencial. São Paulo devido ao seu poder econômico, Minas Gerais por ter um amplo “curral” eleitoral.

A “imprudência” do Presidente paulista Washington Luís em escolher para sucessor também um paulista, Júlio Prestes, enquanto deveria escolher um mineiro, contribuiu para a formação de um partido de oposição denominado Aliança Liberal. Formado pela aliança de três Estados – Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul,a chapa propôs o gaúcho Getúlio Vargas como presidente da República e o presidente da Paraíba, João Pessoa, como vice. As eleições ocorreram em 1º de março de 1930.

O pleito, com todos os vícios da República Velha<sup>41</sup>, deu vitória ao presidente paulista Júlio Prestes. Mas em 30 de março do mesmo ano, um mês após a derrota, Vargas se manifestou ao acusar as fraudes eleitorais e os maus costumes da política nacional. Semanas depois, radicais como Oswaldo Aranha e Lindolfo Collor contataram descontentes que residiam na Paraíba, em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul. Um esperava pelo outro para ter alguma iniciativa, até que um fato inusitado ocorrido em 26 de julho mudou a situação: a morte de João Pessoa (SKIDMORE, 1982, p.22-23).

O projeto de tomada do poder das mãos de oligarcas paulistas já vinha sido planejado durante a Campanha da Aliança Liberal. Devido aos costumes fraudulentos do processo eleitoral, a vitória de Júlio Prestes era esperada, assim, a conspiração para o golpe começou a ser planejado em plena campanha. Na caravana da Aliança Liberal pelo Nordeste, conspiradores como José Américo de Almeida e o gaúcho Batista Luzardo<sup>42</sup>, tentaram convencer João Pessoa a aderir ao movimento “revolucionário”, mas este recusou. Segundo José Américo de Almeida (apud RODRIGUES. I, 1981, p.68):

João Pessoa foi bem categórico em não aceitar aderir ao movimento revolucionário: “Seus olhos enchiam-se de brilho e sua voz dominadora alterava-se (...) avolumando a voz, com calor, o entorno, a rebeldia do temperamento indomável, gritou para quem quisesse ouvir, um tanto rouco: - Prefiro mil vezes Júlio Prestes a uma revolução!”.

Foram realizadas duas tentativas para convencer João Pessoa, ambas falharam. Assim, o ânimo “revolucionário” foi diminuindo até que Borges de Medeiros, líder aliancista do Rio Grande do Sul, reconheceu a vitória de Júlio Prestes. As conspirações continuaram, mas sem expectativa. O que reavivou a “revolução” foi a morte de João Pessoa. Quatro meses depois o movimento tomou forma e ganhou os quartéis (RODRIGUES. I, 1981, p.69-70).

Iniciado o Movimento “revolucionário”, primordialmente na Paraíba, como demonstra o ataque ao casarão da família Gaudêncio, a morte de João Pessoa trouxe enorme comoção que tomou conta do Brasil, até chegar ao Rio de Janeiro, ondas de

<sup>41</sup>O judiciário não exercia função no alistamento eleitoral, e sim os chefes locais. As eleições eram falsas e forçadas por estes chefes. Os eleitores não sabiam nem em quem votavam, apenas respeitavam as ordens do coronel. Era prática comum “o coronel” dar a totalidade de votos aos seus candidatos. Famoso caso foi a do coronel José Pereira que em 1915, deu vitória unânime a chapa de Epitácio Pessoa, e que, no ano de 1930 o mesmo ocorreu em favor dos perrepiatas, característica das eleições a bico de pena. (TRIGUEIRO, 1982. p.111)

<sup>42</sup> Chefe da “Caravana Liberal” responsável pela campanha eleitoral da Aliança Liberal no Nordeste.

protestos tomaram o país. Em 3 de outubro, o movimento estourou e vários quartéis generais foram tomados com a ajuda dos tenentes, inclusive o 22º Batalhão da Paraíba. Dez dias depois Getúlio Vargas tomou posse.

A Paraíba teve papel decisivo no movimento de 1930, não somente pela morte de João Pessoa, como também pelas transformações na relação com os coronéis – sujeitos que sustentavam a República oligárquica. As causas da morte de João Pessoa são indicadores das mudanças políticas que ocorreram no Estado, das quais as famílias Brito e Gaudêncio foram coadjuvantes.

A política paraibana, como era característica da República Velha, foi dominada por duas oligarquias que tinham como chefes políticos Álvaro Lopes Machado e Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa. Machado perdurou no poder de 1892 a 1912, ano de sua morte. Entre 1912 e 1915 a chefia do Estado ficou dividida entre o padre Walfredo Soares dos Santos Leal e Epitácio Pessoa e, de 1915 a 1930 o domínio do Estado ficou nas mãos, somente, de Epitácio Pessoa. Era prática comum da “política dos governadores” instaurada por Campos Sales<sup>43</sup> erradicar a oposição nos Estados. Assim, a oligarquia alvarista sobreviveu durante 20 anos. Como Epitácio Pessoa era oposição a Álvaro Machado, este teve que buscar brechas no Governo Federal para chegar ao poder na Paraíba. Epitácio foi aliado da família Fonseca<sup>44</sup> e Ministro da Justiça do governo de Campos Sales. Na presidência de Hermes da Fonseca, (1910-1914) ocorreu a política da “salvação”, onde o presidente substituiu as oligarquias nos Estados. Na Paraíba, Epitácio Pessoa – após a morte de Álvaro Machado em 1912 – se dispôs com Hermes da Fonseca a manter a oligarquia alvarista, sob a chefia de Walfredo Leal. O preço cobrado por Epitácio foi a sua participação no partido<sup>45</sup>, efetivada num acordo com Walfredo Leal. Assim, foi escolhido para presidente do Estado da Paraíba Castro Pinto que equilibrou a tênue balança de poderes entre epitacistas e walfredistas.

Em janeiro de 1915, ocorreu a cisão dentro do partido, devido à escolha de candidatos para vagas no Congresso Nacional. Com vícios “naturais” das eleições, os dois lados – Epitacistas e Walfredistas – se declararam vencedores. Coube ao Congresso Nacional escolher os vitoriosos: os epitacistas. A partir deste momento, Epitácio passou

<sup>43</sup>A política dos governadores “consistia em sustentar as situações estabelecidas nos Estados, em troca do apoio incondicional ao Governo da União, através das representações que os governadores elegiam para o Congresso Nacional.” (TRIGUEIRO, 1982, p.25)

<sup>44</sup>Que tiveram como maiores representantes os presidentes Marechal Deodoro da Fonseca e o Marechal Hermes da Fonseca.

<sup>45</sup>Os partidos políticos na Paraíba eram formados pela política de parentela. Prevalecia o unipartidarismo. Na Paraíba tratava-se do Partido Republicano Conservador Paraibano (PRCP).

a assumir a chefia suprema no Estado, consolidada com sua chegada a Presidência da República em 1919.

Em 1928, Epitácio Pessoa escolheu, para presidir a Paraíba, seu sobrinho João Pessoa. Epitácio doou liberdade total a João Pessoa para governar, a quem não doara a outros presidentes anteriores<sup>46</sup>. João Pessoa não possuía vocação política, antes de assumir o cargo de Presidente de Estado, ele foi Ministro Civil do Superior Tribunal Militar, totalmente alheio aos costumes da vida política paraibana. O resultado da administração de João Pessoa pode ser resumido na frase de Oswaldo Trigueiro: “Não houve um dia de seu governo em que ele não houvesse feito pelo menos um inimigo” (1982, p.102). João Pessoa buscou moralizar o Estado, limpar a sujeira do mandonismo e reformar a administração posta por seus antecessores.

Para moralizar a política estadual, João Pessoa atuou principalmente nos municípios. Destituiu prefeitos, demitiu ou removeu juízes e substituiu chefes de confiança. Para combater o cangaceirismo, iniciou uma política de desarmamento, o que atingiu diretamente os honrados “coronéis”, donos da violência privada. Vale salientar, que a principal fonte de riqueza do sertão era o algodão, e que este era exportado a partir do porto de Recife, fato que desprestigiava a capital do Estado. Daí a iniciativa de criar um porto de águas profundas no Estado. Mas antes deste, João Pessoa optou por uma reforma tributária, que cobrava impostos mais caros a produtos exportados por Recife. O imposto prejudicava no transporte das mercadorias no interior do Estado, o que encarecia o produto. Assim como prejudicava justamente o comércio de Recife, que tinha como representantes os Pessoa de Queiroz, primos de João Pessoa. O desentendimento no seio da família Pessoa ocasionou num levante armado na cidade de Princesa, liderado pelo Coronel José Pereira. A Revolta de Princesa e a presença de João Pessoa na Aliança Liberal contribuíram para o desfecho dramático que facilitou o movimento de 1930.

Percebe-se que a estrutura política oligárquica na Paraíba, presente na República Velha, estava baseada no coronelismo e no municipalismo. Os chefes políticos estaduais tal como Álvaro Machado e Epitácio Pessoa necessitavam de cabos eleitorais nos municípios para garantir sua permanência no poder. Esses cabos eram os chefes das famílias, tais como, os Dantas em Teixeira, os Targinos em Araruna e os

---

<sup>46</sup>A oligarquia epitacista teve como presidentes do Estado da Paraíba: o irmão de Epitácio, Antônio da Silva Pessoa (1915-1916); Francisco Camilo de Holanda (1916-1920); seu primo distante Sólon Barbosa de Lucena (1920-1924); João Suassuna (1924-1928) e seu sobrinho João Pessoa (1928-1930).

Suassunas do Catolé do Rocha. O caso de São João do Cariri demonstra bem a atuação destes coronéis.

Segundo Tarcízio Medeiros e Martinho Medeiros (1989, p. 14), as famílias de maior prestígio político do Cariri<sup>47</sup> eram descendentes diretos da união entre o Capitão-mor Domingos de Farias Castro e Isabel Rodrigues de Oliveira<sup>48</sup>, que viveram em Cabaceiras durante o século XVII<sup>49</sup>.

São João do Cariri surgiu a partir da instalação de uma missão jesuíta durante o século XVIII. A freguesia foi o principal centro populacional do Cariri e deteve sempre uma liderança política participante no cenário provincial. A família que prevaleceu no poder, em São João do Cariri durante o Império foram os Costa Ramos. O chefe da família durante o Segundo Império foi Elias Eliáco Eliseu da Costa Ramos. Foi Promotor Público entre 1863 e 1878, Curador Geral entre 1866 e 1878 e Juiz de Direito entre 1894 e 1895. Na política, assumiu o cargo de Deputado Provincial cinco vezes e ajudou a eleger para o mesmo cargo seu irmão, o padre José Ambrósio, e seu filho, Abdias da Costa Ramos. Elias Eliáco chegou a assumir até mesmo a vice-presidência do Estado. Nota-se que a riqueza da família era predominantemente rural, pois este herdou as fazendas do Major Domingos da Costa Ramos através do casamento com sua prima, filha do Major<sup>50</sup>.

Todos os membros da família que tiveram cargos legislativos eram provenientes do poder judiciário, influência que perdurou até a República Velha. Como afirma Trigueiro (1982, p. 42):

Na Primeira República, a Paraíba foi um dos Estados em que era mais visível a confusão da magistratura com a política. Transitava-se facilmente de uma para outra, sendo praticado e tolerado, sem objeções, o exercício simultâneo de mandatos políticos e da atividade partidária com as funções da magistratura.

---

<sup>47</sup>Destacam-se entre as famílias os Farias Castro, Castro Farias, Farias Cavalcante, Brandão (tronco que originou os Maracajás), Barros Leira, Romeu, Costa Ramos, Correia de Queiroz (tronco que originou os Britos e os Gaudêncios) e Sousa Varjão.

<sup>48</sup>Isabel Rodrigues de Oliveira era filha de Pascácio de Oliveira Ledo. Os Oliveira Ledo foram as famílias que conquistaram o sertão paraibano durante o século XVIII.

<sup>49</sup>Sobre a conquista do Cariri, ver dissertação de *Entre a Pré-História e a História: em busca de uma cultura histórica sobre os primeiros habitantes do Cariri Paraibano* de Adriana Machado Pimentel de Oliveira (2009).

<sup>50</sup>Major Domingos da Costa Ramos era genro de José da Costa Romeu, herdeiro primordial de Domingos de Farias Castro. Assim, observamos que desde a conquista do Cariri, o capital simbólico (família) e o capital econômico (fazendas) foram passados por gerações na mesma família.

Um exemplo de político magistrado da família Ramos foi Abdias da Costa Ramos. Este foi juiz de Direito da Comarca de Soledade e de Monteiro e em 1904 foi juiz em Cuité. Foi deputado da Assembleia da Paraíba entre 1891 e 1892 e prefeito de São João do Cariri entre 1915 e 1922.

A família Costa Ramos apoiava Álvaro Machado, e defendeu a oligarquia alvarista contra Augusto Santa Cruz de Alagoa de Monteiro<sup>51</sup>, que revoltado, buscou conquistar São João do Cariri pelas armas em 1912, para pressionar Hermes da Fonseca a depor João Machado<sup>52</sup> da presidência do Estado<sup>53</sup>. (MEDEIROS, T.D; MEDEIROS, M. D, 1989, p.261). Neste período, os Costa Ramos deram liberdade de atuação na vida política no município para famílias que ajudaram no conflito tal como os Brito e os Gaudêncio (BRITO. F, 1989, p.28).

Abdias da Costa Ramos foi o último baluarte da família Ramos. Seus filhos não seguiram carreira política, alguns migraram para o distrito do Congo, outros para Campina Grande, e outros para o Rio de Janeiro. Como Epitácio Pessoa foi o chefe absoluto do PRCP (Partido Republicano Conservador da Paraíba), este reformulou o partido e instituiu delegados em cada município do Estado. Em São João do Cariri, Epitácio Pessoa escolheu José Gaudêncio Correia de Queiroz (RODRIGUES. I,1989 p.205). Aos poucos, Abdias da Costa cedeu o poder para a família Gaudêncio.

Britos e Gaudêncios possuem uma mesma origem familiar, descendente de Pascácio de Oliveira Lêdo, sobrinho de Teodósio de Oliveira Ledo, “o conquistador dos sertões da Paraíba”. Observa-se que na descendência da família<sup>54</sup>, os Correia de Queiroz e os Brito Maciel – uma única família – se separaram com a formação de novas duas famílias, uma encabeçada por Higino da Costa Brito e outra por Joaquim Correia de Queiroz: ambos proprietários da fazenda Uruçu.

Segundo Rego (2008, p.45) “não eram raros as querelas intestinas” no seio das famílias. “Ambições de mando ou de posse constituíam quase sempre o motivo dessas separações”. Ou seja, nos laços de parentelas havia tanto solidariedade quanto

<sup>51</sup> Sobre a revolta de Augusto Santa Cruz ver o livro *Guerreiro Togado: fatos históricos de Alagoa do Monteiro* de Pedro Nunes Filho (1997) e a dissertação *A Revolta de Augusto Santa Cruz: drama e política na Paraíba (1911-1912)* de Giulianne Barros dos Anjos (2009).

<sup>52</sup>Irmão de Álvaro Machado.

<sup>53</sup>Segundo José Brito (1989, p. 27) “Tudo começou no dia 31 de maio de 1912 às três horas da tarde. O ataque foi maciço. 400 homens a atirar em tudo e em todos por dentro das ruas, com raiva de índio e grande berreiro. Ansiosos por entrarem e caírem lá dentro e dar expansão aos instintos, destruir as autoridades e depois marchar sobre Soledade e Campina Grande, municípios vizinhos. Mas, foram em vão os seus esforços”.

<sup>54</sup> Observar Árvore Genealógica em ANEXOS.

rivalidades que levavam a cismas no seio familiar. Britos e Gaudêncios são famílias exemplares de união, separação e conflitos.

O berço das duas famílias localizava-se na fazenda Uruçu. A fazenda - que até os dias atuais é dividida entre as duas famílias – pertenceu a José da Costa Romeu. A propriedade foi dividida entre seus filhos, uma parte ficou com os Britos, e pertenceu a Antônio da Costa Romeu, Higino Brito e Inácio da Costa Brito respectivamente; a outra parte ficou com Joaquim Correia de Queiroz, que repassou como herança para Maria José de Queiroz (Dona Mariquinha),esposa de Manoel Gaudêncio Correia de Queiroz.

Fotografia 1 - Fazenda Uruçu



Fonte: Arquivo pessoal de Aldo Gaudêncio

José Gaudêncio Correia de Queiroz era filho de Maria José de Queiroz e Manuel Gaudêncio Correia de Queiroz, ambos primos, proprietário da fazenda Uruçu em São João do Cariri. A família adotou o sobrenome Gaudêncio Correia de Queiroz, mas sua ancestralidade na região tem origem com os Correias de Queiroz, pois “Gaudêncio” era nome próprio. (MEDEIROS, T.D; MEDEIROS, M. D, 1989, pp.67-208).

Manuel Gaudêncio batizou todos os seus filhos com o nome “Gaudêncio” como sobrenome. Assim, o sobrenome foi utilizado como capital simbólico pela família em vez de Correia de Queiroz. Devido a Manuel Gaudêncio ter sido o primeiro a possuir o “nome/sobrenome” “Gaudêncio”, ele é tido como o primeiro patriarca da família. Manuel Gaudêncio possuía o título de Coronel da Guarda nacional e era detentor de vasta propriedade agropecuária.

A família Correia de Queiroz chegou de Pernambuco para o Cariri na segunda metade do século XVIII, com o casamento entre Joana Batista do Sacramento<sup>55</sup> e o pernambucano João Batista Correia de Queiroz. O filho de João Batista, o Capitão e Comandante João Crisóstomo Correia de Queiroz (1779-1849) casou com Ana Felícia de Brito Maciel, bisneta paterna de José da Costa Romeu<sup>56</sup> e neta materna de José de Brito da Câmara<sup>57</sup>. O filho de João Crisóstomo, Joaquim Correia de Queiroz, casou-se com uma prima, Teresa Maria das Virgens, bisneta de José da Costa Romeu – observa-se que a riqueza da família se sustenta pelo casamento endogâmico. Joaquim Queiroz foi o avô do “nobre” senador José Gaudêncio que teve sua casa destruída durante o fatídico 26 de julho de 1930 (MEDEIROS, T.D; MEDEIROS, M. D, 1989, p.206-209).

O nome Gaudêncio passou a ser capital simbólico da família devido à influência de José Gaudêncio na política do Estado durante a oligarquia epitacista. Antes dele, ao observarmos a genealogia política dos Gaudêncio, o último que obtivera uma carreira política foi José da Costa Romeu em meados do século XVIII. José Gaudêncio levou a família à política e destituuiu os Costa Ramos do domínio de São João do Cariri.

Oswaldo Trigueiro (1982, p.90) afirma que José Gaudêncio se separou do Juiz de Direito Inácio da Costa Brito para apoiar Epitácio Pessoa no racha de 1915 dentro do PRCP, como explicaremos adiante. Assim como José Gaudêncio, Inácio da Costa Brito foi o patriarca da família Brito na política durante a República Velha. O mesmo pertencia à família Correia de Queiroz, mesmo sem carregar o sobrenome.

Ambos foram formados na Faculdade de Direito do Recife. Tratava-se da única instituição de ensino de nível superior disponível para os filhos das elites nordestina. Colegas de turma formavam amizades que perduravam durante suas carreiras políticas, como foi o caso posteriormente de Álvaro Gaudêncio com Argemiro de Figueiredo.

Inácio da Costa Brito era filho de Higino da Costa Brito e Cândida Felícia de Queiroz Brito. Higino da Costa Brito era filho de Antônio da Costa Romeu, neto de José da Costa Romeu. Higino adotou o nome Brito devido à ancestralidade de sua esposa que

<sup>55</sup>Neta do Capitão-mor Domingos de Farias Castro.

<sup>56</sup>José da Costa Romeu era português da região de Cheleiros, multiplicou os bens de seu sogro – Domingos de Farias Castro – e passou a ser o homem mais rico e poderoso do Cariri paraibano durante a primeira metade do século XVIII. Seus sobrinhos patrocinaram o petitório para que a Instalação da Vila Nova da Rainha fosse na povoação de Nossa Senhora dos Milagres do Cariri – atual São João do Cariri. Mas o Ouvidor Andrada Brederodes, por questões pessoais, instalou na atual Campina Grande. José da Costa Romeu casou-se duas vezes e manteve parte da riqueza concentrada no seio familiar, nas mãos de seu primogênito. Tanto Brito quanto Gaudêncio são descendentes diretos de Costa Romeu.

<sup>57</sup>Nota-se que na 3º geração da família de Domingos de Farias Castro, a família Brito e a família Gaudêncio era a mesma. (MEDEIROS, T.D; MEDEIROS, M. D, 1989, p.206)

também era prima. Cândida Brito era filha de Ana Felícia de Queiroz Brito e neta de Ana Felícia de Brito Maciel, a mesma que era casada com o Capitão e Comandante João Crisóstomo Correia de Queiroz, que descrevemos anteriormente como ancestral da família Gaudêncio. Os Brito são naturais do Recife, o sobrenome veio parar no Cariri a partir do casamento de José de Brito da Câmara, de Recife e Inês Ferreira de Oliveira, do Cariri. O nome Brito passou a ter relevância na região com o casamento de José da Costa Romeu (o filho) com Cosma de Brito Maciel e Câmara, filha de José de Brito (MEDEIROS, T.D; MEDEIROS, M. D, 1989, p.67).

Em 1905, Inácio da Costa Brito era juiz de direito na cidade de Areia, onde se casou com Maria Madalena Leal de Brito. Sua esposa mantinha laços de parentescos na política de Areia, cidade de grandes personalidades da vida política paraibana. Madalena de Brito era irmã do Padre Walfredo Soares dos Santos Leal, o mesmo que era partidário de Álvaro Machado e que foi presidente da Paraíba entre 1905 e 1908.

Os Britos entraram na vida política através do apoio do Padre Walfredo Leal, sendo este quem elevou Inácio Brito ao cargo de Desembargador. Segundo Gratuliano de Brito (1979, p. 3) a relação da família com Walfredo Leal era bem próxima:

A minha família começou acompanhando o monsenhor Walfredo Leal. Havia afinidades de família. As ligações com o monsenhor Walfredo eram muito estreitas. Por sinal, era meu padrinho e tinha por mim uma atenção e um carinho especiais. Monsenhor Walfredo tinha uma grande consideração por meu pai. Na época em que era governador do estado, estando em obras a residência oficial, ele, como governador, ficou hospedado na casa de meu pai, que já então era desembargador na capital

Em 1911, Inácio de Brito representou São João do Cariri na Comissão Executiva do PRCP (RODRIGUES. I, 1989, p.134-135). Assim, na união partidária de 1912 entre Epitácio Pessoa e Walfredo Leal, os chefes políticos em São João do Cariri foram os Costa Ramos e Britos que apoiavam a ala walfredista e os Gaudêncios que apoiavam a ala epitacista. Com a cisão, a família Gaudêncio se fortaleceu devido a estes fazerem parte do bloco epitacista, pois Epitácio Pessoa, chegou definitivamente ao poder<sup>58</sup>.

José Gaudêncio teve um papel bastante significativo no partido, pois além de ser membro da Comissão Executiva, foi presidente da Convenção que escolheu Camilo de Holanda como presidente do Estado e consolidou a oligarquia epitacista no poder. Observa-se na imagem abaixo os membros que participaram da reunião partidária do

---

<sup>58</sup> Fato que foi consolidado com a eleição de Antonio Pessoa (irmão de Epitácio) a presidente do Estado da Paraíba.

Partido Republicano Conservador da Paraíba em 1915. Em pé, da direita para a esquerda: Deputado Pedro Bezerra, de Alagoa do Monteiro; Coronel José Pereira, de Princesa Izabel; Inocêncio Nobre, cunhado de Zé Pereira; Matos Rolim, de Cajazeiras; Oscar Soares e o Jornalista Celso Mariz. Sentados, seguindo a mesma ordem: José Gaudêncio, de São João do Cariri; Antônio de Souza Lacerda Nitão, de Itaporanga; Presidente Solón de Lucena de Bananeiras; Presidente João Suassuna de Catolé do Rocha e Miguel Sátiro, de Patos.

Fotografia 2 – Reunião do Partido Republicano Conservador da Paraíba em 1915



Fonte: Disponível em  
[http://www.vitrinedocariri.com.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=25300&Itemid=85](http://www.vitrinedocariri.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=25300&Itemid=85). Acesso em 10 de setembro de 2011.

Em março de 1916, em visita a Paraíba, Epitácio Pessoa reconstituiu o Partido Republicano. Assim, ele firmou seu domínio através do apoio de lideranças municipais do qual José Gaudêncio foi chefe absoluto de São João do Cariri (RODRIGUES. I, 1989,p.201-205). No ano de 1919, Epitácio alcançou o cargo de Presidente do Brasil e usou a máquina estatal de combate à seca para estabilizar seu domínio oligárquico. Neste processo, José Gaudêncio começou a fazer uma rede de amizade que incluíram personagens importantíssimos tais como José Pereira de Princesa e o presidente João Suassuna de Catolé do Rocha.

Coube a Inácio Brito fazer oposição aos Gaudêncios com limitada liberdade de atuação no cenário político do Estado, já que a organização política vigente dava pouco espaço para a participação da oposição. Até aquele momento não consta nas fontes tiroteios ou agressões entre os membros das famílias. Inácio da Costa Brito continuou

no cargo de Desembargador na esperança de retornar ao poder. Fato que não presenciou o retorno da família ao poder devido a seu falecimento em 1924. Enquanto aos Costa Ramos, estes deixaram a vida política. (TRIGUEIRO, 1982, p.90).

Os membros da Comissão Executiva do Partido Republicano de Epitácio eram verdadeiros chefes políticos representantes do governo estadual nos municípios, que viviam numa eterna troca de favores. Inserido neste sistema, a família Gaudêncio teve a chefia de São João do Cariri por 15 anos.

A partir da análise da cultura política vigente durante a República Velha, percebe-se que era comum em relação aos outros habitantes, a visão dos mandos e desmandos dos coronéis. Práticas eram comuns a estes, tanto em São João do Cariri quanto em toda a Paraíba, tais como os abusos das Mesas de Renda, a violência privada e o patrimonialismo estimulado pela seca.

Uma das características da política da Paraíba era o domínio dos chefes políticos sobre as Mesas de Renda, pois estes se apropriavam dos impostos, que deveriam ser mandados para o governo estadual e federal. No caso de São João do Cariri, as Mesas de Renda estavam sob o domínio da família Gaudêncio. Vale salientar que São João do Cariri era a maior comarca da Paraíba, abrangia 11 distritos e possuía uma elevada produção algodoeira. Assim, os tributos recebidos pela Mesa de Renda eram suficientes para elevar José Gaudêncio a um futuro cargo de senador. Fica claro que a fronteira entre o público e o privado era mínima. Se José Gaudêncio apoiava Epitácio, em troca, este envia recursos: pura troca de favores!

No período em que Epitácio Pessoa foi presidente da República (1919-1922), foi implantado um forte programa de combate à seca no Nordeste, como afirma Lewin (1993, p. 282):

Da perspectiva do controle oligárquico que Epitácio manteve sobre a Paraíba, o IFOCS<sup>59</sup> teve um significado especial. A patronagem federal que essa agência colocou em suas mãos – e, por delegação sua, nas do governador do estado – assegurou a sobrevivência do PRCP como uma máquina eleitoral coesa. Essa patronagem também ampliou o papel do governo estadual nos negócios do município.

A patronagem identificava o caráter patrimonial que as famílias exerciam nos municípios. As famílias da Paraíba utilizavam o poder político dado por Epitácio Pessoa, e “ganhavam” recursos de combate à seca, para sustentarem seu capital

<sup>59</sup> Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas, fundada pelo próprio Epitácio em 1919.

econômico e simbólico. Epitácio estreitou o elo entre os chefes locais e o presidente de Estado. Mais do que na oligarquia alvarista, a política dos governadores estava bem instalada na Paraíba.

Os investimentos do Estado no combate à seca beneficiavam os chefes locais, pois eram em suas terras que os açudes eram instalados. O açude construído em terras de coronéis não contribuía apenas para o crescimento do capital econômico do mesmo, mas também como capital simbólico. Como Albuquerque Junior afirma (1985, p.12): “Seu coronel agora é dono de um açude, nas secas ele não vai mais embora, ainda deixam todos buscarem água no seu açude, homem bondoso o coronel”. O carisma do coronel se concentra no campo de ação de “beneficiamento” da população. A própria população não tem consciência do papel do Estado em suas vidas. Assim, eles vêem no coronel o próprio Estado. Nem tanto quanto a máxima de Luís XVI, Epitácio Pessoa era o Estado Federal e Estadual, e José Gaudêncio era o Município. O “beneficiamento” do povo era obra do coronel, não do Estado, isto para o “pequeno” camponês.

Além da admiração pelo coronel, havia o medo. Como o papel do Estado enquanto instituição era ínfimo, cabia ao coronel ter sua própria segurança privada. Assim, os coronéis viviam cercados de jagunços. A presença ameaçadora do “chefão”, justamente com seu ar “bondoso”, causava admiração. Os causos dos coronéis transmitiam masculinidade, o coronel é “homem macho” e que não gosta de meias palavras. Para ter a proteção do coronel era necessário trabalhar pelo bem da riqueza dele.

Apesar de não ter tido a mesma duração no poder que teve José Gaudêncio na República Velha, Inácio de Brito também poderia se enquadrar na cultura política vigente. Inserido na cultura política, o poder invisível e simbólico era aceito tanto por dominados quanto por dominantes. Inácio Brito teve sua participação política em 1911 e entendia, a partir da cultura política da República Velha que a “gangorra do poder” tinha pendido para os Gaudêncios naquele momento. Bastava ao patriarca da família Brito apenas a aceitação e a paciência para a possibilidade de galgar o poder.

A “gangorra do poder” deixou de pender para os Gaudêncios, na reforma política instituída pelo presidente João Pessoa. Sua reforma de governo atingiu a administração e a moral dos coronéis, e um destes foi José Gaudêncio. Segundo Lewin (1993, p.329):

Desde o momento da posse, o novo governador anunciou sua determinação em erradicar os abusos mais classicamente associados ao coronelismo – o monopólio privado da violência, a irresponsabilidade fiscal, o banditismo e a falta do devido processo legal nas ações criminais.

Como observamos, era em torno das Mesas de Renda que ocorria a “irresponsabilidade fiscal” dos coronéis. Foi justamente por esta causa que João Pessoa passou a substituir os chefes oligárquicos dos municípios.

Segundo Oswaldo Trigueiro (1982, p.90), um dos casos mais polêmicos foi a transferência de José Gaudêncio em 1928, primeiro ano do governo de João Pessoa. José Gaudêncio, provavelmente, estava inserido na cultura política vigente, do qual a fronteira entre o público e privado era tênue. João Pessoa necessitava de dinheiro para a sua administração<sup>60</sup>, e além da reforma tributária, necessitava da moralidade no envio dos impostos. Assim, João Pessoa transferiu José Gaudêncio para a Comarca de Piancó, uma das menos desejadas na época. José Gaudêncio não cumpriu a ordem e imediatamente foi demitido. Além de José Gaudêncio, João Pessoa destituiu Antônio Suassuna de Catolé do Rocha (irmão de João Suassuna), Cunha Lima Filho em Areia, Flávio Ribeiro em Santa Rita e Souza e Lima em Barra de Santa Rosa, todos em menos de seis meses de governo (LEWIN, 1993, p.334-335); (A UNIÃO, 3de jan. 1930, p.3).

Em seu lugar, como chefe político de São João do Cariri, João Pessoa empossou Ignácio Francisco de Brito<sup>61</sup> como prefeito. Os Gaudêncios começaram a entrar em decadência e os Britos em ascensão.

A partir deste momento, José Gaudêncio engrossou as fileiras da oposição à João Pessoa, que incluíam o líder Heráclito Cavalcante de Itabaiana, Isidro Gomes da Capital, Salvino Figueiredo de Campina Grande, os Rocha de Bananeiras, os Gomes de Patos, os Borges de Itabaiana, os Fernandes de Carvalho de Espírito Santo e os Duarte Lima de Serraria.

João Pessoa valorizava o Estado mais do que a família. Uma de suas frases revela seu ideal em relação à política de parentela: “Com parentes, contra parentes ou sem parentes, defenderei os interesses econômicos do Estado.” (apud. JOFFILY. J,

<sup>60</sup>Durante toda a República Velha, o tesouro do Estado era precário, sofrivelmente pagava-se a folha dos funcionários. (TRIGUEIRO, 1982, p.85)

<sup>61</sup> Segundo consta em telegrama enviado por “Ignácio Britto” em 18 de janeiro de 1930 ao Presidente João Pessoa: “Apresentei hoje ao Conselho o balancete referente ao segundo semestre do anno passado, sendo unanimemente aprovados todos os actos e contas. – Saudações – Ignacio Britto – prefeito”. (UNIÃO, 18 de jan. 1930). Tratava-se de Ignácio Francisco de Brito, primo de Tertuliano de Brito, futuro chefe político de São João do Cariri.

1979, p. 231). Daí o presidente da Paraíba quebrar paradigmas ao desestruturar a política dos governadores. As famílias, principalmente do sertão, estavam iradas com o presidente do Estado, e não aceitavam as interferências do Estado em “seus” municípios. Para eles, tratava-se de um crime, pois na mentalidade da República Velha, o presidente cuida do Estado e o chefe político cuida do município.

Com a ruptura do apoio de José Pereira - líder dos coronéis no sertão e chefe político de Princesa - a João Pessoa, José Gaudêncio se engajou na defesa da Revolta de Princesa.

Após a substituição do chefe de São João do Cariri, a família Brito retornou a fazer parte do cenário político da Paraíba. Os Britos se aliaram de corpo e alma com a causa de João Pessoa. Para Gratuliano Brito (1979, p.7), a aliança com o presidente:

Resultou um compromisso muito sério de ordem política dos Britos para com o presidente João Pessoa, compromisso que foi cumprido em toda a sua plenitude, não obstante as dificuldades que de um certo tempo passaram a infligir o governo do Estado.

Destacaram-se dois novos membros da família Brito: Tertuliano Correia da Costa Brito, natural de Serra Branca e Gratuliano da Costa Brito, natural de São João do Cariri. Tertuliano de Brito ficou conhecido pela população do Cariri como Major Terto<sup>62</sup>. Filho de Manuel Correia da Costa Brito e Dona Maria Amélia de Queiroz, era sobrinho pelo lado materno de Inácio da Costa Brito. Gratuliano Brito - conhecido pela família como “Grato” - era filho de Inácio da Costa Brito e Maria Madalena Leal de Brito, primo de José Américo de Almeida, até então Secretário do governo de João Pessoa. Gratuliano teve efetiva participação no governo de João Pessoa.

Gratuliano Brito colou grau pela Faculdade de Direito do Recife em 1926. Em 1927 foi promotor em Patos. Em 1928, ano de início do governo João Pessoa, passou a ser Delegado Geral da Polícia.

Na função de delegado, Gratuliano Brito teve muito trabalho, pois era ele quem apurava todas as denúncias de violência privada no Estado. Um dos casos curiosos foi o pedido de João Pessoa para verificar o uso de uma gargalheira<sup>63</sup> em Belém de Caiçara, cidade da região do Brejo. Ao confirmar a denúncia, João Pessoa pediu para ver a

<sup>62</sup>Tertuliano era Major do Exército Nacional, cargo que foi congratulado após o movimento de 1930. Nota-se que seu título não era apenas nobiliárquico, mas era visto pela população como tal.

<sup>63</sup> Tratava-se de um colar de ferro conhecido como “golinha” ou “gargalheira”. Aqui, na Paraíba, ficou conhecido como “gargalheira” e era utilizado como instrumento de punição para com os escravos. No caso de Belém de Caiçara, o instrumento ficava preso com duas hastes a parede, impedindo o preso de mexer o pescoço.

gargalheira e perguntou o que havia sido feito com o delegado. Ao saber que Gratuliano não fizera nada, João Pessoa o chamou em seu gabinete. Gratuliano teve que explicar a situação precária da delegacia e afirmar que a gargalheira não estava em uso. João Pessoa o perdoou (BRITO, G, 1979, p.10-15).

Neste período Gratuliano Brito foi o agente que percorreu todo o Estado em péssimas condições de transporte para verificar as ocorrências dos mandos e desmandos dos coronéis. Segundo o próprio Gratuliano, João Pessoa dava muito trabalho ao querer combater a violência privada. O próprio João Pessoa confessava em jornais que:

Em se tratando de perseguição e desonestade funcional, aceito cartas anônimas, porque o povo humilde do interior nem sempre se sente garantido para se expor. Entretanto, as denúncias serão apuradas com o mais rigoroso critério (BRITO. G, 1979, p.10).

Nesta função, Gratuliano residiu na capital Parahyba, lugar que o fez ter uma vida ligada mais ao ambiente urbano. Com o falecimento de Inácio Brito, o jovem Gratuliano que tinha 24 anos de idade deixou a chefia de São João do Cariri com seu primo Tertuliano de Brito. Tertuliano estava mais ligado a São João do Cariri do que Gratuliano, que passou boa parte da adolescência entre Areia e Parahyba.

Quando ocorreu a campanha da Aliança Liberal, ele deixou a Delegacia Geral e passou a advogar no Estado. Gratuliano Brito era primo materno de José Américo de Almeida, que foi secretário do Interior em 1928, e secretário de Segurança em 1930. José Américo detinha a confiança de João Pessoa e teve o apoio deste para se candidatar a deputado federal em 1930. Vale salientar que Gratuliano Brito não se engajou no governo a partir do apoio do seu primo de Areia, mas sim com a ajuda do Secretário de Segurança, Arquimedes Souto Maior, que era amigo de seu pai.

Enquanto Gratuliano era agraciado pelo governo de João Pessoa, José Gaudêncio fazia oposição e era, junto com seus correligionários, uma das principais vítimas da “metralhadora” do governo: o jornal *A União*. Em uma das chegadas de José Gaudêncio à capital Parahyba, o jornal fez questão de negar a existência de uma recepção festiva para o mesmo<sup>64</sup>.

A família Brito não teve nenhum candidato concorrendo às eleições de 1930, mas estava dentro da causa da Aliança Liberal. José Gaudêncio estava protegido pelo Presidente Washington Luís e ao lado dos perrepistas foi uma das principais vozes de oposição à João Pessoa.

---

<sup>64</sup>A UNIÃO, 26 de jan. 1930, p.3.

A família Brito acompanhou João Pessoa durante toda a Campanha da Aliança Liberal. Em 29 de janeiro de 1930, Tertuliano de Brito, José Brito (filho de Ignácio Brito) e José Leite (chefe político de São José dos Cordeiros, representante da família Brito) fizeram parte da recepção da chegada da Aliança Liberal à Paraíba<sup>65</sup>. Na viagem que João Pessoa fez a Princesa antes da cisão com José Pereira, o governador da Paraíba pernoitou na residência de Tertuliano de Brito em São João do Cariri.

Chegamos (sic) 19 horas. A comitiva teve uma recepção entusiasmática e brilhantíssima, ficando hospedada na residência do sr. Tertuliano de Brito. Aqui o presidente João Pessoa jantará e pernoitará, devendo seguir amanhã, (sic) 6 horas com destino a Alagôa de Monteiro e Princeza<sup>66</sup>.

Nas eleições de 1930, José Gaudêncio foi candidato a senador pela oposição. Seu concorrente na vaga foi Tavares Cavalcante. As duas famílias buscaram conquistar os votos na Comarca de São João do Cariri<sup>67</sup>. Gratuliano Brito estava presente na cidade de São João durante o pleito eleitoral: (BRITO, G., 1979, p.16):

Eu era um torcedor tão grande em favor da vitória da Aliança Liberal, na qual nos empenhamos em São João, com todas as nossas forças, conseguindo dar vitória a causa, que nem procurava saber as minúcias do que estava acontecendo, com medo de que eu próprio me distraísse e me revelasse, tão grande era o meu interesse em que a causa fosse vitoriosa.

Admira-se o fato das duas famílias não terem se chocado naquele momento, tamanha a expectativa daquelas eleições. Mas, por telegrama enviado ao jornal *A União*, por Tertuliano de Brito, tivemos a seguinte informação: “S. João do Cariry, 3 – Não obstantes boatos terroristas obtivemos esmagadora vitória. O pleito correu completa ordem, fiscalizadas todas as secções, não registrando um único protesto”<sup>68</sup>.

Mesmo derrotado nas urnas em 1º de março de 1930<sup>69</sup>, José Gaudêncio tomou posse no Rio de Janeiro como senador devido à *degola*<sup>70</sup> do Congresso Nacional em relação à Tavares Cavalcante. (TRIGUEIRO, 1982, p.109). Como a maioria dos estados brasileiros apoiava Washington Luís, o Congresso Nacional “degolou” todos os

<sup>65</sup>A UNIÃO, 29 de jan. 1930, p.1.

<sup>66</sup>A UNIÃO, 19 de fev. 1930, p.1.

<sup>67</sup>Infelizmente, não obtivemos muitas informações sobre estas eleições no âmbito local.

<sup>68</sup>A UNIÃO, 7 de mar. 1930, p.3.

<sup>69</sup>Tavares Cavalcante obteve 11.042 votos contra 2.649 de José Gaudêncio (A UNIÃO, 3 de mar. 1930, p.1).

<sup>70</sup>A *degola* era uma prática da Comissão de Verificação de Poderes que avaliava os candidatos eleitos. Caso fosse inconveniente ter elegido candidatos indesejáveis no Congresso Nacional, bastaria apenas *degola-los*. Era um mecanismo da situação não dar brechas para a oposição.

candidatos vitoriosos da Paraíba e de Minas Gerais. A *degola* feria qualquer sentido que se dera ao Brasil ser democrático. Que as eleições eram manipuladas, não resta dúvida, mas se o resultado fosse contrário aos interesses da política dos governadores, a *degola* ressolveria.

Interessante foi a defesa em prol da democracia discursada por José Gaudêncio, já como senador no Rio de Janeiro. Apesar das diferenças de votos, José Gaudêncio disse ser vitorioso. A ironia do jornal *A União* pela vitória de José Gaudêncio descreve a frágil democracia vigente em 1930: “O candidato derrotado nas urnas e diplomado pela Junta criminosa escreveu um verdadeiro livro, com emotivas passagens românticas e todo lançado sobre um quadro imaginativo realmente apreciável”. E para humilhar o perrepista, criticou até mesmo o seu linguajar: “Abusou de palavras terríveis como catastrophe, hecatombe, horrores, inferno, incêndio, invasões napoleonicas”<sup>71</sup>. Todas as defesas de José Gaudêncio para legitimar seu cargo de senador foram contra João Pessoa e seu governo, daí usar palavras de teor destrutivo. Em relação ao sufrágio, este afirmava que, em cidades onde as eleições foram limpas, este tinha ganhado, diferente das cidades chefiadas pelos aliancistas. Como exemplo, ele citou as cidades de Princesa, Teixeira e Imaculada: todas perrepistas. Ao fazer uma comparação das três cidades em relação às restantes, José Gaudêncio chegou na incrível conclusão de sua vitória. Em sua opinião, ele ganhou as eleições com 6.245 votos contra 5.805 de Tavares Cavalcante<sup>72</sup>.

Os aliancistas não aceitaram José Gaudêncio como senador da Paraíba. Seu apelido passou a ser “o senador de Princesa”, devido ao apoio que este deu durante a Revolta (JOFFILY. J, 1979, p.295). A relação entre José Gaudêncio e José Pereira se limitava ao “ódio” sentido por João Pessoa. Quando a situação financeira da Revolta de Princesa começou a pesar no bolso de José Pereira<sup>73</sup>, João Suassuna queria que estes se entregassem e fizessem um acordo de paz. José Gaudêncio preferiu ficar do lado de Heráclito Cavalcante, que estimulava cada vez mais José Pereira a continuar no combate. José Gaudêncio ajudava financeiramente José Pereira, junto com seus correligionários, tal como consta em telegramas enviados aos Pessoa de Queiroz por

<sup>71</sup>A UNIÃO, 14 de mai. 1930,p.1.

<sup>72</sup>Ib.idem.

<sup>73</sup>Segundo Inês Caminha Rodrigues (1978, p. 113), José Pereira reuniu um contingente de 2.000 homens. Sustentar tal tropa era dispendioso. Assim, se não fosse a ajuda dos Pessoa de Queiroz, seria impossível José Pereira segurar a Revolta por tanto tempo.

José Pereira: “Recife, 5 de julho de 1930 – Zépereira – Princeza – Recebi seis contos de Heráclito, seis contos de Gaudêncio, nove Suassuna.”<sup>74</sup>.

No calor da Revolta de Princesa<sup>75</sup>, João Pessoa foi assassinado por um membro da família Dantas, de Teixeira, por questões pessoais. Mas devido ao fato da política de erradicação do coronelismo, que teve repercussão nacional e, da família Dantas ser defensora do perrepismo, a morte de João Pessoa ganhou sentido político. As “paixões” políticas levaram a população a invadir a casa dos inimigos do falecido presidente e incitar a “revolução”. José Gaudêncio ficou a mais um passo da decadência total.

A vida política das famílias Brito e Gaudêncio demonstra a cultura política vivenciada na República Velha. O Movimento de 1930 pareceu, num primeiro momento, o fim da oligarquia e tudo aquilo que ela representava. Até mesmo o governo de João Pessoa parece confirmar isto: o que era a perseguição aos coronéis senão a “morte” das oligarquias? Mas como observamos, o que ocorreu foi uma troca de oligarcas: saiu Gaudêncio, entrou Brito.

O movimento “revolucionário” já estava presente na Paraíba durante as eleições de 1º de março de 1930, como descrevemos a partir das tentativas de convencer João Pessoa a participar do movimento. João Pessoa não participou, pois como este mesmo dizia: “Nunca contarão comigo para um movimento armado. Prefiro dez Júlio Prestes a uma revolução” (apud. FAUSTO, 1988, p. 237). Na Paraíba, o chefe da “revolução” foi Juarez Távora, que teve o apoio de José Américo de Almeida - secretário do governo de João Pessoa - e Antenor Navarro, Diretor de Saneamento Básico. Ambos ficaram conhecidos como tenentes civis, pois iam de acordo com a ideologia do movimento tenentista, que buscava a moralização da política do Brasil.

A família Brito, apesar de fazer parte do governo João Pessoa – Ignácio de Brito como prefeito de São João do Cariri e Gratuliano Brito como Diretor Geral da Polícia – não participou da conspiração “revolucionária”, mas por terem proximidades familiais com José Américo de Almeida, receberam os benefícios da “revolução”.

Mas até que ponto o Movimento de 1930 foi revolucionário? O título do capítulo “Vida e (Sobre) Vida das Oligarquias: o caso das famílias Brito e Gaudêncio” busca questionar as mudanças e as permanências deste período tão conturbado da política paraibana. *Morte e Vida das Oligarquias* é o título do livro de Eliete de Queiroz Gurjão

<sup>74</sup> A UNIÃO, 29 nov.1930, p. 8.

<sup>75</sup> A Revolta de Princesa foi um levante armado liderado por José Pereira e que teve financiamento dos Pessoa de Queiroz, em Recife, principais prejudicados com a política tributária de João Pessoa.

(1994), que buscou analisar a República Velha e o governo varguista na Paraíba. Para ela (1994, p.85) “não houve renovação completa da política paraibana após 1930 porque não havia diferenças substanciais entre o novo bloco no poder e o que fora dele alijado”. Se antes tínhamos o alvarismo e o epitacismo como grupos políticos, no pós-30 o personalismo político teve continuação com o americismo. Para Gurjão (1994, p.53):

As bases da estrutura de poder permanecem essencialmente rurais, montadas na propriedade da terra e na dominação exercida pelos ‘coronéis’ do algodão-pecuária e do açúcar e na representação política de suas respectivas oligarquias.

Gurjão coloca a “Revolução” de 1930 como essencialmente econômica, pois o Brasil necessitava se enquadrar nos novos moldes econômicos mundiais. Em relação à política, não houve revolução, mas mudanças de lideranças no poder. É a tese defendida também por Skidmore (1982, p.21-27) que a denomina como “Revolução de Elite”. O duelo se resumia entre os cafeicultores paulistas contra as demais forças econômicas do país.

Nos 70 dias que separaram a morte de João Pessoa da vitória da “revolução”, José Américo de Almeida começou a sobrepor sua liderança na Paraíba. Após o golpe de 3 de outubro de 1930, este passou a governar o Estado. No mês seguinte, foi nomeado por Vargas para a pasta do Ministério da Viação e Obras Públicas, cargo estratégico para atuação política, pois era deste Ministério que saiam as verbas para a manutenção da indústria da seca no Nordeste. (CITTADINO, 2006, p.67).

Mas além das permanências, a partir dos novos líderes oligárquicos, os ideais tenentistas buscaram reformar a política e inovar a responsabilidade da administração do Estado. O programa de governo segundo o tenentismo, que foi discurso da campanha da Aliança Liberal, teve como metas o voto secreto, a reforma administrativa, a independência do Judiciário e a reforma e expansão no Ensino Público.

As reformas idealizadas pelos tenentes e simpatizadas por Vargas foram causas de rupturas para com a organização política administrativa da República Velha. A ruptura mais importante foi a centralização política. Como o coronelismo se alimentava do poder privado nos municípios, o Estado passou a tutelar acima destes. Os Estados, por sua vez, deviam responsabilidades ao governo central. Após assumir a presidência, Vargas instituiu inteventores sob um comando único. Os inteventores eram em sua maioria tenentes militares, a Paraíba foi um dos únicos estados com tenentes “civis”. Para Gurjão (1994, p.107):

O papel dos interventores foi, portanto, fundamental na tarefa de centralização. Sua condição de elemento de confiança do governo federal, por ele nomeado conferia-lhe certa independência em relação as oligarquias locais, uma vez que não lhes devia sua permanência no cargo, e que até certo ponto enfraquecia as prerrogativas oligárquicas.

Foi criado assim, o Vice-Reino do Norte e, a partir do domínio de Juarez Távora e José Américo de Almeida, foram sendo nomeados os interventores dos estados nordestinos. Vale salientar que alguns interventores, tal como Gratuliano Brito, foram identificados com coronéis devido a facilidade de mediar a convivência entre as oligarquias e o Governo central. Este fato favoreceu a continuação do mandonismo e a autonomia do Estado varguista.

As oligarquias se adaptaram ao novo regime e buscaram novos mecanismos para continuar no poder. A política de parentela continuou, só que “por baixo do pano”, como veremos a partir da posse de Gratuliano Brito como interventor<sup>76</sup>. Basta afirmar que as famílias da República Velha – seja situação ou oposição – continuaram as mesmas após 1930. Só que com poucas representações, já que a Assembleia do Estado e o Congresso Nacional estavam fechados. No momento em que a oligarquias parecem fraquejar, a família continuava como instituição social importante nos pareceres políticos. Apesar de que, em algumas cidades, prefeitos foram empossados com os dissabores dos chefes locais, São João do Cariri continuou com um Brito na prefeitura. Tertuliano de Brito, chefe da família, continuou com as rédeas da administração local.

Tal como observamos no 1º Capítulo, a estrutura de poder que levou determinadas famílias às chefias locais configuram-se a partir do capital simbólico e econômico. No caso das famílias em estudo, como observamos na República Velha, a terra era a principal representação do capital simbólico e econômico das famílias. A educação desta elite era encaminhada para formação de advogados e juízes na Faculdade de Direito do Recife. Membros das famílias Brito e Gaudêncio começaram a vida política e pública como magistrados e não como proprietários ou comerciantes. Internamente, a dependência da população à liderança da família vinha da terra, apenas no local a terra representava capital simbólico. Como afirma Lewin (1993, p.330):

Não é de se surpreender que esses “mandatários” se encontrassem mais frequentemente nas zonas em que se mostravam mais fortes as tendências para o latifúndio e onde as atividades agrárias haviam permanecido geralmente menos diversificadas – a zona açucareira e o

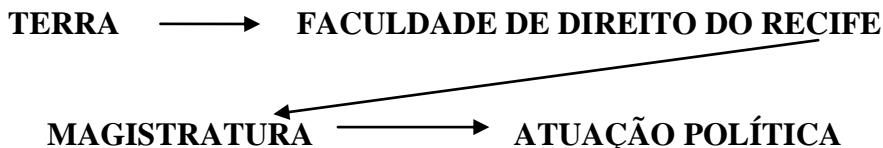
---

<sup>76</sup> Gratuliano Brito assumiu a interventoria após a morte de Anthenor Navarro.

alto sertão, onde certas famílias com interesses agropastoris também monopolizavam a propriedade da terra. Nesses casos, o empenho na defesa do coronelismo – da autonomia local – era também mais forte onde o domínio de base familiar tivesse se consolidado mais firmemente nas mãos de poucas famílias e onde, muitas vezes, o isolamento também aumentava a independência relativa.

São João do Cariri era uma cidade predominantemente agrícola, e as fazendas Uruçu (dos Britos e Gaudêncios) e Cachoeira (dos Gaudêncios) não eram meramente para a estadia dos parentes. Elas representavam a riqueza das famílias no local. Eram delas que vinham seus domínios eleitorais. Assim, as famílias Brito e Gaudêncio se enquadram na estrutura de dominaçãoposta por Lewin.

Por pertencer a uma família oligárquica donas de terras, os jovens membros das famílias chegaram no poder a partir de suas atuações como juízes: Inácio da Costa Brito em Areia, José Gaudêncio em São João do Cariri, Gratuliano Brito em Patos. “Era na magistratura que os partidos colocavam os jovens com vocação para a vida pública” (TRIGUEIRO, 1982, p. 171) E há de se reparar que, com exceção de Tertuliano de Brito, todos os políticos de São João do Cariri foram formados na Faculdade de Direito do Recife, único berço de toda elite política do Nordeste. Assim a família passava pelo seguinte processo para se chegar ao poder:



O coronelismo, segundo Nunes Leal (1997, p.40), se caracterizou pela decadência dos latifundiários e o proveito dos benefícios do Estado para se perpetuar o poder. Assim, o Estado, e seu teor público, passaram a ser a maior riqueza dos “coronéis”. Com o domínio das Mesas de Renda que a família Gaudêncio se fortaleceu, e não menos a família Brito, que galgaram vários cargos políticos caracterizados pelas trocas de favores.

A continuidade das famílias no poder se assentou no fato de possuir cargos públicos ou simplesmente de ter a “chefia suprema”, que servia de fonte de renda para as famílias. 1930 foi o mito da fênix<sup>77</sup> no seio familiar da Paraíba. O sistema desgastado da oligarquia Pessoa, que incluía a política dos governadores, entrou em crise

<sup>77</sup> A Fênix é um pássaro da mitologia grega que após morrer vira chamas e renasce das cinzas.

internamente. O próprio João Pessoa findou sua oligarquia e levou outras para a cova. Mas das cinzas da fênix outra bela ave surgiu, jovem, revigorada, e foi isto que ocorreu com as oligarquias na Paraíba. Os Britos se reciclaram e uma nova representação do político passou a fazer parte do “teatro” pós-1930, tal como o “discurso revolucionário”.

A família Gaudêncio passou a viver um ostracismo terrível e o município de São João do Cariri ficou totalmente sob a chefia de Tertuliano de Brito. Mas a família de José Gaudêncio passou a esperar a oportunidade de retornar a vida política, fato que se consumou em 1935. Mas, o mais interessante, é que, somente após o conturbado Movimento de 1930, Britos e Gaudêncios vão aparecer na mídia paraibana como “famílias rivais”. E todas as práticas que pareciam findadas na República Velha ressurgiram no Cariri, que nem uma fênix macabra saída das cinzas.

### 2.3 – Os Britos no poder: do discurso revolucionário ao poder familiar

Foi a partir da interventoria de Anthenor Navarro que São João do Cariri<sup>78</sup> começou a constituir uma identidade familiar em favor dos Britos. São João do Cariri<sup>79</sup>, desde tempos coloniais, era uma cidade que detinha grande relevância política. Desde José da Costa Romeu, a cidade sempre teve um representante político na esfera provincial e/ou estadual. Durante a República Velha o poder ficou dividido entre os Costa Ramos, Britos e Gaudêncios. Após o movimento de 1930 começou o período de maior dominação dos Britos, que foi legitimado pelo discurso “revolucionário” de 3 de outubro de 1930.

A partir das reformas introduzidas pelos interventores, São João do Cariri foi gratificado com instalações de escolas, açudes, mercado público e investimentos na agricultura. O chefe do município, Tertuliano de Brito, com a licença da interventoria, e,

<sup>78</sup>Não é minha intenção “personalizar” São João do Cariri. Ao nos referimos sobre a identidade da cidade, estamos levando em conta sua própria população.

<sup>79</sup>São João do Cariri passou a ser povoado a partir do século XVII. Em 1699 foi instalado o sítio São João em concessão de sesmarias ao alferes Custódio Alves Martins. Logo em seguida foi instalada a Aldeia da Travessa que reuniu os índios da região. A partir de 1750, a aldeia passou a ser Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres. Em 1766, a freguesia passou a ser julgado de Carirys de Fora. Devido ao avanço populacional acelerado da Freguesia, em 1788 o julgado foi escolhido para sediar a Vila Nova da Rainha, mas o ouvidor Antônio Felipe Soares de Andrada Brederodes recebeu favores, e instalou a Vila na atual Campina Grande. Apenas em 1789 que o Carirys de Fora se elevou a Vila. Já continha “São João” elevado número de habitantes, se comparado às outras cidades. Em 1804, detinha 4.880 habitantes e em 1847, 6.024 habitantes. Só para ter uma base, em 1804, Campina Grande tinha 2.443 habitantes e em 1847, 14.449 habitantes. A partir de 1854, São João do Cariri foi elevado a categoria de Comarca: a terceira maior da Paraíba. (MOREIRA, 2009, p.15-23).

com o poder da máquina municipal nas mãos, consolidou sua liderança no município. Seu “domínio” era reforçado devido a cidade centralizar uma das maiores Comarcas da Paraíba com 11 distritos. Assim, ser chefe de São João era ter prestígio, ter voto.

Os Britos souberam aproveitar dos frutos de São João do Cariri a partir da cultura política vigente, do qual incluiu o clientelismo, o mandonismo e o familismo. Como representantes da grande Comarca, os Britos construíram um discurso identitário para São João do Cariri. São João do Cariri, para eles, era uma cidade secular e lugar de grandes lutas e glórias do passado e do presente, graças a participação dos Britos no Movimento de 1930.

Os Britos construíram um discurso “revolucionário” voltado para o espaço de experiência do município que forjou uma identidade para São João do Cariri. Este discurso ganhou corpo após a morte de João Pessoa e o Movimento de 1930. O discurso de José de Farias Brito (1989, p.27), filho de Tertuliano de Brito, é um exemplo de engrandecimento da cidade:

São João do Cariri foi cenário de muitas lutas gloriosas. Desde o seu descobrimento, lutas contra a natureza, contra os homens brancos, lutas políticas e lutas pela liberdade administrativa. Sempre, em todas, soavam os Clarins da vitória.

Além das “lutas contra a natureza”, José Brito enfatiza a participação de São João do Cariri contra as tropas de Augusto Santa Cruz de Monteiro, no combate aos cangaceiros<sup>80</sup>, na luta contra as tropas do coronel José Pereira, no alistamento das Forças Policiais contra o Levante Comunista em 1935 e na Segunda Guerra Mundial. O mesmo destaca a participação de São João do Cariri na “Revolução” de 1930 (BRITO J. 1989, p.32):

Na revolução de 1930, ao lado do imortal presidente João Pessoa, lutando pela legalidade, muitos de nossos irmãos de armas em punho ao lado da força Pública, derramaram seu precioso sangue e com luta, coragem e civismo, deram combate às Tropas do Cel. José Pereira (...). Porém para a nossa alegria, a Paraíba foi vitoriosa.

Foi a partir do pós-1930 que os Britos constituíram uma cultura histórica “revolucionária”, como se a cidade de São João do Cariri, por várias vezes, tivesse salvado a Paraíba. Os Britos se colocaram como representantes desta “revolução

---

<sup>80</sup> Destacam-se combates contra Antônio Silvino, Zé de Toto, Zé Timbaúba e Lampião.

salvadora”. Coube à população seguir a tradição inventada<sup>81</sup> pelos Britos. Nesta segunda parte pretendemos demonstrar como ocorreu a construção da cultura histórica de uma cidade “heróica” e “revolucionária” sobre os moldes da liderança de Gratuliano Brito e Tertuliano de Brito.

Segundo Aires (2006, p.6):

Desde o dia do assassinato do, então, presidente paraibano (João Pessoa), foi se criando uma atmosfera mítica em torno de seu nome, santificando-o, heroicizando-o e cultuando a sua “martirização”. No imaginário coletivo, ele “obrava milagres”, seu espírito era bastante invocado para resolver questões terrenas. Os vitoriosos de 1930 o tomam como exemplo a ser seguido e passam para a sociedade a mesma missão: seguir os passos do “grande paraibano”, “bravo” e “resistente”.

O grupo vitorioso de 1930 transformou João Pessoa num herói nacional e vários projetos da Assembleia Legislativa, ainda em 1930, propuseram a mudança da bandeira e do nome da capital em homenagem ao mítico presidente. Na semana de 26 de julho de 1931, no aniversário da morte de João Pessoa, em todo o Estado houve uma série de homenagens que incluíam missas, desfiles e outras atividades políticas. Concordamos com Aires (2006, p.130) sobre a intencionalidade destas “co-memorações”:

A maior demonstração dos usos político-ideológicos das festas cívicas do 26 de julho pode ser vista na idéia de continuidade histórica da obra de João Pessoa. Ao passo que se cultuava o mito, também se homenageava os governantes da época, como seguidores das práticas “modernas” de administração do presidente morto. (...) Celebrava-se o morto e homenageava-se o vivo, aquele que podia realizar a “grande obra” do presidente João Pessoa.

Seguindo a prática recorrente em toda a Paraíba, após um ano da morte de João Pessoa, a família Brito fez uma grande homenagem ao falecido. Por dois dias, política e religião se misturaram para criar mitos e legitimar o poder da família. A prefeitura continuava nas mãos de Ignácio Brito e o juiz da cidade ainda continuava a ser o chefe da família, o Major Tertuliano.

---

<sup>81</sup> “Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado.” HOBSBAWN, Eric; RANGER Terence. **A invenção das tradições.** 5º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 9-23.

O cronograma projetado para a semana cívica em decorrência da morte de João Pessoa, em 1931, escrito por membros da família Brito<sup>82</sup>, demonstra bem a mitificação da família como arautos da “Revolução” de 1930 em São João do Cariri. Não menos importante do que o hasteamento da bandeira do Nego<sup>83</sup>, no dia 19 de julho de 1931, três fatos chamaram atenção à mitificação construída pela família Brito. Este fato ocorreu no dia 26 de julho às 12 horas: “Exposição do retrato do presidente João Pessoa no Edifício da Prefeitura Municipal, sendo nessa ocasião cantado o hymno a “João Pessoa”, pelos alunos das escolas, acompanhados pela banda de música”. O primeiro fato demonstra a construção de símbolos em torno do mito “João Pessoa”, do qual até mesmo os estudantes eram doutrinados e senão, obrigados a cantar o hino ao “mártir”.

O segundo fato é mais interessante ainda, ocorrido uma hora após cantarem o hino houve “distribuição de esmolas aos pobres pelas professoras Ana Cavalcante e Albertina Ramos”. O fato de dar esmola numa data de “co-memoração” tem sentido estritamente político. Fica claro a construção da imagem do “político bondoso” em prol da memória do “bondoso” presidente da Paraíba. Os Britos eram amigos de João Pessoa, os Britos eram bons, eles davam esmola que nem João Pessoa. Assim, os Britos estavam a construir uma imagem de salvadores.

O terceiro fato evidencia o papel religioso que João Pessoa representava na população de São João do Cariri: “Passeata cívica percorrendo as principais ruas da cidade, sendo conduzido o retrato do presidente João Pessoa, por duas senhoritas, e ouvindo-se no percurso vários oradores”. Após o final da passeata começaram a construção do Mercado Público. Não é difícil perceber que João Pessoa estava em transformação de uma entidade política para religiosa, nas homenagens em São João do Cariri, ele era um santo. Se apoiar na imagem de João Pessoa foi uma estratégia política, que os Britos utilizaram, para concretizar a permanência da chefia política do município.

A “Revolução” de 1930 serviu como capital simbólico para a família Brito. Eram oligarcas “revolucionários”. Se apegar à legenda do tenentismo e elaborar um discurso “revolucionário”, na qual o público seria público, e não privado, reciclagem as oligarquias, não somente em São João do Cariri, mas também na Paraíba. Como São João do Cariri era uma cidade histórica comandada por uma família aliada da

<sup>82</sup>A UNIÃO, 18 de jul. 1931, p.3.

<sup>83</sup>Atual bandeira da Paraíba, que simboliza o luto e o sangue de João Pessoa. O “Nego” faz referência a negação do apoio de João Pessoa à candidatura de Júlio Prestes.

“Revolução”, essa recebeu a atenção dos interventores. Assim, o próprio discurso de moralização política posta em teoria pelo Movimento de 1930 entrou em contradição no caso de São João do Cariri, já que uma oligarquia originada na República Velha continuou no município a receber os benefícios do Estado e de seus interventores.

O segundo interventor da Paraíba, que sucedeu José Américo de Almeida, foi Anthenor de França Navarro<sup>84</sup>. A escolha de Anthenor Navarro para interventor da Paraíba veio da indicação de Juarez Távora, principal conspirador da “Revolução” no Nordeste. Navarro buscou dar continuidade à reforma política iniciada por João Pessoa e sua escolha deveu-se ao seu perfil político. Segundo Santos Neto (2007, p.51):

(...), o que ocorreu foi a incorporação, à conduta administrativa de Anthenor Navarro, dos princípios da centralização estatal defendidos por aquele presidente (João Pessoa), ou seja, a consolidação da ação intervencionista de Anthenor Navarro passou, necessariamente, por essa incorporação haja visto a comoção social e a crescente mitificação das ações administrativas de João Pessoa.

Se no governo de João Pessoa as oligarquias sofreram, com Anthenor Navarro elas se desesperaram. As reformas administrativas de Navarro tinham como alvo principal os municípios que estavam ainda influenciados pelo comando dos chefes políticos. Devido a participação da Paraíba na Aliança Liberal e a desgastante Revolta de Princesa, o Estado estava com suas divisas esgotadas. Cabia a Navarro sanear a carência econômica do Estado. Assim, foi nos municípios que o novo interventor mais atuou. Primeiro, ele tentou acabar com o filhotismo, pois exonerou e transferiu funcionários durante todo o seu governo. Além disso, em várias cidades, como em Araruna, ele nomeou prefeitos tenentes, livres da imposição dos chefes locais.

Mas, a medida que mais mexeu na administração dos municípios foi a reorganização das Mesas de Renda. Anthenor Navarro foi mais “abusado” do que João Pessoa ao moralizar a coleta de impostos. No governo João Pessoa, as cidades que apoiavam a oposição não obedeciam às ordens do Governo Estadual. Assim, em várias cidades da Paraíba, as Mesas de Renda ainda eram “saqueadas” pelos chefes locais. Duas medidas foram tomadas por Anthenor Navarro para a moralização fiscal do Estado. Primeiro, substituiu os fiscais que fossem “filhotes” dos chefes políticos, pois os “filhotes” fraudavam o repasse dos impostos em benefícios dos chefes locais. Segundo,

---

<sup>84</sup>Anthenor Navarro nasceu na cidade da Parahyba do Norte em 1889. Estudou no Colégio Pedro II e na Escola Politécnica onde teve como colega Juarez Távora, no Rio de Janeiro. Escrevia artigos para jornais e foi chefe da Repartição de Água e Esgoto da Capital no governo João Pessoa. (SANTOS NETO, 2007, p.43-44)

desmembrou as Mesas de Renda em vários distritos, com a descentralização das mesas, a coleta de impostos perderia a influência centralizadora dos chefes locais. Alguns distritos passaram a ter o seu comércio fortalecido devido as transações comerciais serem facilitadas pelas Mesas de Renda. Assim, se beneficiaram os comerciantes e o Estado teve garantia contínua de arrecadação de impostos.

No caso de São João do Cariri, como a família Brito continuou no poder e era aliada “revolucionária” de Anthenor Navarro, as mudanças ocorreram de forma mais amena se comparado ao Estado. Mas de fato, o desmembramento<sup>85</sup> das Mesas de Renda foi prejudicial a São João do Cariri e beneficiou os outros distritos, principalmente Serra Branca. Pois este distrito passou a ter dinamicidade entre os comerciantes e a Secretaria da Fazenda da Paraíba (SANTOS NETO, 2007, p.54).

Uma das reformas que não chegou a São João do Cariri foi a proibição de prefeitos nomearem parentes consanguíneos de até sexto grau, tarefa que sob determinada ótica era impossível em São João do Cariri. Pois Tertuliano continuava a deixar os seus parentes em postos chave no município<sup>86</sup>.

De forma geral, o que Anthenor Navarro pretendia era interferir moralmente na administração dos municípios. Assim, o Estado se reergueria economicamente e politicamente. Para isto, ele afastou as chefias locais. Para aqueles que fossem aliados da “revolução”, o interventor distribuiu cartilhas de moralidade. De fato, ele queria arrancar o elo da chefia local entre o município e o Estado, o que demonstra o caráter centralizador do Movimento de 1930. Foi uma mudança de sistema em relação à política dos governadores da República Velha. O que a continuidade dos Britos no poder traz a tona, é que as oligarquias se transformaram. Os Britos souberam utilizar o discurso “revolucionário” para continuar no poder.

Sempre que o governo interventor levantou praças, escolas, ruas ou qualquer instituição pública, ele buscou legitimar uma identidade. São João do Cariri, por estar sob o domínio dos Britos, identificou a administração do município com a família. Como Anthenor Navarro reformou as instituições públicas, centralizando-as, suas obras

<sup>85</sup>“Pelo decreto nº38 de 19 de dezembro de 1930 ainterventoria de Anthenor Navarro extinguiu a mesa de renda de São João do Cariri e desdobrou a sua circunscrição nas Estações Fiscais de Taperoá, Serra Branca, Santana do Congo, São Sebastião do Umbuzeiro e Timbaúba”. (SANTOS NETO, 2007,p.53).

<sup>86</sup>Em telegramas enviados ao jornal *A União* consta na administração: “Prefeito Ignácio de Brito, presidente; dr.Abdias Salles, juiz municipal; major Tertuliano Britto; senhoras; Laura Britto, Ana Salles, Zilda Britto; senhoritas: Albertina Ramos, Gina Pessoa, Anna Cavalcante, Cecy Ramos e Sinhazinha Ramos” (*A UNIÃO*, 18 de jul. 1931, p.3). No total foram quatro membros da família Brito. Além disso, a proximidade genealógica entre Brito e Ramos é menos do que o sexto grau.

começaram a formar símbolos identificados com a família<sup>87</sup>. Assim, temos um campo social de base familiar que formou um espaço que seria identificado pela cultura histórica defendida pela família.

Como afirma Santos Neto (2007, p.63):

O estado paraibano sob o comando de Anthenor Navarro ampliou seu eixo intervencionista com uma ação centralizadora e o discurso moralizador. Sob as ordens da inteventoria, a Paraíba se configurou com uma conformação estatal nova e ampla, subjugando os municípios e o funcionalismo a sua tutela.

Com a finalidade de cumprir o projeto “revolucionário”, Navarro viajava constantemente para o interior. Ao visitar São João do Cariri, este escolheu terreno para construção de uma escola; além disto, visitou a Mesa de Renda e outros prédios públicos<sup>88</sup>, tal como o Mercado Público, primeira obra dos “revolucionários”. Eram os “domínios do Estado” que perfuraram o seio das oligarquias.

Fotografia 3 – Mercado Público de São João do Cariri inaugurado em 1931



Fonte: Acervo pessoal

Para efetivar o seu projeto centralizador, Navarro investiu fortemente na InSTRUÇÃO e na SAÚDE PÚBLICA. Mas foi na atuação do Estado no combate à seca que a centralização sofreu mais para se efetivar. A cada projeto das forças públicas para sanear os flagelos da seca, as elites se apoiavam para angariar investimento do setor<sup>89</sup>.

<sup>87</sup>Trata-se da legitimação do poder da família que ocorreu no sistema político vigente de forma invisível, que Bourdieu (2010) denomina de Poder Simbólico.

<sup>88</sup>A UNIÃO, 19 de mai, 1931, p.1.

<sup>89</sup>Tal prática denomina-se “Indústria da Seca”, seria o desvio de verbas mandado pelo Governo para apoio dos flagelados.

A seca de 1932 foi uma das mais memoráveis da Paraíba. Foi dela que a liderança de José Américo de Almeida se apropriou para construir uma biografia política. Como vimos na presidência de Epitácio Pessoa, o IFOCS foi uma instituição importante para a política clientelista oligárquica. José Américo de Almeida, como Ministro da Viação e Obras Públicas, utilizou tal instituição para ramificar sua influência na Paraíba. Parece-nos que Anthenor Navarro buscava sempre atormentar as oligarquias, mas José Américo de Almeida sempre as colocava em seu projeto de Estado, é o que acontece ao relacionar a seca à política.

A seca de 1932 trouxe consigo os problemas que a Paraíba deveria enfrentar numa República centralizada. Pois ela atingiu de forma terrível a população rural do Estado, inclusive toda a região do Cariri. Em telegrama escrito para Anthenor Navarro, afirma Ignácio Britto, então prefeito de São João do Cariri<sup>90</sup>:

Acabo de percorrer todo município encontrando a população em estado lastimável, parte recorrendo a alimentação de chique-chique. Peço vossencia mitigar a situação, ordenar algum trabalho, viação ou outro qualquer de modo a interromper o êxodo. Ignácio Britto, prefeito.

Além de telegramas enviados do interior do Estado, fotografias e matérias sobre estiagens eram constantemente apresentados nas páginas do Jornal *A União*.

Figura 4 – “Os Cariry's assolados pela secca”



Fonte: A UNIÃO, 19 de abr. 1931, p.3.

A maneira que o Estado intervencionista e centralista tratava a coisa pública fez com que, inicialmente, as chefias locais não se intrometessem na administração. Como

<sup>90</sup> A UNIÃO, 06 de dez. 1931, p.8.

afirma Santos Neto (2007, p.135) “a todo instante (José Américo) apela para a preservação da moralidade dos recursos públicos e sua boa aplicação”. Mas como os grupos de base familiar são donos de vastas propriedades rurais, coube ao Estado incentivar a construção de açudes nestas propriedades. Assim, mais uma vez, o público e o privado estavam de mãos dadas para “acabar” com o problema da seca. Apesar da fiscalização do IFOCS, proprietários extrapolavam o prazo de entrega e cabia ao Estado concluir as obras.

Como nos referimos acima, José Américo aproveitou os benefícios do cargo de Ministro para consolidar sua influência política. Logo, ele começou a receber críticas por adotar a cultura política familiar vigente na República Velha, cuja característica principal era empregar parentes, tal como demonstra artigo do jornal Brasil Novo:

#### A PARENTELA DO MINISTRO

(...) seria interessantíssimo abrir-se um concurso para saber-se o número exato de parentes do sr. José Américo que estão ocupando cargos públicos na Paraíba, tenham ou não competência.

Examine-se a situação de cada um dos municípios paraibanos que há de ver-se que em quase todos lá estão os parentes do ministro da Viação e do interventor [Gratuliano Brito] exercendo cargos remunerados ou influindo e fazendo baixa politicagem de aldeia (...).

Por ora o ministro “Deus pequeno” tem apenas setenta parentes em empregos municipais, estaduais e federais<sup>91</sup>.

A citação demonstra a continuidade da política de parentela no Estado. Principalmente ao utilizar recursos de combate a seca – devido a seu Ministério – para concretizar o seu poder.

José Américo de Almeida almejou um novo modelo oligárquico na Paraíba, do qual os grupos ficaram a mercê do Estado. Como ministro, este passou a fazer o elo entre as oligarquias aliadas e o assistencialismo da seca. Devidos aos ideais exorbitantes de mudanças radicais de Anthenor Navarro, José Américo necessitava de alguém mais maleável na interventoria da Paraíba.

O governo Getúlio Vargas, após o Movimento de 1930, teve duas principais tarefas: punir os “carcomidas” da República Velha e satisfazer as classes trabalhadoras. Em relação a punição dos políticos da velha oligarquia foi aberto uma Comissão de Inquérito, mas que não passou do ano de 1931, primeiro por não “encontrarem provas de corrupção”; segundo pelo desligamento espontâneo dos “carcomidas” do cenário

---

<sup>91</sup>Jornal *Brasil Novo*, 19 de out. 1933, p.1. *apud* (SANTOS NETO. 2007, p. 38. Tratava-se de um jornal de oposição a José Américo.

político. Em relação as classes trabalhadoras, Vargas criou em 1931 o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. A ideia da criação do Ministério foi concretizar a interferência do governo na questão entre capital e trabalho, fato inexistente durante a República Velha. A atuação do Ministro Lindolfo Collor - escolhido por Vargas para comandar a pasta - foi a intensa atividade legislativa sobre a organização dos sindicatos, fato que intermediou as questões entre empregados e patrões. Vale salientar que o Ministério não atuou na zona rural, fato que excluiu o camponês da legenda do Ministério.

Dois grupos começaram a divergir dentro do governo Vargas em relação a reconstitucionalização. Os constitucionalistas liberais defendiam com urgência a data de novas eleições, pois assim, eles voltariam a ter os privilégios que detinham antes de 1930. O outro grupo era formado por tenentes que se uniram no Clube 3 de Outubro e que defenderam a continuação do governo provisório (SKIDMORE, 1982, p.33). Para os tenentes só uma mudança rápida com um governo apolítico e tecnocrata poderia levar a modernidade. Assim, Vargas iniciou o governo demonstrando uma de suas principais características como líder político: a paciência e a moderação no momento de relevar as diversas matrizes políticas em choque.

Na Paraíba, Anthenor Navarro contrariava essa expectativa de Vargas, pois o presidente tinha necessidade de conciliação com as oligarquias. Apoiado por Távora, Anthenor se sentiu livre para atuar de acordo com os princípios tenentistas, mesmo divergindo com a esfera federal.

Vargas buscou centralizar o poder na esfera federal e erradicar o poder local, transferindo a autonomia dos chefes locais para o federalismo da República. Em troca Vargas cedia aos chefes locais a tarefa de distribuir empregos: quanto mais crescia os domínios do Estado, mais empregos tinham para ser distribuídos pelos oligarcas. Assim, “ele criou uma rede de alianças locais de orientação nacional” (SKIDMORE, 1982, p.60).

A família Brito soube aproveitar dos benefícios da aliança com Vargas para ter influências das operações do Governo Federal, tal como foi estimulado pelas obras do IFOCS. Além disto, o domínio oligárquico – a terra e seus trabalhadores – estava fora do alcance das leis trabalhistas e da sindicalização que ocorreu nos centros urbanos. Vargas não mexeu na terra, pois o Governo tirava seus recursos da exportação agrícola: o café no sul e o algodão no norte. O processo de industrialização do Brasil foi lento e gradativo, Vargas não podia dispensar o setor agroexportador.

Mas Anthenor Navarro estava convicto do papel “revolucionário” que seu governo devia exercer. Em carta confidencial de Getúlio Vargas a Osvaldo Aranha ficou explícita a opinião do presidente em relação ao interventor da Paraíba: “Esse rapaz, a quem nomeei contrariando a vontade expressa dos irmãos de João Pessoa, para atender as indicações de José Américo e de Távora, parece não estar me atendendo” (apud. SANTANA, 1999, p.81)

O próprio José Américo estava temeroso com a interventoria de Navarro, que feria profundamente os coronéis. Mas uma tragédia inusitada aconteceu no dia 22 de abril de 1932. Em viagem para o Rio de Janeiro, o avião que transportava uma comitiva que incluía José Américo e Anthenor Navarro caiu na Bahia. Anthenor Navarro faleceu na queda.

A morte de Anthenor ocorreu num dos momentos mais difíceis após o Movimento de 1930, que passou a Paraíba. Pois o Estado estava em crise econômica devido a Revolta de Princesa e ao Movimento de 1930, juntamente com a grande seca de 1932. Mesmo assim, a morte de Anthenor Navarro não teve grande mitificação como foi o caso de João Pessoa, pois o momento não necessitava de um novo mártir “revolucionário”, mas sim de um moderador entre os chefes políticos e o Estado.

Gratuliano Brito assumiu o comando político da Paraíba, já que o Ministro José Américo estava incomunicável devido a recuperação do acidente. Um dia após a queda do avião, Getúlio Vargas recebeu os seguintes telegramas do secretário Gratuliano Brito:

João Pessoa, 27 - Com imenso pesar comunicamos V. Ex. que hoje por ocasião amerissagem porto Baía avião viajava ministro José Amorico, interventor Antenor Navarro, Dr. Lima Campos, inr).-petor secas, falecendo interventor Navarro, Dr. Lima Campos, tenente aviador, ficando feridos ministro Viação, comandante Mattos, jornalista Nelson Lustosa. Respeitosas saudações. - Gratuliano da Costa Brito, secretário Interior e Segurança. - Matheus Ribeiro, secretário Fazenda e Agricultura.

João Pessoa, 27 - Cumpro dever comunicar V. Ex. que assumi direção expediente interventoria'deste Estado, vaga doloroso falecimento Interventor Antenor Navarro. Respeitosas saudações. - Gratuliano da Costa Brito, secretário Interior Segurança<sup>92</sup>.

---

<sup>92</sup> DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 30 de abr. 1932, p.35. Transcrevemos as palavras do documento original, inclusive os erros ortográficos.

Após a morte de Anthenor Navarro , Gratuliano Brito assumiu a interventoria até segunda ordem, que só viria com a nomeação dada pelo aval de José Américo. Passaram três meses para a recuperação física do ministro. Segundo Gratuliano (1979, p.31), o presidente Getúlio Vargas estava recebendo vários telegramas com pedidos da sua posse: “eu tenho a mesa cheia de telegrama pedindo a efetivação deste moço”. José Américo advertiu o presidente de que se tratava de nomear um primo seu e deixou a escolha nas mãos de Vargas. O presidente afirmou que tinha um apreço especial pela Paraíba e o nomeou como interventor mais “moço” do país. Em 28 de julho, Gratuliano Brito recebeu o telegrama de Getúlio Vargas que daria a família Brito o mais alto cargo da política paraibana:

Palácio do Catete, 28 – Acabo nomear-vos Interventor Federal Parahyba e confio correspondereis significativo acolhimento glorioso povo parahybano dispensou vosso nome. Cordiais Saudações – Getúlio Vargas<sup>93</sup>.

Vale salientar que o novo interventor era primo legítimo de José Américo de Almeida pelo lado materno – do qual eram sobrinhos de Walfredo Leal. No dia da apresentação do interventor, o Jornal *A União* fez questão de apresentar o “dedo” de José Américo na escolha:

O exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, chefe do Governo Provisório da República atendendo ao apelo quasi unânime da Parahyba e, depois **de ouvir o sr. Ministro José Américo de Almeida**, por acto de hontem effectivou na interventoria deste Estado o sr. Dr. Gratuliano da Costa Brito<sup>94</sup>.

Esperava assim, José Américo, ter um parente na interventoria para melhor redistribuir sua influência política no Estado. Fica claro o legado da política de parentela então vigente no “Antigo Regime”. Gratuliano Brito veio para a interventoria manter mais continuidades do que efetuar rupturas. Percebe-se nas publicações de capa do Jornal *A União*, que José Américo de Almeida tinha mais prestígio nas páginas do governo de Gratuliano Brito do que nas de Anthenor Navarro. Gratuliano não foi tão “carrasco” quanto o seu antecessor, mas continuou a fazer uma política do qual o Estado sobrepujava os chefes locais. Diferente de Navarro, ele investiu na produção agrícola paraibana, o que beneficiou muitos donos de terra.

---

<sup>93</sup>A UNIÃO, 29 de jun. 1932, p.1.

<sup>94</sup>Ibidem.

Gratuliano Brito não era o típico chefe local tal como foi seu pai. A chefia local de São João do Cariri passou de Inácio Brito para Tertuliano de Brito. Gratuliano tinha uma vida mais acostumada à capital do Estado, pois este viveu muito pouco em São João do Cariri. Além disso, ele não carregava consigo os ideais oligárquicos e a “fome” de poder, que era comum em sua família. Interventor mais jovem do Brasil, pois tinha apenas 26 anos, Gratuliano deu continuidade à “Revolução” de 1930 em seu discurso, tal como responde ao telegrama de Getúlio Vargas ao ser nomeado interventor:

João Pessoa 29 – Presidente Getúlio Vargas – Rio – Tenho honra agradecer V. Exc. Haver me distinguido com nomeação Interventor Federal este Estado, agradecendo também comunicação se dignou fazer-me. No desempenho do cargo procurarei vencer as dificuldades decorrentes exercício tão elevado posto e **corresponder a confiança de V.Exc. inspirando-me nos verdadeiros princípios da Revolução.**  
– Gratuliano Brito – Interventor Federal<sup>95</sup>.

Gratuliano Brito assumiu a interventoria com dois grandiosos obstáculos: a seca de 1932, que assolava inclusive sua terra natal, e a ameaça da Revolução Constitucionalista em São Paulo. Assim, o discurso “revolucionário” esteve presente em quase todas as páginas do jornal *A União*, durante seus dois primeiros meses de mandato. Gratuliano demonstrou ser um bom orador e sempre trouxe à tona o “espírito” de João Pessoa nas horas de atribulações.

Em julho de 1932, dias depois de Gratuliano Brito assumir a interventoria da Paraíba, estourou em São Paulo a Revolução Constitucionalista liderada pelos antigos oligarcas paulistas que perderam privilégios durante o Movimento de 1930. Durante a “Revolução”, o Partido Democrático era rival do Partido Republicano Paulista (PRP) encabeçada por Júlio Prestes. O Partido Democrático apoiou Vargas no Movimento de 1930 e esperava receber deste os mesmos privilégios que tinha o PRP na República Velha, fato que não aconteceu. Além disto, eles estavam insatisfeitos com a presença do interventor pernambucano João Alberto, devido ao fato deste ser “forasteiro”. Ainda compunham a oposição paulista a Vargas, os cafeicultores e militares descontente com o privilégio dos tenentes.

Para amenizar a crise política com São Paulo, Vargas lançou um Novo Código Eleitoral e um decreto marcando as eleições para 3 de maio de 1933. Ao mesmo que nomeou um interventor paulista e civil, Pedro de Toledo. Mas como afirma Skidmore (1982, p.37):

---

<sup>95</sup>A UNIÃO, 30 de jun, 1932, p.1.

O Estado e a cidade de São Paulo tinham um tal complexo de superioridade em relação ao resto do Brasil que um movimento de oposição ao governo federal poderia ganhar muitos adeptos que nada tinham de comum, além da sua apaixonada qualificação como paulistas.

Em 9 de julho de 1932 São Paulo iniciou a revolta que ficou conhecida como Revolução Constitucionalista. Vargas detinha grande apoio militar, com exceção de alguns quartéis do Mato Grosso. Além do mais, ele teve a colaboração dos soldados dos Estados que participaram mais ativamente no Movimento de 1930. São Paulo foi cercada pelo Rio Grande do Sul ao sul e por Minas Gerais e os estados nordestinos ao Norte, incluindo as forças militares da Paraíba, motivo de reavivamento do discurso “revolucionário” dos aliados.

O “Bloco do Norte”<sup>96</sup>, formado pelas lideranças tenentistas, eram contra a constitucionalização do Brasil, pois temiam o retorno do privilégio dado a São Paulo - Minas Gerais durante a República Velha. No pós-1930, os tenentes foram mais atuantes na região Nordeste, principalmente devido a liderança de José Américo de Almeida e Juarez Távora. Assim, estes se sentiram no dever patriótico de enviar tropas para combater os paulistas (SANTANA, 1999, p.89-93).

Quando Gratuliano Brito soube da Revolução Constitucionalista de 1932, estava em Cajazeiras, cidade do alto sertão paraibano. Este recebeu um telegrama do Ministro Francisco Campos, que descrevia a revolta no Estado do Mato Grosso. Imediatamente, Gratuliano respondeu o telegrama e notificou o retorno para a capital, para prestar apoio ao governo central<sup>97</sup>. O espírito revolucionário de 1930 tinha retornado no discurso dos “aliados”. Assim como a tensão dos 70 dias antecedentes do Movimento de 1930, a Paraíba se viu num verdadeiro campo de batalha.

Gratuliano, jovem interventor e que teve grande apreço pela “Revolução”, trocava constantemente telegramas com o interventor Flôres da Cunha do Rio Grande do Sul, relembravam os tempos gloriosos da vitória de outubro e incentivavam a soldadesca a salvar a República<sup>98</sup>. Dois discursos foram publicados por Gratuliano Brito de incentivo aos soldados que marchavam para São Paulo.

<sup>96</sup> Aliança dos estados nordestinos em um bloco hegemônico que divergia contra o desenvolvimento econômico nacional da região sul, principalmente o Estado de São Paulo. (SANTANA, 1999, p. 90-91)

<sup>97</sup> A UNIÃO, 12 de jul. 1932, p.1.

<sup>98</sup> A UNIÃO, 18 de jul. 1932, p.1.

Marchae soldados da Parahyba, que a victoria é certa. Só tenho duas coisas a pedir-vos; no aceso do combate, lembrae-vos de que antes de tudo sois parahybanos e que o espírito de João Pessoa paira por sobre vossas cabeças, iluminando as vossas trincheiras e abençoando a vossa bravura<sup>99</sup>.

No dia do Nego, Gratuliano publicou o seguinte discurso:

Vede bem; não combatemos São Paulo e sim meia dúzia de políticos oportunistas que, abusando da irreflexão de uma mocidade civil e militar, culta e vibrátil, desencadeia uma lucta fraticida e fica nos gabinetes para usufruir depois os proventos do seu plano. Marchae, soldados da Parahyba, que a victória é certa<sup>100</sup>.

Nota-se que em ambos os discursos, “a Revolução” de 1930 era a garantia de vitória das tropas. A semana de envio das tropas era uma semana de “co-memorações” em relação a morte de João Pessoa e ao dia do Nego. Assim, os primeiros dias do Governo de Gratuliano Brito foram conturbados e voltados diretamente contra a Revolução Constitucionalista.

O próprio Gratuliano afirmou que não tinha plataforma para apresentar em seu governo. Sem nenhum projeto de governo pré-estabelecido, ele seguiu à risca e deu continuidade as obras iniciadas por Anthenor Navarro (BRITO, J. I, 2000, p.14). Mas devido ao problema da seca e dos gastos com o envio de tropas para São Paulo, nos seis primeiros meses de governo paralisou as obras públicas e conteve os gastos.

No primeiro ano de governo, Gratuliano Brito publicou<sup>101</sup> na capa do Jornal *A União* as suas principais realizações, das quais se destacam: contenção de despesas e manutenção e estabilidade da ordem financeira – pois o Estado ainda sofria com os gastos da Revolta de Princesa, do Movimento de 1930 e do apoio contra a Revolução Constitucionalista. Mesmo com a contenção de gastos, trabalhou na criação de oito grupos escolares, iniciados por Anthenor Navarro; Cadeia Pública de Areia; urbanização de João Pessoa e Cabedelo. Mas, o que mais chamou atenção no primeiro ano de governo de Gratuliano Brito foram os investimentos na policultura.

Parece-nos que Gratuliano Brito seguia o mesmo projeto econômico de Getúlio Vargas. E o mais interessante é que não se travava de um projeto pré-estabelecido. Segundo Ianni (1991, p.26) “a própria reestruturação do aparelho estatal não foram o resultado de um plano preestabelecido. E muito menos, foram o resultado de um estudo

<sup>99</sup> A UNIÃO, 21,jul,1932,p1. A UNIÃO, 29 de jul,1932,p.1.

<sup>100</sup> A UNIÃO, 29 de jul,1932,p.1.

<sup>101</sup> A UNIÃO, 28 de jun. 1932, p1.

objetivo e sistemático das reais condições preexistentes.” O governo Vargas adequou seus planos de acordo com os problemas que apareciam. Como na República Velha, o liberalismo econômico brasileiro dava exclusividade ao café, nosso mercado necessitava de uma produção interna e de uma diversificação dos gêneros agrícolas. Assim, a crise de 1929 atingiu o mercado brasileiro onde o café era o único sustentáculo econômico. Getúlio buscou diversificar a nossa produção além de acabar com a “dependência estrutural” pela qual passava o país.

Getúlio Vargas, para incentivar outras produções, e para auxiliar e amenizar a dependência do café criou departamentos e conselhos de estudo e favorecimento de outras culturas tais como: Departamento Nacional do Café, Instituto do Cacau da Bahia, Instituto do Álcool e Açúcar, Instituto Nacional do Mate, Instituto Nacional do Sal, Companhia Nacional de Álcalis e Serviço de Expansão do Trigo<sup>102</sup>.

Gratuliano Brito, em um ano de governo, também buscou diversificar a economia do Estado. Reformava e criava departamentos. Somente em 1933 reformou o Instituto Serico do Estado<sup>103</sup>; reformou o Instituto Agrícola Vidal de Negreiros, para incentivar a produção do fumo; em cooperação com o Governo Federal manteve o Serviço de Defesa do Algodão; comprou a Fazenda Santo Antônio em Guarabira para estudo de rebanhos; construiu o Campo de Experimentação da Batatinha em Esperança; criou a Estação Modelo João Pessoa, para melhorar os rebanhos de gado; Estação Experimental de Umbuzeiro, que formou uma nova raça de gado no Brasil com o cruzamento do gado holandês com o zebu - esta Estação trouxe bons retornos para o Estado; e incentivou a fruticultura<sup>104</sup>.

Além destes institutos, Gratuliano criou Cooperativas de incentivos à produção a partir de financiamentos. Contratou um agrônomo em São Paulo que entendesse dos problemas agrícolas do Nordeste e que vivenciou a produção econômica paulista. Pimentel Gomes, o escolhido por Gratuliano, buscou criar vários centros de experimentação na Paraíba. Destaca-se o Campo de Experimentação da Soja em Mangabeira, que não teve nenhuma continuidade nos governos posteriores (BRITO,G., 1979, p.38). Nota-se que Gratuliano Brito não teve nenhuma política econômica de incentivo ao Açúcar, fonte de riqueza da elite do litoral paraibano.

<sup>102</sup>Todas as instituições foram criadas entre 1930 e 1945. Vale salientar que o projeto de Vargas apoiava justamente a industrialização do país para amenizar a dependência externa. Além disso, tentou suprir a necessidade de matérias-primas, daí a criação do Código de Minas, do Código de Águas, do Conselho Nacional do Petróleo e principalmente da Siderúrgica Nacional.

<sup>103</sup>Antiga Estação de Sericultura

<sup>104</sup>A UNIÃO, 28 de jun, 1933, p.1.

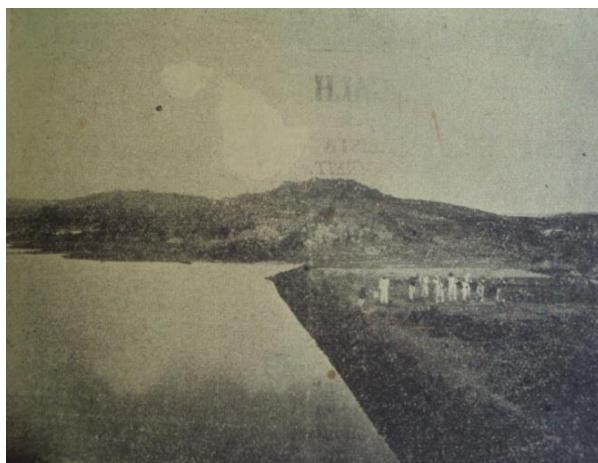
No primeiro ano de governo, Gratuliano Brito não concluiu nenhuma obra de destaque para São João do Cariri. Sua explicação reside na paralização de obras devido à seca de 1932. Seu governo era atípico das oligarquias. Mesmo ainda no cargo de interventor, ele não assumiu a chefia da família, deixou seu primo, Major Tertuliano de Brito, no lugar de seu pai. E diferente de Anthenor Navarro, não buscou se distanciar de José Américo, sempre apadrinhado por este. Aconteceu que Anthenor Navarro foi nomeado interventor por Juarez Távora, assim ele se sentia mais livre de atuar no governo do Estado do que Gratuliano Brito, que tinha sido nomeado por José Américo.

No combate à seca de 1932, Gratuliano Brito destacou constantemente o nome de José Américo, e “escondeu” a atuação da interventoria. Na administração, Gratuliano utilizou como mão-de-obra os “flagelados” e como instrumento de apoio, os jumentos, como narrou em entrevista (BRITO.G, 1979, p.39):

Toda aquela gente do Cariri, por exemplo, chegou a brigar por uma estrada. Não faltou serviço para ninguém, mesmo porque naquele tempo havia muita pouca máquina para o serviço de engenharia. Os açudes e os aterros das estradas eram feitos utilizando a extraordinária contribuição do jumento.

Sua principal atividade na seca de 1932 no Cariri foi a construção da estrada que liga Boa Vista à Monteiro, cortando São João do Cariri, Serra Branca e Sumé<sup>105</sup>. Gratuliano, em 1932, após a estiagem, começou as obras do açude “Namorados” em São João do Cariri e o açude Serra Branca I.

Figura 5 – Construção do Açude Namorados



Fonte: A UNIÃO, 09 de jun. 1933.

---

<sup>105</sup> Atual BR-412. Trata-se de uma rodovia de ligação que liga a BR-230 à BR-110.

Na infraestrutura do Estado, Gratuliano Brito construiu a Fábrica de Cimento, atualmente localizada no bairro Ilha do Bispo, na capital João Pessoa. A pretensão de construir a fábrica surgiu no governo de João Pessoa, mas devido às turbulências políticas ocorridas desde 1930, o projeto não saia do papel. Gratuliano enviou o projeto para várias empresas sendo escolhida a Companhia Portela. Outras obras foram consequências das administrações anteriores tal como o Porto de Cabedelo e o Edifício da Secretaria da Fazenda, Viação e Obras Públicas.

Gratuliano Brito buscava governar a Paraíba de acordo com os ideais “revolucionários”, mas com a tutela de José Américo de Almeida. Não trabalhou em prol do fortalecimento das oligarquias, mas a partir do discurso “revolucionário” incentivou a construção de uma cultura histórica relacionada a sua família em sua cidade natal. Além das estradas e do açude, uma das maiores obras de Gratuliano Brito em São João do Cariri, destaca seu discurso revolucionário: a Escola Estadual 24 de Janeiro, nome dado em homenagem a data de nascimento de João Pessoa, que atualmente denomina-se “Escola Estadual Deputado Tertuliano de Brito”.

Figura 6 – Escola Estadual 24 de Janeiro



Fonte: A UNIÃO, 29 de jun, 1933, p.12

O Movimento de 1930 e suas homenagens foram construtores da identidade posta pela família Brito a São João do Cariri. Assim, como entendemos a cultura

histórica como dimensão estratégica da cultura política, a política e o discurso “revolucionário” da família Brito foram responsáveis pela representação do município como cidade guerreira, sempre a favor do bem da Paraíba e disposta a lutar por esta.

Todo um aparato representativo da “revolução” estava presente durante as proximidades das eleições em 1933. Para trazer a tona o discurso “revolucionário”, os americistas<sup>106</sup> aprovaram a construção de um monumento em memória a João Pessoa. A pedra fundamental do monumento foi instalada no dia 10 de junho de 1933 às 16 horas. As Associações Comerciais liberaram o horário comercial, a Academia de Comércio “Epitácio Pessoa” liberou docentes e discentes, para que assim, todos comparecessem a benção da pedra fundamental. Assim o arcebispo D. Adauto Aurélio de Miranda Henriques abençoou a pedra ao lado de Gratuliano Brito, que naquele momento, com a ausência de José Américo, era o maior representante da “Revolução” na Paraíba (AIRES, 2006, p.62-63).

Fotografia 7 – A benção da pedra fundamental do Monumento a João Pessoa. No centro encontra-se o arcebispo D. Adaucto com Gratuliano Brito a direita.



Fonte: Jornal *A União* 13 de jun. 1933. p.1

A data da instalação da pedra fundamental foi uma estratégia política para que o Partido Progressista obtivesse grande número de votos no dia anterior. Eles utilizaram do mito João Pessoa para que este, “em espírito”, angariasse votos para americanistas. A

<sup>106</sup> Grupo pertencente ao domínio da estrutura política organizado pelo então Ministro da Viação José Américo de Almeida.

inauguração oficial<sup>107</sup> ocorreu no dia 8 de setembro com a presença do presidente Getúlio Vargas, um dia depois da comemoração da Independência do Brasil. Vargas buscou rememorar “A Revolução” e assim garantir apoio para continuar no poder, já que a Assembleia Constituinte estava em pleno funcionamento (AIRES, 2006, p.64).

Em 1932, pouco antes da Revolução Constitucionalista, foi lançado o novo Código Eleitoral que marcou eleições para maio de 1933. Este código definiu algumas mudanças no processo eleitoral, tal como a transferência do alistamento das mãos dos chefes políticos para a União, o voto feminino, o voto secreto, a criação da Justiça Eleitoral e as cotas para representação classistas. Mas, ainda tinha uma permanência da legislação anterior: a negação do voto aos analfabetos. Como a maioria da população rural era analfabeta na Paraíba, excluía a grande parte da população do Estado. Mesmo com algumas mudanças positivas, “a precária implementação da nova legislação permitiu que a fraude e a corrupção continuassem a ser as molas propulsoras do processo eleitoral”. Além disto, juízes favoreceram correntes políticas organizando mesas partidárias e houve sinais de coação e violências, costumes existentes na República Velha. (SANTANA, 1999, p.107)

Entre 1933 e 1934 realizaram-se duas eleições, a primeira para Assembleia Nacional Constituinte e a segunda para Assembleia Legislativa dos Estados. Na Paraíba, concorreram às eleições dois principais partidos. O PRL (Partido Republicano Libertador) formado principalmente pela família Pessoa - que romperam com José Américo - e toda a ala oposicionista. E o PP (Partido Progressista), fundado por José Américo e que reunia todos os “revolucionários” de 1930. Não houve mudanças na estruturação dos partidos, pois estes continuavam com atuação apenas estadual. A principal característica das eleições de 1933 foi o abuso da máquina administrativa em prol da situação. Como Ministro, José Américo utilizou recursos contra a seca para

---

<sup>107</sup>“No dia 8 de setembro, o Presidente da República, ao lado do ministro José Américo, inaugurou o monumento à memória de João Pessoa. A solenidade começou no início da tarde, quando começou a afluir grande quantidade de pessoas à praça. Momentos antes da inauguração, três aviões que compunham a esquadrilha da Marinha de Guerra, que vinham acompanhando a excursão presidencial ao Norte, evoluíram sobre a cidade fazendo acrobacias sobre a praça. No final da tarde, saíram do Palácio da Redenção, acompanhando Getúlio Vargas, José Américo, Góes Monteiro, Juarez Távora, Gratuliano de Brito e o arcebispo D. Adauto. Coube ao chefe do Partido Progressista, o ministro José Américo, pronunciar o discurso oficial em nome do Centro Cívico “João Pessoa”. Falou, em nome da família, o filho do homenageado, Epitácio Pessoa Cavalcanti. Finalizando, Getúlio Vargas e D. Adauto desataram o laço da fita que cobria o monumento, ao som do hino de João Pessoa, entoado pelas alunas da Escola Normal” (AIRES, 2006, p. 65).

ganhar votos de todo o sertão, o que levou a vitória esmagadora de seu partido<sup>108</sup> (CARNEIRO, 2011, p.82-100).

A máquina administrativa no comando de José Américo favoreceu a campanha do PP. Gratuliano Brito, em dezembro de 1932, reuniu 39 prefeitos com a intenção de organizar os diretórios do partido. Na ocasião vários municípios foram agraciados com a instalação de Caixas de Crédito Rurais. O empréstimo era trocado por apoio político entre o credor e o político. Em fevereiro de 1933, o jovem interventor se reuniu mais uma vez com os prefeitos para legitimar como presidente dos diretórios o então Secretário do Interior Argemiro de Figueiredo (SANTANA, 1999, p.118-121). Como foi observado na instalação da pedra fundamental do monumento a João Pessoa, o Partido Progressista utilizou o discurso “revolucionário” para garantir a vitória, além dos benefícios do uso da máquina de combate à seca administrada pelo Ministro José Américo. O resultado foi uma vitória esmagadora elegendo todos os cinco candidatos a deputado estadual: Irinêo Joffily, Heretiano Zenaide, Odon Bezerra Cavalcanti, José Pereira Lira, Vasco de Toledo e Manuel Veloso Borges, irmão de Virgílio Veloso Borges, figura central da saída de Gratuliano da interventoria (SANTANA, 1999, p.124).

Nas eleições de 1934 para a Assembleia Legislativa da Paraíba, Gratuliano Brito apoiou a candidatura de seu primo, Tertuliano de Brito. O interventor esperava que o próprio PP apoiasse a sua candidatura ao governo do Estado – devido ao fato de representar o líder José Américo na Paraíba além de ter realizado a acomodação política entre o Estado e os chefes políticos dos municípios.

Após as eleições para Assembleia Legislativa, os deputados escolheriam os governadores, ou seja, as eleições governamentais foram indiretas. Em quase todos os Estados do Brasil, os interventores continuaram nos cargos, agora como governadores. Na Paraíba, Gratuliano Brito perdeu o cargo. Não tinha como adivinhar que o “inimigo” iria se reerguer a partir de um dos seus secretários, Argemiro de Figueiredo, secretário do Interior e Justiça do governo de Gratuliano Brito.

Em 14 de outubro de 1934 ocorreram eleições para Assembleia Legislativa da Paraíba e para a Câmara dos deputados. Após composta a Assembleia, os deputados votaram para o preenchimento do cargo de governador e dois senadores. Assim, as campanhas eleitorais foram disputadas, pois quem obtivesse o maior número de

---

<sup>108</sup>O Partido Progressista obteve 17.087 votos (82,05%) e o Partido Republicano Reformador apenas 3.324 votos (15,96%).

deputados eleito na Assembleia Legislativa, sairia premiado com o poder Executivo do Estado.

As eleições de 1934 foram “marcadas pela mesma violência, corrupção e arbitrariedades das eleições do ano anterior, as quais repetiam o padrão dos processos eleitorais da República Velha” (CITTADINO, 2006, p.70-71). Além disso, as urnas foram violadas, e várias pessoas foram ameaçadas de morte. Uma das cidades que tiveram as urnas violadas foi São João do Cariri fazendo com que o Tribunal de Justiça Eleitoral recebesse pedidos de anulação do pleito<sup>109</sup>.

A campanha do PRL foi amplamente perseguida pelo “americismo”, candidatos sofreram processos judiciais e comícios foram constantemente cancelados e ou/ proibidos. Os jornais que apoiavam o PRL foram fechados. A situação do interior era mais degradante, já que as brigas oligárquicas continuavam a mexer com os nervos das famílias políticas. O PP, vinculado ao Jornal *A União*, fazia propaganda da erradicação do coronelismo para galgar votos pregando o fim da política clientelista, simultaneamente, o uso do Ministério da Viação sob o comando de José Américo utilizou práticas clientelistas durante 1933 a 1934 (GURJÃO, 1994, p.175).

O PP se proclamava legítimo herdeiro dos princípios de João Pessoa e do Movimento de 1930. Apesar disto, aceitou como membros do Partido antigos perrepistas. Já o PRL, formado principalmente pela família Pessoa, louvava a memória do mártir e criticava os desvios dos ideais de João Pessoa após 1930. Para eles, os maus costumes da República Velha continuaram com a liderança de José Américo. Nos discursos dos PRL e do PP os ataques verbais centralizavam a questão da política de parentela, as acusações eram soltas de ambos os lados. Os “perrelistas” acusavam os progressistas de candidatarem doze parentes e contraparentes de José Américo. Os “progressistas” revidavam afirmando que o PRL era uma “casa de família” (SANTANA, 1999, p.137).

O resultado das eleições de 1934 foi mais uma vez favorável ao Partido Progressista com vitória esmagadora: 27 dos 33 candidatos para a Assembleia Legislativa , o PRL só três. Para deputado federal o PP elegeu nove candidatos incluindo Gratuliano Brito; o PRL elegeu apenas um. Formada a Assembleia Legislativa, em janeiro de 1935, os deputados estaduais votaram em José Américo de

---

<sup>109</sup>As outras cidades foram Araçagi, Bananeiras, Campina Grande, Guarabira, Itabaiana, Patos, Souza, Taperoá e Teixeira. (CARNEIRO, 2011, p.71)

Almeida e Manoel Veloso Borges para senador e Argemiro de Figueiredo para governador constitucional (SANTANA, 1999, p. 141-144).

A escolha de Argemiro de Figueiredo em vez de Gratuliano Brito para o cargo de governador constitucional está relacionada à disputa interna do Partido Progressista entre Virgílio Veloso Borges e o próprio Gratuliano. Mas apesar da disputa, a permanência de Gratuliano na chefia do Executivo Estadual parecia estar certa. Como afirma Carneiro (2011, p. 111) tudo estava a favor da permanência de Gratuliano Brito no poder:

Tudo parecia conspirar em favor de Gratuliano: segundo o critério adotado no resto do país a escolha do governador de estado recaia sobre o Interventor local, que era o delegado do governo federal, o maior responsável pela reconstitucionalização; a vitória obtida pelo Partido Progressista na Parahyba, que elegera quase todas as bancadas federal e estadual; o governo exemplar que vinha exercendo o interventor da Parahyba; o fato de Gratuliano Brito não possuir competidor, ostensivo e declarado para o pleito indireto e, por último, o parentesco com o principal líder da Revolução de 30 no estado, José Américo de Almeida.

Mas apesar de toda política econômica em favor da produção agrícola, alguns descontentes rurais foram contra a permanência de Gratuliano na interventoria.

Podemos interpretar o descontentamento em alguns pontos: o primeiro é referente aos usineiros do litoral, pois não consta em nenhum ponto uma política econômica em favor da cana-de-açúcar. O segundo, era a relação de parentesco e a amizade entre o interventor Gratuliano Brito e seu primo José Américo de Almeida, pois setores no PP se sentiram desprivilegiado dado ao tamanho apoio entre parentes. O terceiro e menos provável seria o descontentamento de setores industriais referentes à interventoria de Gratuliano, já que o mesmo pouco trabalhou em favor da área, simultaneamente, partidários queriam a substituição do mandato para o industrial e deputado federal (eleito em 1933) Virgílio Veloso Borges<sup>110</sup>, também primo de José Américo.

Segundo Gurjão (1994, p.177), devido à maioria dos representantes eleitos para a Assembleia Legislativa ser das oligarquias algodoeiro-pecuária, essas oligarquias apoiaram um político de Campina Grande, enquanto José Américo queria apoiar

---

<sup>110</sup>Virgílio Veloso Borges foi um dos fundadores da Fábrica de Tecidos do Tibiri, comprou a fábrica de tecidos Deodoro no Rio de Janeiro, além disso, foi Diretor do Sindicato das Indústrias de Tecelagem do Estado do Rio e membro do Conselho do Comércio e Indústria do Brasil no Exterior. (ZENAIDE, 2000, p.311)

Virgílio Veloso Borges, mas a bancada de Campina aliada a Gratuliano Brito desejavam dar o cargo a Argemiro Figueiredo. Tal suposição é duvidosa já que Gratuliano demonstrou apoiar toda decisão que José Américo tomasse.

Em depoimento de Argemiro de Figueiredo (apud. SANTANA, 1999, p.130), José Américo lhe disse que: “o Gratuliano não pode ser candidato. Seria um golpe em Virgílio. E o candidato é o senhor, Dr. Argemiro”. Segundo o próprio Argemiro, ele não quis aceitar o cargo por saber que Gratuliano Brito desejava ser o governador, mas José Américo replicou: “Coloco a questão no terreno da disciplina partidária. – O candidato é o senhor”.

Mas segundo o próprio Gratuliano Brito (1979, p.58) ele não pleiteou o cargo, pois a decisão não cabia a ele e sim ao chefe do Partido, José Américo de Almeida:

Não pleiteei minha indicação para governador pela mesma razão pela qual não pleiteei minha efetivação quando fui interventor inquilino: por não consentir expressamente com o movimento que então se formou no estado ao meu favor. Achava que isto era assunto inteiramente da competência do comandante político do estado.

José Américo estava na indecisão de qual parente escolher para o PP eleger ao cargo de governador: Gratuliano Brito ou Virgílio Veloso Borges? Assim, o chefe político da Paraíba ficou preso a dois dilemas: 1º) José Américo temia dissidentes dentro do Partido devido a tamanho apoio a um parente; 2º) se escolhesse um dos primos, desagrariaria o outro. Preocupado com a união partidária, José Américo lançou o seu próprio nome, mas logo o Partido apoiou o secretário de Interior e Justiça Argemiro Figueiredo que recebeu 26 votos dos 30 deputados estaduais.

Em compensação, Gratuliano Brito foi cogitado para ocupar o cargo de senador, mas de acordo com a legislação da época, este só poderia concorrer à vaga se tivesse mais de 35 anos, pois em 1935 Gratuliano tinha apenas 29 anos. Assim, a vaga de senador ficou com Manuel Veloso Borges e Gratuliano assumiu a vaga de deputado federal, seu último cargo político. Era o fim dos Britos na chefia do Estado (CARNEIRO, 2011, p.111).

A nomeação, a interventoria e a substituição de Gratuliano Brito demonstra que ele não tinha a ânsia de ter a “chefia suprema” do Estado. O próprio não realizou campanha para o cargo de deputado federal, apesar de sair vitorioso. Ele não teve o objetivo de criar um “nome” como capital simbólico o que não o adéqua a cultura política vigente nos primeiros anos após-1930. Assim, a participação política de

Gratuliano (BRITO, G. 1979, p.65) se esgotou no mesmo período em que o discurso “revolucionário” esvaziou. Perguntado por que deixou a vida política em 1937, o mesmo respondeu: “Não me afastei da política em 37, a política que se afastou de mim”. Argemiro se adequava a nova conjuntura política do Estado por ter maior aproximação com as oligarquias e ser uma figura importante no maior colégio eleitoral da Paraíba, Campina Grande.

O processo eleitoral de 1933 e 1934 marcou a transição do regime discriminatória para o regime constitucional. Vale salientar que os regulamentos eleitorais contemplavam representações classistas que eram escolhidos pelos sindicatos. Na Assembleia Constituinte, estes representantes votaram na transformação da Assembleia Constituinte para Câmara dos Deputados com poderes para eleger o Presidente da República. Assim, em julho de 1934, Getúlio Vargas foi eleito Presidente, cargo que assumiria até eleições diretas marcadas para janeiro de 1938 (SKIDMORE, 1982, p.39-40).

Tertuliano de Brito foi eleito pela primeira vez deputado estadual nas eleições de 1934, e a partir daquele momento, passou a ser o chefe político principal de São João do Cariri. Gratuliano Brito perdeu a vaga de chefe do PP e consequentemente o papel de líder do “amerçismo”, já que o próprio José Américo estava retornando a ativa no cotidiano da vida política paraibana, pois deixara de ser Ministro para ser senador. Gratuliano se mudou para o Rio de Janeiro para exercer o cargo de deputado federal. A principal representação política da família Brito ficou sob a responsabilidade do “Major Terto”.

Observa-se que nas eleições de 1933 e 1934, vícios da politicagem da República Velha continuaram como bem aludimos sobre o renascer da fênix. Primeiro, o uso da máquina pública continuou a fazer parte do calendário das eleições. Os recursos dados por José Américo devido à emergência da seca e os empréstimos à base de Caixas de Crédito Rural favoreceram os chefes políticos coligados com o PP. Para prefeito de São João do Cariri, o candidato foi Ignacio Francisco de Britto<sup>111</sup>. (SANTANA, 1999, p.118-120). Assim, mesmo Gratuliano sem ser mais o interventor, a família continuava forte, com representantes nas três esferas do poder: Gratuliano Brito como deputado federal, Tertuliano de Brito como deputado estadual e Ignacio de Brito como prefeito.

---

<sup>111</sup> A UNIÃO, 27 de jul, 1935, p.3. Ignacio Britto assumiu o cargo em substituição à João Ribeiro de Britto, ambos primos de Tertuliano de Brito.

Durante a campanha de 1934, a política de parentela fez parte do discurso de oposição ao PP, pois o PRL publicou em jornais da época manifestos<sup>112</sup> que denunciavam a política de parentela praticada por José Américo de Almeida. Isso sem relatar a oligarquia local da família Brito presente em São João do Cariri.

O que se percebe no encerramento da interventoria de Gratuliano Brito é o enfraquecimento do discurso “revolucionário” justamente com as homenagens ao “espírito” de João Pessoa. No banquete<sup>113</sup> organizado pelo Partido Progressista à despedida de Gratuliano Brito, percebe-se a amenização do espírito revolucionário. Nota-se que as contradições do “novo” sistema denominado americanismo desgastaram o discurso. Política de parentela, fraudes eleitorais, uso da máquina pública em benefício eleitoral e personalismo político eram contradições que batiam a porta de Gratuliano Brito e José Américo. A moralização política e a antipatia para com as oligarquias foram fatores que estimularam o discurso “revolucionário”, mas que entraram em declínio do final da interventoria de Gratuliano.

Assim, com o enfraquecimento do discurso “revolucionário”, a família Brito teve seu capital simbólico – o discurso “revolucionário” - abalado . O próprio José Américo aceitou no PP antigos perrepistas, logo, a morte de João Pessoa não foi mais “tão respeitada” como fora nos dois primeiros anos da “revolução”. A volta de perrepistas na situação deu oportunidade para antigas vozes retornarem, como os Gaudêncios.

Terminada a gestão dos Britos na interventoria, um Gaudêncio entrou em cena, e a partir de entrevistas em jornais, criticou a administração de Gratuliano Brito em São João do Cariri. Tratava-se de Álvaro Gaudêncio de Queiroz, prefeito de São João do Cariri em 1923, cargo que renunciou para concluir o curso de Direito, também na Faculdade de Direito do Recife. Era irmão do ex-senador José Gaudêncio e junto com seu irmão ficou durante cinco anos longe da vida política do Estado (CARVALHO, R. 2008, p.151).

<sup>112</sup> (...) o sr. Manoel Veloso Borges, candidato a senador pelo Partido Progressista, seu irmão sr. Virgílio Veloso Borges, cunhado do padre Matias Freire, primo do senhor José Américo, chefe do citado Partido. O interventor Gratuliano Brito, seu primo, é candidato a deputado federal. O sr. Rui Carneiro e seu cunhado sr. José Pereira Lima são candidatos a deputados federais, sendo o primeiro irmão do sr. Alcides Carneiro que é genro do sr. José Américo, candidato a senador pelo Partido Progressista. (...) Nas chapas para senadores e deputados federais e estaduais figura doze parentes e contra-parentes do sr. José Américo, bem como perrepistas inimigos ferrenhos e saudoso e grande presidente João Pessoa.” Jornal O Brasil Novo apud (CARNEIRO, 2011, p.121)

<sup>113</sup> A UNIÃO, 26 de jan, 1935, p.8.

Consta em matéria de capa do jornal *A União*<sup>114</sup> réplica das acusações de Álvaro Gaudêncio em relação à Gratuliano Brito. Dois fatores importantes foram tirados da matéria. O primeiro foi o elogio de Álvaro Gaudêncio ao recém-eleito interventor Argemiro de Figueiredo como indica a matéria:

Fê-las porém (as acusações), com tal inhabilidade que envolveu nas mesmas o ilustre dr. Argemiro de Figueirêdo, futuro presidente do Estado (...) dado que o mesmo pensa como todos nós, ser o dr. Argemiro de Figueirêdo umas das figuras mais expressivas da actualidade parahybana e digna de todo o apreço de seus conterraneos.

O discurso do jornal deixou claro que Álvaro Gaudêncio buscava uma brecha para assumir a chefia de São João do Cariri com o apoio de Argemiro de Figueiredo. Sua confiança também residia na amizade construída na Faculdade de Direito do Recife com Argemiro, do qual foi seu colega de turma. O segundo foi a matéria que tratou a posição política do município por estar protegida por parentes do interventor:

Em S. João do Cariry, município sob a immediata direcção de parentes seus (Gratuliano Brito), o ambiente conservou-se sereno, sem que surgisse uma só arguição comprovada contra a situação dominante.

Eles fizeram questão de destacar a nulidade de oposição no município, como forma de demarcar território. Além disso, não atinaram ou não quiseram utilizar as obras do governo de Gratuliano Brito no município<sup>115</sup> como réplica ao discurso de Álvaro Gaudêncio. Nota-se que a família Brito tem São João do Cariri como propriedade privada, o que fortaleceu a construção do município como cultura histórica ligada as instituições criadas pela família.

Três dias depois, o jornal *A União*<sup>116</sup> publicou uma quatréplica em relação à resposta dada pelo jornal da oposição *Liberdade*, numa entrevista com Álvaro Gaudêncio. Desta vez a tentativa foi usar o nome do deputado estadual recém-eleito de Campina Grande, Otávio Teodoro de Amorim. Na quatréplica há publicado um elogio do próprio Amorim à Gratuliano Brito em visita de José Américo à Campina Grande. Ao mesmo que o jornal *A União* buscou desqualificar o discurso de Álvaro Gaudêncio:

---

<sup>114</sup>A UNIÃO, 3 de jan, 1935, p.1.

<sup>115</sup>A Escola Estadual 24 de Janeiro, o açude Namorados, a assistência a seca e a estrada Boa Vista-Monteiro.

<sup>116</sup>A UNIÃO, 6 de jan, 1935,p.1.

As acusações contidas na entrevista em apreço são o fructo de uma imaginação salteada pela irreflexão e, sendo assim, não merece que dellavoltemos a tratar porque a sua inconsistencia não lhe permite resistir ao mais leve sopro da razão e da logica.

Álvaro Gaudêncio buscava brechas para galgar poder nos domínios do Estado. No mesmo ano que voltou a aparecer na mídia, seu irmão José Gaudêncio retornou de Portugal, onde se manteve exilado desde o Movimento de 1930. Mas não foi a partir de José Gaudêncio e nem de Álvaro Gaudêncio que a família retornou no cenário político da Paraíba.

O retorno da família Gaudêncio no cenário político de 1935 demonstrou, para a surpresa da família Brito, que eles não estavam mais sozinhos na chefia política de São João do Cariri e seus distritos. Isto ocasionou o aumento da agressividade entre as duas famílias. Fato que foi consumado num dos distritos de São João do Cariri.

Vale salientar que desde a gangorra do poder, iniciada pelas famílias na década de 1910 e evidenciada pela cisão do PRCP em 1915, em São João do Cariri, não apresentou nenhum confronto armado. Até 1935, não existia nas duas famílias uma identidade que apresentasse rivalidade entre ambas. Como o poder vinha sempre de acordo com a situação estadual, e não de decisões locais, as famílias não tiveram necessidade de se confrontar.

Nas fontes utilizadas até o ano de 1935, não consta nenhuma morte e nenhum tiroteio na Comarca de São João do Cariri. A agressividade e a formação de uma identidade rival entre as famílias começaram com o retorno dos Gaudêncios ao cenário político. Um retorno que começou silenciosamente no distrito de Serra Branca.

## 2.4 - Serra Branca: da economia algodoeira ao renascer dos Gaudêncios

A família Brito e sua atuação administrativa em São João do Cariri contribuiram para a construção de uma cultura histórica baseada na cultura política local. Escola, desfiles cívicos, a estrada que ligava o município à Campina Grande, o principal açude da cidade, tudo isto foi institucionalizado pela família Brito. Assim, a população local se identificou mais com os Britos, realidade que veio se concretizar nas décadas posteriores. Mas, no período em que a interventoria esteve nas mãos de um filho da

terra, quem mais cresceu na economia e em números populacionais foi o distrito de Serra Branca<sup>117</sup>.

O “progresso” de Serra Branca deve-se inicialmente à produção de algodão que iniciou na região do Cariri em meados do século XIX (MARIZ, 1978, p.18). A massa populacional no Cariri cresceu justamente com o aumento do cultivo do algodão, e o pequeno povoado de Serra Branca foi um dos principais centros da produção. Pela necessidade do controle rígido imposto pela elite para o cultivo do algodão, a população de Serra Branca era controlada pelo mandonismo que caracterizou a política na região. Fazendeiros e pequenos agricultores criaram laços de dependência que se manifestaram na cultura política local.

Serra Branca apareceu como produtora de algodão no século XIX, tal como descreveu Irineu Joffily em 1892 (1977, p.394):

Serra Branca tem boa casaria, uma sofrível feira, casa de mercado, pequena capela; e é um dos centros produtores de algodão na comarca de S. João. Os vales do seu rio e riachos estão quase cheios de cercados para lavouras, onde o algodão produz admiravelmente, apesar das poucas chuvas que caem no sertão.

Juntamente com a produção algodoeira ocorreram mudanças na relação de trabalho. Percebe-se que houve um fortalecimento do coronelismo em regiões algodoeiras no Estado da Paraíba. A produção algodoeira e as relações de trabalho estavam intrinsecamente ligadas à cultura política que perdurou durante a República Velha e teve permanências pós-1930. Segundo Lewin (1993, p.69), as oligarquias dominantes entre 1870 e 1930 viram no “crescimento econômico uma oportunidade para expandir tanto a patronagem como a infraestrutura de exportação em favor dos principais grupos de base familiar que controlavam os municípios”. Assim, um “celeiro” como Serra Branca, foi um “curral” de gente propícia para o mandonismo de determinada família que tinha interesses em retornar a política do Estado. Foi o que ocorreu com a família Gaudêncio. Estes começaram a ver em Serra Branca “uma nova casa” para atuação política, em vez da “improdutiva” São João do Cariri.

---

<sup>117</sup>O nome de Serra Branca é a tradução da palavra indígena Itamorotinga. Refere-se a serra do Jatobá, grande rocha esbranquiçada que se localiza a redor do município. A região foi povoada a partir do século XVIII com a introdução da fazenda que nomeia a cidade. Entre 1850 e 1840 foi construída uma capelinha, em homenagem a Nossa Senhora da Conceição, na fazenda Jericó, nas margens do rio Matinoré – rio temporário que atualmente corta o município. Com o aumento populacional devido a produção algodoeira, em 1907 foi construído uma igreja maior (atual Igreja). Em 1921 Serra Branca foi elevada a Distrito de São João do Cariri. No ano de 1943 o distrito mudou o nome para Itamorotinga. No ano de 1947 Itamorotinga sediou a sede da Comarca de São João do Cariri e teve seu nome mudado para Serra Branca. (MOREIRA, 2009, p. 13-26).

Paralelo ao crescimento da produção algodoeira, Serra Branca desenvolveu o seu comércio. Pois o escoamento do algodão para Campina Grande facilitou a entrada de produtos manufatureiros e artesanais na região. Os responsáveis pelo dinamismo comercial da região foram os almocreves que viam de Campina Grande. A partir desta movimentação comercial, Antero da Cunha Torreão - membro de uma família tradicional na política de São José do Egito, município de Pernambuco, comerciante e dono de fazendas como Melada e Areias - migrou para a região, comprou e instalou vários armazéns em Serra Branca, fato que contribuiu para o desenvolvimento do município (CARVALHO, R. 2088, p.38).

Destacam-se na elevação da importância política de Serra Branca mais dois irmãos de José Gaudêncio: o padre Apolônio Gaudêncio e o dono de armazéns de algodão Joaquim Gaudêncio<sup>118</sup>.

Apolônio Gaudêncio foi ordenado padre em 1926 passando a dirigir a Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Milagres. Com a perseguição à família, ocorrida após a vitória da Aliança Liberal, o padre Apolônio Gaudêncio, em 1931, transferiu o título de Matriz<sup>119</sup> da Igreja de São João do Cariri para a Igreja de Nossa Senhora da Conceição em Serra Branca. Vale salientar que o título de Freguesia pertencia a São João do Cariri desde o ano de 1750 e a transferência foi um duro choque para a população, que era predominantemente católica. Mesmo com a família Brito no poder em defesa de São João do Cariri, a transferência trouxe abalos irreparáveis para a liderança do Major Tertuliano de Brito. A justificativa da transferência residia num germe de cultura histórica “progressista” que iria se diferenciar de uma identidade “secular”, marca da cultura histórica de São João do Cariri. O desprestígio de São João do Cariri em relação à Serra Branca fica evidente nos motivos da transferência (CADERNOS, 1979, p.555)

Os Vigários da Paróquia (...) vinham residindo no então Distrito de Serra Branca, maior centro comercial, tendo boa feira e grande aglomerado agrícola, tornando-se o centro da vida social e política do município de São João do Cariri, abandonado pelas Famílias e pelo Comércio em consequência das lutas políticas arraigadas e intermináveis de rixa extrema, ali dominante entre Britos e Gaudêncios, duas famílias antigas e primas entre si.

---

<sup>118</sup> Tratava-se de 13 irmãos: Alice, Álvaro, Alfredo, Ana, Ascendino, Agripino, Apolônio, Francisco, Inácio, Joaquim, José, João e Maria.

<sup>119</sup> Juntamente com o título de Freguesia.

Não houve abandono das “Famílias” em São João do Cariri, Britos e Gaudêncios continuaram na velha cidade política. Acontece que o dinamismo econômico e social que antes era de São João do Cariri se transferiu para Serra Branca.

Isto se deve ao fato também do distrito ser “parada” de almocreves que iam e vinham de Campina Grande. O dinamismo dos almocreves fortaleceu o comércio local. Eles levavam nos lombos dos burros, algodão para Campina Grande e traziam diversas mercadorias como farinha, rapadura, café e açúcar. Outros almocreves tinham Serra Branca como ponto de descanso de longas viagens que viam do sertão de Pernambuco<sup>120</sup>, da Paraíba e do Rio Grande do Norte para Caruaru e Garanhuns. Daí que na década de 1920 foi construído o Mercado Público de Serra Branca, antes mesmo do Mercado da sede da Comarca, que só foi construído em São João do Cariri em 1931, no governo de Anthenor Navarro (CARVALHO. E, 2008, p.44-45).

Mas o principal motivo do crescimento econômico de Serra Branca foi a movimentação comercial iniciada em meados de 1920 por Joaquim de Andrada Gaião. Segundo Emmanuel Carvalho (2008, p. 45-46), Joaquim Gaião foi o maior comerciante do Cariri entre 1940 e 1950 e pessoas de todos os cantos da região iam à *Casa Gaião* comprar diversos tipos de mercadoria. A renda que os agricultores recebiam da venda do algodão fortaleceu o comércio de Serra Branca; de lá, eles vendiam o algodão e compravam mercadorias. Eram vendidos tecidos, louças, chapéus, guarda-chuvas, ferragens, produtos alimentícios e materiais agrícolas. (CARVALHO. E, 2008, p.44-45).

Figura 8: A loja comercial “Casa Gayão”



<sup>120</sup> Principalmente das cidades de Itapetim e São José do Egito. Ver mapa da região em anexo.

Fonte: Arquivo pessoal.

Soma-se a isso, como vimos no tópico anterior, o desmembramento da Mesa de Renda de São João do Cariri em 1931, durante a gestão de Anthenor Navarro. Serra Branca obteve sua coletoria própria, o que beneficiou o elo entre a administração do Estado e os comerciantes. Além disso, a arrecadação de impostos em Serra Branca superava a de São João do Cariri<sup>121</sup>, o que deveria projetar o distrito como centro de investimentos do Estado se não fosse um Brito que estivesse no poder.

Destacava-se Serra Branca em 1935, como forte exportador de algodão<sup>122</sup>. Provavelmente, a produção serra-branquense era exportada para Indústrias Têxtil do sul do país, a partir de Campina Grande. Na região do Cariri, juntamente com Serra Branca, o único distrito que aumentara a produção de algodão foi Santana do Congo.

Existia no auge da produção algodoeira em Serra Branca, que seguia o modelo no Nordeste, uma relação complexa entre grandes latifundiários e pequenos proprietários. Segundo Francisco de Oliveira, (1981, p.47) o valor do algodão era decidido pelo capital norte-americano<sup>123</sup>. Após a Guerra da Secesão nos Estados Unidos, o Norte capitalista redefiniu as relações econômicas ao inaugurar o imperialismo norte-americano. Assim, grandes trustes controlaram a circulação mundial do algodão. No Nordeste, destacou-se a *Anderson Clayton* e a SANBRA (Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro), esta última atuou diretamente no Cariri por intermédio de sua sede em Campina Grande.

Os trustes aproveitaram-se da relação entre grandes latifundiário-pequenos proprietários para tirar proveito da estrutura econômica local. Para isto, eles utilizaram “os grandes fazendeiros” para serem os intermediários entre a produção do pequeno agricultor e a empresa de exportação.

Assim, as relações de trabalho davam vantagens aos chefes locais intermediários entre os trabalhadores e as exportadoras – em Serra Branca destacou-se Joaquim Gaudêncio e Antero Torreão como chefes locais. A estrutura de financiamento da produção ocorria de acordo com a estrutura descrita por Francisco de Oliveira (1981, p.48):

<sup>121</sup>A UNIÃO, 22 de jan, 1936. p.8.

<sup>122</sup>A UNIÃO, 06 de jul. 1935, p.3.

<sup>123</sup>O algodão passou a fazer parte da agricultura nordestina a partir do surto de matérias-primas derivados da Revolução Industrial inglesa no final do século XVIII. Com a Guerra da Secesão entre 1861 e 1865, houve um gradativo avanço da produção. O mesmo ocorreu durante a Primeira e a Segunda Guerra Mundial.

Compra na “folha”, isto é, fixa de antemão o preço que irá pagar ao meeiro pelo algodão que ele colherá, *independente das variações para cima* que esse preço possa experimentar no mercado internacional; mas *não independentemente* das variações *para baixo*: se as “três irmãs”<sup>124</sup> fixarem um preço mais baixo, ele descontará do meeiro a diferença entre o valor ou o preço ajustado na “folha” e o preço que será efetivamente pago por ocasião da colheita.

Como consequência, o meeiro<sup>125</sup> recebia apenas em espécie aquilo que ele não conseguia produzir: o sal, a querosene, a roupa, etc. No final não sobrava nada, a não ser a própria força de trabalho.

Quem se beneficiava com este sistema era “o coronel”, que constituía assim, seu capital econômico – a partir do lucro obtido das descaroçadoras e das prensagens do algodão – juntamente com seu capital simbólico, pois este utilizava do carisma e do medo<sup>126</sup> para obter respeito.

Adequado ao sistema do financiamento do algodão, o principal articulador da circulação da mercadoria em Serra Branca, a partir da década de 1930, foi Joaquim Gaudêncio. Este, além de ser sócio de comerciantes, era o principal comprador de algodão da cidade. Assim, leva a crer que “o coronel”, que detinha o poder econômico do algodão passou a usufruir o poder simbólico da chefia política. Aos poucos, Joaquim Gaudêncio recuperou o prestígio da família na região.

Sua residência em Serra Branca localizava-se de frente a principal avenida, onde também se localizavam os armazéns de algodão. Sua casa era cheia e aos poucos o Gaudêncio de Serra Branca passou a ter grande prestígio político no local, apesar de ter nascido em São João do Cariri. Joaquim Gaudêncio, durante a década de 1930, passou a chefiar a política de Serra Branca, enquanto seu irmão, Álvaro Gaudêncio, atuou como oposição aos Britos em São João do Cariri. Joaquim Gaudêncio, além de ceder terras para meeiros plantarem o algodão, era sócio de um comércio de necessidades básicas e dono da principal descaroçadora de algodão.

Segundo Gerusa Mamede<sup>127</sup>, Joaquim Gaudêncio passou a residir em Serra Branca, e como este pertencia à família de políticos de São João do Cariri, teve a função

<sup>124</sup>Referem-se às três principais exportadoras de algodão: SANBRA, CLAYTON E MACHINE COTTON.

<sup>125</sup>O pequeno agricultor que “ganhava” a terra (meia) para o plantio do algodão.

<sup>126</sup>(...) coronéis com exército de cangaceiros e jagunços que realizavam a apropriação das terras e reafirmavam, pela força, contra os camponeses recalcitrantes, o preço na “folha”, as obrigações do “cambão”, o pacto da “meia” e da “terça”, o foro da terra” (OLIVEIRA, F., 1981, p.49).

<sup>127</sup>DEPOIMENTO de Gerusa Mamede de Lima, professora aposentada, se define como observadora da vida política de Serra Branca desde os anos de 1950.

de chefiar a política: “conversando, fazendo a política, ensinando a gente como era”. Segundo a mesma, ele era “compadre de todo mundo e mandava em todo mundo e pacificava tudo”. Era Joaquim Gaudêncio o chefe da família, o que aconselhava os irmãos e o que garantia os votos para a Assembleia Legislativa e para o Congresso Nacional. A população chamava o político de Serra Branca de “Seu Quinca”. Tinha-o como “um amigo que no dia de feira cumprimentava todos os pobres”. Mesmo com carisma, Joaquim Gaudêncio possuía seus “capangas” para proteção de possível agressão a um amigo da família.

Durante a década de 1940, Joaquim Gaudêncio vendeu seus armazéns, o descaroçador de algodão e sua principal fazenda de nome Melado para seu cunhado, Antero da Cunha Torreão, casado com Ana Gaudêncio. A família Torreão, de origem espanhola, a partir da união com a família Gaudêncio, constituiu aliança política duradoura na região. Tanto que ser Torreão era sinônimo de ser Gaudêncio. Joaquim Gaudêncio passou a dedicar-se unicamente à vida política, onde detinha grande prestígio. Mas com o apoio da dominação econômica de Antero Torreão.

Em 1935, os dois chefes políticos vizinhos já estavam em combate. “O major Terto” defensor de São João do Cariri e o “Seu Quinca” defensor de Serra Branca. Mas os fatos que levaram a criação de uma rivalidade recheada de ódio e vingança estavam perto de acontecer. Fato que, como afirma Blondel (1994, p.63), era característico em locais onde duas famílias dividiam o poder.

Nunca é demais salientar que a rivalidade entre as famílias ocorria apenas no plano político, ambas ainda não tinham levado as desavenças para o campo pessoal. Fato que mudou nas eleições municipais de 1935. O cenário da mudança não ocorreu em Serra Branca e nem em São João do Cariri, mas no pequeno distrito de São José dos Cordeiros.

Depois de cinco anos que os Gaudêncios estavam longe do poder e, devido a perda do cargo de interventor de Gratuliano Brito, os ânimos esquentaram nas eleições municipais de 1935. Foi a primeira eleição municipal no período Republicano. Oportunidade dos Gaudêncios retornarem ao poder na região.

Percebe-se que a rivalidade familiar começou a se manifestar através de práticas violentas e agressivas a partir destas eleições. Assim as famílias começaram a entrar no “folclore político” brasileiro devido à extrema aversão uns aos outros (NERY, 2002, p.415):

Em São João do Cariri a briga era feroz e antiecológica. Os Brito de um lado e os Gaudêncio do outro. Jurema chegou lá, ficou impressionado:

- Porque é que as árvores da cidade aqui são todas pequenas, baixinhas?
- Major Terto Brito explicou:
- É simples Ministro. Quando os Gaudêncio sobem, cortam as árvores dos Brito. Quando os Brito sobem, cortam as árvores dos Gaudêncio.

A rivalidade ocorrida em Serra Branca e São João do Cariri criou redes a partir de casamentos e compadrios em outros distritos. Foi o que ocorreu no distrito de São José dos Cordeiros<sup>128</sup>. Antero Torreão era um dos chefes políticos do Distrito, casado com Ana Gaudêncio de Queiroz, irmã de Joaquim Gaudêncio. Antero representava a família Gaudêncio no distrito que era o segundo maior da Comarca de São João do Cariri<sup>129</sup>. Já os Britos tinham como cabo eleitoral, em São José dos Cordeiros, o chefe da polícia Nestor de Andrade Lima, parente próximo de Tertuliano de Brito, Líbio de Farias Castro, cunhado do mesmo e Domingos Chagas Brito, este, “Brito” legítimo. (BRITO. J, 1989, p.33).

Cada distrito da grande Comarca de São João do Cariri tinha um parente ou correligionário das famílias Brito e Gaudêncio. Como a base da família Gaudêncio era em Serra Branca, estes tinham os votos dos distritos próximos tais como Congo, Caraúbas, Sucuru, Santa Luzia do Cariri e Coxixola. A família Brito justamente com o domínio de São João do Cariri tinham força em Gurjão, Santo André e Parari<sup>130</sup>. São José dos Cordeiros era uma cidade disputada por homens “brabos” como Líbios de Farias Brito e os irmãos Oscar e Durval Torreão. Além destes, em Parari, distrito próximo de São José dos Cordeiros, liderava “Paizinho” Caluête, político de grande prestígio na região.

Entre 1930 e 1937 houve apenas uma eleição municipal realizada no dia 09 de setembro de 1935. Em São João do Cariri a eleição representou a oportunidade de enfrentamento entre as duas oligarquias locais. Foi uma eleição atípica ao contexto política vigente, já que a escolha da oposição e da situação era determinada pelo chefe estadual. Desta vez, as eleições foram “livres”. Este fato oportuno contribuiu para a

<sup>128</sup>Famílias começaram a se estabelecer na região no ano de 1877. Destacam-se as famílias Torreão, Maracajá, Chagas Britos e Farias. O chefe político do pequeno povoado que se formou com o nome de Cordeiros foi Antônio Torreão. A partir de 1938, Cordeiros passou a ser distrito de São João do Cariri onde passou a denominar-se São José dos Cordeiros. IBGE Cidades, Histórico de São José dos Cordeiros. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em 14 dez. 2010.

<sup>129</sup>DEPOIMENTO de Paulo Torreão. Neto de Antero Torreão, filho de Genival Torreão, advogado de ofício e pecuarista.

<sup>130</sup>Ver mapa em Anexos.

liberdade de disputa entre as duas famílias. A família Gaudêncio oficializou como candidato a prefeito o Padre Apolônio Gaudêncio (PRL) e a família Brito, por sua vez também apoio um membro da família, Ignacio Francisco de Brito (PP) (AIRES, 2000, p.63).

A eleição de 1935 marca para a população do Cariri, a origem da briga entre as duas famílias, devido aos atos violentos praticados durante a campanha. Mas como observamos, a disputa começou em 1915, sendo 1935 o início de constantes tiroteios em períodos eleitorais. O primeiro deste ocorreu no dia 20 de agosto de 1935, no distrito de São José dos Cordeiros.

Naquele momento, a produção de algodão era considerável no distrito. O principal armazém pertencia a Antero Torreão, dono de terras na região e que comprou os armazéns e a fazenda de Joaquim Gaudêncio em Serra Branca. Ocorreu que a própria família Torreão, com elos de parentesco com a família Gaudêncio, não gostava da presença dos Britos em São José dos Cordeiros.

Em plena campanha eleitoral<sup>131</sup>, no dia do tiroteio, as caravanas das duas famílias se encontraram em Cordeiros. Os Gaudêncios prepararam uma festa juntamente com uma homenagem a José Gaudêncio, que retornara de Portugal após exílio fruto do Movimento de 1930. Estavam presentes na festa Álvaro Gaudêncio, Ascendino Gaudêncio, Joaquim Gaudêncio e o padre Apolônio Gaudêncio, que aproveitou da oportunidade para realizar uma missa de batismo. A festa foi realizada na frente da residência de Antero Torreão. Estavam presentes no evento seus filhos, Lourival Torreão, Durval Torreão, Oscar Torreão e Genival Torreão. Como representante de Parari estava Severino Alves Caluête, vulgo “Paizinho” Caluête. No momento, eles improvisaram uma plataforma em frente a casa para um discurso de José Gaudêncio.

No mesmo dia, Tertuliano de Brito visitou São José dos Cordeiros, na residência de Nestor de Andrade Lima, no final da rua que residia Antero Torreão. Tertuliano de Brito esperava fazer um comício no distrito ao lado de Líbio de Farias Castro, Ignácio Francisco de Brito e o professor Pascoal Trocoli. Assim, teve um choque das caravanas em plena campanha.

O encontro das famílias rivais em Cordeiros serviu para “acerto de contas” de ambos os lados. Durante a campanha municipal, Durval e Oscar Torreão tinham

---

<sup>131</sup> Sobre o tiroteio de São José dos Cordeiros foram utilizados depoimentos de Ana Célia Torreão Medeiros, filha de Oscar Torreão, Paulo Torreão, filho de Genival Torreão, José Tavares, amigo da família Brito e depoimento escrito de José de Farias Brito.

discutido com Líbio de Farias Castro marcando para o próximo encontro o acerto. Já Tertuliano de Brito, em comício em Serra Branca, usou “desaforos” em seu discurso contra a família Gaudêncio, o que era comum na campanha política, difamar o adversário. Ascendino Gaudêncio, o “valentão” da família, ficou de tirar satisfação dos desaforos de Tertuliano, também marcando o acerto para o próximo encontro: fato culminado em São José dos Cordeiros.

Durante o discurso de José Gaudêncio, no meio da população, houve gritos de protesto e humilhação contra o orador. Oscar Torreão subiu no palanque para observar quem estava protestando e visualizou Líbio de Farias Castro que de imediato atirou em Oscar, promessa que fizera ao se realizar o encontro entre ambos. O tiro acertou o Paizinho Caluête, que ficou gravemente ferido e não conseguiu sobreviver. Assim, Oscar Torreão, após o susto, correu em perseguição ao Líbio, ao encontrá-lo, segurou-o por trás e apertou o pescoço com os braços. Líbio olhou para trás “com as lágrimas caindo” e disse: “Mata bandido, mas você está matando um homem<sup>132</sup>”, e assim, Oscar o estrangulou. Com Líbio desfalecido no chão, o vaqueiro de Antero Torreão, chamado Cícero Figueiredo, pegou uma pedra de grande proporção e arremessou contra a cabeça do abatido a esmagando.

Assim, a população correu para dentro de suas casas. Na Igreja, onde ocorria o batizado, a população correu desesperada, trocando até as crianças. Os Gaudêncios e os Torreões se refugiaram na casa de Antero Torreão, lugar de onde dispararam contra os Britos. Após um breve intervalo do tiroteio, o professor Pascoal Trocolli, natural da capital paraibana e diretor do Grupo Escolar 24 de Janeiro em São João do Cariri, saiu a rua em grito de protesto contra a morte de Líbio: “Bando de bandido, mataram Líbio, agora atirem aqui, se tiverem coragem, atirem aqui”. No calor do momento, Ascendino Gaudêncio se deslocou da casa de Antero Torreão para a rua e respondeu ao professor: “Saia deste meio que o senhor é um forasteiro, você nem é Brito, nem é Gaudêncio, nem é daqui desta terra”. Como resposta Pascoal disse: “atire aqui bandido!”. Da longa distância das duas casas, Ascendino Gaudêncio apoiou o joelho no chão e disparou ceifando a vida do professor.

Vale salientar que a polícia – por ser uma instituição do Estado – defendia os interesses da situação, ou seja, de Argemiro de Figueiredo. A polícia estava sob o comando dos Britos, pois estes ainda eram situação no governo de Argemiro

<sup>132</sup> Segundo depoimento de Ana Célia Torreão.

Figueiredo. Assim, com a chegada da força policial de São João do Cariri, os Gaudêncios seriam presos. Com a proximidade da chegada da polícia, foi organizada a fuga, apenas dos homens. Por trás da casa de Antero Torreão eles fizeram um buraco na parede que serviu como passagem para a casa vizinha que pertencia ao pedreiro Batista Cordeiro<sup>133</sup>, amigo dos Torreões. Como este não possuía cavalos e nem carros, os Gaudêncios e os Torreões visualizaram cavalos na casa vizinha que pertencia a Domingos Chagas Brito, um novo rombo na parede foi feito. Assustado, Chagas Brito nada fez, assim eles subiram nos cavalos desesperadamente e fugiram para o sítio Riacho do Carneiro, próximo a Taperoá. Na fuga, o jovem Genival Torreão foi jogado de costa no cavalo, tamanha foi a pressa. As mulheres foram levadas para a fazenda Bonfim onde ficaram refugiadas.

Após a fuga da família Gaudêncio-Torreão, os correligionários dos Britos atearam fogo no armazém de algodão que ficava vizinho a casa de Antero Torreão. Segundo Aires (2000, p.65), “de Parari avistava-se o fogo em São José dos Cordeiros” que perdurou por três dias.

Fotografia 9: Residência (a direita) e Armazém de Antero Torreão.



Fonte: Arquivo pessoal

---

<sup>133</sup> Batista Cordeiro foi o pedreiro que construiu a maioria das casas da cidade. Daí o distrito denominar-se de São José dos Cordeiros.

O único Gaudêncio que não fugiu foi o padre Apolônio, que com a chegada das forças polícias foi preso. Mas graças ao apoio da esposa de um soldado conseguiu escapar, depois de passar o dia recebendo ofensas dos Britos.

Assim, os Gaudêncios - Torreões passaram uma semana na fazenda Riacho do Carneiro. O vaqueiro Cícero Figueiredo ficou encarregado de levar armas e alimentos da fazenda Areias para o Riacho do Carneiro. Após se passar uma semana, eles foram para o município de Itapetim em Pernambuco até serem chamados e presos em São João do Cariri, onde esperaram julgamento.

O Jornal *A União* publicou notícias do tiroteio no dia 21, um dia após o evento. O jornal não citou os nomes das famílias, mas descreveu o episódio<sup>134</sup>.

O facto ocorreu entre os elementos das facções políticas, **ambas do partido dominante**, ali seindidas em forte desacordo. Segundo os despachos, morreram na luta Libio de Farias Castro e professor Paschoal Troccoli, estando feridos Boaventura Brás e Themistocles Britto.

A primeira medida do governo foi enviar forças policiais de Campina Grande e de Alagoa de Monteiro para São João do Cariri e um destacamento policial que passava por Taperoá para São José dos Cordeiros. Além deste reforço, foi enviado um caminhão com 12 praças para São João do Cariri com o objetivo de manter a paz na região até a realização das eleições.

Após o tiroteio, o governador Argemiro de Figueiredo buscou provar para a sociedade a partir das páginas do Jornal *A União* que os fatos ocorridos em Cordeiro seriam investigados e julgados<sup>135</sup>. Fez pedido ao poder judiciário para que mudasse o Juiz do município simultaneamente que substituiu os chefes de polícia na sede da Comarca e nos distritos. Como ficou destacado na citação acima, tanto Britos quanto Gaudêncios eram aliados de Argemiro de Figueiredo, fruto da política do governador de buscar apaziguar as oligarquias. Ocorreu que naquele momento, os Britos tinham a prefeitura em suas mãos, fato que desprivilegiava a família Gaudêncio. A dificuldade de apaziguar as oligarquias rivais foi um dos motivos da queda de Argemiro da interventoria em 1940.

O tiroteio de São José dos Cordeiros foi uma anormalidade referente à política nacional visada no aumento do domínio do Estado: “tiroteio” era tido como coisa da

<sup>134</sup> A UNIÃO, 21 de ago, 1935, p.1.

<sup>135</sup> “O Governo tem o maior interesse em esclarecer os factos criminosos de São João do Cariry em que estão envolvidos figuras qualificadas naquele município”. A UNIÃO, 28 de ago, 1935, p.1.

República Velha, época de “coronéis” e cangaceiros. Vários fatores contribuíram para o continuísmo da violência privado: o efetivo policial, além de fraco, era manipulado pelos partidos de situação e os “coronéis” continuaram monopolizando a violência tal como demonstra o caso descrito acima. Não somente na Comarca de São João do Cariri, isto ocorreu em outros municípios como demonstra Gurjão (1994, p.178):

O esquema coronelístico-oligárquico realimentava-se repercutindo sobremaneira na política dos municípios. As desavenças inter-oligárquicas nos municípios repercutiam, por sua vez, na Assembléia Legislativa. Durante a curta legislatura de 1935-1937 os debates prolongaram-se a partir de eventos ocorridos em diversos municípios envolvendo perseguições políticas, falta de liberdade nas eleições, fatos policiais, enfim, questiúnculas típicas de uma estrutura de poder centrada nas disputas oligárquicas.

Como cultura política - conceito relativo a costumes de longa duração – o tiroteio de São José dos Cordeiros representa as forças do “coronelismo” que continuaram pós-1930, com destaque para a macheza característica das lideranças familiares e para a própria união familiar. Além disto, a história do tiroteio é passada de geração a geração como conto popular e marca ainda hoje a identidade de São José dos Cordeiros. Os Britos e os Gaudêncios utilizam o episódio como acusação da maldade do adversário.

O resultado das eleições municipais de 1935 em São João do Cariri foi a vitória de Ignácio Francisco de Brito. Em todo o Estado, a máquina estatal contribuiu para o resultado positivo do Partido Progressista. O partido de Argemiro Figueiredo perdeu apenas na capital, em Umbuzeiro, Patos e Itabaiana. (SANTANA, 1999, p.223).

No plano estadual como observamos, Álvaro Gaudêncio buscava uma brecha para ter influência política. E desde a saída de Gratuliano Brito do governo, ele buscava a simpatia do governador.

Segundo Cittadino (2006 p. 72) Argemiro de Figueiredo recompôs as oligarquias no Estado. Este processo de reaproximação com as oligarquias também fazia parte do governo de Getúlio Vargas, que necessitava da base agrária para proventos da industrialização do sul. Daí a legislação trabalhista ter parado nas portas das fazendas dos latifundiários.

Em agosto de 1935, José Américo de Almeida se afastou da vida política e deixou a liderança do PP com Argemiro de Figueiredo. Segundo Santana (1999, p.165), a saída de José Américo da vida política foi influenciada pela necessidade de

conciliação do Estado centralizador com as oligarquias. José Américo estava na linha de frente do processo “revolucionário” a nível nacional, fato que dificultou sua aproximação com os antigos perrepistas. Como presidente do Partido Progressista, Argemiro começou uma política de conciliação com os inimigos da “Revolução”, fato que desagradou José Américo e que o fez perder a crença no processo “revolucionário”.

Argemiro de Figueiredo aproveitou o vácuo do poder para montar a sua própria máquina política-oligárquica. Fez parte do plano de Argemiro atrair os grupos oligárquicos que compuseram o antigo perrepismo. O jovem interventor de Campina Grande possuía grande prestígio na política paraibana: primeiro, por participar do Movimento de 1930; segundo, por ser Secretário de Interior e Justiça no governo de Gratuliano Brito, devido ao cargo, possuía amplo relacionamento com os chefes municipais e, terceiro, por ter presidido o Partido Progressista. Assim, seu governo foi realizado com ampla conciliação entre o Estado e os municípios.

Com o enfraquecimento do tenentismo e dos discursos “revolucionários” de 1930, no ano de 1934, surgiram dois movimentos políticos no Brasil, tratava-se da Aliança Nacional Libertadora – Frente de esquerda com adesistas do Partido Comunista e sob a liderança de Luís Carlos Prestes - e o Partido Integralista – movimento extremo nacionalista com ideais fascistas sob a liderança de Plínio Salgado. Perguntado sobre a participação da ANL e do Partido Integralista na Paraíba, Gratuliano Brito (1979, p. 55) respondeu: “a Paraíba estava tão politizada em torno da Revolução de 30, tanto a favor como contra (...) que essas organizações não tiveram repercussão no Estado”. Ocorreu que esses movimentos foram abafados por Vargas no momento em que a Paraíba estava se desligando do movimento “revolucionário” com a administração de Argemiro Figueiredo.

Devido a ameaça do socialismo - ideologia de parte dos membros da ANL - o Congresso Nacional oficializou a Lei de Segurança Nacional que permitia a Vargas reprimir atividades “subversivas”. Ele colocou a lei em prática como resposta a um discurso de Luís Carlos Prestes que defendia um governo “realmente revolucionário”, mandando fechar o quartel-general da Aliança e prendendo seus membros. Como resposta Luís Carlos Prestes organizou um levante em novembro de 1935, com o apoio da III Internacional, da União Soviética e a partir de uma leitura “irreal” do Partido Comunista, mas que rapidamente foi abafado pelo governo. Foi a prerrogativa para o aumento de poder do presidente Vargas. Assim, a pedido de Getúlio, no ano de 1936, o

Congresso aprovou estado de sítio ao mesmo que aumentou as disposições da Lei de Segurança Nacional dando plenos poderes para Vargas arrasar a esquerda no país.

Sob a ameaça de um provável golpe militar, começaram a serem lançados os nomes dos candidatos a presidência da República cuja eleição se realizaria em janeiro de 1938.

José Américo de Almeida retornou ao cenário político em 1937 como candidato à Presidência da República às eleições de 3 de janeiro de 1938. Seus adversários na campanha foram Plínio Salgado, chefe do Partido Integralista e Armando Sales de Oliveira, governador de São Paulo. O candidato paraibano buscou mobilizar os eleitores da classe média em prol da legitimação do sufrágio para o estabelecimento dos direitos sociais e econômicos. Getúlio Vargas para despistar seu plano de golpe, apoiou discretamente José América. Na Paraíba, sua candidatura recebeu apoio tanto do PP quanto do PRL. Apoiado por Getúlio Vargas, José Américo obteve ajuda de Argemiro de Figueiredo, que delegou poderes para os jornalistas Tancredo de Carvalho e Luiz Pinto abrir um jornal de apoio e propaganda ao presidenciável paraibano<sup>136</sup> (SANTANA, 1999, 243).

As elites políticas e militares encorajaram Getúlio a dar um golpe com a intenção de salvar o país do “perigo vermelho”<sup>137</sup>, fato premeditado pelo presidente. Em setembro de 1937, Vargas utilizou o Plano Cohen<sup>138</sup> como ameaça comunista ao país. Na manhã do dia 10 de novembro daquele ano, as tropas federais cercaram o Congresso Nacional. Quase todos os interventores dos estados aderiram ao golpe, com exceção de Lima Cavalcante de Pernambuco e Juracy Magalhães na Bahia. Imediatamente Vargas declarou uma nova Constituição a partir dos modelos corporativistas do nazi-fascismo (SKIDMORE, 1982, p.49-50). Foi a inauguração de um regime ditatorial que perdurou no Brasil até o ano de 1945. Assim foram fechados o Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais.

Dez dias antes do Golpe de 1937 instituído por Getúlio Vargas, Argemiro de Figueiredo rompe com o americismo e lança sua própria estrutura política: o argemirismo. O interventor, com a confiança assegurada por Getúlio Vargas, foi o líder

<sup>136</sup> Tratava-se do *JORNAL DA PARAHYBA*.

<sup>137</sup> Referente a cor da bandeira da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, estado socialista desde o ano de 1917.

<sup>138</sup> Documento que se propunha ser um plano de combate para uma revolução comunista no Brasil. Tratava-se de uma falsificação produzida pelos integralistas, quem forjou o documento foi Olympio Mourão Filho, o mesmo que já como general iniciou o golpe de 1964. O documento foi entregue aos generais Eurico Gaspar Dutra e Góes Monteiro, que imediatamente levaram a Getúlio Vargas (SKIDMORE, 1982, p.48).

oligárquico da Paraíba até 1940. Uma das mudanças da legislação dada pelo golpe do Estado Novo foi o direito dos interventores de nomear prefeitos (CITTADINO, 2006, p.73).

De 1935 a 1937, Argemiro de Figueiredo efetivou os prefeitos vitoriosos das eleições municipais de 1935. A família Brito permaneceu na chefia da Comarca até 1939, pois como Tertuliano de Brito e Gratuliano Brito - deputado estadual e federal - compunham o americismo, foram substituídos pelos Gaudêncios, já que Argemiro de Figueiredo, como homem de confiança do Estado Novo, substituiu as oligarquias em vários municípios. Fato que concretizou o retorno da família Gaudêncio ao poder em São João do Cariri (CARNEIRO, 2011, p.32-33).

O ano de 1937 marcou o fim da carreira política de Gratuliano Brito que passou a residir no Rio de Janeiro onde foi, por vários anos, editor de uma revista. Tertuliano de Brito retornou da capital João Pessoa para São João do Cariri onde dirigiu o Cartório da família. Enquanto, seu primo, Eduardo Costa Brito continuou no cargo de prefeito.

A família Gaudêncio retornou ao poder no ano de 1939, caso particular que exemplifica o renascer da política oligárquica pós-1930. Argemiro de Figueiredo buscou realizar uma política de conciliação com as oligarquias. Além dos Gaudêncios, outras famílias tiveram presença na aglutinação de chefes municipais lideradas pelo interventor tal como os Cunha Lima, os Bezerra Cavalcante, os Nóbrega e os Ribeiro Coutinho (GURJÃO, 1994, p.187).

O período entre 1938 e 1940 foi marcado por uma forte perseguição do governo estadual ao “perigo vermelho” juntamente pela defesa do nazi-fascismo. Os Estados “Totalitários” estavam em crescimento na Europa sob as lideranças de ditadores tal como Adolf Hitler na Alemanha, Benito Mussolini na Itália e António de Oliveira Salazar em Portugal. Getúlio Vargas bebeu da política estatal destes países para reger seu governo no Brasil. Argemiro de Figueiredo - como interventor de Vargas - criou o Departamento de Estatística e Publicidade, que tinha a finalidade de doutrinar a partir do jornal *A União* os ideais do Estado Novo, juntamente com a perseguição aos comunistas e a favor da união das oligarquias. Nas vésperas do golpe do Estado Novo, o governador Argemiro instalou a Comissão Executora do Estado de Guerra da Paraíba, que colocava professores, juízes, médicos, padres e advogados com a missão de fiscalizar as práticas comunistas e “zelar pelas práticas cívicas” em escolas, grêmios e associações. No caso de São João do Cariri, ficaram incumbidos para esta missão o

professor Joaquim S. Rangel Torres e o magistrado Alfredo Paiva Malheiros (SANTANA, 1999, p.238-240).

Em relação ao combate ao comunismo, a família Brito utilizou em seu discurso o papel que teve contra o “perigo vermelho”. Na reação do Estado varguista ao levante comunista de 1935, o médico e tenente Higino Costa Brito, irmão de Gratuliano, teve participação nas prisões ocorridas no estado de São Paulo (BRITO. J, 1989, p.32).

Argemiro de Figueiredo impôs o poder da interventoria nos municípios. O processo de centralização política iniciado em 1930 foi consolidado. Assim, com o Estado Novo, os conflitos oligárquicos foram apaziguados e novamente os Britos e os Gaudêncios só dependiam para continuar no poder, da escolha do chefe estadual, e não mais de eleições.

A gangorra do poder entre a família Brito e Gaudêncio oscilou entre a morte e a vida das oligarquias na Paraíba. Sendo mais ousado ainda, as oligarquias apenas se adequaram ao sistema revolucionário, fingiram estar mortos para esperar uma oportunidade de retornar a chefia política. Enquanto isto, tanto o Major Tertuliano em São João do Cariri quanto Joaquim Gaudêncio em Serra Branca davam provas da permanência da antiga política oligárquica, que não teve fim no Movimento de 1930.

Isto sem mencionar a famosa política “coronelista” centrada na economia algodoeira, na qual o povo de Serra Branca trabalhou como meeiros nas terras de famílias como os Antoninos, os Ramos, os Torreões e os Gaudêncios. Vendiam o algodão para os Gaudêncios, os Correias, os Borbas e os Torreões e gastavam o que sobrava da “folha” na Casa comercial da família Gaião. Apesar da exploração econômica, admiravam o “jeito” do chefe Joaquim Gaudêncio. Eram “apaixonados” e se identificavam com este.

Em São João do Cariri, o assistencialismo de José Américo levava a população à admiração pela família Brito, pelas construções de açudes, escola, mercado público e emprego para os flagelados da seca. Criavam-se assim nos dois municípios – Serra Branca e São João do Cariri – culturas históricas baseadas numa única cultura política oligárquica.

José Américo apoiou os Britos. Argemiro de Figueiredo apoiou inicialmente os Britos e depois os Gaudêncios. Ocorreu que em 1940, Argemiro perdeu o cargo de interventor e mais uma vez a gangorra do poder agiu em São João do Cariri.

No ano de 1940 foram levantadas várias denúncias do secretário de Educação do Estado, Epitácio Pessoa Cavalcanti de Albuquerque - conhecido como “Epitacinho”,

filho do “mártir” João Pessoa – contra o governo de Argemiro de Figueiredo. O “Epitacinho” tinha a estima de Getúlio Vargas e com o apoio da família Pessoa, galgava a interventoria do Estado. Neste processo, a ditadura estado-novista mostrava suas contradições tanto a nível estadual quanto nacional. No estado paraibano ocorreu dissensões interoligárquicas, pois era difícil o apaziguamento de oligarquias que lutavam pelo poder a nível municipal, Brito e Gaudêncio é um bom exemplo. Nas denúncias de “Epitacinho” (apud. GURJÃO, 1994, p.188) destacam-se estas separações: “Há separações profundas. Fala-se em liberais e perrepistas como se estivéssemos ainda no regime de desagregação”. Além destas denúncias estão presentes a perseguição política e o mau uso do dinheiro público.

No plano Nacional, o Estado Novo revelava algumas contradições como o fato do país estar em regime ditatorial com uma Constituição baseada no nazi-fascismo simultaneamente combatendo países ditatoriais e nazifascistas. De 1938 a 1944, “o Estado Novo repousou no apoio das Forças Armadas, a polícia de Vargas e a desorganização, a desmoralização e a debilitação da oposição” (SKIDMORE, 1982, p.53). Este foi um período que não teve abertura para participação de partidos políticos.

Getúlio Vargas escolheu como interventor para resolver as brigas internas entre as oligarquias na Paraíba, Ruy Carneiro, que naquele momento estava alheio a política paraibana. Ele estava afastado do estado a dez anos, ou seja, assumiu o cargo sem ter que ser submetido pelas oligarquias vigentes. Assim, Ruy chamou para a composição da administração, elementos de outros estados. Aos poucos ele foi construindo sua própria base em substituição ao argemirismo. Depois do epitacismo, do americismo e do argemirismo surgiu o ruysmo, estes “ismos” caracterizam a continuidade da cultura política que qualificava o personalismo e as bases oligárquicas como princípios para a administração do Estado. Inicialmente Ruy Carneiro fez uma política conciliadora, já que não tinha aliança com base oligárquica.

O ambiente de perfeita segurança e ampla liberdade que se respira nesta Capital estende-se por todo o território paraibano, numa demonstração palpável de que a desconfiança que o governo passado inspirava ao povo foi substituída pelo sentimento de compreensão e o desejo sincero de íntima cooperação na obra de reconstrução encetada pelo Interventor Ruy Carneiro, com a colaboração leal e esclarecida do seu secretariado. (...) Os municípios desoprimidos do caciquismo local, com a eliminação das influências dos grupos hostis sem uma visão nítida da vida pública comunal, encontram-se em franco retorno à época em que predominavam processos de honestidade

administrativa, ao mesmo tempo que um sopro de renovação agita todas as suas forças vitais<sup>139</sup>.

Nitidamente, a política inicial de Ruy Carneiro demonstrou ser antioligárquica. Mas com a base pronta, ele substitui as pessoas de seu governo com os mesmos “caciques locais”, retirando a base argemirista e construindo a sua. Assim, os Britos retornaram ao poder em São João do Cariri depois de um ano.

O cargo de prefeito a partir de 1940 ficou sob a tutela do chefe político Tertuliano de Brito, foi o inicio da amizade da família Brito com a família Carneiro, que teve grande longevidade na vida política paraibana. Ruy Carneiro, assim como Argemiro, teve uma participação política voltada para os municípios. A Secretaria do Interior e Segurança Pública formou a Comissão de Negócios Municipais para averiguar a situação financeira dos municípios, no caso de São João do Cariri o município estava endividado, mas conseguindo se restabelecer nos primeiros meses de governo<sup>140</sup>.

O período que marca de 1940 a 1945 foi de tranquilidade na política da Comarca de São João do Cariri, sem movimentos violentos entre as famílias Brito e Gaudêncio. Fica evidente que a cultura da violência na política da Comarca de São João do Cariri entrou em fase de apaziguamento durante o período ditatorial do Estado Novo, só reaparecendo em períodos democráticos.

A partir de 1942, Ruy Carneiro deu “ares” de abertura política durante sua gestão, juntamente com discursos sobre a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, pois este era defensor da liberdade e da democracia: “Em toda a Paraíba o espírito americanista domina e empolga o povo”<sup>141</sup>. Ruy foi um político que apoiou a abertura do estado novista para a redemocratização, devido a seu discurso antifascista, contrário também, ao discurso de Argemiro de Figueiredo.

Getúlio Vargas também se adaptou as mudanças no cenário político mundial. Primordialmente ele tirou proveito da Segunda Guerra Mundial ao pedir apoio financeiro aos Estados Unidos para construção da Siderúrgica Nacional, assim, Vargas deixou de apoiar o eixo para apoiar os americanos. Na política interna ele estimulou a participação dos operários formulando o início de uma cultura política trabalhista, que vigorou até o ano de 1964. Vargas montou sua máquina política para dar continuidade

---

<sup>139</sup> A UNIÃO, 7 Set. 1940, p.3.

<sup>140</sup> A União, 9 Mar. 1941, p. 2.

<sup>141</sup> A União, 19 Jul. 1942, p.8.

ao seu poder após o Estado Novo, ao valorizar a leis trabalhistas, tais como a legislação da previdência social.

Em 22 de fevereiro de 1945, José Américo de Almeida retornou ao cenário político a favor de novas eleições e contra a candidatura de Vargas. Foi o início da abertura política. No dia 28 de maio foi baixado o decreto que marcou as eleições para o dia 2 de dezembro. Deste então, grupos políticos se mobilizaram e fundaram partidos nacionais. Na Paraíba o poder ficou dividido entre os três chefes oligárquicos que dominaram entre 1930 e 1945: José Américo de Almeida, Argemiro de Figueiredo e Ruy Carneiro. Na Comarca de São João do Cariri, Britos e Gaudêncios ficaram livres e fizeram a política pegar fogo na região.

# CAPÍTULO 3 – REDEMOCRATIZAÇÃO, VIOLÊNCIA E SECA: A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE POLÍTICA FAMILIAR DE SERRA BRANCA E SÃO JOÃO DO CARIRI

## 3.1 – A redemocratização e o duelo das elites: São João do Cariri versus Serra Branca ou Britos versus Gaudêncios?

27 de maio de 1947. Tenso e angustiado, o deputado estadual Tertuliano Correia da Costa Brito subiu a tribuna da Assembleia Legislativa para um último apelo. Seu propósito era convencer os outros deputados para salvar sua autonomia na região juntamente com o poder de sua família. Para isto, ele fez uma louvação a São João do Cariri e sua história, para que esta não perdesse a sede da Comarca. Em suas costas estavam o peso de uma cidade com 200 anos e uma tradição familiar forjada a partir da rivalidade com os Gaudêncios. A batalha foi mais pesada do que os constantes tiroteios, mas a derrota era iminente. Seu apelo foi ouvido, mas não passou disto.

A redemocratização pós-1945 trouxe para a região do Cariri os mesmos conflitos movidos a violência entre as famílias Brito e Gaudêncio, pois a cada realização de uma eleição ocorria um tiroteio. A continuação no poder não dependia mais de um chefe político estadual tal como foram José Américo de Almeida, Argemiro de Figueiredo e Ruy Carneiro, mas sim do voto da população. As oligarquias tiveram novamente que se readaptar a um novo sistema emergente. O Estado Novo tinha sido bondoso com as oligarquias, já que estas fizeram uma aliança em aceitar a centralizaçãoposta por Vargas e em contribuição receber os benefícios do Estado. Com a democratização, o jogo simbólico mudou.

De 1930 a 1945, os Britos e os Gaudêncios mantiveram uma gangorra de poder que dependia sempre da esfera estadual e federal. Mas com a redemocratização, a continuação no poder passou a depender dos “currais” eleitorais. O apelo à população aumentou e diferente de municípios onde apenas uma família detinha o domínio<sup>142</sup>, na Comarca de São João do Cariri, a população tinha direito de escolha, pois estava entre Britos e Gaudêncios. Concordarmos com Blondel (1994, p.62) referente à seguinte conclusão:

---

<sup>142</sup> Municípios como Araruna (Targino), São José de Piranhas (Lacerda), Cajazeiras (Rolim) e Bananeiras (Rocha).

Em São João do Cariri, por exemplo, duas famílias lutam tradicionalmente uma contra a outra. Possuem zonas de influência territorialmente determinadas, segundo definição do chefe político tradicional: uma [Gaudêncio] está no centro do município, em redor de Serra Branca; a outra [Brito] tem o poder mais difuso em torno da primeira. Cada uma delas, sobretudo a segunda, comporta ramos múltiplos. Mas nenhuma nem outra exercem um domínio direto; têm uma influência sobre chefes políticos pequenos e médios que, por sua vez, possuem cem ou duzentos eleitores, e algumas vezes menos. Tornando-se indireto, o poder é menos absoluto.

O poder dos chefes políticos sobre a população deixou de ser efetivo, Britos e Gaudêncios tiveram que marcar uma guerra para assegurar a liderança política no início da redemocratização, pois sabiam que os territórios conquistados dependeriam da influência da família. Foi assim que Gaudêncios buscaram a autonomia de seu “curral” em Serra Branca enquanto os Britos asseguraram o centro da Comarca como seu reduto, São João do Cariri.

Inseridos no poder invisível e simbólico fruto da cultura política do mandonismo, as famílias formularam culturas históricas que criaram identidades para Serra Branca e São João do Cariri. O terceiro capítulo tem como função mostrar como ocorreu esta formação e como a população se enquadrou no novo sistema político readaptado pelas famílias do poder, simultaneamente, pretendemos explicar a metamorfoses sofridas no seio familiar que favoreceu o continuísmo das famílias no poder.

Com a redemocratização do país, as eleições representaram as principais manifestações da participação da população e nos aparece como indicadores do prestígio dos grupos oligárquicos. Assim, neste capítulo, os resultados eleitorais foram fontes preciosas. Metodologicamente, os resultados das eleições contribuem valorosamente para quem pesquisa história política. Para Rémond<sup>143</sup> (1996, p. 35) – ao analisar as eleições como dados quantitativos – “o ato eleitoral ganha uma significação que faz dele o mais sincero e significativo de todos os comportamentos coletivos.” Os resultados das eleições são indicadores da participação política da população. Além das eleições contribuírem com seus resultados quantitativos, elas demonstram o teor do enfrentamento político e também da dominação. Assim utilizamos o Sistema Histórico

---

<sup>143</sup> O autor trabalha “eleições” no livro *Por uma História Política* como fonte história. Assim, como fonte de pesquisa, as eleições podem ser trabalhadas com temas voltados para as diversas sociedades democráticas. Não buscamos aqui comparar a democracia brasileira com a democracia francesa, mas indicar o ato eleitoral como fonte para quem estuda democracias.

de Eleições do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba que disponibiliza todos os resultados das eleições realizadas a partir de 1945<sup>144</sup>. Trabalhamos como fonte os resultados de todas as eleições para todos os cargos – de presidente da República a vereador – na Comarca de São João do Cariri de 1945 até 1962, assim como resultados gerais do Estado da Paraíba e do município de Campina Grande.

Haja vista a corrida eleitoral de 1945, foram formados partidos políticos nacionais. Estes partidos se dividiam entre os que se opunham e os que apoiavam Vargas. Getúlio Vargas, grande manobrista político que era, compôs dois partidos que preenchiam suas tendências políticas.

O primeiro foi o Partido Social Democrático, ou PSD, que era formado pelos políticos que tiveram do lado do presidente durante todo o Estado Novo. A criação do partido foi fruto da motivação dos interventores. Vargas participou da criação do partido, apesar de ter preferido não se filiar. O PSD foi composto por proprietários de terras e indústrias que prosperaram no Estado Novo. A aliança do empresariado industrial foi um dos grandes trunfos da formação do partido, mas o que mais contribuiu para o solidez partidária foi a participação das elites locais que viviam em detimentos do domínio do Estado (MICELI, 2004, p.562).

O principal partido de oposição a Vargas foi a União Democrática Nacional, ou UDN. O objetivo do partido era formar uma frente única de oposição a situação. Foi fundado por representantes do setor agrário e por membros do setor urbano<sup>145</sup>. A UDN buscou diversificar seus partidários, incluíram em suas fileiras representantes das oligarquias nordestinas ao mesmo que se compôs com profissionais liberais. Os udenistas eleitos para Assembleia Constituinte em 1945 provam, segundo Sergio Micele (2004, p.564), que o partido tinha proximidade com as antigas lideranças da República Velha. Eles buscaram enquadrar lideranças com prestígio político em diversos estados do país. Além das antigas oligarquias estaduais, grupos radicados no setor privado que se opunham à forte participação do Estado na economia engrossaram as fileiras da UDN.

Vale salientar, de forma distinta, tanto a UDN quanto o PSD formou-se com a contribuição do poder político familiar. O PSD, por exemplo, foi composto por

<sup>144</sup> FONTE DO SISTEMA HISTÓRICO DE ELEIÇÕES DO TRIBUNAL REGIONAL DA PARAÍBA. Disponível em [http://www.tre-pb.gov.br/she/pages/consulta/pleito\\_listar.jsf](http://www.tre-pb.gov.br/she/pages/consulta/pleito_listar.jsf). Acessado em 02 de dezembro de 2010.

<sup>145</sup> Professores, profissionais liberais e intelectuais de renome. Estas classes dominavam a imprensa, daí os principais jornais do país fazer apologia a UDN durante o período democrático de 1945-1964.

lideranças locais de base familiar, apesar de que a maioria de seus representantes eram profissionais liberais que se uniram a famílias tradicionais a partir de casamentos. Os principais exemplos destes profissionais liberais foram Juscelino Kubitschek de Minas Gerais e Etelvino Lins<sup>146</sup> de Pernambuco. Era característico das famílias pessedistas seguir carreira em cargos públicos (MICELE, 2004, p.574).

A UDN, diferente da base familiar do PSD, construiu as redes familiares a partir do setor privado. Eram dirigentes de bancos e de companhias industriais. Seus membros tinham forte participação no poder judiciário e graças à atuação em agências financeiras e de seguro, detinham grande concentração de riquezas<sup>147</sup> (MICELE, 2004, p.580).

Getúlio Vargas, junto com os líderes da política trabalhista, tal como o Ministro do Trabalho Alexandre Marcondes Filho, fundaram o Partido Trabalhista Brasileiro, ou PTB. A justificativa da criação do partido era conquistar a simpatia dos eleitores de esquerda, principalmente a crescente classe operária. O PTB foi mais uma estratégia de Getúlio Vargas de continuar no poder, fruto da cultura política trabalhista posta em prática no governo do Estado Novo.

Outro partido que marcou presença na redemocratização foi o PCB. Segundo Leônio Rodrigues (2004, p.409), o partido comunista defendeu a “união nacional”, para eles, os problemas do país só poderiam ser resolvidos a partir de “meios pacíficos”. A tese da “união nacional” defendia que o Brasil deveria seguir os passos necessários para a revolução. Assim, o partido defendeu primordialmente a política democrático-burguesa, para que depois ocorresse a Revolução socialista.

Nas eleições presidenciais de 1945, Getúlio Vargas<sup>148</sup> apoiou o candidato do PSD, o General Eurico Gaspar Dutra. A UDN, por sua vez, lançou o Brigadeiro Eduardo Gomes<sup>149</sup>, pois o partido almejava ter o reconhecimento do exército, árbitro das crises políticas. O propósito do partido era manter a ordem democrática e incentivar a industrialização a partir do liberalismo econômico.

As eleições de 1945, além de eleger para o cargo de Presidente da República, serviram para preencher os cargos de senador e deputados federais, estes últimos que

<sup>146</sup> Etelvino foi interventor de Pernambuco em 1945 e governador do mesmo estado entre 1952 e 1955.

<sup>147</sup> Destaca-se a família Mello Franco de Minas Gerais.

<sup>148</sup> Antes deste apoio ocorreu o movimento queremista, do qual setores do governo propagandeavam a continuação de Vargas na presidência. Após a retirada de Vargas do poder, este apoiou a candidatura de Dutra.

<sup>149</sup> Eduardo Gomes representava a elite paulista e recebeu a herança política de Sales Oliveira. Gomes participou do movimento tenentista na década de 1920 e foi ativista no Movimento de 1930. Desligou-se da “revolução” após o golpe do Estado Novo em 1937, do qual passou a fazer oposição a Vargas. (SKIDMORE, 1982, p.81-82)

trabalhariam na elaboração da nova Constituição. Na Paraíba, as eleições de 1945 tiveram caráter dicotômico, pois a situação se filiou ao PSD e oposição a UDN. O PSD na Paraíba foi formado pelo grupo oligárquico de Ruy Carneiro. Assim, todo grupo oposicionista foi para UDN, justamente com a liderança de José Américo de Almeida e Argemiro de Figueiredo.

A família Gaudêncio se filiou a UDN sob a tutela de Argemiro de Figueiredo enquanto a família Brito, que estava na situação em São João do Cariri, se filiou a Ruy Carneiro. Tertuliano de Brito consolidou sua amizade com a família Carneiro, diferente de seu primo Gratuliano Brito que obedecia completamente a chefia de José Américo. Mesmo após a redemocratização, Gratuliano Brito não retornou à vida política e nem ao Estado da Paraíba. Assim, o elo político entre a família Brito e José Américo de Almeida foi finalizado. Gaudêncios na UDN, Britos no PSD; Gaudêncios com Argemiro, Britos com Ruy, a disputa política reiniciou nas eleições de 1945 nos Cariris Velhos.

Na disputa para o senado em 1945, os três líderes estaduais, José Américo, Argemiro e Ruy, não se candidataram, pois preferiram não se arriscarem devido a imprevisibilidade do resultado, pois a derrota em período de redemocratização poderia causar um grande desprestígio político. Assim, a UDN escolheu como candidatos Adalberto Rodrigues Ribeiro e Vergniaud Wanderley e o PSD escolheu José Pereira Lira e Antônio Galdino Guedes.

Numa das vagas para deputado federal, a família Gaudêncio candidatou o antigo perrepista José Gaudêncio, que aproveitou do momento de reabertura política para galgar mais uma vez um cargo legislativo na esfera federal. A família Brito não teve candidato próprio, mas fez campanha para os candidatos do PSD.

Gaspar Dutra foi eleito Presidente do Brasil com 55% dos votos. Na Paraíba a vitória foi do Brigadeiro Eduardo Gomes com 53,2%. Os deputados eleitos para a Assembleia Constituinte foram cinco udenistas e três pessedistas. As vagas de senadores foram preenchidas pelos candidatos udenistas. Estes resultados demonstram que a união entre José Américo e Argemiro levou a UDN a obter grande vitória na Paraíba, diferente do que aconteceu em outros estados, do qual a máquina do governo federal ajudou a eleger a maioria dos candidatos pessedistas.

Na Comarca de São João do Cariri, o resultado foi diferente do estado, pois a família Brito conseguiu conquistar a maioria dos votos para o PSD, dando vitória a Gaspar Dutra e aos senadores pessedistas. O deputado estadual mais votado na Comarca

foi José Gaudêncio com 1.549 votos, sendo que o PSD recebeu a maioria dos votos que foram divididos entre nove candidatos. De 1930 até 1945 a família Brito passou quatorze anos no poder contra um ano da família Gaudêncio. A vitória da família Brito nas eleições de 1945 foi fruto da influência política de Tertuliano de Brito juntamente com o forte apoio do governo do Estado, tanto no governo de Gratuliano Brito quanto no governo de Ruy Carneiro<sup>150</sup>.

Na Comarca de São João do Cariri ocorreram as velhas práticas oligárquicas de manipulação dos resultados. A Justiça Eleitoral determinou eleições suplementares<sup>151</sup> naquele município devido às fraudes eleitorais. A “redemocratização” em São João do Cariri. *a priori*, não foi tão democrática assim, devido às fraudes praticadas no processo eleitoral

O processo de redemocratização nos faz pensar no próprio conceito de democracia. Assim, buscamos compreender quais características uma sociedade deve considerar para ser democrática. Segundo Bobbio (1998, p.327), a democracia seria a solução pacífica dos conflitos sociais, da eliminação da violência institucional no limite do possível, do frequente **revezamento da classe política** no poder e da tolerância.

De acordo com Bobbio, determinados países tomam a “verdadeira democracia” a partir de leis universais tais como:

- O órgão político máximo, a quem é assinalada a função legislativa, deve ser composto de membros direta ou indiretamente eleitos pelo povo, em eleições de primeiro ou segundo grau.
- Junto do supremo órgão legislativo deverá haver outras instituições com dirigentes eleitos, como os órgãos da administração local ou o chefe de Estado.
- Todos os cidadãos que tenham atingido a maioridade, sem distinção de raça, de religião, de censo e de sexo, devem ser eleitores.
- Todos os eleitores devem ter voto igual.
- Todos os eleitores devem ser livres e votar segundo opinião própria, formada o mais livremente possível.
- Os eleitores devem ser livres também e ter reais alternativas de escolha, o que exclui como democrática o uni partidarismo.

---

<sup>150</sup> De acordo com os dados do TRE-PB.

<sup>151</sup> As eleições suplementares são estabelecidas quando a junta apuradora verifica que os votos das sessões anuladas influenciaram no resultado geral do pleito. Assim, O Tribunal Eleitoral marca novas eleições.

- Tanto para as eleições dos representantes como para as decisões do órgão político supremo vale o princípio da maioria numérica, se bem que podem ser estabelecidas várias formas de maioria segundo critérios de oportunidade não definidos.
- Nenhuma decisão tomada por maioria deve limitar os direitos da minoria, de um modo especial o direito de tornar-se maioria, em paridade de condições.

Certamente nenhum regime histórico jamais seguiu inteiramente o ditado de todas estas regras; e por isto é lícito falar de regimes mais ou menos democráticos. Também não é possível obedecer todas as regras estritamente para que um Estado seja democrático. Assim, acredita-se que existem países mais ou menos democráticos.

Em relação à fundamentação da democracia em 1945, muitas regras consideradas “universais” do Estado democrático não foram seguidas na Paraíba. Blondel (1994, p.58-59), acerca das eleições de 1945, afirma:

Em 1945, votar não significava grande coisa para o homem do campo. Ele não sabia absolutamente o que desejavam dele. (...) Vota-se, pois, pelas pessoas, para poder apreciar suas qualidades; isto nem sempre acontece. O eleitor, muitas vezes, está desamparado; eis porque se pode dizer que não sabe por que vota. Ele tem necessidade de um guia a quem pedir conselho e, finalmente, a quem dar o seu voto. A proteção política decorre, pois, em primeiro lugar, da ignorância do camponês.

Para Blondel o camponês era ignorante em relação a vivência política do Estado, mal sabia o que era democracia e o que isto representava. Comparada à democracia francesa baseado na liberdade de atuação política, Blondel estava certo em relação às carências da efetivação de um Estado democrático no Brasil. Ocorre que o camponês não era tão apolítico quanto aparentava, pois este participava da política, mas a partir de uma cultura política diferenciada dos moldes da democracia francesa. Assim, as falhas da democracia do Brasil não podem ser responsabilizadas pela ignorância política do camponês, mas sim as falhas de nosso sistema representativo.

A cultura política dos Cariris Velhos estava centrada na relação entre o eleitor e o chefe político. Joaquim Gaudêncio e Tertuliano de Brito foram os típicos chefes que “ensinavam” o “camponês” a votar. Mas para além do exercício do voto, quando a população não era o bastante para garantir a vitória, os políticos recorriam às práticas

tais como: o aumento surreal de eleitores fantasmas, a perseguição política a “gosto de bala” e a fraude de cédulas eleitorais, confeccionadas pelos próprios partidos.

A Constituição de 1946 manteve o caráter centralista do Estado nacional instituído por Vargas e, igualmente às Constituições anteriores, excluía o voto aos analfabetos, ou seja, mais da metade do eleitorado brasileiro.

No ano de 1947 foram realizadas três eleições no município de São João do Cariri. Em 19 de janeiro ocorreram eleições para Governador, Senador, Suplente de Senador e Deputado Estadual; no dia 23 de março ocorreram eleições suplementares e, no dia 12 de outubro eleições para prefeitos e vice-governador. A legislação eleitoral determinava eleições separadas para vice-governador e vice-prefeito.

As eleições de 1947 foram determinadas por uma nova experiência “democrática” que passou o Brasil. Na Paraíba surgiram novas formas de fazer campanha, mas sob a mesma liderança das velhas oligarquias. O fato mais importante deste ano foi a reabertura da instituição que era a “casa” dos representantes oligárquicos: a Assembleia Legislativa da Paraíba. Assim, os principais chefes políticos buscaram garantir suas cadeiras e firmar seu domínio em suas regiões.

Em áreas onde a disputa era entre duas famílias, como em São João do Cariri, famílias rivais colocaram seus candidatos para disputar uma cadeira na Assembleia. A família Brito foi representada pelo seu principal chefe, o Major Tertuliano de Brito, que ocupará cadeira na Assembleia até o golpe do Estado Novo. A família Gaudêncio apoiou Álvaro Gaudêncio, conhecido como “Álvaro Velho”<sup>152</sup>, este advogava em Campina Grande, onde manteve forte influência política graças à amizade com Argemiro de Figueiredo.

No plano estadual, a composição dos partidos continuaram com as mesmas lideranças de 1945: Ruy Carneiro chefiava o PSD e José Américo e Argemiro chefiavam a UDN. Novamente os chefes políticos estaduais não arriscaram a se candidatar para o cargo de governador, pois uma derrota poderia ser fatal para a carreira política. O PSD apresentou o primo de Ruy Carneiro que também era cunhado de José Américo, Alcides Carneiro, e a UDN apresentou Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo.

No decorrer da campanha, José Américo se exilou em Minas Gerais, pois inicialmente apoiava seu cunhado, e depois ficou numa posição neutra. Assim, a disputa

---

<sup>152</sup> Este apelido é utilizado para diferenciar de seu filho, Álvaro Gaudêncio Filho, que foi deputado federal por quatro mandatos.

da UDN e do PSD ficou bipolarizada, entre Ruy Carneiro e Argemiro Figueiredo. Nas mesmas eleições, José Américo foi candidato único a vaga de senador, apoiado tanto pela oposição quanto pela situação. Segundo Carneiro (2011, p.200), esta foi uma das “campanhas eleitorais mais tranqüilas de que se tem notícia na Parahyba”. Fato errôneo, já que na Comarca de São João do Cariri a política estava acirrada, de acordo com os noticiários do Jornal *A União*.

A eleição de 19 de janeiro de 1947 transformou São João do Cariri novamente num palco de guerra entre as duas oligarquias. Tertuliano de Brito continuava no cargo de prefeito do município e, como candidato a deputado estadual, buscou utilizar da máquina governamental para se beneficiar. Por sua vez, os Gaudêncios pretendiam firmar seu domínio na região, principalmente em Serra Branca, cidade mais populosa. Três urnas foram violadas durante a eleição seguida de constantes tiroteios.

Nesta eleição, ocorreu o primeiro confrontamento armado entre as duas famílias depois de 1935. Durante a pesquisa, não obtivemos relatos orais sobre os atos violentos das eleições de 1947, mas a partir do Diário Oficial da Assembleia Legislativa de maio daquele ano, Tertuliano de Brito foi ameaçado de perder o cargo de deputado estadual numa votação para licença de processo devida a sua participação nas fraudes eleitorais e no tiroteio.<sup>153</sup> Durante a votação na Assembleia, discursos deixaram claro que se tratou de um tiroteio que deixou vítimas. Por causa das irregularidades no pleito eleitoral, devido aos tiroteios e as fraudes, foram marcadas novas eleições que ocorreu no dia 23 de março.

Com a mesma força de 1945, a UDN foi vitoriosa nas eleições de 1947. O governador eleito foi Oswaldo Trigueiro e o vice, José Targino, também da UDN. Os cargos de deputados foram preenchidos por 19 udenistas contra 14 pessedistas, o PTB e o PCB adquiriram, cada um, apenas uma vaga. Em São João do Cariri, mesmo com a corrupção eleitoral e com as eleições suplementares, os Britos continuaram demonstrando sua força dando maioria dos votos ao PSD. O major Tertuliano obteve 1.715 votos contra 1.633 de Álvaro Gaudêncio.

Nas vésperas das eleições suplementares, o tiroteio de 1947 foi constantemente lembrado e, o recém empossado governador Oswaldo Trigueiro buscou impor a força do Estado na região. Antes das eleições suplementares, Trigueiro empossou como prefeito de São João do Cariri, Genival de Queiroz Torreão<sup>154</sup>, filho de Antero Torreão,

<sup>153</sup> A UNIÃO, 17 de mai, 1947, p.8.

<sup>154</sup> A UNIÃO, 19 de mar, 1947, p. 4.

aliado dos Gaudêncios e que teve participação no tiroteio de 1935 em São José dos Cordeiros. Genival Torreão foi uma figura emblemática na política do Cariri na década de 1950, a sua breve passagem na prefeitura em 1947 serviu de preparação para sua vida política. A intenção de Trigueiro foi nomear um partidário político como prefeito para deteriorar a liderança dos Britos, e como garantia de tranquilidade nas eleições suplementares, o governador tomou sérias medidas de segurança com envio de tropas militares.

Com a abertura da Assembleia Legislativa, as acusações entre Tertuliano de Brito e Álvaro Gaudêncio foram constantes na plenária. Devido à empolgação da redemocratização, os discursos dos deputados foram publicados integralmente no Diário Oficial da Assembleia Legislativa, que era apresentado no Jornal *A União*. Assim, os ataques entre os deputados da Comarca de São João do Cariri foram extensamente publicados.

Novos atos violentos ocorreram antes das eleições suplementares. O motivo foi a posse de Genival Torreão. A posse do novo prefeito representou a volta da família Gaudêncio na chefia municipal, assim, tanto membros da família como correligionários, soltaram bombas<sup>155</sup> nas calçadas dos adversários como gesto de provocação. Vale salientar que a casa de Tertuliano de Brito se localizava na mesma rua da casa de Álvaro Gaudêncio, em São João do Cariri, assim a proximidade das casas aumentava o atrito entre as duas oligarquias, todo gesto do adversário era visto como provocação.

Fotografia 10: A maior casa a esquerda pertencia a Tertuliano de Brito, quatro casas depois à direita, a maior casa, pertencia a Álvaro Gaudêncio.



Fonte: Arquivo pessoal.

---

<sup>155</sup> Tratava-se de bombas festivas utilizadas em comemorações e festas juninas.

Em sessão parlamentar, o deputado João Lélis de Luna Freire<sup>156</sup>, leu um telegrama de Tertuliano de Brito que acusava a família Gaudêncio de fatos ocorridos na posse de Genival Torreão. Numa outra sessão, Álvaro Gaudêncio e Tertuliano de Brito começaram as acusações um contra o outro:

O sr. Tertuliano de Brito, pergunta ao orador [Álvaro Gaudêncio] se o lançamento de bombas nas calçadas dos adversários, era ou não perseguições políticas, ao que o orador retruca que as bombas eram apenas manifestações de regozijo. Perseguições, sim, foram as balas atiradas pelos partidários do aparteante, contra parentes e correligionários do orador<sup>157</sup>.

Era comum a troca de acusações entre os deputados Tertuliano e Álvaro. Eles subiam a tribuna mais para caluniar o adversário do que para buscar projetos em benefícios do município. Após as acusações de “bombas” e balas, na mesma sessão eles fizeram acusações referentes às “péssimas” administrações municipais do adversário. Álvaro chamou a administração de Tertuliano de “inexistente”, por sua vez, Tertuliano afirmou que Álvaro “nada fez”, assim, a Assembleia Legislativa se transformou em arena de luta entre os dois deputados de São João do Cariri.

Os temas por eles tratados – perseguição política, fraudes eleitorais, “atentados terroristas” – eram clássicos da cultura política da República Velha. Enquanto isto, na mesma sessão<sup>158</sup>, outros deputados discutiam questões de representação política e economia tais como, a questão do presidencialismo ou do parlamentarismo como regime político, a economia de tributação sobre a produção e o problema nacional da inflação enfrentado pelo governo Dutra. Entre um discurso e outro, Tertuliano de Brito e Álvaro Gaudêncio trocaram acusações. Entre as oligarquias presentes, estes foram os que mais se enfrentaram.

A precaução de novos atos de violência perante as eleições suplementares de 23 de março foi bem noticiada no jornal do governo do Estado, tanto antes como depois do pleito:

Em São João do Cariri, onde a 19 de janeiro a exaltação partidária impediu a realização de eleições livres, esteve presente, pessoalmente

<sup>156</sup> João Lélis foi um jornalista aliancista que teve participação no governo de Gratuliano Brito como prefeito de Taperoá, o mesmo obteve cargos nos governos de Argemiro de Figueiredo e Ruy Carneiro do qual fechou aliança com o PSD. Foi autor do livro *A Campanha de Princesa* publicado em 1944.

<sup>157</sup> A UNIÃO, 30 de mar, 1947, p. 8.

<sup>158</sup> Trata-se de uma sessão específica, mas em outras sessões encontramos casos de acusações entre oligarquias rivais referentes a uso das instituições públicas.

o chefe da polícia, que sem preferência de cor partidária proporcionou aos votantes as garantias necessárias<sup>159</sup>.

As eleições suplementares ocorreram de forma pacífica tal como descreveu Genival Torreão e Tertuliano de Brito em telegramas enviados ao governador do Estado<sup>160</sup>. Nota-se em telegrama enviado pelo prefeito Genival Torreão que reinou a “disciplina do eleitorado” como se as “perturbações” viessem destes e não das lideranças familiais.

Oswaldo Trigueiro aproveitou das eleições suplementares para comprovar a existência da “real democracia” durante o processo de redemocratização. Devido ao fato da violência praticada em São João do Cariri, nas eleições de 19 de janeiro, ter tido grande repercussão na imprensa, com os protestos do Tribunal Eleitoral, o governo buscou provar a força do poder do Estado nas eleições de 23 de março. A primeira medida do governador foi enviar o chefe da polícia do Estado juntamente com forças policiais para manter a segurança do pleito. Na primeira página do jornal *A União*, o governo fez questão de destacar a autoridade do Estado na efetivação da democracia:

Em face dessas medidas, não se repetiram naquela cidade fatos lamentáveis como cessou-se todavia, num clima de inteira liberdade em todos os demais municípios. Em função dessas mesmas que constituem índice seguro dos princípios programáticos do novo Governo da Paraíba, as eleições complementares de domingo último figuram como exemplo vivo, nos quadros da redemocratização do país<sup>161</sup>.

O resultado das eleições de março, diferente das eleições de janeiro, constou maioria de votos para a UDN<sup>162</sup>, partido do qual participava a família Gaudêncio. Três fatores influenciaram no resultado: 1º - o fato dos Gaudêncio estarem na situação governista, pois tiveram segurança dada pela polícia do Estado; 2º - a posse do prefeito Genival Torreão, que controlou a máquina municipal; 3º - o julgamento de Tertuliano

<sup>159</sup> *A UNIÃO*, 26 de mar, 1947, p. 1.

<sup>160</sup> “São João do Cariri, 24 – Governador do Estado – João Pessoa – Apraz-me comunicar a V. Excelência que as eleições se realizaram num ambiente calmo, em virtude das medidas tomadas pelas autoridades designadas para a manutenção da ordem. Agradeço a V. Excelência as garantias que me foram asseguradas e aos meus amigos. Respeitosas saudações. – Tertuliano de Brito”. “S. João do Cariri, 24, Exmo. sr. Governador do Estado – João Pessoa – Comunico a V. Excelência que o pleito realizado ontem nesta cidade decorreu em absoluta ordem, graças à ação enérgica e as iniciativas tomadas pelas autoridades policiais, reinando completa disciplina por parte do eleitorado. Saudações respeitosas – Genival Torreão Prefeito. *A UNIÃO*, 26 de mar, p.1.

<sup>161</sup> *A UNIÃO*, 25 de mar, 1947, p.1.

<sup>162</sup> Na primeira sessão foram 91 votos da UDN contra 20 votos do PSD; na segunda sessão, 99 da UDN contra 59 do PSD e na terceira sessão, 77 da UDN contra 58 do PSD. *A UNIÃO*, 25 de mai, 1947, p.3. Vale salientar que os dados foram parciais até a contagem do dia 25 e 27 de março de 1947.

de Brito e a ameaça deste perder o cargo de deputado estadual. Esta eleição determinou o retorno da família Gaudêncio à chefia municipal.

No mês de maio estava comprovada a força política dos Gaudêncios adquirida com a redemocratização, pois neste mês, a sobrevivência do cargo de deputado de Tertuliano de Brito dependeu da posição de Álvaro Gaudêncio como membro da UDN na Assembleia. Tertuliano estava automaticamente com seu mandato cassado se dependesse do voto da maioria. Só o pedido de Álvaro poderia fazer a bancada votar contra o pedido de cassação.

Antes do inicio da votação do processo de cassação ocorreu a leitura das acusações. Após o ato, o primeiro a dar a palavra foi Álvaro Gaudêncio que após repudiar os atos ocorridos em 19 de janeiro, disse não ser necessária a licença para o processo do rival<sup>163</sup> e que os acontecimentos já estavam julgados pela opinião pública. Logo após suas palavras, tantos os deputados do PSD quanto os da UDN elogiaram Álvaro Gaudêncio por buscar uma política de pacificação, inclusive o deputado João Lélis do PSD:

Pede a palavra o sr. João Lélis, fazendo considerações em torno do dever humano de cooperar no sentido da boa harmonia e da paz, salientando que, no julgamento do pedido, devia presidir o pensamento dos seus pares sobretudo, o sentimento do amor recíproco e da aproximação entre os homens, evocando o amor a terra comum e a veneração ao passado, através da tradição dos maiores<sup>164</sup>.

Após as orações, Álvaro Gaudêncio se retirou da plenária, pois se absteve a votar, provavelmente por uma questão de honra e tradição familiar, já que, na cultura política vigente, um voto contra a cassação de um membro da família rival seria contra os costumes. Nota-se no próprio discurso de Álvaro Gaudêncio que ele criticou as atitudes de Tertuliano nas eleições de 19 de janeiro, mas justificou que não era motivo de processo. O cargo de Tertuliano ficou nas mãos de Álvaro que absolveu o rival. A votação foi unânime contra o pedido de licença para processo de cassação.

<sup>163</sup> “Pede a palavra o sr. Álvaro Gaudêncio de Queiroz, que inicia a sua oração salientando a gravidade dos fatos constantes daquele pedido, reportando-se a sua licença a outra licença encaminhada a Assembleia para processar o mesmo deputado por fatos delituosos ocorridos no mesmo município, era em que se deu em outra legislatura. Continuando sua exposição, salienta o sr. Álvaro Gaudêncio que os acontecimentos de São João do Cariri já estão julgados pela opinião pública e não seria uma permissão de processo que iria lavrar as causas e consequências do lamentável ocorrido, nem desagravar as sua vítimas. Que desta forma, acatava com elevação o pensamento da Assembleia qualquer que fosse a sua decisão sobre o caso”. A UNIÃO, 17 de mai, 1947, p.8.

<sup>164</sup> A UNIÃO, 17 de mai, 1947, p.8.

Mas “o amor a terra comum”, como defendeu o deputado João Lélis, durou por poucos dias. No dia 27 do mesmo mês de maio, Álvaro Gaudêncio discursou sobre a transferência da sede da Comarca para o distrito de Itamorotinga, vulgo Serra Branca. A partir deste momento, a briga entre as famílias iniciou a rivalidade entre Serra Branca e São João do Cariri.

Álvaro Gaudêncio utilizou um discurso progressista para propagar a ideia de que Serra Branca era mais apta a sediar a sede da Comarca do que São João do Cariri, devido ao distrito estar “em franco progresso comercial”<sup>165</sup>.

Como demonstra o discurso do deputado Álvaro Gaudêncio, este foi direto ao ponto ao reivindicar a transferência da sede política de São João do Cariri para Serra Branca, onde seu irmão, Joaquim Gaudêncio, exercia a chefia local. No seu discurso, ele utilizou palavras como “progresso”, “indústria” e “comércio”. Estas palavras representam a ideia de desenvolvimento, neste caso, derivada da economia algodoeira de Serra Branca. Em seguida, ele reivindicou a posse da sede.

Assim, a ideia de “progresso” foi utilizada pelos Gaudêncios para construção de uma cultura histórica que identificou Serra Branca. Diferente de São João do Cariri que valorizava seu espaço de tradição, Serra Branca valorizou o horizonte de expectativa. O que é acumulado na experiência é velho, arcaico; o que se busca no horizonte de expectativa – progresso – é novo, moderno. Assim, a modernidade é o novo tentando matar o velho, ou como abordou Álvaro Gaudêncio, era a “velha cidade” de São João do Cariri que deveria ceder a sede para a “moderna” Serra Branca.

A situação de São João do Cariri, no discurso de Álvaro Gaudêncio, era deplorável, ao contrário de Serra Branca. Assim para enaltecer Serra Branca, foi necessário menosprezar São João do Cariri:

Enquanto São João do Cariri descresse em seu aspecto urbanístico, as suas casas em ruínas, quase reduzida a um grupo de funcionários, como seus habitantes, Serra Branca registra assinalado progresso. Haja vista (...), o florescimento da indústria, do comércio e outros ramos da atividade humana, destacando-se as fábricas de financiamento de algodão, tudo contribui para que este distrito reivindique a prerrogativa de sede do município a que pertence<sup>166</sup>.

Durante as sessões da Assembleia Legislativa, Álvaro Gaudêncio defendeu a transferência juridicamente e, sempre lisonjeava o fato da própria população de São

<sup>165</sup> A UNIÃO, 27 de mai, 1947, p.8.

<sup>166</sup> A UNIÃO, 28 de mai, 1947, p.8.

João do Cariri estar a favor da emenda que transferia a sede. Mesmo atacado por Tertuliano de Brito e outros deputados do PSD como Pedro Moreno Gondim, Álvaro Gaudêncio defendeu a transferência da sede. Nos seus discursos, a transferência não era apenas para o anseio da população de Serra Branca, mas para todos os outros distritos. O mesmo fez questão de enfatizar que “apesar de possuir propriedades e outros interesses econômicos na sede atual do município, pleiteia a medida, colocando o interesse coletivo acima de qualquer outro”<sup>167</sup>.

Devido ao crescente comércio e as instalações dos armazéns de algodão, Serra Branca sediou economicamente a Comarca, não só devido ao fluxo de pessoas, mas a concentração de renda do município. No mesmo discurso Álvaro Gaudêncio fez questão de enfatizar os valores dos impostos que iam parar nos cofres do Estado: São João do Cariri contribuía com 3.000,00 cruzeiros e Serra Branca com 200.000,00 cruzeiros.

Como salientamos no capítulo anterior, Serra Branca foi o maior produtor de algodão da Comarca de São João do Cariri, pois a própria área urbana do distrito surgiu graças à instalação de armazéns. Além do mais, foi em Serra Branca que a família Gaudêncio instalou sua base política, a partir da transferência da freguesia pelo padre Apolônio Gaudêncio e pela liderança política de Joaquim Gaudêncio. Devido ao desenvolvimento do comércio e ao fato do local ser parada de almocreves, a população do distrito aumentou consideravelmente como demonstra o Censo de 1950 (BLONDEL, 1994, p.108). Dominar o distrito com maior número populacional era garantia de sucesso para as próximas eleições. A diferença do número da população entre Serra Branca e São João do Cariri era gritante conforme demonstra a seguinte tabela:

TABELA 2  
Número de habitantes dos distritos da Comarca de São João do Cariri de em 1950

Distritos	População
Serra Branca	6.722
Coxixola	3.697
Congo	4.796
Sucuru	1.496
Santa Luzia do Cariri	3.346
São José dos Cordeiros	5.975
São João do Cariri	3.734
Gurjão	4.847

<sup>167</sup> Ib.idem.

Santo André	4.521
Parari	3.248
Caraúbas	4.623
Total	47.005

FONTE: Projeto de Lei nº 30/1959 da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, p.4.

Como prerrogativa da escassez populacional de São João do Cariri, Álvaro Gaudêncio não estava apenas querendo menosprezar a “cidade tradicional”, pois a população urbana de Serra Branca também era bem maior do que da sede e dos outros distritos. Vale salientar que de acordo com o Censo de 1950, a Comarca possuía 31.778 habitantes sendo destes, 28.171 residentes na zona rural. Serra Branca possuía 1.188 habitantes na zona urbana. O segundo maior distrito em números de população urbana foi o Congo com 401 habitantes, São João do Cariri só possui 371 (BLONDEL, 1994, p.108). Assim, a prerrogativa da mudança da sede devido ao fato da população urbana de Serra Branca ser maior do que São João do Cariri, realmente foi justificável.

De acordo com a influência da família Gaudêncio em Serra Branca, a transferência da sede beneficiaria a atuação política da família na região. Concordamos que a transferência também veio do anseio popular de Serra Branca, mas a maior motivação para que ela ocorresse veio das expectativas de domínio político por parte da família Gaudêncio.

Naquele momento, a identidade construída pela família Gaudêncio referente a Serra Branca foi absorvida pela população, assim o distrito que já era “curral eleitoral” seguiu com a família em “marcha ao progresso”. A identidade local, ou seja, a construção do ser serra-branquense estava em jogo na autonomia do distrito perante a região, pois a autonomia da cidade também representava a autonomia da população (MOREIRA, 2009, p.38).

A mudança da sede não foi pacífica e o discurso do progresso também não foi totalmente aceito. No mesmo momento em que Álvaro Gaudêncio propôs a mudança da Comarca, Tertuliano de Brito retrucou em defesa da “tradição política de São João do Cariri” <sup>168</sup>. O discurso mais utilizado pelo major Terto foi a constitucionalidade da emenda. Também contra a transferência da Comarca estava o deputado Pedro Gondim que, com o major Terto, buscou o tempo todo provar a constitucionalidade do ato.

---

<sup>168</sup> Ib.idem.

Para Pedro Gondim, a emenda era um grave “desrespeito à Constituição Federal”<sup>169</sup> e afirmava que a emenda degenerava a moral da Assembleia Legislativa. Para oposição a emenda representava o abuso da situação para ampliar seus domínios políticos. O que os Gaudêncios queriam não era satisfazer a população de Serra Branca, mas aumentar a área de domínio eleitoral da família.

Acuado em relação à aprovação da transferência, Tertuliano de Brito buscou provar a constitucionalidade do ato apresentando um telegrama do Conselho Nacional de Geografia que negou a divisão administrativa judiciária. Mesmo com o apoio do telegrama recebido do Conselho, Tertuliano foi rebatido por toda a bancada da UDN. A última solução do deputado Tertuliano de Brito foi motivar a negação da emenda a partir da identidade secular de São João do Cariri.

Assim como Álvaro Gaudêncio buscou a legitimação de Serra Branca a partir dos horizontes de expectativa, Terluliano de Brito enalteceu o espaço de tradição de São João do Cariri. Culturas históricas foram construídas em prol de uma mesma cultura política, que se apoiava na legitimação do poder político nos territórios distritais. O passado de São João do Cariri foi extremamente louvado por Tertuliano de Brito, enquanto o futuro de Serra Branca foi por Álvaro Gaudêncio. O mais gozado da situação era que, Tertuliano tinha nascido em Serra Branca e Álvaro em São João do Cariri, e que, naquela fase da disputa da família, buscavam prejudicar suas cidades natais.

Nos dias que se aproximaram a votação da emenda nº5 - que transferia a sede da Comarca de São João do Cariri para vila de Itamorotinga e que restaurava seu antigo nome de Serra Branca elevando à categoria de Cidade – Tertuliano de Brito enalteceu o discurso da cidade de “heróis” e com um “passado glorioso”. No dia 27 de maio subiu a tribuna para um último apelo. Neste discurso ele colocou a história de São João do Cariri como prova da legítima continuação da sede da Comarca.

Inicialmente, o major Terto rebateu as acusações da “miséria” reinante em São João do Cariri com bastante ironia:

Por falta de argumentos convincentes apegou-se o autor da Emenda só e unicamente, na falta de comércio em S. João do Cariri e na fome que diz reinar naquela Cidade. Tentou o nobre deputado fazer crer na existência de uma situação de verdadeira calamidade pública naquela Cidade; e, para isso, fantasiou, dramatizou uma situação que só existia na fértil imaginação de S. Excia. E no afande justificar a sua ingrata

---

<sup>169</sup> A UNIÃO, 7 de jun, 1947, p.8.

missão fez S. Excia. uma descrição da Cidade de S. João do Cariri, sua terra natal, que todos os deputados tiveram a dolorosa impressão de que uma bomba atômica teria sido jogada contra aquela tradicional Cidade<sup>170</sup>.

Outro ponto do discurso de Tertuliano contra a emenda foi a indiferença entre o setor econômico e o setor judicial, já que são entidades distintas. O favorecimento do comércio para este, não era justificativa para a transferência da sede. E, caso ocorresse a mudança, isto precederia a transferência de diversas sedes para distritos que estavam em pleno desenvolvimento, até mesmo a capital do Estado da Paraíba, já que Campina Grande contribuía com mais impostos, tinha o comércio maior e era mais populoso do que a capital João Pessoa. Mas acima de todas justificativas contra a emenda foi na louvação a história de São João do Cariri que Tertuliano de Brito mais se assentou:

Há mais de um século que a legendária cidade de S. João do Cariri é sede de termos judiciais, com um passado tão cheio de glórias, que por si só seria bastante para anular a injustificada pretensão do nobre deputado Álvaro Gaudêncio<sup>171</sup>.

Além da grande duração da Comarca, Tertuliano criticou a transferência da sede da freguesia em 1931 juntamente com a posição do Arcebispo Dom Adauto: “Com aquele ato do Snr. Arcebispo D. Adauto mereceu e continuará merecendo as mais acres censuras da grande maioria do povo de S. João do Cariri.” Mas foi sobre a participação de “heróis” de São João do Cariri que Tertuliano enfatizou o “glorioso passado” de sua terra:

S. João do Cariri tem sua história e uma tradição sobretudo honrosa. Daquela cidade partiram os primeiros soldados da legalidade para dar combate aos revolucionários de 1824 quando fugiam de Pernambuco em demanda do Ceará, combate que se travara próximo à Cidade: mais tarde partiram os heróis anônimos que nos inóspitos campos do Paraguai bateram-se pela causa defendida pelo nosso querido Brasil: no ano de 1912 fora aquela Cidade teatro de longa e terrível batalha, de 18 horas de ininterrupto tiroteio, quando em defesa da legalidade, não permitia que as hostis revoltadas sob a chefia do Snr. Dr. Augusto Santa Cruz ali penetrassem; dali, finalmente, partira em 1943 uma plêiade de jovens bravos e patriotas que integrando um contingente da Força expedicionária Brasileira, no combate de Monte Castelo, na velha Europa, portou-se com bravura e heroísmo, tendo um deles de nome Luiz Leão, sacrificado sua própria vida na defesa da democracia contra o nazi-fascismo.<sup>172</sup>

---

<sup>170</sup> A UNIÃO, 20 de jun. 1947, p.6.

<sup>171</sup> Ib.idem.

<sup>172</sup> Ib.Idem.

Assim como o discurso progressista de Álvaro Gaudêncio influenciou na construção da identidade de Serra Branca, o discurso da “tradição” de Tertuliano de Brito influenciou na identidade de São João do Cariri.

Vários deputados receberam telegramas da população de Serra Branca e São João do Cariri a favor e contra a aprovação da emenda. O próprio Álvaro Gaudêncio dizia receber de São João do Cariri telegramas de apoio a transferência<sup>173</sup>. Mas, segundo telegramas recebidos pelo deputado Ivan Bichara Sobreira, – aliado partidário de Álvaro Gaudêncio – amigos residentes em São João do Cariri pediam para que não aprovasse a transferência da sede.

O próprio Ivan Bichara acusou ter recebido de Serra Branca, telegramas pedindo o contrário do que pediam a população de São João do Cariri. Consta informação que o deputado dizia encontrar-se “numa verdadeira encruzilhada” e que pediria permissão para deixar o recinto na hora da votação<sup>174</sup>.

Os telegramas recebidos por ambas as cidades e a abstenção de Ivan Bichara prova que a população, primordialmente urbana, das duas cidades queria sediar a Comarca. Assim, a disputa política familiar atingiu outro patamar: a disputa pela sede entre as duas principais cidades da Comarca.

A construção da identidade social de ambas as cidades veio de cima, ou seja, da elite familiar. A população ao receber a bombástica notícia da mudança da sede teve reações que foram consequências da disputa familiar entre Britos e Gaudêncios. A população de São João do Cariri protestou enquanto a de Serra Branca comemorou. Tal como descreveu Estelita Sousa<sup>175</sup>: “as duas cidades não eram muito amigas não (...), principalmente o povo de São João que tem raiva daqui de Serra Branca, porque se sentia um povo injustiçado por trazer a sede do município prá cá e eles tinham razão de ser contra”.

A disputa que era primordialmente entre Britos e Gaudêncios, a partir da transferência da Comarca, passou a ser entre Serra Branca e São João do Cariri. Vale salientar que a construção da identidade de ambas as cidades ocorreu pela influência das famílias, mas isto não nega a votação de parte da população de São João do Cariri nos Gaudêncio e de Serra Branca nos Britos.

---

<sup>173</sup> A UNIÃO, 27 de mai, 1947, p.8.

<sup>174</sup> A UNIÃO, 7 de jun, 1947, p.8

<sup>175</sup> Professora aposentada e memorialista residente em Serra Branca.

Outros deputados tiveram outras posições, o comunista João Santa Cruz, por exemplo, votou a favor da emenda, mas para que tivesse duração de cinco anos, até a situação “catastrófica” de São João do Cariri fosse normalizada. Apesar de a votação ter sido aberta partidariamente, a bancada da UDN aprovou a emenda no dia 6 de junho. Assim, o Artigo 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias<sup>176</sup> ficou determinado para entrar em vigor.

Para Serra Branca, a transferência da sede foi tão importante quanto uma emancipação, pois a partir daquele momento, a cidade recebeu benefício direto do governo do Estado. Como observaremos nos próximos tópicos, foi lá que o Estado mais trabalhou no combate as mazelas da seca, ao mesmo tempo em que construiu um Grupo Escolar e outras instituições públicas como Cadeia e Posto de Saúde. Assim como as obras de Gratuliano Brito fortaleceram o domínio de sua família em São João do Cariri, as obras da família Gaudêncio fortaleceram o domínio familiar em Serra Branca (MOREIRA, 2009, p.38).

Serra Branca não foi a única beneficiada com a política de autonomia de municípios. Muitos deputados organizaram projetos de lei de emancipação. Primordialmente com a finalidade de efetivar as “aspirações” autonomistas dos distritos, mas cuja finalidade principal era aumentar e garantir seus “currais eleitorais”. Assim, na primeira legislatura foram votados projetos para a emancipação de Uiraúna, Cabedelo e Sumé, sendo aprovada a autonomia da última (CARNEIRO, 2011, p.204).

A última eleição de 1947 foi para ocupar os cargos de prefeito, vice-prefeito e vereadores, realizada no dia 12 de outubro. Os Britos apresentaram como candidato Vicente Nogueira Batista<sup>177</sup> para prefeito e como vice, Pedro de Farias Castro. Pesava ainda sobre os Britos a perda da sede da Comarca além da culpabilidade dos tiroteios de janeiro de 1947. Sendo assim, a garantia de vitória era ínfima.

Os Gaudêncios nestas eleições receberam a simpatia da população de Serra Branca, devido a autonomia da cidade perante os outros distritos. Para efetivar a vitória da família, candidatou-se o principal chefe político da cidade e da família: Joaquim Gaudêncio. Os Gaudêncios estavam com a máquina pública em mãos para controlar as eleições por ser situação tanto na esfera municipal quanto na estadual.

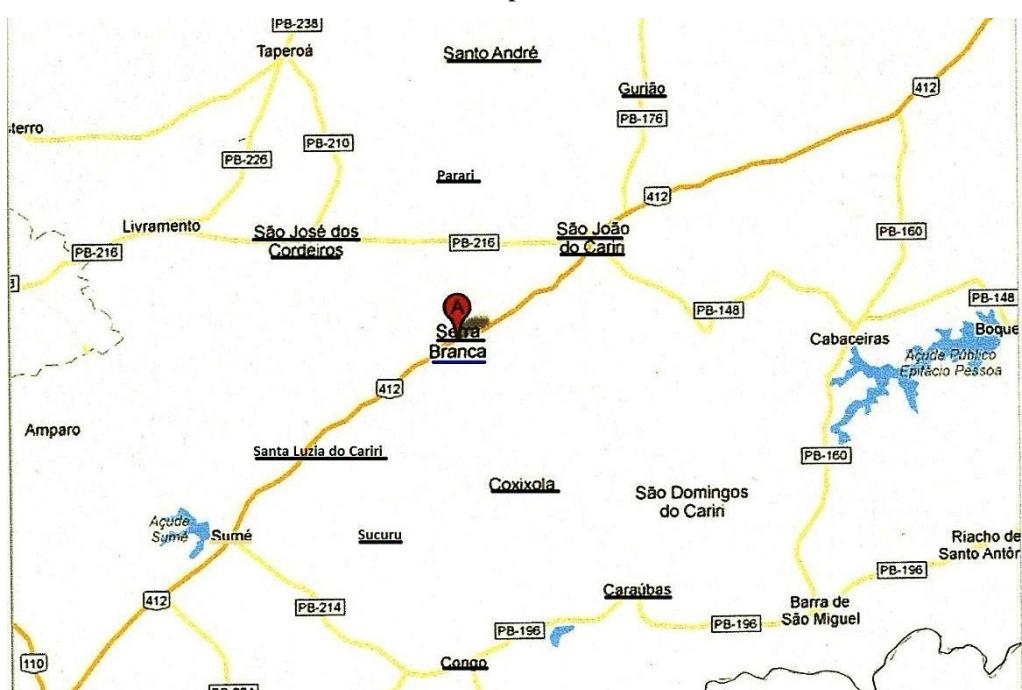
<sup>176</sup> “Art. 19 – Fica elevado à categoria de Cidade e convertida em sede do Município e da Comarca de S. João do Cariri a atual Vila de Itamorotinga, restaurado seu antigo nome de Serra Branca”. A UNIÃO, 7 de jun, 1947, p.2.

<sup>177</sup> Político que manteve influência no Distrito do Congo.

Outro trunfo da família Gaudêncio deveu-se ao fato do fortalecimento da liderança de Argemiro de Figueiredo na UDN<sup>178</sup>. Argemiro teve grande influência sob o governo de Oswaldo Trigueiro, assim, ele conseguiu fortalecer sua base partidária dentro da UDN que incluía a família Gaudêncio. Mas este fato não era o bastante para se obter a vitória, era necessário ter apoio político nos distritos.

Ao observar o mapa da região do Cariri percebe-se que a localização de Serra Branca realmente facilitava as ações administrativas por estar localizada no centro da região.

MAPA 2 – Centralidade de Serra Branca perante a Comarca de São João do Cariri<sup>179</sup>



Fonte: Google Maps. Disponível em <https://maps.google.com.br/maps?hl=pt-BR>. Acesso em 13 de junho de 2012.

Mas sua autonomia foi arquitetada não só pelo dinamismo do comércio e nem por ser uma área estratégica administrativa, mas para fortalecer a relação entre os distritos do sul e a família Gaudêncio. A política nos distritos era importantíssima para a consolidação das famílias no poder.

Coxixola, Santa Luzia, Sucuru, Caraúbas e Congo, distritos do sul, eram “currais” dos Gaudêncios enquanto os distritos do norte, Parari, Santo André e Gurjão,

<sup>178</sup> Apesar de candidato a senador pela UDN, José Américo apoiou a candidatura de seu genro Alcides Carneiro do PSD que disputava o cargo de governador. Durante a campanha, José Américo se “exilou” em Minas Gerais. Assim, Argemiro teve liberdade de estabelecer sua liderança na UDN, o que o fez ser o principal chefe político do partido (CARNEIRO, 2011, p. 198-199).

<sup>179</sup> Os nomes grifados correspondem as cidades e os distritos da Comarca de São João do Cariri.

eram domínios dos Britos, ou, pelo menos era a intenção de domínio das famílias. São José dos Cordeiros, devido à proximidade de São João do Cariri e Serra Branca, era um distrito em disputa, liderado pelos Torreões e pelos Chagas Britos. Mesmo com a mudança da sede para Serra Branca, os Gaudêncios não tiveram o domínio direto, já que eles dependiam da influência de chefes políticos pequenos que possuíam entre 100 e 200 eleitores, caso que foi comprovado nas eleições de 1951 (BLONDEL, 1994, p.62).

Britos e Gaudêncios recebiam apoio de outras famílias residentes nos distritos, tal como os Maracajás e os Queiroz, de Gurjão, os Caluêtés e os Farias de Parari, os Torreões e Chagas Britos de São José dos Cordeiros, os Antoninos de Serra Branca, os Medeiros de São João do Cariri, os Duarte Barros de Sucuru e os Farias Castro de Caraúbas. O elo político entre estes chefes pequenos e as duas famílias era firmado no cadastramento partidário. Estes galgavam as oito vagas na Câmara Municipal e garantiam os votos dos distritos para as duas grandes famílias da região.

Devido as turbulências das eleições de 19 de janeiro, o Tribunal Eleitoral Regional da Paraíba buscou medidas para a livre realização do pleito. O TRE recebeu telegrama do Juiz de São João do Cariri afirmando que a Comarca não possuía ambiente para eleições livres devido às arbitrariedades da elite local<sup>180</sup>. Não encontramos no jornal *A União* durante a eleição de 12 de outubro nenhum fato “lamentável” parecido com o de 19 de janeiro, o que indica que as eleições ocorreram pacificamente.

As eleições municipais de 1947 consolidaram as alianças entre as famílias do poder e as outras famílias distritais. Este fato influenciou no resultado que deu grande vitória a família Gaudêncio. Joaquim Gaudêncio obteve 64,65% dos votos (2.917) contra 35,35% (1.595) de Vicente Nogueira.

Como já descrevemos, a população urbana de Serra Branca era a única que ultrapassava o número de 1.000 habitantes, assim, o “Seu Quinca” obteve grande maioria dos votos, já que Serra Branca era “curral” da família. O fato dos Gaudêncios estarem na situação influenciou no resultado, devido ao controle da máquina municipal e estadual estar em suas mãos, a maioria dos chefes políticos dos distritos apoiou os Gaudêncios, para terem acessos aos benefícios públicos. Este fato também refletiu no número de vereadores eleitos, das oito vagas, sete foram preenchidas pela UDN, ou seja, pelos Gaudêncios. A família mais influente na Câmara Municipal foram os Maracajás de Gurjão, com dois vereadores eleitos.

---

<sup>180</sup> A UNIÃO, 10 de out, 1947, p.5.

O ano de 1947 significou a virada da família Gaudêncio sobre a família Brito. No inicio daquele ano o poder político de São João do Cariri estava sob a tutela de Tertuliano de Brito, que, durante o período “revolucionário” esteve na chefia política de São João do Cariri, exceto nos anos de 1939 e 1940. Com a redemocratização, Tertuliano de Brito se filiou ao PSD e levou seu partido à vitória na região, relativa as eleições de 1945 e de 19 de janeiro de 1947. Mesmo vitorioso em São João do Cariri, Tertuliano quase teve o mandato cassado, o processo não obteve a licença devido a “benevolência” de Álvaro Gaudêncio. Nas eleições suplementares do mês de março, os Gaudêncios demonstraram sua força com o maior número de votos. Três meses depois a emenda que transferia a sede da Comarca de São João do Cariri para Serra Branca foi aprovada. Os Gaudêncios conseguiram levar o centro do poder para seu maior “curral eleitoral”. Fato que influenciou na folgada vitória a prefeito em número de votos para Joaquim Gaudêncio e os vereadores da UDN.

A partir da posse, Joaquim Gaudêncio vendeu seu armazém de algodão e a fazenda Melado para seu cunhado Antero Torreão e passou a dedicar-se à vida de prefeito e chefe político da Comarca de São João do Cariri com sede em Serra Branca. Depois dos eventos de 1930 foi o momento do grande retorno da família Gaudêncio à política municipal e estadual, só não estavam no nível federal devido à derrota de José Gaudêncio nas eleições para deputado federal em 1945.

Diferente do período que se estende entre 1930 e 1945, com a redemocratização, a população começou a ter mais participação política. Assim, Britos e Gaudêncios chamaram para o centro da luta pelo poder, a população de Serra Branca e São João do Cariri. Ambas as famílias construíram discursos em defesa da autonomia das duas cidades. Logo a luta que era entre Britos versus Gaudêncios se transformou em São João do Cariri versus Serra Branca.

As famílias utilizaram seus discursos como capital simbólico para firmar seus domínios na região e construíram culturas históricas com termos como “progresso” e “tradição”. Coube à população se identificar com estes conceitos. Mas até que ponto os discursos das duas famílias influenciavam na opinião da população? Qual o nível de participação política dos habitantes da Comarca perante um regime democrático? Era inevitável negar a participação política dos eleitores numa democracia. Assim, as famílias buscaram se readaptar a estrutura vigente para se assegurar no poder político, poder este que era fluído, inconstante.

A família Gaudêncio se consolidara no poder político da Comarca de São João do Cariri, mas ao mesmo tempo em que Joaquim Gaudêncio foi eleito prefeito de São João do Cariri com sede em Serra Branca, Argemiro de Figueiredo, chefe estadual da UDN, teve uma de suas maiores derrotas, pois perdera as eleições em sua terra natal, Campina Grande. Como candidato a prefeito, Argemiro apoiou seu cunhado, Veneziano Vital do Rego. O PSD sob a liderança do deputado federal José Jofilly candidatou o médico Elpídio de Almeida que saiu vitorioso. Argemiro esperava consolidar seu domínio no Estado com uma possível vitória da UDN em Campina Grande, pois assim, seria mais certa sua vitória como governador nas eleições de 1950, fato que não foi consolidado.

Argemiro de Figueiredo era o típico político da cultura política coronelística. Como afirma Cittadino (1998, p.53), “seus métodos de exercer o domínio político eram característicos de um momento histórico no qual o controle sobre o eleitorado era praticamente absoluto e inquestionável”. Sua derrota em Campina Grande demonstrou o esgotamento da política coronelística. Este fato demonstrou tanto a Britos quanto a Gaudêncios que a estrutura política tinha mudado referente ao período que se estendeu entre 1930 e 1945, do qual se destacou o americismo, o argemirismo e o ruysmo. O fato de não ter mais uma estrutura rígida na chefia do Estado da Paraíba fez com que a gangorra do poder agisse com mais rapidez na Comarca de São João do Cariri. Assim, como afirma Cittadino (1998, p.17):

(...) o que se observa na Paraíba é um processo progressivo de readaptação da política coronelística à nova realidade social. Os grupos oligárquicos tendem a acomodar-se à nova estrutura política, constituindo os núcleos locais dos partidos de atuação nacional e, passam a ser obrigados a disputar eleitoralmente a supremacia política do estado.

Após assumir a “chefia suprema” de Serra Branca a família Gaudêncio foi focada novamente por jornais devido a ameaças de morte. A acusação surgiu em 1948 a partir do Juiz José Demétrio da Comarca de São João do Cariri. O Juiz afirmou ter sido ameaçado de morte pelos Gaudêncios.

Álvaro Gaudêncio utilizou a tribuna da Assembleia Legislativa para rebater as acusações do Juiz o acusando de “sem honra” e sem “dignidade” e relatando as “atrocidades” que este juiz cometera em Juazeiro, Catolé do Rocha, Piancó e Alagoa Nova. O Juiz José Demétrio era dono de jornal de grande circulação em Campina Grande denominado de *A Voz do Dia*, o juiz utilizava o jornal para denunciar os mandos

e desmandos da família em Serra Branca. A cada matéria no jornal, Álvaro Gaudêncio repudiava na Tribuna (QUEIROZ. E, 2002, p.466-467). A briga entre o juiz Demétrio e os Gaudêncios teve consequências gravíssimas<sup>181</sup>.

No primeiro semestre de 1950, Tertuliano de Brito utilizou a tribuna da Assembleia para acusar os abusos da Polícia Militar no interior do Estado, justamente nas cidades de São João do Cariri e Serra Branca. Com a proximidade das eleições, a tensão política aumentou (QUEIROZ. E, 2002, p.447).

Vários fatores trouxeram tensão para a vida política anterior às eleições de 1950 em São João do Cariri: a aliança do Juiz Demétrio com os Britos, pois a discussão do juiz com os Gaudêncios reviveu o clima violento de 1935 e das eleições de 19 de janeiro de 1947; e a cultura política que estava em mudança, como demonstrou a derrota de Argemiro de Figueiredo em Campina Grande e a “redemocratização” dava liberdade de galgarem cargos políticos com a utilização de novos métodos de barganha eleitoral.

Neste processo, todos queriam ter a chefia suprema, fosse municipal ou estadual. Não se tratava apenas de Britos versus Gaudêncio, mas de São João do Cariri versus Serra Branca. A briga não envolvia somente as elites, mas a população, pois o destino da sede da comarca era incerto e poderia beneficiar a todos. No bojo desta situação, um novo tiroteio se prognosticava no horizonte de expectativas dos Cariris Velhos.

---

<sup>181</sup>Não encontramos informações sobre a origem da briga entre o Juiz e a família Gaudêncio. Em discurso pronunciado por Tertuliano de Brito em negação a transferência da sede, o major replicou o posicionamento do Juiz que reclamava das más condições de vida que passava em São João do Cariri: “Alegou ainda o nobre deputado que o juiz não poderá continuar ali porque não encontra alimentação própria e está passando até fome. Respondendo direi a S. Excia que talvez o atual Juiz, entre outros predicados que já ornam sua pessoa seja também um verdadeiro gastrônomo e por isso não encontre alimentação que contente aos seus imensuráveis desejos culinários. Mas posso afirmar que os outros Juízes que ali têm demorado nunca passaram fome porque sempre encontravam o que comprar para alimentação sua e de sua família. Esse fato me foi confirmado ontem pelo Desembargador Paulo Bezerril que foi Juiz em S. João do Cariri. De minha vez, posso afirmar á Casa que há 15 anos que resido naquela Cidade e nunca passei fome”. A UNIÃO, 20 de jun, 1947, p.8. Observa-se que os juízes estavam posicionados politicamente. Acreditamos que as desavenças entre as famílias e o juízes sejam frutos da preferencia partidária de algum juiz por determinado partido.

### 3.2 -Entre Britos e Gaudêncios está uma população: transformações na cultura política em tempos de eleições e seca

A cultura política do coronelismo baseado na independência dos chefes locais em relação ao domínio do Estado estava em pleno colapso. O aparato jurídico e a segurança policial nas eleições de 12 de outubro de 1947 demonstraram nos Cariris Velhos que o mando não estava apenas nas mãos dos chefes políticos. Os domínios do Estado que começou a solapar o poder de mando na Paraíba teve início no governo de João Pessoa e prosseguiu com Antenor Navarro. No governo de Gratuliano Brito começou a reaproximação com as oligarquias dentro do Partido Progressista, que teve sua efetivação nas interventorias de Argemiro de Figueiredo e Ruy Carneiro. Mesmo com a continuação das oligarquias, o Movimento de 1930, o Estado Novo e a redemocratização trouxeram em seu bojo mudanças no modo de fazer política. A partir da década de 1950 não bastava reprimir e controlar o eleitorado, era necessário convencer. As transformações desta cultura política são evidentes ao se observar o retorno de Getúlio Vargas no cenário político da pré-eleições de 1950.

O governo Dutra, recebeu apoio de empresários, banqueiros, latifundiários e militares de alta patente, que demonstravam ser reacionários, anticomunistas, liberais e que temiam o aumento do poder da população, principalmente da classe operária. Segundo Almeida Junior (2004, p. 242), o governo Dutra buscou construir “um sistema de hegemonia da burguesia”, mas não utilizou práticas convincentes com o período histórico, do qual a classe operária ganhou mais prestígio depois das políticas públicas trabalhistas de Getúlio.

Durante todo o seu governo o presidente buscou enquadrar o país nas condições econômicas do pós-guerra<sup>182</sup> para combater a inflação advinda do final do Estado Novo. Assim, ele encaminhou a economia em direção para o livre comércio. A Constituição de 1946 teve inclinação para o liberalismo, pois o novo governo buscou se desviar da política econômica de Getúlio Vargas. Mas apesar disto não teve mudanças expressivas referente a legislação sindical, mantendo os sindicatos subordinados ao Estado (ALMEIDA JUNIOR, 2004, p.241).

Primordialmente, Dutra não desenvolveu a industrialização, pois temia o aumento do nível de preços, que ocasionaria no aumento inflacionário. Em

---

<sup>182</sup> Referente à Segunda Guerra Mundial.

contrapartida a busca de bens de consumo no mercado interno aumentou a industrialização, processo que ficou conhecido como “industrialização espontânea” (SKIDMORE, 1982, p.98).

No planejamento regional, o Nordeste não teve grandes mudanças. O algodão, principal produto de exportação da Paraíba, passou a concorrer com o algodão paulista. Esperava-se primordialmente o desenvolvimento do sul com a industrialização, principalmente com as indústrias têxteis, e a partir de então, o desenvolvimento econômico do Nordeste. Dutra, na coordenação dos gastos públicos, organizou o Plano SALTE<sup>183</sup>, que enviaria recursos de combate à seca juntamente com o desenvolvimento do vale do Rio São Francisco, plano que estancou e se findou em 1951 (SKIDMORE, 1982, p.99).

No cenário político, após a Constituição de 1946, a UDN se tornou oposição ao governo Dutra. No mesmo ano, Vargas rompeu abertamente com o presidente e passou a organizar sua própria base partidária no PTB do Rio Grande do Sul, chamando a participar do partido toda a classe trabalhadora. Este fato demonstra as transformações da política brasileira perante a redemocratização, pois Getúlio Vargas abandonou o velho caráter de ditador e assumiu a nova postura de democrático e “popular”.

Devido ao aumento da participação política do PCB<sup>184</sup>, o Exército aliado com Dutra usou um dispositivo da Constituição que ilegalizava qualquer partido “antidemocrático” tal como foi considerado o PCB. A ilegalidade do PCB coincidiu com o início da Guerra Fria entre os Estados Unidos e a União Soviética. Luís Carlos Prestes declarou que em caso de guerra entre os dois países, apoiaria o último. Para o governo Dutra, de caráter liberalista, o “perigo vermelho” deveria ser erradicado. Com o PCB ilegal, o presidente interveio nos sindicatos e perseguiu todos os funcionários de esquerda.

Após a ilegalidade, o PCB tratou o presidente como “governo de traição nacional”. O partido começou um processo de radicalização. Em agosto de 1950, Luiz Carlos Prestes assinou um documento que determinou uma nova orientação revolucionária para o partido. Tratava-se do “Manifesto de Agosto” que acusava o governo Dutra como “ditadura-feudal-burguesa a favor do imperialismo americano”. A

<sup>183</sup> O termo SALTE abrange as áreas Saúde, Alimentação, Transporte e Energia.

<sup>184</sup> Segundo Leônicio Rodrigues (2004, p.411), o aumento da participação política foi consequência da simpatia da sociedade pelo partido devido a liderança política de Prestes “o cavaleiro da esperança”, a possibilidade de atuação política do partido e a representação da União Soviética como “principal baluarte da luta contra o nazi-fascismo”.

radicalização do partido também foi consequência do inicio da Guerra Fria entre Estados Unidos e União Soviética (RODRIGUES. L, 2004, p.413-414).

Vargas passou a contracenar como líder trabalhista, inclusive conquistou a simpatia de um considerável número de eleitores do PCB. Uma nova imagem “mítica” estava surgindo, Vargas se metamorfoseava de um político ditador para um político “popular”. Skidmore (1982, p. 94) enquadra Vargas num novo estilo de fazer política denominada de política populista ou populismo:

O termo populista era um tanto impreciso. Veio ser usado para denominar um estilo de procedimento político numa situação da qual o eleitorado urbano de massas mostra receptividade a um líder atraente, que recorre a um apelo aberto e irracional, baseado em considerações econômicas de variável sofisticação ideológica. (...) É um líder personalista, cuja organização política gira em torno das suas próprias ambições e da sua própria carreira.

A política “populista” foi inaugurada inicialmente pelo governador de São Paulo, Ademar de Barros, nas eleições de 1947. Mas ela demonstrou sua força nas eleições de 1950, tanto em nível de Brasil quanto em Paraíba. Para Skidmore (1982, p.427), o coronelismo se assentava “num sistema político manipulável” enquanto o populismo “pressupõe um sistema político aberto com resultados menos previsíveis”. Assim como colocamos o coronelismo como cultura política, o populismo também o é? O populismo a partir da análise conceitual, *a priori*, seria a continuação da cultura política mandonista que perpassou o patriarcalismo e o coronelismo. Ocorre que em termos conceituais, o populismo é confuso: seria o personalismo dos políticos e a barganha dos votos num cenário urbano e industrial. Enquanto que nas regiões menos urbanizadas seria um novo sistema de controle entre dominantes e dominados.

Na historiografia brasileira, o conceito de populismo está intermediado com as condições da vida das classes trabalhadoras. Devido à falta de determinada consciência de classe das “massas”, recém-chegada no setor urbano, o Estado utilizou de práticas populistas para “manipular, cooptar e corromper os trabalhadores” (FERREIRA. J, 2001, p.65). Ocorre que nas últimas décadas o conceito de populismo foi revisado e não se enquadrou como cultura política.

Jorge Ferreira (2001, p.64-97) divide a interpretação do populismo em duas gerações. A primeira geração abrangeu as décadas de 1950 e 1960. Neste período, o populismo foi explicado a partir da teoria da modernização. A inserção da América Latina no mundo moderno foi diferente da democracia liberal europeia, o processo de

urbanização e industrialização mobilizou as “classes populares” que buscaram maior representatividade política. O resultado foi o aparecimento de ditaduras militares e governos nacionais – influenciados por líderes manipuladores “das massas”. O populismo surgiu num período de transição da economia agroexportadora para a economia industrial. A sociedade moderna se originou da formação da classe campesina que migrou para as cidades. Assim, determinado por aglomerados urbano recém-formado, surgiu o populismo.

Destacam-se várias teorias sobre o populismo na primeira geração sugerida pelo(s):

- O Grupo de Itatiaia: defendia a teoria da modernização com o surgimento de uma classe proletária sem consciência de classe liderada por um líder carismático.
- O sociólogo Alberto Guerreiro Ramos: descreve o populismo como “doenças infantis do trabalhismo” de um “povo embrionário”. As doenças por ironia eram “o varguismo, o janguismo, o peleguismo e o expertismo”.
- O sociólogo Luiz Werneck Viana: o populismo segundo este, numa “interpretação sociológica” surgiu a partir do individualismo de origens rurais que transformou a classe operária passiva perante o domínio do Estado.
- A teoria de Francisco Weffort do qual o populismo se consolidou a partir das pressões da “revolução individual”, ou seja, os trabalhadores do campo ao migrarem para as cidades pressionaram o governo por garantias de emprego e consumo. Assim, o problema teve que ser resolvido por práticas populistas.

A segunda geração analisou a relação entre o Estado e a sociedade com forte influência do marxismo. Assim se destacou nas discussões o conceito de ideologia. A principal questão era: como a ideologia influenciou a classe trabalhadora referente ao papel do Estado? A explicação recaiu no advento por parte do Estado de uma “falsa consciência”, que levou os trabalhadores a não se revoltarem contra o mesmo Estado. A maior influência marxista foi de Antônio Gramsci, para esta geração, o poder repressivo e persuasivo<sup>185</sup> do Estado prevaleceu sobre as classes trabalhadoras dando origem ao populismo.

A partir da década de 1980 o conceito de populismo foi substituído por uma análise vidrada no controle operário. O Estado utilizou de mecanismos racionais para

---

<sup>185</sup> A partir da propaganda do governo e da doutrinação política.

controlar a classe operária. Mas com a recepção da história cultural no Brasil, percebe-se que este controle era limitado, pois a classe operária possuía vida própria. Assim, observou-se que nenhum Estado tinha domínio totalitário sobre as “massas”, pois existiam relações mais complexas entre dominantes e dominados.

Concordamos com Ferreira (2001, p.95) quando este nega que o Estado transformou a sociedade em elemento passivo perante a dominação e a repressão. Para ele:

A sociedade em si mesma não era tão “boa” e isenta de culpas, e que nela circulavam preconceitos contra judeus; manifestaram-se rancores contra alemães e japoneses, sobretudo durante a Segunda Guerra Mundial; existiam pessoas com horror dos comunistas ou dos integralistas; encontravam-se alguns que queriam punir o comerciante da esquina desmedido em seus lucros; havia outras que desejavam livrar-se das dívidas com agiota – e, em alguns casos, mais raros, do próprio marido. (...) Em outras palavras, as relações entre Estado e sociedade não eram de mão única, de cima para baixo, mas sim, de interlocução, de cumplicidade.

Quando anulamos uma interpretação maniqueísta entre o Estado e a sociedade, o conceito de populismo perde sentido. A partir da década de 1990, o conceito estava em colapso devido à introdução no Brasil de teorias advindas da História Cultural<sup>186</sup> e da História Social. Houve também a interpretação baseada na ideia de que a consciência de classe forma-se independente da relação com a classe dominante. Teoria atribuída a E.P. Thompson (1987, p.12):

Se determinos a história num determinado ponto, não há classes, mas simplesmente uma multidão de indivíduos com um amontoado de experiências. Mas se examinarmos esses homens durante um período adequado de mudanças sociais, observaremos padrões em suas relações, suas idéias e instituições. A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é a sua única definição.

Assim, a partir desta interpretação relativa à ideia de “classe”, entendemos o populismo como pouco elucidativo para explicação da relação política entre o Estado e a sociedade. Não houve uma dominação ideológica entre o Estado e a classe operária, mas sim, troca de interesses. Logo o populismo não é um poder absoluto e totalitário, já

---

<sup>186</sup> Destaca-se a idéia de “circularidade cultural” de Ginzburg (1987) do qual as idéias “circulam” entre a cultura popular e a cultura erudita e a idéia de apropriação e ressignificação das mensagens dos dominantes discutida por Chartier (1990).

que existem os valores, as crenças, os mitos e as tradições de determinada sociedade, que ora denominamos de cultura política.

A partir da perspectiva dos *mitos e das mitologias políticas*<sup>187</sup> Ângela de Castro Gomes (2005, p.33-41) definiu três mitos construídos na história do Brasil: o primeiro foi o populismo, devido “a identificação contínua da presença política de elites personalistas e egoístas, ao lado de um povo crédulo, apático e/ou inconsciente, sempre capaz de ser enganado”. Os outros mitos são a questão da “raça” no Brasil do qual a sociedade não se reconhece como preconceituosa, mas conhece sempre alguém com preconceito e o mito da natureza que exalta a grandeza da terra, mas minimiza a presença das secas, da poluição, do desmatamento e das queimadas. Para Gomes, o mito da “raça” e da natureza mobiliza a possibilidade de esperança. O populismo, diferente dos outros mitos, carrega consigo a desesperança devido ao eterno “pacto perverso” entre o Estado e a sociedade. Desta forma, o conceito de populismo desqualifica nossa política e nossa sociedade, fato que prejudica a consciência de cidadania e a participação política.

Baseado no contexto histórico do Estado Varguista e Janguista, Gomes prefere o trabalhismo como cultura política devido à criação da tradição que incluiu no seu bojo, a inclusão social e o aumento da participação política, mesmo que esta participação esteja relacionada ao assistencialismo e às práticas demagógicas.

Nota-se que a partir do Movimento de 1930, a historiografia brasileira prestigiou a pesquisa histórica a partir do eixo urbanização - modernidade - industrialização. Assim, a história da sociedade rural do país foi tratada como coadjuvante referente às políticas públicas para incentivo a industrialização do eixo Rio - São Paulo. A cultura política vigente no Brasil durante o período de 1945-1964 se restringe à relação Estado-classe operária, que por Gomes é abordada como trabalhismo. Mas como seria a cultura política na perspectiva da região Nordeste e primordialmente na Paraíba? O trabalhismo não foi a única cultura política do Brasil, o Nordeste teve uma cultura política diferenciada e diversificada. Logo, não acreditamos que a partir de contextualizações históricas exista apenas uma cultura política, mas sim culturas políticas. O caso da cultura política estudado nos Cariris Velhos é particular se comparado na mesma periodização histórica a outras formas de culturas políticas.

---

<sup>187</sup> Título do livro de Raoul Girardet (1987) que trabalhou as construções reveladoras de crenças e valores de determinada sociedade.

O conceito de populismo também foi utilizado como interpretação das relações sociais vividas na Paraíba tal como destaca Cittadino (1998, p.18):

No caso da Paraíba, a emergência de uma política populista só pode ser entendida a partir das transformações processadas na economia local com a penetração das relações capitalistas no campo, que destroem as relações tradicionais de caráter pré-capitalistas, levando à expropriação do homem do campo e, consequentemente, ao êxodo rural. É sobre essa população que migrará para os centros urbanos, constituindo aí as massas populares, que incidirá a política populista, e não, sobre um proletariado urbano criado por força do processo de industrialização<sup>188</sup>.

As mudanças ocorridas com a redemocratização e as novas relações sociais entre dominantes e dominados ocasionaram a construção de uma nova cultura política no Brasil que foi diversificado pelos estados e pelos municípios. A “penetração das forças capitalistas” foi impactante para a diferenciação das relações sociais entre Serra Branca e São João do Cariri.

Segundo Cittadino (2006, p.91-92), as classes produtoras do Nordeste investiram na expansão das áreas de cultivo, já que não estavam conseguindo concorrer com o capitalismo industrial do sul. Este fato contribuiu para pressão exercida pelos grandes latifundiários em relação aos trabalhadores rurais, para que estes diminuíssem sua área de cultivo. Consequentemente ocorreu a expulsão do trabalhador da terra e o êxodo rural. Afirma ainda Cittadino que:

As populações expulsas de suas terras tendiam a migrar para os pequenos centros urbanos dispersos pelo interior do estado, instalando-se naquilo que ficou conhecido como “pontas de rua”. Rompiam-se assim, os elos fundamentais que ligavam o trabalhador do campo ao proprietário da terra.

A principal “ponta de rua” da Comarca de São João do Cariri foi a “próspera” Serra Branca, domínio da família Gaudêncio.

A cultura do algodão no Cariri trouxe em seu interior mudanças nas relações sociais de Serra Branca. Antes o agricultor estava preso a terra do latifundiário. Com a abertura dos armazéns e com as máquinas de beneficiamento do algodão, ele ficou livre dos laços que detinha com seu “senhor”. Mas o domínio econômico do latifundiário

<sup>188</sup> Tomamos o populismo não a partir de sua abstração, mas sim como prática política caracterizada com o poder de decisão da população a partir do voto. As práticas utilizadas pelos políticos para adquirir os votos dessa nova “massa” populacional advinda do campo não definia totalmente o direito de escolha dos eleitores, daí ter as políticas populistas como prática e não como conceito que coloca total domínio dos dominantes sobre os dominados.

continuou, pois ele foi o principal negociador entre o plantador de algodão e as exportadoras. A mudança ocorreu em relação a posse da terra. O pequeno agricultor podia comprar a terra a partir de empréstimos dos Caixas Rurais, cabia à elite manter o domínio a partir da compra da produção do agricultor.

No caso de Serra Branca se destacaram como mediadores do mercado do algodão Antero Torreão e Joaquim Gaudêncio. A propriedade das terras se democratizou com os empréstimos dos Caixas Rurais que começou a ser realizado no governo de Gratuliano Brito (SANTANA, 1999, p.118). O pequeno proprietário não devia obediência ao chefe político, ele não era mais obrigado a votar como ocorreu no período da República Velha. Novos mecanismos foram criados pelas oligarquias. Daí Joaquim Gaudêncio ser um dos primeiros políticos a adotar mudanças na postura para com o eleitor.

O conceito de populismo<sup>189</sup> não se adequa ao modelo da cultura política vigente na década de 1950 na Comarca de São João do Cariri. Uma nova cultura política surgiu com heranças do mandonismo, que utilizou o clientelismo e o empreguismo como pilares. Houve neste período gradativa participação política da população, mas visada pela cultura do patrimonialismo. Entre Britos e Gaudêncios estava uma sociedade que esperava “ganhar” um emprego pela prefeitura. Assim, a vitória das eleições representava lucratividade para quem era eleitor. Como afirmou Gerusa Mamede (apud MOREIRA, 1999, p.42):

(...) a minha história, a minha paixão, o meu fanatismo por eles (Gaudêncios) (...) quando eu saí foi porque eles não me ajudaram com a aposentadoria do meu pai que antigamente era agricultor e a minha mãe também, eu fiquei muito aborrecida, muito chocada, não iria mais votar nele.

Professoras, vigilantes, cozinheiras, coveiros, garis, todos tinham empregos garantidos de acordo com quem estava no poder. Entre Britos e Gaudêncios estava uma cultura política que circulava entre dominantes e dominados, que *a priori*, beneficiava a ambos.

O discurso que se enquadra como retórica “populista”, ou a teatralização do poder<sup>190</sup> dos Britos e Gaudêncios se manifestou na disputa pela transferência da

---

<sup>189</sup> No que se refere às relações entre dominantes e dominados.

<sup>190</sup> Teatralização do poder foi um dos conceitos trabalhado por George Balandier (1982), para ele a representação do político surge a partir da encenação de seus agentes, assim para adquirir apoio da

Comarca. Os Gaudêncios, sob a liderança de Seu Quinca conseguiram o apoio da população de Serra Branca, que como observamos, era maioria em comparação aos outros distritos. O discurso desenvolvimentista serra-branquense facultou a aliança entre a população e a família Gaudêncio.

Era de extrema necessidade na fase de redemocratização do Brasil, a partir de 1945, a utilização de discursos legitimadores de identidades, pois foram a partir destes discursos que as famílias do poder buscaram manter influência na política. A população da Comarca, por sua vez, aceitou a disputa entre as famílias de forma natural, pois se tratava de trazer valorização para seu lugar de origem, fosse Serra Branca ou São João do Cariri. Simultaneamente, além da busca da legitimidade política por meio da autonomia, a população buscava adquirir cargo público para algum membro da família. Logo, as paixões afloravam e nas disputas eleitorais extrapolaram o bom senso. Segundo Almeida Barros (2007, p.30) (...) “era bastante comum nesse período piadas entre adversários partidários e até agressões verbais, chegando ao extremo de pessoas comuns, populares se tornavam inimigos devido essas disputas políticas”.

Assim, acreditamos que houve na Comarca de São João do Cariri uma união de interesses entre a população e as famílias do poder. A cultura política manteve elos coronelistas, mas simultaneamente se consolidou primeiro: a partir do personalismo político, pois havia uma contemplação nas figuras de Joaquim Gaudêncio e Tertuliano de Brito; segundo, no empreguismo, na utilização do público pelo privado. Daí a cultura histórica formulada pelo discurso progressista de Serra Branca e tradicionalista de São João do Cariri ser aceitas pela população, pois estes se identificavam com as ideias de seus líderes.

Muitos eleitores migravam de apoio, hora era Brito, hora era Gaudêncio. Era comum no dia das eleições, segundo o agricultor José Gomes de Lima (MOREIRA, 1999, p.48), almoçar na casa dos Britos, ganhar roupas e sapatos e depois fazer o mesmo na casa dos Gaudêncios. Devido à inconstância da confiança do eleitor, Blondel (1994, p.64-63) afirmou que o domínio político das famílias de São João do Cariri era indireto e que, a própria população percebia a situação político vigente na década de 1950:

O eleitor tomou o hábito de pedir cada vez mais. Ele sabe que existe um Estado e uma Federação que o podem socorrer. O “chefe político”,

---

população, é utilizado no discurso aspirações da sociedade, tal como foi realizado pelos Gaudêncios para a sociedade de Serra Branca e dos Britos para a de São João do Cariri.

procurando obter sua aprovação, reconhece assim implicitamente a soberania do povo, embora esta tendência seja mais fraca, o que não deixa de ser o sinal de uma transformação<sup>191</sup>.

Tal como afirma Cittadino (1998, p.55), “o voto é que já não era mais uma certeza inquestionável: ele deveria ser atraído em troca de promessas que as massas desejavam ouvir. Estas, com o voto secreto passavam a ter um espaço garantido no jogo político”. No advento da redemocratização, o voto da população começou a processar transformações na cultura política vigente.

Todos acreditavam no “jogo político” e estavam inseridos neste. Segundo Bourdieu (2010, p.85-86) “não haveria jogo sem a crença no jogo e sem as vontades, as intenções, as aspirações que dão vida aos agentes e que, sendo produzidos pelo jogo dependem da sua posição no jogo”. A posição no “jogo” foi definida a partir da acumulação de capital simbólico e econômico do qual as famílias Brito e Gaudêncio foram os principais detentores.

Logo, concordamos que a cultura política pós-redemocratização passou por mudanças que teve como principal resultado a participação da população na política, a partir de uma aliança desigual entre a sociedade e as famílias, no caso da Comarca de São João do Cariri. A transformação da cultura política paraibana na redemocratização foi mais radical do que no período que tange a primeira era varguista, já que as eleições estavam ocorrendo primordialmente sem riscos de golpes ditoriais. Assim, a liberdade do voto e da disputa intraoligárquica trouxe em si, mecanismos da teatralização do poder pouco visível após o Movimento de 1930. As eleições de 1950 representaram estas transformações.

As eleições de 1950 ocorreram no dia 03 de outubro. Nelas foram decididas as vagas para Presidente, Vice-Presidente, Senador, Suplente de Senador, Governador, Vice-Governador, Deputado Federal e Deputado Estadual.

Nestas eleições, o Brasil teve três principais candidatos à presidência. O PTB sob a chefia de Getúlio Vargas, e o tendo como candidato. A UDN, opositora natural de Vargas, teve como candidato o Brigadeiro Eduardo Gomes. O PSD, sob a chefia de Dutra, escolheu como candidato o advogado mineiro Cristiano Monteiro Machado.

Vargas, grande estrategista político que era, buscou conquistar o apoio tanto das cidades industrializadas com a liderança do PTB quanto das cidades interioranas com o

---

<sup>191</sup> Vale salientar que Blondel especificou este tipo de relação somente para o caso da Comarca de São João do Cariri e não relativo ao Estado da Paraíba em geral.

apoio do PSD. O PSD com exceção de Minas Gerais conquistou mais voto para Vargas do que para Cristiano Machado. Além do apoio das oligarquias do PSD e sob a liderança do PTB, Vargas se aliou a Ademar de Barros, governador de São Paulo que construiu grande força eleitoral fundando o Partido Social Progressista. Vargas necessitava dos votos de São Paulo, assim a união PSP/PTB foi favorável a sua candidatura. Segundo Almeida Junior (2004, p.246), Vargas, diferente de Dutra, absorveu as mudanças ocorridas com a redemocratização, assim, o mesmo fez uma campanha nacionalista de grande apelo as classes trabalhadores seguindo a bandeira da industrialização.

Quanto às eleições governamentais na Paraíba, concordamos na afirmação de Correia Barbosa (2010, p.1) que: “sem sombra de dúvidas podemos afirmar que a disputa ao Governo do Estado em 1950 entrou para a história da política paraibana como uma das mais longas, acirradas e violentas já estabelecidas até então”. Em nível de estado, a Paraíba teve duas eleições tranquilas, referentes a 1945 e 1947, a campanha de 1950 entrou para a historiografia como a mais acirrada e violenta devido ao confronto direto de dois grupos oligárquicos: o argemirismo e o americismo. Se na Paraíba esta eleição foi marcada pela violência, em São João do Cariri, cidade na qual estes fatos eram comuns, ocorreu mais um confronto entre Britos e Gaudêncios.

Devido ao racha dentro da UDN, José Américo migrou para o Partido Libertador e se aliou a Ruy Carneiro (PSD) formando a Coligação Democrática Paraibana (CDP). Outro racha ocorreu no PSD, pois José Pereira Lira deixou o partido e fundou o Partido Republicano. José Pereira (PR) se aliou a Argemiro de Figueiredo (UDN) formando a Aliança Republicana (AR). Para o cargo de governador a CDP escolheu José Américo e a AR Argemiro de Figueiredo.

José Américo recebeu apoio de Getúlio Vargas em visita de campanha na Paraíba. Ocorreu que este apoio não foi retribuído, devido ao PSD apoiar a candidatura de Cristiano Machado e ao fato do próprio José Américo ter comprometido apoiar Eduardo Gomes. O nome de José Américo estava atrelado ao de Getúlio Vargas devido ao Movimento de 1930 e ao companheirismo de ambos até 1937. Assim, o apoio de Getúlio contribuiu favoravelmente na campanha de José Américo (BARBOSA, C. 2010, p.5-6).

Pereira Lira e Ruy Carneiro se candidataram à vaga de senador. As vagas de vice-governador foram concorridas entre Renato Ribeiro Coutinho (AR) e João

Fernandes de Lima (CDP). A disputa pelo cargo de vice-presidente ficou entre Odilon Duarte Braga<sup>192</sup> (UDN), José Café Filho<sup>193</sup> (PSP) e Vitorino Brito Freire<sup>194</sup> (PSD).

A família Brito candidatou - com o objetivo de continuar no cargo de deputado estadual - o chefe político Tertuliano de Brito. A família Gaudêncio também optou pela continuidade de Álvaro Gaudêncio como candidato a deputado estadual. Vale salientar que além do apoio do irmão Joaquim em Serra Branca, Álvaro fazia a campanha no município de São João do Cariri e em Campina Grande<sup>195</sup>. José Gaudêncio, por sua vez, candidatou-se novamente ao cargo de deputado federal.

Por se tratar de uma eleição em que duas oligarquias se enfrentavam abertamente, vários confrontos ocorreram em diversos municípios com destaque para Areia, Campina Grande e São João do Cariri.

A Aliança Republicana estava com a máquina estatal em suas mãos juntamente com o aparato da Polícia Militar. Como o governador era Oswaldo Trigueiro, sob a chefia de Argemiro de Figueiredo, a polícia prestou total obediência ao chefe udenista. Tal como afirma Carneiro (2011, p.239): “um bilhete de Argemiro de Figueiredo tinha mais valor do que uma ordem de Juiz de Direito”.

O chefe da polícia, Luiz Bronzeado “praticava arbitrariedades contra o grupo dos americistas” e inflamava o espírito de violência nas tropas. Em Remígio, cidade do Curimataú, a polícia foi totalmente imparcial. No município de Areia, o coronel Cunha Lima, filiado a UDN, junto com seus capangas, barrou o material de campanha dos americanos antes dos comícios. Fato que gerou forte tensão entre os dois partidos no município (CARNEIRO, 2011, p.241).

Em Campina Grande ocorreu no dia 09 de julho, “a chacina da Praça da Bandeira”. Segundo Correia Barbosa (2010, p.9):

Embora aquele dia parecesse perfeito para uma festiva celebração cívica, o que se verificou foram inúmeros desentendimentos e brigas que perduraram por todo o período da manhã até o término dos shows, durante a noite, entre os partidários da Coligação e da Aliança.

<sup>192</sup>Ex -Ministro da Agricultura do governo Vargas, cargo que exerceu entre 1934 e 1937. Foi um dos fundadores da UDN.

<sup>193</sup>A candidatura de José Café Filho fez parte do acordo entre Vargas e Ademar de Barros.

<sup>194</sup>Político pernambucano que participou no Movimento de 1930. Durante a campanha, em discordância com o PSD, se candidatou a Presidente avulso pelo Partido Social Trabalhista (PST).

<sup>195</sup>A força da família em Campina Grande pode ser observada a partir do número dos votos obtidos: Álvaro Gaudêncio obteve 258 votos enquanto José Gaudêncio foi o segundo deputado federal mais votado em Campina Grande com 4.777 votos.

Simultâneo ao comício dos argemiristas que incluía Álvaro Gaudêncio como orador, os americistas realizaram uma passeata pela cidade. Logo após o encerramento do grande comício da Aliança Republicana a passeata da Coligação Democrática chegou na praça da Bandeira. Os irmãos Dumerval e José Trigueiro improvisaram um palanque e iniciaram discursos em favor de José Américo. Pouco tempo depois, a polícia chegou e buscou impedir a continuação do evento, foi então que se iniciou a confusão com chutes e socos. Logo, tiros foram detonados deixando baixas. O saldo da tragédia foram três mortos e entre 15 a 20 feridos<sup>196</sup>.

Além dos fatos ocorridos em Remígio, Areia e Campina Grande, a Comarca de São João do Cariri foi palco de tiroteios em três locais: Serra Branca, São João do Cariri e São José dos Cordeiros. O tiroteio de São João do Cariri estampava na primeira página do Jornal *A União* com a seguinte informação:

O caso se deu após o cabo José Bezerra Leite ter tentado desarmar um civil que reagiu a ordem do policial entrando numa casa vizinha à residência do deputado Terto Brito. Estabeleceu-se tiroteio entre a polícia e a referida casa, tiroteio que cessou com a chegada do sargento Fidelino Leite, de Serra Branca<sup>197</sup>.

O referido tiroteio ocorreu no dia 10 de setembro de 1950. O conflito foi resultado da discórdia estabelecida em 1947 entre o Juiz José Demétrio e os Gaudêncios. Além disso, fatores como a tensa campanha estadual, a rivalidade das famílias e a parcialidade da Polícia Militar, contribuíram para um novo confronto na Comarca.

Vale salientar que o jornal *A União* era de domínio do Estado e estava sob o poder do governador José Targino, que ocupou a vaga devido à licença de Oswaldo Trigueiro, que se candidatou a deputado federal. José Targino, político de família tradicional da serra de Araruna, era udenista e obedecia a ordens de Argemiro de Figueiredo. Logo, os fatos descritos no jornal são de caráter parcial, e buscava amenizar a culpabilidade dos Gaudêncios. No próprio jornal, o governador afirmava que tomaria medidas rigorosas para sanar os atos violentos<sup>198</sup>, mas o poder de governar não estava em suas mãos, mas sim nas de Argemiro e no caso de São João do Cariri, nas mãos da família Gaudêncio.

<sup>196</sup> Sobre o episódio da Praça da Bandeira ver o livro *Lutas de vida e de morte; fatos e personagens da História de Campina Grande (1945/1953)* de Josué Sylvestre (1982).

<sup>197</sup> A UNIÃO, 14 de set, 1950, p.1.

<sup>198</sup> “O Governador do Estado tem recomendado rigor nas providências para apurar a responsabilidade do caso e restabelecer a ordem naquela comarca”. Ibidem.

Britos e Gaudêncios tinham aliados fortes nesta campanha. A família Brito e o Juiz José Demétrio tinham os Gaudêncios como inimigo comum. Era tarefa do Juiz manter a ordem na realização da campanha e do pleito eleitoral. Assim, os Gaudêncios se preocuparam com o fato do juiz influenciar e permitir as fraudes eleitorais. Por sua vez, os Gaudêncios eram udenistas e tinham a força policial a seu comando.

O “civil que reagiu a ordem policial” era provavelmente um correligionário dos Britos e o policial dos Gaudêncios. Segundo o próprio jornal, constam informações de que o cabo estava exonerado e esperava um substituto, após a chegada do sargento Fidelino Leite, de Serra Branca, o cabo foi preso. Mas o tiroteio ocorreu entre as duas oligarquias, não foi culpa apenas de um cabo. No episódio ocorreu a morte de um motorista da Assembleia Legislativa que estava a serviço de Tertuliano de Brito, e ferimento de uma empregada doméstica. Após o tiroteio, o juiz da Comarca de Monteiro se encaminhou para São João do Cariri, já que José Demétrio estava afastado, devido a pedido de Argemiro de Figueiredo meses antes do inicio da campanha<sup>199</sup>.

Mais uma vez, o temor do pleito que foi realizado no dia 03 de outubro tomou conta das eleições. Pacificada a situação no Estado, São João do Cariri estava sob a expectativa de um novo tiroteio no pleito, devido à campanha ter sido realizada sob o temor das armas de fogo<sup>200</sup>.

Buscando evitar os excessos policiais, o Juiz José Demétrio fez pedido da intervenção do Exército no dia do pleito. Em entrevista concedida a vários jornalistas, o Tenente Coronel Leite Brasil do 15º Batalhão de Infantaria, afirmou que aumentou as tropas enviadas para São João do Cariri e Serra Branca como “medida de prudência na garantia da vida do Juiz José Demétrio”. O envio das tropas foi de ordem direta do Ministério da Guerra e o governo do Estado não podia contrariar a missão. Foi enviado para São João do Cariri o próprio Tenente Coronel Leite Brasil com a finalidade de realizar a segurança do pleito<sup>201</sup>.

Pacificada as eleições com a presença do Exército, o pleito eleitoral ocorreu com tranquilidade na Comarca de São João do Cariri. Getúlio Vargas foi eleito democraticamente Presidente do Brasil tendo como vice Café Filho. Vargas obteve 48,7 % dos votos enquanto Eduardo Gomes ficou com 29,7% e Machado com 21,5%.

<sup>199</sup> A UNIÃO, 13 de set, 1950, p.1.

<sup>200</sup> Segundo Carneiro (2010, p.240) ocorreram tiroteios em Serra Branca e São José dos Cordeiros, não tivemos informações dos detalhes destes eventos.

<sup>201</sup> A UNIÃO, 23 de set, 1950, p.1.

Na Paraíba, Vargas foi vitorioso com 49,2% dos votos, fato interessante, já que ele não recebeu apoio de José Américo. Na Comarca de São João do Cariri, Vargas recebeu mais votos do que Cristiano Machado, fato que leva a crer que Tertuliano de Brito apoiou o candidato do PTB para Presidência. Mas o vitorioso da Comarca foi Eduardo Gomes com 52,22% dos votos, resultado determinado pelo poderio político da família Gaudêncio.

Na Paraíba, o resultado das eleições de 03 de outubro de 1950 demonstrou a virada do PSD. O governador eleito foi José Américo de Almeida com 56,9% dos votos. Até mesmo na cidade do rival, o político de Areia saiu vitorioso, em Campina Grande ele obteve 57,46% dos votos, mais do que na média estadual. Foi grande a derrota de Argemiro de Figueiredo. Os motivos da derrota de Argemiro estão atrelados ao continuísmo da cultura política coronelista. O governador José Targino, por exemplo, utilizava de suas funções para demitir, coagir e comprar votos para beneficiar Argemiro. Além disto, os fatos ocorridos na Praça da Bandeira foram negativos para a campanha da UDN. A utilização da polícia – instituição pública – para fins privados e eleitoreiros foi comparada às velhas práticas da República Velha atreladas ao coronelismo (CARNEIRO, 2010, p.246).

Para Cittadino (2006, p.90):

A derrota de Argemiro de Figueiredo reveste-se de um significado muito maior do que a mera definição pessoal da liderança sobre o estado. Na verdade, aponta para modificações que estavam em curso no exercício da política local, modificações caracterizadas pelo esgotamento das práticas coronelistas identificadas na trajetória política de Argemiro, simultaneamente a conquista de espaços pelo populismo, incorporado, nestas eleições, na candidatura de José Américo.

José Américo se adaptou ao perfil da política trabalhista que estava em voga na campanha de Getúlio Vargas, em prol da industrialização. Apesar do processo de industrialização da Paraíba ser ínfimo naquele período, José Américo estava consciente das transformações das relações trabalhistas e do êxodo rural e buscou conquistar os votos dos paraibanos pelo carisma e por seu papel de herói na seca de 1932<sup>202</sup>.

---

<sup>202</sup> O jingle da campanha de José Américo representa o perfil do candidato durante as eleições tal como descreve o refrão: “De pé ó pobres, vítimas da sorte/ Com Deus e o povo contra a opressão/ Zé Américo é o candidato da pobreza e da religião/ Pelo povo, contra a fome, se levanta um grande nome”. Disponível em <http://www.museuvirtualjoseamerico.pb.gov.br/passeio.php?pg=antesala>. Acesso em 19 de junho de 2012.

Se a Paraíba estava passando por mudanças nos costumes políticos devido a vitória de José Américo, o mesmo não pode ser dito sobre a Comarca de São João do Cariri. A família Gaudêncio mais uma vez saiu vitoriosa das eleições, pois conquistou maioria dos votos para todos os cargos disputados, o que leva a crer que, Serra Branca, realmente funcionou como “curral” eleitoral da família Gaudêncio, dando maioria dos votos para a família. Álvaro Gaudêncio foi reeleito, e além deste, José Gaudêncio conquistou a vaga na Câmara Federal.

Mesmo perdendo as eleições na terra natal, a família Brito teve mais motivos para comemorar do que a família Gaudêncio, pois a situação política do Estado ficou mais favorável a Tertuliano de Brito. A vitória de José Américo não foi apenas para governador, pois a CDP obteve grande maioria na Assembleia Legislativa, logo o major Terto passou a ser situação tanto no poder Executivo quanto no Legislativo.

O número de votantes na Comarca foi 5.824 com a abstenção contabilizada em 2.052 pessoas<sup>203</sup>. Estes números demonstram que a prática do voto coercitivo característico da República Velha não estava tão em voga nas eleições de 1950. A explicação da abstenção naquele período na Paraíba dado por Blondel (1994, p.90-91) relaciona-se ao êxodo rural e a deficiência técnica dos transportes. Mas em relação à Comarca de São João do Cariri, o sociólogo francês dá outra explicação:

(...) 1950 em São João do Cariri, município onde o excesso de alistamento é fraco, mas onde a abstenção foi grande (33%). As lutas eleitorais são tão fortes que certos eleitores parecem ter tido medo, malgrado a presença de tropas federais, de sair de suas casas para ir votar.

Na República Velha o medo fazia o eleitor votar, com a redemocratização de 1945, o “medo” tomou outro rumo: o da abstenção. Assim, não concordamos com Blondel ao referir que a população não foi votar por medo, o medo naquele contexto passou a ser dos candidatos por não terem eleitores suficientes para fazer valer o pleito. A partir daquele momento ficou claro para as famílias do poder que a violência política era negativa para fins eleitorais, assim a campanhas posteriores se transformaram. O “medo” colocado por Blondel foi uma maneira da população demonstrar sua força em período de democracia. Assim, o “medo” fazia parte das bricolagens de uma população que não vivia absolutamente para o mundo da política das famílias do poder.

---

<sup>203</sup> A UNIÃO, 14 de out, 1950, p.2.

A eleição de 1950 modificou a cultura política tanto da Paraíba e posteriormente da Comarca de São João do Cariri. A população estava construindo uma ideia de participação política. Nas outras eleições, os eleitores contribuíram com voto não mais pela pressão respaldada de violência, mas pelo apoio ao membro de uma das famílias, por acreditar neles como “salvador”, uma pessoa de confiança que estava presente no mundo dele.

As eleições de 1951 demonstram as transformações que ocorreram na campanha eleitoral vividas na Comarca de São João do Cariri, pois não houve nem tiroteios e nem perturbações durante o pleito. Uma das missões do governo de José Américo a partir daquele momento foi buscar uma política de pacificação. No dia de 12 de agosto de 1951 ocorreram eleições para o preenchimento dos cargos de Senador, Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores.

Destaca-se daquela eleição candidatos a prefeitos que não pertenciam a nenhuma família tradicional. Os Britos apoiaram a candidatura de Sebastião Borges Coutinho, político de Gurjão que perdera as eleições para vereador em 1947. Filiado ao PSD, ele tinha a missão de conquistar os votos nos distritos que tinham fortes cabos eleitorais da família Gaudêncio, tal como os Maracajás.

Os Gaudêncios escolheram um candidato que não pertencia a UDN, tratava-se de Francisco Moreira de Albuquerque, ex-coligado dos Britos e chefe do PTB<sup>204</sup> no município. Francisco Moreira era chamado pela população de “Chico Moreira” ou “Seu Moreira”, de acordo com Gerusa Memede: “seu Moreira era um homem muito pacífico, sem formação, sabia muito conversar, não era formado”. O candidato do PTB a prefeitura de São João do Cariri era de Serra Branca e junto com Antero Torreão era um dos principais negociadores de algodão. Assim, era um político que mantinha contato tanto com a população quanto com a elite. O mesmo foi escolhido diretamente por Joaquim Gaudêncio para disputar a vaga.

A eleição municipal de 1951 demonstrou o embate entre São João do Cariri e Serra Branca, pois foi a primeira após a transferência da sede da Comarca. Os candidatos a prefeito eram defensores das regiões a que pertenciam: Borges Coutinho concentrava a simpatia dos votos do norte do distrito, principalmente com o apoio dos Britos. Francisco Moreira, por sua vez, aparecia como o “capitalista” comerciante de

---

<sup>204</sup> Infelizmente não encontramos os motivos que levaram Francisco Moreira a romper com os Britos e a se filiar aos Gaudêncios. O candidato a vice-prefeito da chapa PTB-UDN também tinha se desligado dos Britos para apoiar os Gaudêncios. Tratava-se de Nestor de Andrade Lima, político de São José dos Cordeiros que participou dos tiroteios ao lado dos Britos em 1935.

algodão, representante do progresso serra-branquense. Foi uma das eleições mais acirradas da Comarca de São João do Cariri, mesmo sem haver as práticas violentas das eleições de 1935, 1947 e 1950.

A campanha de Francisco Moreira se concentrou em Serra Branca. Joaquim Gaudêncio e seus cabos eleitorais buscaram confirmar os votos dos outros distritos. Na apuração, Serra Branca deu grande maioria ao candidato petebista, enquanto os outros distritos “foram tirando os votos”. Em relatos de Gerusa Mamede a apuração da eleição de 1951 não ocorreu na Comarca de São João do Cariri devido à ameaça de tumultos. Assim, foi na Comarca de Sumé onde os votos foram contabilizados. Durante a apuração a população se concentrou na residência de Joaquim Gaudêncio para esperar as notícias vindas de Sumé, a cada resultado, uma surpresa, pois os próprios domínios eleitorais dos Gaudêncios estavam contrários a vitória de Francisco Moreira.

A penúltima Comarca apurada foi Santa Luzia do Cariri que deu vitória a Borges Coutinho. Só restava ser apuradas as urnas de Sucuru, distrito sob o domínio da família Duarte Barros<sup>205</sup>. Durante a campanha, membros da família tradicional de Sucuru foram presos por estarem participando de jogos de azar. Devido à polícia ser uma instituição estatal e os Britos estarem na situação, a prisão dos Duartes ganhou caráter político. O patriarca da família Duarte Barros foi levado a pé pelas forças policiais de Sucuru até a prisão de Serra Branca onde se queixou estar doente de próstata. Assim, Joaquim Gaudêncio entrou em contato com Álvaro Gaudêncio que, como advogado, conseguiu solta-lo da prisão.

Ao ser apurado as urnas de Sucuru, Francisco Moreira foi declarado vitorioso das eleições com 81 votos de vantagem do adversário. Assim, a família Duarte Barros foi considerada o trunfo da vitória de Francisco Moreira em Serra Branca. O resultado foi acompanhado por muitos festejos da população serra-branquense.

Durante a campanha, Tertuliano de Brito buscou restabelecer o local da Comarca em São João do Cariri, mas logo esta retornou para Serra Branca devido a uma ordem judicial emitida pelo Juiz de Sumé. O próprio José Américo apoiou o retorno da Comarca para Serra Branca<sup>206</sup>. Durante toda a campanha ele buscou pacificar as famílias Brito e Gaudêncio, demonstrando que o Estado detinha o poder de mando no

---

<sup>205</sup> Na mesma campanha foi eleito vereador Belisário Duarte Barros.

<sup>206</sup> A UNIÃO, 30 de ago, 1951, p.3.

lugar das famílias. Sobre a realização das eleições de 12 de agosto, o jornal *A União*<sup>207</sup> fez questão de destacar:

Ainda sob a impressão da campanha de 1950 quando o fisco, as escolas públicas, e a polícia foram transformados em instrumentos do faccionismo oficial, subvertendo, assim, sua finalidade, acha-se o Governo do Estado empenhado em restaurar a compostura de nossa vida pública, na sua mais bela oportunidade, que é o exercício do voto.

Tertuliano de Brito seguiu o conselho do governador e buscou fazer uma campanha pacífica, mas disputada voto a voto. No dia do pleito afirmou o líder dos Britos em telegrama a José Américo, que as eleições tinham ocorrido em “plena ordem e respeito ao adversário”. Derrotado, o major Terto enfatizou em outro telegrama<sup>208</sup> a vitória de Plínio Lemos (PL-PSD) que conquistou a Prefeitura de Campina Grande contra Argemiro de Figueiredo (UDN). Esta foi a terceira derrota consecutiva do ex-interventor.

Comparado as eleições municipais de 1947, os Britos tiveram seus números de votos ampliados. Na Câmara Municipal, o PSD conseguiu eleger a metade da bancada. As mesmas famílias tradicionais dos distritos continuaram a ocupar as cadeiras da Câmara Municipal tais como os Maracajá, os Medeiros, os Ramos, os Torreões e os Farias.

As eleições de 1951 demonstraram as transformações ocorridas entre a população e as famílias referentes ao poder político. Consta em relatos orais<sup>209</sup> que a campanha de 1951 foi uma das mais emocionantes de Serra Branca. Pouquíssimos eleitores de Serra Branca eram partidários dos Britos, logo a comemoração da vitória de Francisco Moreira foi intensa.

Fica comprovado assim, que a família Gaudêncio recebia pleno apoio da população de Serra Branca. Em São João do Cariri, a presença dos Gaudêncios continuavara forte com a participação dos irmãos Álvaro e Alfredo Gaudêncio, assim as eleições naquele município eram mais disputadas. Vale salientar que os Britos tinham mais força do que os Gaudêncios em São João do Cariri, mas não era compatível com a força dos Gaudêncio em Serra Branca.

<sup>207</sup> A UNIÃO, 10 de jul, 1951, p.3.

<sup>208</sup> A UNIÃO, 14 de ago, 1951, p.5.

<sup>209</sup> Principalmente no relato de Gerusa Mamede e de Luís Gonzaga de Holanda, este último diretor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Serra Branca, ambos serra-branquenses.

A partir de 1951, a região do Cariri foi castigada por uma das piores secas de sua história. Seca que perdurou até o ano de 1955. Ironicamente, José Américo de Almeida, durante a campanha de 1950 colocara-se como herói da seca de 1932 e que estaria disposto a combater os danos causados pela estiagem. Com a chegada da seca, José Américo teve que fazer valer seu slogan da campanha eleitoral. No jornal *A União* era constante a publicação de telegramas enviadas pelas autoridades de Serra Branca e São João do Cariri para José Américo:

São João do Cariri 8 – Caíram chuvas finas em diversos pontos do município, a cidade está cheia de flagelados procurando serviços. O engenheiro Baltar não chegou. Reina a fome. Peço vossencia providenciar o início do serviço. Atenciosas saudações – Tertuliano de Brito<sup>210</sup>.

A ideia de Tertuliano de Brito era comum desde o período de Gratuliano de Brito, aproveitava da mão-de-obra barata para construções de açudes, estradas e edifícios públicos, também com o objetivo de ocupar os “flagelados”. Mesmo sem ser prefeito, mas como deputado estadual e como chefe político de São João do Cariri, o major Terto interveio pelo Estado no combate às mazelas da seca em seu município.

As secas ocorridas na região eram apavorantes. As desgraças causadas pela estiagem eram apresentadas cotidianamente nas páginas do jornal *A União*. Fenômeno natural, a seca estava presente na cultura do Cariri desde o período da conquista territorial. Segundo Lewin a própria história da Paraíba estava ligada aos ciclos da seca:

Durante as “grandes secas”, as que atingiam a intensidade máxima e um alcance maior, os rebanhos eram dizimados. Morriam inclusive as árvores de algodão, que em outras circunstâncias eram muito resistentes. Desde a primeira penetração nos sertões (...) a história da Paraíba esteve intimamente ligada aos ciclos da seca. Fenômenos aparentemente previsíveis na economia política e no folclore da população.

As informações sobre a seca da Comarca de São João do Cariri descreviam um cenário de penúria. Milhares de “flagelados” se amontoavam nas cidades. Em defesa da continuidade da sede em São João do Cariri, Tertuliano de Brito destacou o número de flagelados que migravam de Serra Branca para a cidade sede.

Os anos de 1915, 1932 e 1942 que assinalam a passagem de tres secas terríveis , concentraram-se em S. João do Cariri um elevado número de flagelados chegando na ultima seca a ultrapassar o fantástico

---

<sup>210</sup> A UNIÃO, 09 de mai, 1951, p.1.

numero de 1.000 pessoas, vindos de todos os recantos do Município e de outros recantos do Estado, entre os flagelados, com tristeza relato, em sua maioria procediam do distrito de Serra Branca<sup>211</sup>.

Segundo Moreira (2009, p. 46), a elite política “aparecia apenas com atos demagógicos cheio de lamúrias contra a fatídica seca”, ou descrevendo a situação degradante ao governo estadual. A população aparecia como principal problema a ser resolvido, seja para alimentar ou para ocupar com trabalhos.

Concordamos com Santos Neto (2007, p.117) quando este afirma que:

(...) os períodos de estiagem foram caracterizados pela introjeção de uma cultura viciosa de exploração, por parte da classe política dominante desses espaços, sem que houvesse a busca de soluções duradouras para o problema das secas.

A seca para as oligarquias era sinônima da chegada de recursos, assim, as famílias mandavam telegramas com discursos desesperados para adquirir verbas. De acordo com a cultura política familiar, apenas quem fosse partidário das famílias seria beneficiado pelos recursos vindo do Estado. Assim, entrava ano, saia ano e a seca era bem vinda pelas famílias.

O quadro da seca piorou durante os anos de 1952 e 1953. O telegrama enviado do prefeito Francisco Moreira a José Américo descrevia a situação:

A cidade está na iminência de ser atacada. Gostaria que V. Excia. mandasse um secretário de absoluta confiança para testemunhar o quadro como é triste. Só assim, V. Excia. Tomaria uma resolução que pudesse salvar tão grande flagelo<sup>212</sup>.

Para propagandear o trabalho do governo no combate aos efeitos da estiagem, José Américo publicava sempre as medidas tomadas em respostas aos telegramas: “Comprometeu-se o chefe do distrito do DNER<sup>213</sup> com o Governador do Estado a admitir mais 300 homens no trecho da central entre Serra Branca e São João do Cariri”.

Em viagens aos municípios do Cariri para tratar da questão da seca, José Américo foi pessoalmente a Serra Branca presenciar a situação. Segundo relatos de Gerusa Mamede, ele estava com medo devido a cidade ser reduto dos Gaudêncios, inimigos históricos de seus aliados na região, os Britos. Mas Seu Moreira recebeu o governador cordialmente o levando a sua residência.

---

<sup>211</sup> A UNIÃO, 20 de jun, 1947, p.8.

<sup>212</sup> A UNIÃO, 27 de mar, 1953, p.1.

<sup>213</sup> Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

Uma das queixas do prefeito ao governador foi relativo a grandiosidade da Comarca, pois tinha que manter o combate a estiagem em 10 distritos, alguns deles muito afastados da sede. O governador foi a Serra Branca acompanhado com quatro caminhões com sacas de alimentos para os “flagelados”, assim ele deixou dois destes a disposição de Francisco Moreira. Além disto, financiou a construção da Cadeia Pública com objetivo de dar ocupação aos flagelados.

Em 1953, com o objetivo de driblar a crise inflacionária e buscar uma nova estratégia política que amenizasse as críticas ao seu governo, Getúlio Vargas nomeou José Américo ministro da Viação. Novamente, o político “revolucionário” de 1930 ocupou uma pasta estratégica que favorecia a distribuição de verbas de combate à seca ao mesmo que, ampliava seu domínio político na Paraíba.

Devido a acusações de um deputado federal udenista, João Agripino Filho, de Catolé do Rocha, José Américo foi convocado pela Câmara Federal para explicar abusos do dinheiro público no combate à seca no Nordeste. Em tal evento ocorreu troca de acusações entre os dois políticos da Paraíba. João Agripino acusou José Américo de empregar nas obras públicas apenas pessoas indicadas por seus partidários, transformando o combate à seca numa máquina de eleitores. Em resposta, José Américo afirmou que nas Comissões de “socorro aos flagelados” colocava sempre um membro oposicionista, para que não houvesse desvio de verbas (CARNEIRO, 2011, p.154).

José Américo de Almeida buscou utilizar da manutenção das verbas de combate à seca também para apaziguar as oligarquias municipais. As comissões de prestações de contas eram organizadas por membros de famílias rivais, para que o dinheiro fosse gasto em benefício privado. Na Comarca de São João do Cariri com sede em Serra Branca, a comissão foi formada pelo prefeito Francisco Moreira, por Nivaldo de Farias Brito – filho do major Terto – e por Pedro Ribeiro de Lima, tal como consta em telegrama enviado ao governo do Estado<sup>214</sup>.

Mas o programa de José Américo ultrapassava os trâmites políticos. A Igreja Católica tinha papel essencial na distribuição de víveres. No caso da Igreja, João Agripino acusou José Américo da intransigência das prestações de contas referentes aos recursos passados às dioceses. Como réplica José Américo respondeu (apud CARNEIRO, 2011, p.154): “V. Exa. Que minúcias? E quer V. Exa. uma prestação de

---

<sup>214</sup> “Acabamos de receber do senhor tesoureiro pagador a importância destinada aos incapazes destes municípios, que será distribuído de acordo com o pensamento d V. Excia. Respeitosas saudações. Pedro Ribeiro de Lima, Nivaldo de Farias e Francisco Moreira Albuquerque”. A UNIÃO, 06 de fev, 1953, p.1.

contas? Vá pedi-las aos bispos, vá pedi-las aos vigários, vá pedi-las a quem recebeu, se por ventura dúvida da honorabilidade do clero brasileiro". Em São João do Cariri, o clérigo responsável pela distribuição dos víveres foi o Padre João Marques<sup>215</sup>, vigário da Paróquia de Serra Branca.

A população em período de seca recebia outra denominação, a de "flagelados" e recebia orientação por dois lados: o primeiro era do Estado, que transformava os "flagelados" em operários a serviço do Estado; o segundo era a Igreja Católica, que pensava realizar caridade em distribuir os alimentos para as famílias pobres. Para o agricultores haveria três saídas para o problema da seca, trabalhar nas obras do Estado, receber as esmolas da Igreja ou migrar para o sul do país.

O êxodo rural era uma preocupação constante da manutenção do poder por parte dos chefes políticos, pois trazia prejuízo eleitoral. No período da República Velha, seca era sinônimo de urna cheia e mão-de-obra barata. Com a liberdade do camponês e com o desprendimento deste das terras de seu senhor, após a entrada do capitalismo no campo, eles migravam para a região sul. Segundo Blondel (1994, p.84-85) o êxodo rural foi o principal motivo da abstenção eleitoral na Paraíba durante a década de 1950.

A seca, antes fator de dominação, a partir das transformações da cultura política, passou a ser utilizada como discurso para pregar bandeiras de heroísmo em relação aos políticos "salvadores", tal como foi com a eleição de José Américo nas eleições de 1950. Mas, a partir da desmitificação do populismo<sup>216</sup>, percebe-se que a própria população não era dominada pelos discursos populistas, pois determinada porcentagem da população migrou para a região sul.

O problema da seca não era aparato apenas de um lugar da Comarca, pois todos os distritos sofreram com a estiagem. Assim, além de ser estranho o fato da sede de uma Comarca se localizar num distrito, a extensão territorial dificultava a administração dos prefeitos. Muitos chefes políticos, a partir do fim da grande seca de 1951-1955, buscaram emancipar seus distritos. Neste ínterim Serra Branca e São João do Cariri buscaram diferenciar mais suas identidades culturais e novos políticos das famílias dominantes surgiram buscando conquistar a simpatia de toda Comarca.

---

<sup>215</sup> "Terminada a distribuição dos víveres que estavam em meu poder, depositados pelo Bispo de Campina, tendo a citada distribuição sido feita conscientemente a mais de 2 mil pessoas restritamente necessitadas. Tendo esgotado os meios e sendo a situação sempre alarmante, solicito a V. Excia. a remessa de víveres da Campanha Ajuda ao Teu Irmão, afirmando a V. Excia que farei distribuição conscientemente apresentando relatório das famílias socorridas na extrema necessidade, como fiz na outra distribuição. Com protestos de alta admiração – Padre João Marques – Vigário da Paróquia." A UNIÃO, 12 de abril, 1953, p.1-6.

<sup>216</sup> Tratamos aqui do Populismo como prática dominadora das "massas".

A transferência da sede de São João do Cariri para Serra Branca, as transformações da cultura política com a redemocratização e a seca de 1951-1955 criaram identidades distintas entre os distritos. A guerra política entre Britos e Gaudêncios fez crescer os cabos eleitorais que viviam nos distritos, pois eram estes cabos que desequilibravam a balança dos votos. Assim, novos políticos das famílias dominantes surgiram buscando conquistar a simpatia de toda Comarca e evitar emancipações. Mas, Britos e Gaudêncios, aliados a são-joãosenses e a serra-branquenses buscaram efetivar a liberdade de ambas as cidades de acordo com seus propósitos.

### 3.3 - Um Torreão entre Britos e Gaudêncios: uma história da emancipação política de Serra Branca

Depois de efetivada a identidade cultural de Serra Branca e São João do Cariri, a população de ambas as cidades buscaram se libertar uma do domínio da outra. Serra Branca, cidade do algodão e do “progresso” não aceitava as condições de sediar uma Comarca com outro nome. Por sua vez, São João do Cariri, abalada por perder a sede da freguesia, ainda tinha que “aceitar” a Comarca ser sediada num distrito. Fica claro assim, que ambas necessitavam da emancipação de Serra Branca para se libertarem. Mas a velha classe política vinda do período da República Velha não era a favor da emancipação.

Foi neste processo que a partir de 1955, as famílias do poder tiveram novos representantes tal como Nivaldo de Farias Brito, filho de Tertuliano de Brito, Manoel Gaudêncio Neto, filho de Joaquim Gaudêncio, Álvaro Gaudêncio Filho, filho de Álvaro Gaudêncio e Genival Torreão, filho de Antero Torreão. A continuidade do poder no seio das famílias caracteriza a cultura política familiar que prevaleceu na Paraíba desde o período colonial. De pai para filho, o capital simbólico e econômico era perpassado, as fazendas, o nome da família e até mesmo a rivalidade contra a família historicamente inimiga. Como afirmou Gratuliano Brito (1979, p.7): “Eu sou Brito, um adversário nato dos Gaudêncios (...) e hereditário”.

Uma das riquezas e da influência de poder dos Britos em São João do Cariri era o Cartório de Registro Civil. Foi a partir do Cartório que Tertuliano de Brito começou a ter contato com juízes, advogados e consequentemente lideranças políticas. O Cartório foi uma espécie de escola para a família Brito entrar na política. Enquanto o major Terto

ocupava a cadeira de deputado estadual, Nivaldo Brito assumia a direção do Cartório. A família Brito, se comparada a família Gaudêncio, era carente de representantes políticos. Assim, sobrou a Nivaldo Brito a herança simbólica e política dada por Tertuliano.

Nota-se que a família Gaudêncio detinha várias personalidades na vida política: José Gaudêncio, Joaquim Gaudêncio e Álvaro Gaudêncio enquanto a família Brito, com a saída de Gratuliano Brito da política, ficou sendo representado apenas pelo major Terto. Nivaldo Brito, com a morte do pai em 1957, foi a grande personalidade da família e buscou fazer uma política diferenciada do pai. Pela família Gaudêncio, os velhos representantes foram falecendo como Ascendino e Joaquim Gaudêncio, assim, a chefia ficou a mando de Álvaro Gaudêncio que ganhou o apelido de “O Velho”. Mas o vácuo criado pela morte de Joaquim Gaudêncio em Serra Branca foi tomado por Genival Torreão, prefeito em 1947 e filho da tradicional família de São José dos Cordeiros.

A cultura política passou por transformações também em âmbito nacional. O estratégico Getúlio Vargas enfrentou vários desafios políticos<sup>217</sup> e econômicos em seu governo que desembocou em seu suicídio em 1954. Ao assumir a presidência, Vargas se deparou com dois projetos que tinham como fins o desenvolvimento do país. O primeiro era o ideal liberal que incentivava a entrada de capital estrangeiro no país, o segundo era o nacionalismo, que buscava um controle rígido destes investimentos. Estes ideais faziam parte do surgimento da política desenvolvimentista, que posteriormente nos Cariris Velhos, incentivou o municipalismo, ou seja, a política de emancipações durante a presidência de Juscelino.

Paradoxalmente com a ajuda do capital estrangeiro, Vargas seguiu a linha nacional-desenvolvimentista, que combatia os grupos monopolísticos externos e defendia a integridade das riquezas do país. Isto resultou na criação de instituições importantes como o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE), a Eletrobrás e a Petrobrás.

No palco político, Vargas estava recebendo forte oposição da UDN. O jornalista Carlos Lacerda discursava constantemente contra seu governo. A mesma UDN utilizou o jornal *O Estado de São Paulo* para propagandear as “pretensões” ditatoriais de Vargas. Mesmo assim, empossado presidente, Vargas buscou uma pacificação política

---

<sup>217</sup> Segundo Skidmore, (1982, p.124): “No campo interno, ele (Vargas) se defrontava com o problema da inflação, com as resultantes tensões sociais, e a necessidade de encontrar uma estratégia de investimentos que elevasse ao máximo os benefícios, tanto sociais quanto econômicos, do desenvolvimento futuro”.

com os udenistas entregando o Ministério da Agricultura, mas a estratégia de conciliação foi impossibilitada após o ano de 1951.

Além da UDN, Vargas buscava ter apoio das forças militares, que se mantinham neutras politicamente. Com a eclosão da Guerra da Coréia em 1950, a Guerra Fria entre Estados Unidos e União Soviética forçou o governo brasileiro a tomar uma decisão entre a política socialista soviética ou o liberalismo americano. Apenas uma minoria das forças armadas se voltou para o nacionalismo de esquerda, de influência do antigo PCB.

Assim, Vargas ficou numa situação difícil, a aliança com a direita tinha falhado, a esquerda não era do agrado da maioria dos militares e nem da classe média. Sob esta tensão, Vargas escolhe o nacionalismo como principal meta política, mas sem distinção entre direita e esquerda. O aumento gradativo da inflação, juntamente com o custo de vida, deu inicio ao descontentamento da classe média. Foi neste contexto que Vargas resolveu mudar seu ministério nomeando José Américo como Ministro da Viação em 1953. Além de José Américo, foram empossados Oswaldo Aranha no Ministério da Fazenda e João Goulart como ministro do Trabalho. João Goulart foi o líder do PTB no Rio Grande do Sul. Sua nomeação aos olhos da direita foi uma afronta.

A política econômica de Vargas pós-1953 foi dificultada devido a rigidez na liberação de investimentos do governo americano. Os Estados Unidos tiveram mais cuidados no Terceiro Mundo na hora de fazer investimentos. Assim, as relações entre o Brasil e os Estados Unidos ficaram mais tensas. Os americanos não apoiavam a política econômica brasileira que visava à industrialização e a iniciativa de uma empresa petrolífera com a maioria das ações estatais.

O plano do Ministro Oswaldo Aranha de conter os gastos para diminuir a inflação não estava dando certo, com isto, em 1954, vários comícios foram realizados devido ao aumento do custo de vida. Neste ínterim, a UDN aproveitou a má fase do governo para criticar Getúlio Vargas.

No município de São Paulo, um político “moralista” chamado Jânio Quadros, do Partido Democrata Cristão, ganhou as eleições para prefeito, demonstrando a força da classe média perante o governo Vargas. Jânio adotou um discurso contra a corrupção no país, enquanto a UDN, sob a égide de Carlos Lacerda taxava o governo Vargas de corrupto. Os militares, desconfiados da política nacionalista varguista, pensavam que o governo estava em prol da difusão do comunismo. Assim, a classe média e os militares juntamente com o discurso da UDN começaram a forçar Vargas a tomar medidas emergenciais para a inflação.

No dia 08 de fevereiro de 1954 foi apresentado um memorial do Exército para o ministro da Guerra, que acusava o governo de estar desmoralizando as forças armadas por falta de investimentos e estar afrouxando a entrada de ideais comunistas no Brasil. Neste processo, João Goulart resolveu aumentar o salário mínimo em 100%, o que fez inflamar a crítica da UDN. No mesmo mês, a UDN acusou Goulart em estar apoiando práticas subversivas na classe trabalhadora.

O então ministro do Trabalho foi imediatamente demitido por Getúlio com a intenção de diminuir o número de opositores em seu governo. Mas sem Goulart como alvo predileto, a UDN mirou suas críticas diretamente ao presidente. Acusações de corrupção, desonestidade e política de favores foram constantes. No dia 04 de abril, o ex-ministro das Relações Exteriores de Vargas acusou o presidente de estar formando um bloco comunista na América Latina, tratava-se do “Bloco ABC”, uma aliança comunista entre Argentina, Brasil e Chile. Assim, a UDN buscou o *impeachment* do presidente por meios legais, mas não conseguiu devido à maioria da bancada do Congresso ser do PSD. No dia 1º de Maio, dia do trabalhador, Vargas aumentou o salário mínimo em 100% como apelo ao apoio da classe trabalhadora.

A UDN aumentou sua ofensiva contra o presidente Vargas simultaneamente ao aumento da inflação causada pelo aumento salarial. Foi durante este processo que no dia 05 de agosto, o segurança pessoal de Getúlio, Gregório Fortunato, incumbido pelo General Mendes de Moraes armou uma cilada contra Carlos Lacerda que matou o major Rubens Vaz da Aeronáutica. No dia 10 daquele mês, antigelulistas do Exército liderados por Eduardo Gomes e Juarez Távora<sup>218</sup> exigiram ao Ministro da Guerra, Zenóbio da Costa, a renúncia do presidente.

A investigação da Aeronáutica revelou esquemas de corrupção entre os funcionários do governo que abalaram até mesmo o presidente que afirmara estar “num mar de lama”. Simultaneamente, Gregório Fortunato foi acusado de dar proteção a organizações criminosas. A partir daquele momento, vários pedidos foram feitos para que o presidente renunciasse. Café Filho tentou convencer o presidente a renunciar, falhando, passou a fazer oposição ao mesmo. Logo depois o Exército pressionou a renúncia do presidente dando um ultimato a partir do Ministro da Guerra no dia 24 de agosto. No mesmo dia Vargas cometeu suicídio com um tiro de arma de fogo no coração, foi o fim da figura política mais dinâmica desde 1930. O suicídio de Vargas

---

<sup>218</sup> O mesmo que acompanhou Vargas e José Américo no Movimento de 1930.

causou grande efeito político ao comover a população brasileira. A oposição ficou desestruturada. Uma carta escrita após a sua morte inflamou os ânimos da população e deixou uma imagem negativa da oposição (ALMEIDA JUNIOR, 2004, p. 247-255); (SKIDMORE, 1982, p. 110-180).

Meses após o suicídio de Vargas ocorreu na Paraíba eleições para o cargo de Senador, Suplente de Senador, Deputado Federal e Deputado Federal. A morte de Getúlio parece ter tido pouca influência na Paraíba devido às eleições de 03 de outubro dar vitória a UDN, principal força de oposição a Vargas. Argemiro de Figueiredo, após três derrotas consecutivas saiu vitorioso nas vagas de senador e deputado federal, optando pela vaga de senador.

Na Comarca de São João do Cariri houve um racha na família Gaudêncio - Torreão. Com a morte de José Gaudêncio em 1953, esperava-se que a família Gaudêncio elegesse Álvaro Gaudêncio a deputado federal e colocasse outro membro da família no cargo de deputado estadual. Mas Álvaro Gaudêncio era um apaixonado pelo Cariri e não queria se distanciar da região, ocupar o cargo de deputado federal o levaria a se mudar para o Rio de Janeiro, a capital federal. Sua residência localizava-se em Campina Grande, por ser um ponto intermediador entre a capital João Pessoa e sua cidade natal, São João do Cariri. Assim, não fazia parte dos planos de Álvaro Gaudêncio se candidatar a deputado federal (QUEIROZ, 2002, p.464-465).

Enquanto os Gaudêncios sofriam uma crise interna, Tertuliano de Brito foi eleito presidente da Assembleia Legislativa por intermédio de Ruy Carneiro, cargo que assumiu entre 1953 e 1955 (QUEIROZ, 2002, p.449).

A não candidatura de Álvaro Gaudêncio a deputado federal frustrou a expectativa de Genival Torreão se candidatar a deputado estadual. Álvaro Gaudêncio mais uma vez se candidatou a um cargo na Assembleia da Paraíba. Não satisfeito, Genival Torreão se filiou ao PL, partido que estava sob a liderança de José Américo. Assim, a família Torreão passou a ser uma espécie de terceiro poder entre Britos e Gaudêncios. Filiado ao PL, Genival concorreu à vaga de deputado estadual.

A área de influência política exercida por Genival Torreão, juntamente com sua família, era São José dos Cordeiros, que estava sob a liderança de Oscar Torreão. Genival também detinha influência em Serra Branca, devido ao comércio de Wamberto Torreão e a proximidade da fazenda Areias, principal reduto da família<sup>219</sup>. Por se tratar

---

<sup>219</sup> Vale salientar que Torreões e Gaudêncios eram considerados pela população de Serra Branca como uma mesma família, devido ao casamento de Joaquim Gaudêncio com Etelvina Torreão e Ana Gaudêncio

de famílias próximas, a área de atuação de Genival era a mesma de Manoel Gaudêncio, filho de Joaquim Gaudêncio.

Partidariamente, Genival Torreão foi aliado de Tertuliano de Brito, já que o PL de José Américo continuou a aliança com o PSD de Ruy Carneiro formando a Coligação Democrática Nacional (CDN). Assim, os candidatos do PSD saíram vitoriosos das eleições de 1954: para senador elegeram Virginio Veloso Borges (PL) e Assis Chateaubriand (PSD)<sup>220</sup>. No cargo de deputado federal foram eleitos cinco candidatos da CDN e quatro da UDN.

Logicamente, quem saiu beneficiado destas eleições foi Tertuliano de Brito com 2.090 votos. Os Torreões não conseguiram o apoio da população de São João do Cariri, assim Genival conquistou os votos de Álvaro Gaudêncio<sup>221</sup>. A vitória de Álvaro ocorreu graças aos 807 votos que obtivera em Campina Grande. Assim a Assembleia Legislativa continuou com Tertuliano de Brito e Álvaro Gaudêncio como representantes da Comarca de São João do Cariri.

O resultado das eleições de 1954 no Estado da Paraíba demonstrou a reação da UDN após algumas derrotas. As duas vagas de senadores foram preenchidas por udenistas tais como Argemiro de Figueiredo e João Cavalcanti Arruda Sobrinho. Na Assembleia Legislativa, 18 candidatos udenistas foram vitoriosos, do PSD se elegeram 14. O ressurgimento da UDN como força política alertou José Américo para mais uma eleição cara e conturbada tal como foi a de 1950. Era necessária naquele momento na política paraibana a pacificação entre a UDN e o PSD, tentativa que começou a ser construída pelo ex-ministro da Viação.

As eleições de 1954 em Serra Branca foram pacíficas. Os constantes tiroteios não estavam mais no calendário eleitoral. Mas a conquista do voto pelo carisma tinha alto preço aquisitivo desembolsado pelas famílias. As eleições transformaram-se num processo caro. Além dos gastos realizados no processo de alistamento e na fabricação das cédulas, no dia do pleito os candidatos tinham que arcar com o transporte, a estadia e a alimentação dos eleitores (BLONDEL, 1994, p.97). Além disso, para conquistar o voto do eleitor, eles transformaram as eleições numa verdadeira festa. O caráter

com Antero Torreão. Genival Torreão continuou a prática do casamento endogâmico na família casando-se com sua prima carnal Maria Salete Gaudêncio Torreão, filha de Joaquim Gaudêncio.

<sup>220</sup> Assis Chateaubriand era dono de uma das maiores redes de comunicação da América Latina, o grupo *Diários Associados* mantinha mais de 100 jornais, rádios, tvs e revistas. Chateaubriand não conseguiu se eleger senador pela Paraíba, um ano depois foi eleito senador pelo Maranhão.

<sup>221</sup> Álvaro Gaudêncio recebeu 1.777 votos enquanto Genival Torreão, 1.201.

intimidatório tinha mudado, o que importava nas eleições era conquistar o voto a partir de favores.

Em nota dada pelo Presidente do TRE em 1954 – Flodoardo da Silveira – as eleições ocorreram de forma pacífica sem nenhuma “perturbação” ou “irregularidade” em todo o Estado<sup>222</sup>. O jogo político tinha mudado e as eleições de 1954 foram a prova disto. Dela ficou o aviso para a liderança de José Américo e Argemiro de Figueiredo que uma nova eleição como ocorreu em 1950 era inadmissível. Para Serra Branca, estas eleições trouxeram uma nova liderança que ocupou o espaço deixado por Joaquim Gaudêncio: Genival Torreão.

No dia 03 de outubro de 1955 realizaram-se eleições para Presidente, Vice-Presidente, Governador, Vice-Governador, Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores. A disputa presidencial foi mais conturbada do que a do governo da Paraíba.

A UDN buscou adiar as eleições de outubro de 1954 devido ao fato da comoção causada pelo suicídio de Vargas afetar a opinião do eleitorado. Mas como ocorreu na Paraíba, a UDN conseguiu expressivo número de votos. O PTB, partido de Getúlio, não conseguiu a vitória que se esperava. Até João Goulart foi derrotado na disputa pelo cargo de senador pelo Rio Grande do Sul. O PSD teve aumento significativo nas cadeiras do Congresso Nacional.

Com o suicídio de Getúlio, quem assumiu a presidência foi Café Filho. Este refez o Ministério com adeptos da UDN. Café Filho foi a favor da legalidade e defendeu as realizações da eleição presidencial de 1955. O PSD foi o primeiro partido a escolher um candidato, tratava-se do governador mineiro Juscelino Kubitschek. Como vice, o PSD se aliou mais uma vez ao PTB e colocaram o “terror” dos militares antagetulistas para galgar o cargo: João Goulart. A UDN escolheu como candidato um dos principais generais que foi aliado de Vargas no Movimento de 1930 e que buscava retirar o mesmo do poder um ano anterior: o general Juarez Távora. Adhemar de Barros, apesar da derrota para Jânio Quadros na prefeitura de São Paulo, se candidatou pelo PSP. (IGLÉSIAS, 1995, p.268).

Mal começara as eleições, o jornalista Carlos Lacerda publicava críticas a candidatura de Kubitschek e afirmava constantemente para que as eleições fossem canceladas. O discurso da UDN era tipicamente moralista, eles apelavam para os bons costumes e os ideais familiares. O ataque a “politicalha” dos getulistas era virulentos.

---

<sup>222</sup> A UNIÃO, 06 de jun, 1954, p.1.

Durante a campanha, Juarez Távora enfatizou continuar uma política de bem-estar-social e se empenhar a fiscalizar os gastos do Estado. Kubitschek, por sua vez, enfatizava o avanço da industrialização no país e investimentos na área de energia e transporte. Seu slogan era fazer o país crescer “50 anos em cinco”. O governo Café Filho preocupava-se com a legalidade das eleições com temor de um golpe militar caso Kubitschek ganhasse (SKIDMORE, 1982, p.185- 187).

A participação da população no processo eleitoral era evidente. Os resultados das eleições eram indefinidos. Assim, cabia aos líderes oligárquicos da Paraíba – José Américo, Argemiro e Ruy – buscar apoio de “trens pagadores”<sup>223</sup> para bancar a cara campanha eleitoral. Buscando sanar as mazelas das eleições de 1950 e definir um candidato objetivo que não tivesse apelo popular, a elite paraibana resolveu se unir em prol de um candidato único. Segundo Cittadino (1998, p.57):

A UDN e o PSD, percebendo a indefinição política do momento e o desgaste e os custos que poderia significar o embate político no qual o eleitorado popular deveria agora ser disputado e conquistado, preferem partir para a conciliação e aceitam a ‘pacificação’ proposta por José Américo.

Assim, houve chapa única entre a elite da política paraibana. A UDN escolheu o candidato a governador e coube ao PSD a escolha do candidato a vice. O candidato a governador foi Flávio Ribeiro Coutinho, usineiro rico e de família tradicional na política paraibana. O vice ficou ao cargo de Pedro Moreno Gondim, companheiro de Tertuliano de Brito na Assembleia Legislativa.

Segundo Cittadino (1998, p.57), a política de pacificação de José Américo também foi uma tentativa de poupar a participação das classes populares do processo eleitoral. Mesmo assim, partidos com forças em centros urbanos, contrariado o pacto das elites, resolveram colocar um candidato concorrente. Tratava-se de Renato Teixeira Bastos que recebeu o apoio do PTB.

Para Sylvestre (1988, p.81-82), com a política de pacificação:

Evitava-se uma luta partidária; economizava-se dinheiro; dividia-se o bolo das secretarias e outros órgãos da administração estadual e a Paraíba dava um exemplo de pacificação política a todo o País. E ele, José Américo, sairia do governo consagrado como o estadista que

---

<sup>223</sup> Trata-se de políticos com forte capital econômico que buscavam financiar campanhas a partir de pagamentos a cabos eleitorais. Destaca-se o senador João Cavalcanti de Arruda, radicado em São Paulo e eleito em 1954 pela UDN como senador mais votado da Paraíba (CARNEIRO, 2011, p.273).

tinha harmonizado a família paraibana. Mas isso, naturalmente ele não dizia a seus interlocutores.

Nas eleições municipais de 1955, Gaudêncios e Torreões tiveram que se unir novamente, pois com o resultado das eleições do ano anterior, ficou claro que a desunião seria favorável para o candidato dos Britos. Nestor de Andrade retornou para o PSD e foi o candidato dos Britos para disputar o cargo de prefeito. Os Gaudêncios candidataram Genival Torreão. O novo chefe político de Serra Branca disputou a prefeitura com o mesmo discurso progressista típico da família Gaudêncio. Nele estava o plano de modernização da cidade, inclusive a compra de um motor elétrico mais potente. Nas mesmas eleições, o filho de Joaquim Gaudêncio, Manoel Gaudêncio Neto se candidatou a vereador. Genival Torreão era primo e cunhado de Manoel Gaudêncio, a aliança inter-familiar assegurou os votos da populosa Serra Branca. Parece-nos que a divergência na família foi especificamente entre Álvaro Gaudêncio e Genival Torreão, já que os laços de família entre Manoel e Genival eram mais estreitos.

Fotografia 11: Genival Torreão (esquerda) e Manoel Gaudêncio Neto em desfile cívico em Serra Branca<sup>224</sup>



Fonte: Arquivo pessoal de Aldo Gaudêncio

---

<sup>224</sup> Fotografia retirada entre 1956 e 1960, durante a administração de Genival Torreão.

O dia das eleições era um momento de festa. Como afirma Moreira (2009, p.48): “Quem pagava o transporte para levar o agricultor à cidade era a elite política, quando chegavam à cidade, era oferecido café da manhã, churrasco, almoço, caldeirões de doce e vinho”. Além das oferendas básicas para a estadia da população rural na cidade, roupas e sapatos foram distribuídos. Reses eram mortas para saciar a fome de todos. As duas famílias buscavam agradar cada vez mais seus eleitores. A população aproveitava da oportunidade para se beneficiar dos dois lados. Após receberem as dádivas dos Gaudêncios iam a casa dos Britos se satisfazer mais.

A campanha era baseada na promessa de distribuição de cargos públicos pelo Governo do Estado e pela prefeitura. Bastava um membro estar empregado para que a maioria da família votasse no candidato. Mais uma vez a campanha municipal foi pacífica, sem uso de violência privada. Mesmo assim, o número de abstenção foi recorde comparado a outras eleições, 41, 57% do eleitorado não foi às urnas<sup>225</sup>. Um dos prováveis motivos da abstenção foi a migração da população devido à grande seca que estava encerrando naquele ano.

O resultado das eleições presidenciais deu vitória à Juscelino Kubitschek com 36% dos votos enquanto Juarez Távora recebeu 30%. Na Paraíba, a UDN conquistou a vitória para Juarez Távora com 51,03 % dos votos. A política de pacificação deu vitória folgada a Flávio Ribeiro e Pedro Gondim em todos os municípios do Estado. Em São João do Cariri, Genival Torreão ganhou as eleições com 56,20% dos votos.

Mesmo vitorioso, a posse de Kubitschek foi conturbada. Carlos Lacerda incentivava as forças armadas a impedir a posse do presidente eleito, acusando-o de criminoso, ladrão, enganador e comunista entre outros adjetivos. O Ministro da Guerra do governo de Café Filho, o General Henrique Teixeira Lott defendia o respeito à Constituição assim como o presidente.

Mas no dia 03 de novembro, Café Filho sofreu um infarto e foi substituído por Carlos Luz, dissidente do PSD que foi contra a candidatura de Kubitschek. Carlos Luz era contra a posse de Juscelino e devido a negação do pedido do General Lott de punir um militar “golpista”, Luz demitiu o Ministro da Guerra. Após a demissão, Lott organizou um contragolpe contra Carlos Luz, que fugiu para o porto de Santos. Assim, quem assumiu a presidência foi o senador Nereu Ramos. Recuperado, Café Filho exigiu reassumir a presidência, mas a proposta foi recusada. Assim, o estado brasileiro ficou

---

<sup>225</sup> Nas eleições de 1954 o percentual de abstenção foi de 37,85%.

30 dias em estado de sítio até a posse de Kubitschek e Goulart em janeiro de 1956. (IGLÉSIAS, 1993, p. 268-269).

A política de pacificação na Paraíba durou pouco tempo. No final de 1956, Tertuliano de Brito cobrou ao governador Flávio Ribeiro o respeito ao trato entre os partidos. Tertuliano acusava Flávio Ribeiro de usar as forças policiais contra os partidários de Ruy Carneiro em Pombal. Simultaneamente, o major Terto denunciava na tribuna as restrições que o governador estava fazendo em relação aos partidários do PSD. Assim, o major Terto cobrou ao deputado Clóvis Bezerra, da UDN, o Protocolo da Pacificação, mas o deputado udenista afirmou ter perdido o documento (QUEIROZ, 2002, p. 453).

A partir daquele momento, o PSD optou por fazer oposição ao governador do Estado. Mas, o vice-governador ainda era do PSD. Devido à frágil saúde de Flávio Ribeiro, Tertuliano buscou legalizar um projeto de lei que legitimasse o afastamento do governador por 30 dias, mas foi rebatido pela UDN, pois a principal finalidade de Tertuliano era dar posse a Pedro Gondim e fazer o PSD ser situação (QUEIROZ, 2002, p. 453).

A partir de 1956, vários deputados estaduais buscaram emancipar distritos. Álvaro Gaudêncio buscou uma conciliação com Tertuliano para emancipar Serra Branca e devolver a sede da Comarca para São João do Cariri. A rivalidade entre as famílias começou a amenizar. Ficava claro que Serra Branca se identificava mais com os Gaudêncios enquanto São João do Cariri com os Britos. Assim, as famílias do poder buscaram a conciliação para satisfazer a população de “suas” devidas cidades e legitimar seus domínios.

Além destes dois municípios, Congo, Gurjão e São José dos Cordeiros também se viam na necessidade de emanciparem-se. Além de fortalecer a identidade cultural de cada município, a autonomia política e judicial era a garantia da vinda de recursos próprios para as regiões. Foi neste ínterim que Álvaro Gaudêncio buscou se aproximar de Tertuliano de Brito. Mas um dispositivo constitucional barrou o projeto de criação do município. (QUEIROZ, 2002, p.470).

Mesmo sem ser período de eleições, Álvaro Gaudêncio e Tertuliano de Brito denunciaram violências policiais contra “cidadãos indefesos”, sem acusações mútuas, pois colocaram a responsabilidade dos fatos no governador do Estado. As famílias, após 1950, buscaram desvincular a violência privada de suas práticas políticas, não havia mais espaço para tais banalidades, a cultura política vigente não permitia.

No dia 16 de novembro de 1957 faleceu o grande representante da família Brito. A morte de Tertuliano de Brito foi motivo de várias homenagens. Um dos discursos veio então de um de seus maiores rival: Álvaro Gaudêncio (apud Queiroz, 2002, p.457):

Senhor Presidente, esquecendo, nesta hora, as mágoas e os ressentimentos, curvo-me diante do túmulo do Deputado Tertuliano Brito e sinto, como filho de São João do Cariri, esta grande perda, e estendo, respeitosamente a família enlutada a expressão sincera e comovida da minha dor, quando minha terra perde um de seus mais ilustre filho.

A imagem de Tertuliano de Brito representou para a política paraibana as várias readaptações que os chefes políticos passaram desde o coronelismo da República Velha até a fase democrática de 1947-1964. Tertuliano participou como aliancista no Movimento de 1930, foi membro do Partido Progressista de José Américo, aliado de Argemiro por quatro anos e de Ruy por cinco e partidário do PSD. Este fator demonstra a continuidade de um chefe político sob uma mesma legenda. O major Terto durante toda a sua vida política manteve a fidelidade partidária e sempre em oposição aos Gaudêncios.

Dos dez filhos que teve Tertuliano de Brito, apenas Nivaldo Brito seguiu carreira política. Nivaldo Brito dirigiu o Cartório da família enquanto o pai prestava serviços a Assembleia Legislativa. Com a morte do major Terto, Nivaldo Brito assumiu a liderança política de São João do Cariri.

No início de 1958, Flávio Ribeiro foi afastado do cargo de governador devido a problemas de saúde. Assim, pela legislação, quem assumiu o cargo foi Pedro Moreno Gondim, o vice-governador do Estado. Com Pedro Gondim no poder, o PSD retornou à chefia do Estado e a UDN se afastou dos quadros administrativos.

O governo de Juscelino Kubitschek se caracterizou pelo nacionalismo desenvolvimentista. Com forte discurso desenvolvimentista, pois prometerá 50 anos de progresso em cinco, Kubitschek incentivou a industrialização do país com a ajuda do capital estrangeiro. No plano econômico Juscelino investiu em indústrias básicas tal como a produção de automóveis e eletrodomésticos; deu incentivo fiscais para empresas estrangeiras investirem na indústria nacional e deu cobertura cambial para importar maquinarias. O Plano de Metas<sup>226</sup> do governo foi carregado com um discurso

---

<sup>226</sup> Plano auxiliado por tecnocratas que pretendiam fazer uma grande reforma na infraestrutura e instalar programas sociais no Brasil. As áreas de investimento formam Transporte, Energia, Siderurgia, Comunicação, Saúde, Educação, Moradia, Saneamento Básico e Agricultura (LESSA, 1983, p.27).

progressista. Inicialmente os beneficiados do programa de Kubitschek foram a região sul-sudeste e só posteriormente o Nordeste.

O maior símbolo do governo de Juscelino foi a construção da capital federal no interior do país, a “grandiosa” Brasília. A construção de Brasília movimentou todas as regiões do país. De Serra Branca, o agricultor José Gomes de Lima<sup>227</sup> seguiu para trabalhar na construção da capital federal em busca de renda para comprar terras. Fica claro o distanciamento do plano de desenvolvimento para o Nordeste, já que a situação financeira regional continuava incentivando o êxodo rural.

Kubitschek buscou se aproximar de vários seguimentos da sociedade: classe média urbana, militares, empresários paulistas. Mas o então presidente estava alinhado às heranças varguistas, pois fazia uma política “populista” e simultaneamente mantinha um vice-presidente do PTB, que era constantemente acusado de aliado dos comunistas.

No ápice da confiança no governo, Kubitschek lançou um projeto que esperava ter aceitação dos Estados Unidos. Tratava-se da *Operação Pan-Americana*, que pretendia uma aliança desenvolvimentista econômica entre os Estados Unidos e a América Latina. A ideia de progresso e desenvolvimento projetava o presidente do Brasil a nível internacional (SKIDMORE, 2004, p. 204-215).

Mas a partir de 1958, a inflação reapareceu, o Plano de Metas de Kubitschek estava incompatível com a diminuição da inflação, pois a liberalização de créditos e os altos investimentos na infraestrutura não coincidiam com o retorno financeiro da industrialização. O Brasil necessitava de mais dinheiro do Fundo Monetário Internacional para levar o plano adiante. Tarefa que Kubitschek buscou fazer após as eleições de 1958, mas teve suas intenções frustradas, fazendo-o romper com a entidade (IGLÉSIAS, 1993, p. 271).

Estas eleições foram para o preenchimento dos cargos de senador, deputados estaduais e deputados federais. Foi a última eleição sob a chefia das três grandes forças políticas da Paraíba desde 1930 – José Américo, Argemiro e Ruy. A disputa pelo cargo de senador colocou novamente dois chefes políticos em batalha eleitoral: José Américo e Ruy Carneiro.

Argemiro de Figueiredo começou a enfrentar problemas dentro de seu próprio partido. João Agripino, que teve grande progressão política a nível nacional como oposição ao governo de Getúlio Vargas, disputou a liderança do partido<sup>228</sup>. A

<sup>227</sup> De acordo com entrevista dado pelo mesmo.

<sup>228</sup> Posteriormente foi Ministro de Minas e Energia em 1961.

ascendência de Agripino o fez entrar em atrito com o chefe da UDN. João Agripino optou por apoiar José Américo<sup>229</sup> enquanto Argemiro preferiu Ruy Carneiro. Em união partidária realizada na casa do filho de Argemiro em Campina Grande, os filiados resolveram apoiar a escolha de João Agripino. Coube Argemiro de Figueiredo deixar a UDN e buscar abrigo no PTB. Assim, houve a aliança entre o PL e a UDN (Coligação Nacional Libertadora) e o PTB e o PSD (CITTADINO, 2006, p.95-96).

Durante a campanha, José Américo utilizou um discurso inflamado contra Ruy Carneiro e simultaneamente se colocava como salvador do povo pobre atingido pelas mazelas da seca. Diferente de José Américo, Ruy Carneiro utilizou da “simpatia” para ganhar as eleições, pois este se colocava como o político pacifista e solidário. Assim, a “simpatia” de Ruy Carneiro venceu a “arrogância” de José Américo com 55,1% dos votos (CARNEIRO, 2011, p. 298).

Segundo Cittadino (2006, p.97) “a importância das eleições de 1958 para a política paraibana reside no fato de que elas marcaram o fim de um ciclo iniciado em 1930 e processado em torno de três lideranças”. Com a redemocratização, o vitorioso sempre foi aquele que possuía o apoio de um dos oponentes, tal como se configuraram as alianças durante este período democrático:

- 1945: Argemiro/José Américo versus Ruy, vitória de Argemiro;
- 1950: José Américo/Ruy versus Argemiro, vitória de José Américo;
- 1958: Ruy/Argemiro versus José Américo, vitória de Ruy.

Com o fim do ciclo, em 1958 a Paraíba obteve dois novos líderes políticos: Pedro Gondim como governador do Estado e João Agripino com a chefia da UDN.

Para o cargo de deputado estadual, as famílias Brito, Gaudêncio e Torreão lançaram seus candidatos. Mas uma vez, Genival Torreão concorreu ao cargo de deputado estadual em oposição a Álvaro Gaudêncio. Paulo Torreão, em entrevista, afirmou que Lourival Torreão, irmão do prefeito de Serra Branca não se conformava em ver o irmão com tantos votos não poder se candidatar. Assim, a família Torreão - inclusive com o apoio do patriarca Antero Torreão - resolveu candidatar mais uma vez Genival Torreão.

---

<sup>229</sup> Admira-se a aliança entre José Américo e João Agripino devido ao fato da oposição ferrenha feita pelo último ao Ministro da Viação durante a gestão varguista de 1953-1955.

Álvaro Gaudêncio, por sua vez, buscou conquistar os votos de São João do Cariri, já que Serra Branca estava sob o poderio político dos Torreões. Pela ligação familiar, Manoel Gaudêncio Neto apoiou o primo e cunhado em vez de dar apoio ao “tio” Álvaro.

A morte de Tertuliano de Brito não gerou um vácuo no poder em São João do Cariri, tal como esperava o velho Álvaro, pois Nivaldo Brito se candidatou pelo PSD com a garantia do apoio dos eleitores de seu pai. Assim como ocorreu em 1954, o racha na família Gaudêncio favoreceu a família Brito. Nivaldo Brito obteve 42,90% dos votos da Comarca de São João do Cariri. Nivaldo também conquistou a vitória de Ruy Carneiro na região com 56.16% dos votos. O capital simbólico herdado do pai foi proveitoso para a perpetuação de Nivaldo como membro honorário do PSD. Nivaldo Brito, *a priori*, buscou fazer uma política de conciliação com as famílias rivais em busca de melhorias para região e especialmente para o retorno da Comarca para o município de São João do Cariri. As eleições de 1958 representaram uma boa estréia para o novo patriarca da família Brito.

O segundo mais votado foi Genival Torreão com 24,31% dos votos. O resultado destas eleições mostrou a força dos Torreões em Serra Branca, pois a chefia que pertencia a Joaquim Gaudêncio foi herdada pelo genro Genival Torreão. Álvaro Gaudêncio ficou em terceiro lugar na disputa eleitoral com 23,40% dos votos. Mesmo assim, os únicos representantes do Cariri eleitos à Assembleia Legislativa foram Nivaldo Brito e Álvaro Gaudêncio. O “velho” Álvaro obteve a vitória, mais uma vez, graças a seu grande reduto em Campina Grande onde obteve 1.051 votos.

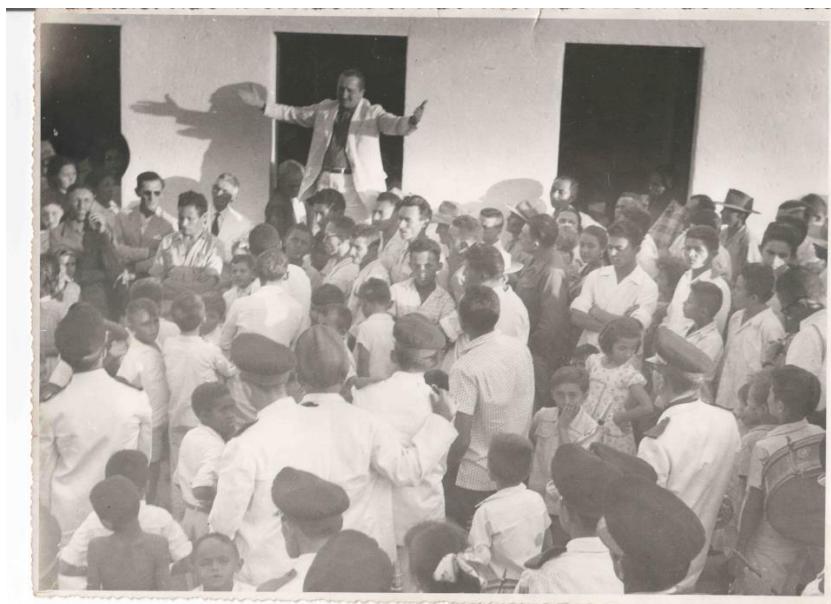
O PSD conquistou a maioria das vagas da Assembleia com 20 representantes enquanto a UDN conseguiu 14 vagas. Este fato foi importantíssimo para a emancipação política de Serra Branca devido a Nivaldo Brito ter feito parte da situação na Assembleia. Ao assumir o cargo de deputado estadual, Nivaldo começou a elaborar o projeto de emancipação de Serra Branca, não apenas para benefício do município “progressista”, mas para o retorno da Comarca a São João do Cariri.

Genival Torreão durante seu mandato de prefeito de Serra Branca buscou “modernizar” a cidade. Começou a construção de um novo mercado público, construiu estradas, comprou um motor mais potente para abastecimento de energia e levou energia elétrica para os distritos (SOUZA, 2008, p.25). Genival representava o típico político “populista” do interior. Tal como afirmou Paulo Torreão ele:

(...) era uma pessoa aberta (...) gostava da pobreza, sempre pensou no mais pobre, mais humilde no mais necessitado. Vivia no meio do povo e o que tinha ele não fazia questão de ficar sem nada. Fazia questão de beneficiar alguém, principalmente a pessoa mais pobre, mais carente.

O papel político exercido por Genival Torreão confirma que as transformações da cultura política na Paraíba influenciaram também o local, e não apenas o estadual e o nacional. Genival Torreão foi o típico político que buscou o apoio da população a partir do “benefício do pobre”. Podemos afirmar que Genival caracterizou uma nova forma de fazer política na Comarca de São João do Cariri. Foi ele quem materializou as expectativas progressistas em Serra Branca em detrimento da “pobreza” de São João do Cariri. Sua recompensa esperada era ter o apoio da população para dar continuidade a sua vida política. A imagem da inauguração do motor elétrico de Serra Branca demonstra o perfil carismático do prefeito “popular”.

Fotografia 12: Genival Torreão na inauguração do motor elétrico



Fonte: Casa de Cultura Local Cônego João Marques – Serra Branca – PB

A legenda que acompanha a imagem na Casa de Cultura descrevia “o prefeito Genival Torreão de braços abertos para o povo que tanto amava”. Assim, a cultura histórica progressista de Serra Branca notabilizou no Torreão uma figura dinâmica na administração do município. Fato que ficou consolidado com a vitória de Genival sob Álvaro Gaudêncio na Comarca de São João do Cariri.

A política “progressista” de Genival Torreão foi paralela ao mesmo contexto da cultura política vivenciada por Kubitschek e Pedro Gondim. Segundo Cittadino (2006,

p.109), Pedro Gondim assumiu um “novo estilo de governo, fortemente marcado pela postura populista, logo garantiu-lhe a conquista de ampla aceitabilidade e propicio-lhe a adesão de diversos segmentos políticos”. Assim, Gondim aparece no cenário político como uma nova força política denominada de gondinismo.

No seu breve governo que se estendeu de 1958 a 1960, Gondim<sup>230</sup> construiu sua base política. De acordo com Railane Araújo (2009, p. 27-28), Pedro Gondim foi o político compatível com o momento em que vivia o Brasil, devido à política de Juscelino Kubitschek. Assim, ele utilizou do Jornal *A União* para construir uma imagem tal como fizeram os chefes políticos passados. No ano de 1958 uma nova estiagem assolou a Paraíba, fato que foi considerado uma ótima oportunidade para a construção “mítica” do governador.

Simultaneamente a seca, no ano de 1959, o presidente Juscelino Kubitschek criou a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Na Paraíba, Pedro Gondim criou outras instituições objetivadas para o desenvolvimento do Estado tal como:

Departamento de Assistência Técnica aos Municípios (DATM), o Plano Prioritário de Obras Rodoviárias (PPOR), o Conselho Estadual de Águas e Energia (CEAE), a Campanha de Educação Popular (CEPLAR) e os distritos industriais de João Pessoa e Campina Grande. (CITTADINO, 2006, p.112).

Assim como Juscelino Kubitschek, Gondim buscou investir nos serviços públicos, técnicos administrativos, fato que enalteceu o caráter desenvolvimentista de seu governo.

Apesar de construir uma imagem de político “populista”, Pedro Gondim ainda não detinha a chefia do PSD, que pertencia a Ruy Carneiro. Assim, ele buscou construir laços políticos que o mantivessem como candidato natural para as eleições de 1960. No ano de 1959 o governador da Paraíba foi o principal protagonista da conciliação entre Álvaro Gaudêncio e Genival Torreão, com a intenção de conseguir apoio da família.

O desenvolvimentismo serviu de incentivo para a emancipação de diversos municípios. A meta do municipalismo era levar o progresso para os distritos carentes de administração. A Comarca de São João do Cariri realmente necessitava de desmembramentos já que a grandeza territorial dificultava tarefas administrativas emergenciais, principalmente em períodos de seca.

---

<sup>230</sup> Posteriormente rompe com o PSD e governa a Paraíba entre 1961 a 1966.

Mas apresentada como tarefa “gloriosa” dos deputados estaduais, muitas emancipações serviram como abertura para formações de novos currais eleitorais. Pois com as emancipações aumentariam o número de prefeitos e vereadores. Segundo Anieres Silva (2006, p. 136), no Cariri Paraibano ocorreram seis desmembramentos de distritos na década de 1950. Referente a São João do Cariri foram emancipados Serra Branca e Congo. De acordo com a mesma, os motivos das emancipações foram:

A criação de novos municípios, que permitiu aos grupos oligárquicos tradicionais novos espaços para a (re) produção de seu poder político; a redefinição política – administrativa estabelecida na Constituição de 1946, que deu autonomia aos municípios como entes federativos; o surgimento de novas lideranças políticas estaduais e regionais, que estavam em consonância com o modelo industrial conduzido pelo estado brasileiro; a crise das atividades econômicas tradicionais, que restringiu o poder econômico das grandes propriedades de terra; a iniciativa e os interesses do executivo estadual em fortalecer seu poder político.

A partir destes motivos, é importante frisarmos que a emancipação de Serra Branca seguiu um contexto nacional viabilizado pela Constituição de 1946 e por uma série de emancipações que ocorreram pelo Estado. E não somente pela diferenciação identitária entre Serra Branca e São João do Cariri.

As várias emancipações ocorridas no ano de 1959 na Paraíba atenderam as expectativas de grupos políticos partidários que buscavam tirar benefícios do poder público. Mas, além disto, a fase do desenvolvimentismo e, consequentemente, do municipalismo, incentivaram as emancipações.

Em janeiro de 1959, o município de Prata, ex-distrito de Monteiro, localizado no Cariri paraibano foi emancipado. No mês de maio, Prata ganhou as páginas dos jornais graças aos discursos do prefeito José Ramos. O primeiro prefeito do município buscou destacar um projeto de desenvolvimento para região. Tratava-se da *Operação Cariri* que tinha os mesmos princípios de desenvolvimento da *Operação Pan-Americana* de Juscelino Kubitschek. O objetivo era investir na infraestrutura da região transformando-a no *hinterland*<sup>231</sup> da Paraíba<sup>232</sup>. O projeto louvava o Cariri como região carente de desenvolvimento, mas não detalhou as áreas que deveriam receber investimentos. Assim, a expectativa teórica do projeto não se consolidou na prática.

---

<sup>231</sup> Termo utilizado para denominar regiões pobres que requerem investimentos maciços na produção industrial e comercial.

<sup>232</sup> A UNIÃO, 12 de mai, 1959, p.1.

Nesta perspectiva Serra Branca se destacava como a cidade mais urbanizada e produtiva da Comarca de São João do Cariri, logo ela seria o principal centro da Operação. Mas a Operação terminou em nada. Assim como a *Operação Pan Americana*.

A ideia desenvolvimentista de Serra Branca em oposição ao “atraso” de São João do Cariri incentivava, mesmo sem a vontade dos Gaudêncios, a emancipação política. Era desestimulante para população sediar a Comarca de outra cidade, Serra Branca queria uma Comarca para si mesmo.

O forte domínio dos Gaudêncios na década de 1950 contribuiu para a manutenção e o controle político de toda Comarca, pois as únicas derrotas políticas da família durante este período foram devido ao racha causado por Genival Torreão. Para os Britos, emancipar Serra Branca seria favorável à manutenção da família em São João do Cariri, já que os recursos viriam direto para a cidade. Assim, Nivaldo Brito em fevereiro de 1959 elaborou o Projeto de Lei nº30/1959 que tinha a finalidade de criar a Comarca de Serra Branca.

Simultaneamente ao Projeto de criação de Serra Branca, o deputado estadual José Afonso Gayoso de Sousa formulou, o Projeto de Lei que emancipou o distrito do Congo. A emancipação do Congo estava relacionada à emancipação de Serra Branca, pois feria o domínio dos Gaudêncios na região. José Gayoso tinha como reduto político municípios do sertão como Patos e Piancó. Mas segundo informações de Luiz Gonzaga<sup>233</sup>, o deputado Gayoso tinha ligações com parentes próximos no distrito do Congo.

O Congo era um dos redutos dos Gaudêncios, região sul de Serra Branca, sua emancipação, tiraria votos dos Gaudêncios. Nas eleições para deputado estadual em 1958, José Gayoso obteve 208 votos na Comarca de São João do Cariri, provavelmente graças a sua ligação com o distrito do Congo. Estes votos que antes eram dados a Álvaro Gaudêncio contribuíram para a derrota deste perante Genival Torreão na região.

Nivaldo Brito e José Gayoso eram aliados partidários e buscaram emancipar Serra Branca de São João do Cariri para proporcionar uma re-divisão territorial de forças políticas. Serra Branca ficaria com os Gaudêncios, São João do Cariri com os Britos e o Congo ficaria com políticos filiados ao PSD, independente do domínio dos Gaudêncios. Outro reduto disputado, São José dos Cordeiros, sob a chefia dos Torreões,

---

<sup>233</sup> Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Serra Branca.

segundo o projeto, ficaria à mercê de São João do Cariri. Sobraria assim para Serra Branca o domínio nos distritos de Sucuru, Coxixola e Santa Luzia do Cariri. Na re-divisão territorial, São João do Cariri sairia como a maior beneficiada.

A posição do distrito de Caraúbas foi motivo de atrito no projeto de Lei, pois este distrito que ficava ao sudeste de Serra Branca<sup>234</sup> continuou com São João do Cariri. Fato estranho já que para ir de Caraúbas até São João do Cariri era necessário passar por Serra Branca. Segundo depoimento de Luiz Gonzaga, a repartição dos distritos detinha caráter político. O chefe político de Caraúbas era sogro de Nivaldo Brito e era garantia de voto para a família.

Mas Álvaro Gaudêncio não concordava com a partilha, já que diminuiria o número de votos da família na região. Assim, com o apoio da UDN, Álvaro fez vários discursos contra a divisão territorial no projeto de emancipação. Vale salientar que Álvaro Gaudêncio não era contra a emancipação, mas sim contra a re-divisão territorialposta por Nivaldo Brito. Em sessão da Comissão de Negócios Municipais em 16 de abril de 1959, Álvaro Gaudêncio a partir de uma emenda<sup>235</sup>, exigiu que o município de Serra Branca ficasse constituído com os distritos de Santa Luzia do Cariri, Sucurú e Coxixola com seus antigos limites territoriais. A emenda foi aceita, mas na hora da votação, a bancada udenista quebrou quorum<sup>236</sup>. Assim, a votação para emancipação de Serra Branca foi adiada para outra data.

Segundo Nivaldo Brito (apud. BRITO. J, 1989, p.46) sobre a oposição da emancipação de Serra Branca na Assembleia Legislativa, houve uma “guerra” de Álvaro Gaudêncio e a bancada udenista para que a lei não fosse aprovada:

A princípio a campanha foi sorrateiramente pelos corredores da Assembléia, passando, em seguida, a se transformar numa verdadeira guerra onde todos os recursos foram postos em prática, desde a quebra de número para a votação até os pronunciamentos mais categóricos na tribuna parlamentar. E o deputado udenista desta terra, embora isto pareça incrível, assomou a tribuna para, num apelo dramático, suplicar a seus pares a derrota de um projeto, que não era o meu, mas dos habitantes de todos os rincões do município.

O Projeto de Lei 30/59 estava fadado a ser aprovado, pois o PSD dominava a Assembleia Legislativa. Assim, em sessão realizada no dia 27 de abril de 1959 Serra Branca foi emancipada como Lei nº 2.065 e a Comarca de São João do Cariri retornou

<sup>234</sup> Ver mapa em Anexo.

<sup>235</sup> Projeto de Lei nº 30/1959, p.15.

<sup>236</sup> A UNIÃO, 12 de mai, 1959, p.1.

para sua própria cidade. No mesmo dia foi aprovada também a emancipação do Congo. O Cariri tomou um outro formato territorial. No momento da aprovação da emancipação do Congo e de Serra Branca, discursaram Nivaldo Brito, José Gayoso e o governador Pedro Gondim<sup>237</sup>. De acordo com a lei, a data da instalação da Comarca de Serra Branca ficou marcada para o dia 28 de maio.

Tanto no Projeto quanto nos jornais, a emancipação de Serra Branca foi apresentada como a “carta” de liberdade e autonomia de São João do Cariri. Em coluna do Jornal *Diário da Borborema* de Campina Grande (BRITO, J, 1989, p. 37), a notícia descreve o erro histórico da transferência da Comarca em 1947 para Serra Branca:

O erro foi clamoroso atingindo os brios da família caririzeira, que não esqueceu até hoje nem tampouco soube perdoá-lo. Criando agora o novo município de Serra Branca e fazendo voltar à sua antiga sede o governo municipal de São João do Cariri, a Assembléia Estadual e o próprio Governador Pedro Gondim estão corrigindo uma injustiça (...).

A mesma matéria enfatiza São João do Cariri por ser “um dos municípios mais antigos do Estado, com um passado rico de tradições gloriosas, que precisa ser respeitado”. Fica destacada a construção de uma cultura histórica de São João do Cariri, a cidade das tradições e que devido a este fato, não poderia ceder sua sede para nenhum distrito.

A Comissão de Negócios Municipais da Assembleia Legislativa também destacou o favorecimento a São João do Cariri com a emancipação de Serra Branca, só que, além de valorizar a importância histórica do município, enfatizou a importância do desmembramento para uma melhor política administrativa<sup>238</sup> da região.

O município do Congo foi instalado no dia 15 de maio de 1959 com a presença de Pedro Gondim e outras autoridades tal como consta em Ata da instalação do município. Esperava-se em breve a instalação de Serra Branca, mas os Gaudêncios começaram ameaçar a entrar na Justiça devido a constitucionalidade da Lei nº 2.065.

Apesar de aprovada na Assembleia Legislativa, a batalha pela instalação da Comarca de Serra Branca estava apenas começando. A partir do começo de maio de 1959, a família Gaudêncio começou a discursar sobre a constitucionalidade da Lei 2.065. Os Gaudêncios afirmavam que a luta não estava terminada e novamente no bojo da emancipação de Serra Branca, Britos e Gaudêncios se digladiaram.

---

<sup>237</sup> A UNIÃO, 28 de abr, 1959, p.1

<sup>238</sup> Projeto de Lei nº 30/1959, p.12.

No momento em que as populações de São João do Cariri e Serra Branca preparavam-se para comemorar, foi publicada no jornal *A União*, no dia da instalação, a suspensão provisória da Comarca<sup>239</sup>:

Em virtude do desembargador relator do mandado de segurança impetrado pela Prefeitura Municipal de São João do Cariri contra a lei n 2.065 de 27 de abril do corrente ano que criou o município e a comarca de Serra Branca haver acolhido o pedido da medida liminar para, em consequência, determinar a suspensão provisória do ato impugnado, fica sobrestada a instalação do novo município, que estava marcado para hoje, até que, afinal o Judiciário venha dirimir a controvérsia.

Genival Torreão, um político que vivia “de braços abertos para o povo que tanta amava” entrou na justiça com um pedido de mandado de segurança contra a instalação da Comarca. No artigo 3º do Projeto de Lei, o prefeito que assumiria o cargo com a emancipação seria nomeado pelo governador do Estado. Como Pedro Gondim era do PSD, ele nomearia um Brito para o cargo. Sem querer ceder o comando municipal para um Brito, Genival Torreão entrou na justiça. A própria população de Serra Branca foi contra o ato do prefeito<sup>240</sup> e se manifestou em passeata.

Além do descontentamento de Serra Branca, São João do Cariri se revoltou contra o ato de Genival Torreão. Nivaldo Brito, antes mesmo da confirmação do Mandado de Segurança, acusou os Gaudêncios de terem um “brutal e odioso sentimento de repulsa a terra natal” (BRITO. J, 1989, p.46).

As expectativas da população de Serra Branca e São João do Cariri perante seu futuro estavam na escolha do novo prefeito da Comarca que foi decidido nas eleições municipais de 02 de agosto de 1959. As eleições, *a priori*, favoreciam a família Brito, pois os Gaudêncios estavam divididos entre Genival Torreão e Álvaro Gaudêncio. Além disto, os Gaudêncios tinham o dever de conquistar a simpatia dos eleitores por terem frustrado a instalação da Comarca de Serra Branca.

Segundo depoimentos orais de Paulo Torreão, antes das eleições municipais de 1959, o governador da Paraíba Pedro Gondim visitou a fazenda Areias em Serra Branca, de propriedade de Antero Torreão. Seu objetivo foi buscar a conciliação entre Genival Torreão e Álvaro Gaudêncio. Fato curioso devido a Pedro Gondim fazer parte do PSD e ser aliado da família Brito na região. Na reunião estavam presentes Manoel Gaudêncio

<sup>239</sup> A UNIÃO, 28 de maio, 1959, p.3.

<sup>240</sup> Segundo Estelita Sousa, informação concedida em entrevista. Professora aposentada e memorialista.

Neto, Álvaro Gaudêncio, o “velho”, Álvaro Gaudêncio Filho, Antero Torreão, Oscar Torreão, Genival Torreão e o candidato a prefeito de Campina Grande, Severino Cabral.

Fotografia 13: Visita de Pedro Gondim à Fazenda Areias em 1959<sup>241</sup>



Fonte: Acervo pessoal de Paulo Torreão

Devido à gestão “populista”, Pedro Gondim<sup>242</sup> buscava fortalecer alianças para continuar no Executivo do Estado nas eleições governamentais de 1960. O PSD sob a liderança de Ruy Carneiro ameaçava os planos do governador de se reeleger.

Logo, a expectativa de embate entre Ruy e Gondim era prognóstica. Os Britos eram aliados históricos de Ruy Carneiro. Esta foi a afirmativa que Niedja Brito<sup>243</sup> descreveu em entrevista<sup>244</sup>. Para ela, os Britos e os Carneiros tinham:

Uma relação política e harmoniosa por serem do mesmo partido, por se darem bem, tão bem a ponto de os estreitos laços de amizade permitir inúmeros encontros em sua casa, festas, almoços muito requintado por sinal. Até porque Doutor Aluizio Pereira, também deputado estadual, era nosso vizinho, e parente de Ruy Carneiro, por parte de sua mulher, Denise Carneiro.

<sup>241</sup> No terraço com óculos escuro encontramos Antero Torreão. De paletó preto com a mão apoiada numa criança encontrava-se Pedro Gondim, do seu lado esquerdo estava Genival Torreão e duas pessoas ao lado direito, Álvaro Gaudêncio, o “velho”. Encostado na coluna à esquerda estava Manoel Gaudêncio Neto e a segunda pessoa a direita, Álvaro Gaudêncio Filho.

<sup>242</sup> De acordo com Cittadino (2006, p.1090) Pedro Gondim se caracterizou naquele momento como “um novo estilo de governo, fortemente marcado pela postura populista, logo garantiu-lhe a conquista de ampla aceitabilidade e propiciou-lhe a adesão de diversos segmentos políticos”.

<sup>243</sup> Filha de Nivaldo Brito e mãe do atual prefeito de São João do Cariri.

<sup>244</sup> Entrevista escrita realizada por intermédio de Leandra Farias.

A partir desta perspectiva, Pedro Gondim buscou se aproximar da família Gaudêncio, fato que favoreceu a aliança entre Genival Torreão e Álvaro Gaudêncio. Com o fim dos atritos foi lançada a candidatura de Álvaro Gaudêncio Filho para prefeito e Nivaldo Queiroz Maracajá do distrito de Gurjão como vice. Álvaro Filho detinha maior influência política em São João do Cariri e para galgar os votos no “curral” dos Britos, foi determinante a sua escolha à candidatura.

A família Brito escolheu como candidato uma pessoa influente em Serra Branca e que vinha apoiando a família naquele distrito. Tratava-se de Inácio Antonino Gonçalves, que detinha muitos laços familiares tanto na zona urbana quanto na zona rural de Serra Branca, com destaque para o sítio Ligeiro. A estratégia dos Britos era conquistar os votos de Serra Branca que tiveram sua emancipação prejudicada devido à família Gaudêncio.

A campanha de 1959 foi marcada por passeatas e comícios em Serra Branca com forte participação da população (MOREIRA, 2009, p.53). O apoio da população estava dividido entre Álvaro Filho e Inácio Antonino. Fato que indica a identidade do município com a família Gaudêncio. Apesar de Serra Branca não ter sido emancipada por intermédio dos Gaudêncios, grande parte da população apoiou Álvaro Filho. Foi uma eleição com ampla participação política da população sem constar notícias de tiroteios. O número de abstinência diminuiu 8,79% nestas eleições se comparado a de 1955. Assim, entendemos que tanto a população de Serra Branca quanto a de São João do Cariri buscavam participar da questão da emancipação.

O resultado destas eleições revela a acirrada disputa entre as famílias. Inácio Antonino venceu por dois votos de diferença<sup>245</sup> Álvaro Gaudêncio Filho. Desde 1947, a família Brito não tinha conseguido obter a chefia da prefeitura de São João do Cariri. A vitória da família Brito representou a vitória da causa emancipatória. A população de Serra Branca votou em Inácio Antonino devido ao desasco com da “independência” que a família Gaudêncio teve ao pedir um Mandado de Segurança contra a instalação do município.

A aliança de Pedro Gondim com a família Gaudêncio foi premeditada pelo último como forma de se manter no poder. No mesmo ano de 1959 começou um

---

<sup>245</sup> Inácio Antonino obteve 2.610 votos contra 2.608 de Álvaro Gaudêncio Filho.

movimento na Paraíba denominado de “queremismo”<sup>246</sup> que reivindicava a candidatura e a continuação do Governo de Pedro Gondim (CITTADINO, 1998, p.96). O então governador não estava encontrando espaço no PSD que defendia a candidatura de Janduhy Carneiro, irmão de Ruy.

A candidatura de Pedro Gondim foi acusada ilegal, por não conter direito à reeleição na Constituição de 1946. Como réplica, o ex-governador afirmava que o governador era Flávio Ribeiro que este estava afastado devido a problemas de saúde e não por estar morto, caso ele estivesse morto, Gondim seria governador e não poderia se reeleger. Com o agravamento da saúde de Flávio Ribeiro, Gondim se afastou do governo. Meses depois, o PSD o expulsou do partido.

Assim, o ex-governador buscou abrigo no Partido Socialista Brasileiro (PSB). No lugar de Pedro Gondim, a Assembleia Legislativa indicou para governar a Paraíba José Fernandes de Lima, político da ala pessedista.

Após não ser acusado de nenhuma inconstitucionalidade o Judiciário permitiu a instalação da Comarca de Serra Branca que ocorreu no dia 10 de abril de 1960. O prefeito empossado foi Aderbal Chagas Brito<sup>247</sup>. No dia da instalação estavam presentes o governador José Fernandes de Lima, o deputado Nivaldo Brito e o presidente da Assembleia Legislativa Antônio D`avila Lins. A instalação foi seguida de comemorações tanto em Serra Branca quanto em São João do Cariri. Vale salientar que, devido a oposição à Lei e ao comparecimento das alas pessedistas, não compareceu nenhum membro da família Gaudêncio, apesar de que eles foram os maiores beneficiados na posteridade.

A instalação da sede significou o fim do atrito de identidades que houve entre Serra Branca e São João do Cariri desde 1947. As duas cidades buscaram homenagear Nivaldo Brito como o político que assinou a “lei áurea” de Serra Branca e devolveu o prestígio de São João do Cariri. Em São João do Cariri, Nivaldo Brito ganhou um busto numa das principais praças da cidade em homenagem a emancipação de Serra Branca<sup>248</sup>. Fato curioso para quem julga o estabelecimento do busto sem conhecer a história política do município.

---

<sup>246</sup>Este movimento tinha referência no mesmo nome, que pedia a continuação de Getúlio, após o fim do Estado Novo.

<sup>247</sup> De acordo com a Ata da Instalação do Município de Serra Branca.

<sup>248</sup> O busto foi inaugurado no dia 05 de maio de 2006 sob a administração de Pedro Medeiros Filho, neto de Nivaldo Brito.

Fotografia 14: Busto de Nivaldo Brito – São João do Cariri-PB



Fonte: Arquivo pessoal.

No busto está descrito *Nivaldo Brito, defensor do Cariri*. Assim, a imagem demonstra que a cultura histórica e política consolidada no município de São João do Cariri foram construídas pela família Brito e aceitas consideravelmente pela população.

Onze dias depois da instalação de Serra Branca, uma cidade no centro do Brasil foi inaugurada. Tratava-se do maior símbolo da presidência de Juscelino Kubitschek: Brasília. Brasília foi o principal trunfo de Kubitschek no ano de 1960, pois os vários problemas causados pela inflação e incompatibilidade de sua administração minaram seu prestígio político. Assim, o PTB e o PSB escolheram um candidato a presidência sem a manifestação do presidente, o escolhido foi o “legalista” General Lott. A UDN continuava com as acusações virulentas contra Kubitschek, para eles, Brasília era sinônimo de desperdício de dinheiro público. A UDN apoiou a candidatura do governador paulista Jânio Quadros a presidente devido ao prestígio político que este adquiriu perante uma classe “moralista”, apesar do mesmo pertencer ao Partido Democrata Cristão e não a UDN.

Jânio Quadros foi o presidente eleito do Brasil tendo como vice João Goulart. Na Paraíba, o governador eleito foi Pedro Gondim com 54,5% dos votos. Tanto em Serra Branca quanto em São João do Cariri Pedro Gondim foi vitorioso. A vitória de Gondim em São João do Cariri ocorreu provavelmente devido a influência da família Torreão em São José dos Cordeiros e a família Maracajá em Gurjão, ambas aliadas da

família Gaudêncio. Na mesma eleição, Manoel Gaudêncio Neto foi eleito prefeito de Serra Branca<sup>249</sup>.

Apesar das transformações políticas ocorridas em detrimento da redemocratização, duas continuidades podem ser observadas durante o período de 1945 a 1960. A primeira se restringe a adaptação que as oligarquias fizeram para usufruir de benefícios do Estado. Segundo Skidmore (1982, p.229), durante o governo Kubitschek:

Vários dos congressistas, por exemplo, ainda se comportavam em termos da vida política pré-1930. Encaravam seu papel como sendo o de dividir os ganhos e favores entre seus partidários. Esta atitude representava o estilo da “clientela”, tão típico da tradicional política do interior, persistindo no hábito de vários políticos eleitos mesmo nos Estados mais desenvolvidos.

A política oligárquica se caracterizou pelo continuísmo e pelas metamorfoses de políticos que receberam de herança o poder simbólico de estar sempre se beneficiando das instituições públicas. Na visão deles, o benefício público deve perpassar por suas mãos, para que assim sejam feitas as distribuições em caráter propagandístico dos governos. Assim, tudo que exigia manifestação dos poderes públicos – seca, empregos, saúde, educação, moradia – eram idealizados como caridade por parte dos dirigentes familiares. As emancipações<sup>250</sup>, por exemplo, foram um meio de facilitar a repartição do dinheiro público entre as oligarquias do Cariri.

A segunda continuidade é fácil perceber: as mesmas famílias dos Cariris Velhos durante a República Velha continuaram no poder político da região:

- As famílias permaneceram rivais apesar de ter seus domínios definidos com a emancipação de Serra Branca;
- Situação e oposição no plano estadual buscavam apoio numa ou noutra família na região;
- Os redutos municipais permaneceram os mesmos: Serra Branca/Gaudêncio – São João do Cariri/Brito;
- As chefias das famílias conjuntamente com a chefia dos partidos municipais continuaram sendo hereditárias.

---

<sup>249</sup> Nos registros do TER-PB não consta o número de votos obtidos por Manuel Gaudêncio e nem quem disputou as eleições.

<sup>250</sup> No ano de 1961 São José dos Cordeiros se emancipou tendo Parari como distrito e no ano de 1962 foi a vez de Gurjão com Santo André como distrito. (IBGE CIDADES. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em 27 de maio de 2012.

Assim, mesmo sob a sombra das mudanças advindas com a redemocratização e com a morte de “velhos” políticos como Joaquim Gaudêncio, Tertuliano de Brito e Álvaro Gaudêncio, as famílias Brito e Gaudêncio continuaram no poder.

No meio do embate político entre as duas famílias, Serra Branca e São João do Cariri tomaram destinos diferentes. São João do Cariri ficou marcado pela cultura histórica da tradição, da valorização da experiência e pelo fato de ser uma das cidades mais antigas da Paraíba. De acordo com o Censo de 1950<sup>251</sup> a população de São João do Cariri era de 3.734, no Censo de 2010 o resultado foi de 4.344, demonstrando pouco aumento populacional. Serra Branca, por sua vez em 1950 detinha de 6.722 habitantes e em 2010, 12. 973, ou seja, a população de Serra Branca praticamente dobrou. Após a emancipação, Serra Branca passou por um grande surto de desenvolvimento com construções de colégios, hospital, calçamentos e açudes juntamente com a chegada da rede elétrica no município (CARVALHO, 2008, p.78-79).

Entre Britos e Gaudêncios estava a população da grande Comarca de São João do Cariri e seus distritos, principalmente São João e Serra Branca que eram domínios políticos direto da família. A constituição da cultura histórica das cidades a partir da cultura política familiar foi constituída por Britos e Gaudêncios. São João do Cariri terra das tradições e Serra Branca lugar de progresso. Concordamos com a opinião do professor José Tavares<sup>252</sup> quando este afirma que estas culturas históricas foram forjadas por “caprichos políticos, estas oligarquias criaram estes fantasmas para o povo, o povo era um povo só (...) foram as maquinações políticas inconsequentes” que as diferenciaram.

Apesar dos “caprichos”, das “maquinações” e das “criações de fantasmas”, acreditamos que a população adotou as famílias como protetores políticos devido à frágil democracia brasileira e a falta de abastecimento dos benefícios do Estado. A própria cultura política brasileira substanciada pelo mandonismo e pelo clientelismo contribuiu e contribui para a permanência de oligarquias familiares em todos os níveis de poder. Apenas uma revolução simbólica pode mudar o jogo.

---

<sup>251</sup> Ver página 122.

<sup>252</sup> Morador de São João do Cariri e Professor de Direito aposentado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A permanência de Britos e Gaudêncios no comando da política de São João do Cariri e Serra Branca representam um caso particular da política brasileira. Nem em todos os municípios paraibanos, por exemplo, ocorreram tiroteios em período eleitoral após o Movimento de 1930. Mas foi marca desta região uma disputa ferrenha pelo poder entre duas famílias. Após termos dissertado sobre a longa caminhada política da família na região tomamos como principal conclusão a forte característica das famílias de se readaptarem as mudanças ocorridas no âmbito do governo federal e estadual.

O período da história do Brasil que se estende entre 1930 e 1964 ficou caracterizado pelas readaptações das oligarquias. Simultaneamente, o país buscou elaborar uma identidade política nacionalista e democrática. A imagem construída por Getúlio Vargas a partir da cultura política trabalhista demonstrou o caráter democrático-nacionalista do Brasil. Na Paraíba o mesmo período se destacou com as alianças e rompimentos entre os grandes chefes das interventorias: José Américo, Argemiro de Figueiredo e Ruy Carneiro. Apesar dos mesmos políticos continuarem na cena política, com a redemocratização, em todas as eleições, a cultura política do estado sofreu modificações.

Entre todas as heranças do mandonismo característico de nossa cultura política, a política de parentela e o familismo nos parecem ser o mais persistente. A economia das trocas simbólicas<sup>253</sup> das famílias se movimentava entre o nacional, o estadual e o municipal. Como observamos, discursos derivados do governo federal tal como o revolucionário de 1930, a redemocratização, o municipalismo e o desenvolvimentismo foram influentes nos Cariris Velhos. Os Britos foram os principais representantes do “espírito” revolucionário de 1930, os Gaudêncios, família que “amava a pobreza” identificam-se como “populistas”. Assim, para entendermos a culturas políticas dos Cariris Velhos fez-se necessário descrevermos todo o percurso da história política do Brasil e da Paraíba de 1930 a 1960, como um grande mercado de símbolos comprados pelas famílias Brito e Gaudêncio.

Os principais símbolos foram importados de acordo com o contexto político nacional. Quando houve necessidade de troca de oligarquias na Paraíba, mudava a

---

<sup>253</sup>A *economia das trocas simbólicas* é o título de um dos livros de Pierre Bourdieu (2011) que destaca a sociedade é vista como espaço de relações de força com significados simbólicos.

liderança da família na região, mas a cultura política pouco mudava, pois Britos e Gaudêncios jogavam a mesma “partida”, eram consumidores do mesmo mercado de símbolos.

Estes símbolos podem ser divididos em duas categorias, uma advinda do mercado externo e outra do mercado interno. Do mercado externo, além dos discursos, faziam parte às alianças com lideranças personalistas tal como Vargas, Kubitschek, João Pessoa, José Américo, Argemiro, Ruy e Gondim; a rivalidade entre partidos como aliancistas e perrepistas, o PRL e o PP e por fim, a UDN e o PSD; e o uso do público como privado tal como o domínio das instituições estaduais e federais, principalmente em períodos de seca.

No mercado simbólico interno, ou seja, tudo aquilo que a família utilizou para legitimar seu poder, foram “comprados” o nome da família, pois os nomes eram utilizados de geração a geração<sup>254</sup>; o reduto político, tal como foram Serra Branca e São João do Cariri; e os apadrinhamentos com outras famílias, Torreão, Maracajá, Farias, Barros, Medeiros, Caluête, Queiroz e Antonino.

No espaço disputado pelas famílias foram geradas relações de força que a partir da simbologia formou diversas ressignificações, por isto a cada eleição, as famílias traziam novos ingredientes. Podemos tomar como positivo perante a disputa simbólica o direito de escolha da população. Diferente de outros municípios da Paraíba, os eleitores de Serra Branca e São João do Cariri podiam escolher seus representantes entre Britos e Gaudêncios, e depois cobrar destes. Alguns municípios onde uma única família dominava os eleitores não tinham este direito de escolha.

A cultura política familiar corresponde a fenômenos do passado (espaço de experiência) que persiste na realidade política atual. A revolução simbólica que Bourdieu (2010, p.125) colocou como necessária para mudanças ainda não ocorreu, pois famílias continuam no domínio político nos Cariris Velhos.

A cultura política familiar persiste atualmente a partir de candidaturas para as prefeituras nas atuais eleições municipais: em Serra Branca, por exemplo, nomes como Eduardo Torreão, Guilherme Gaudêncio e Aldo Gaudêncio foram cotados como candidatos, sendo que na convenção partidário a família se uniu em prol da candidatura de Eduardo Torreão, sobrinho de Genival Torreão. Mesmo assim, vale salientar que em Serra Branca, nas décadas de 1990 e 2000, o Partido dos Trabalhadores, atípico à

---

<sup>254</sup> Por exemplo, Inácio **Brito**, Tertuliano de **Brito** e Nivaldo **Brito**; Manoel **Gaudêncio**, Álvaro **Gaudêncio**, Álvaro **Gaudêncio** Filho, Álvaro **Gaudêncio** Neto.

cultura política familiar, conseguiu considerável prestígio, sendo uma das atuais forças políticas do município. Em São João do Cariri, Beto Medeiros, neto de Nivaldo Brito concorre à vaga de prefeito contra seu próprio tio, Marcone Medeiros. Em São José dos Cordeiros, Paulinha Torreão, neta de Oscar Torreão concorre à vaga de prefeita. Por fim, em Parari, Solange Caluête representa a tradição familiar buscando a reeleição<sup>255</sup>. Concluímos assim, que algumas famílias que estavam no poder durante o período aqui estudado, sobreviveram e ainda buscam manter a tradição da política familiar.

Como pensar em democracia sem alternância no poder com a permanência de famílias históricas no cenário político? Concordamos com Koselleck (1999, p. 151) quando este afirma que a crise política estabelecida pelo absolutismo não foi resolvida pelos ideais iluministas, tal como a democracia moderna. A crise surgiu quando o Estado absolutista separou a moral da política. Os iluministas, principalmente Rousseau, criticaram esta separação ao mesmo tempo em que tentou resolvê-la. Para Koselleck, a submissão da moral à política, criticada pela sociedade burguesa, não foi resolvida pelos iluministas, mas sim, mascarado, pela filosofia da história. A filosofia da história durante o século XIX teve como principal característica o discurso do progresso, o mesmo discurso enfatizado pelos Gaudêncios em Serra Branca.

Nossa democracia é um sinal da *patogênese do mundo burguês*. Assim, entendemos que a continuidade das famílias no poder é consequência histórica da submissão da moral à política. As insuficiências do domínio do Estado ou até mesmo o autoritarismo deste dificultou as exigências por parte da sociedade da moral em relação à política. Assim, as famílias construíram um mundo simbólico do qual era dever natural destes ter domínio das *Res* (coisa) *pública* (do povo).

Além da necessidade de uma revolução simbólica, acreditamos na argumentação de Boaventura Sousa Santos (2008, p. 341-376) que afirma ser necessária uma nova cultura política com a participação de vários setores da sociedade na administração pública. Na opinião dele, a democracia dos Estados modernos foi moldada a partir da imprensa, que fazia a população acreditar que vivia num Estado legitimado pelos cidadãos. Em vez de ser dirigido pela cidadania, o Estado é dominado pela ótica do mercado, fato que se consumou na retirada do poder político para o poder da economia. Assim, os princípios do Estado foram reforçados pelos princípios do mercado.

---

<sup>255</sup> Informações adquiridas a partir da Divulgação de Registo de Candidatos 2012 do Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em <http://divulgacand2012.tse.jus.br/divulgacand2012/FrameSetPrincipal.action?siglaUFSelecionada=PB>. Acesso em 14 de julho de 2012.

A solução para o problema viria a partir de uma democracia participativa do quais vários setores sociais teriam participação na administração pública. Nesta perspectiva, entendemos que além das famílias outros setores da sociedade deveriam participar da administração das prefeituras municipais. As obras públicas, as festas, o sistema de ensino deveriam vir do anseio da sociedade e não apenas do bem querer das famílias.

O Estado da Paraíba se destaca como o maior reduto de parentelas no Congresso Nacional. Algumas famílias lá presentes com raízes na Paraíba se readaptam ao poder há mais de cem anos: Rêgo, Maia, Cunha Lima, Targino Maranhão, Gadelha, Lucena e Ribeiros são os principais representantes do Estado. Desde a década de 1990 duas famílias tradicionais disputam a hegemonia política do Estado. Trata-se das famílias Cunha Lima do município de Areia com ramificações em Campina Grande e da família Targino Maranhão de Araruna com ramificações em João Pessoa. A continuidade da cultura política familiar ligada a estas duas famílias são motivos de “paixões” e rivalidades intestinais que foram prejudiciais ao Estado após a redemocratização com o encerramento da Ditadura Militar em 1985. Devido ao fato da política familiar com resquícios do mandonismo ser uma constante nos dias atuais na Paraíba, pesquisar sobre tais famílias passa a ser um desafio por parte dos historiadores que temem perseguições políticas.

A pesquisa da história da família na Paraíba, tal como abordarmos com os Britos e Gaudêncios enfatiza os mecanismos utilizados pelas famílias para persistirem no poder. Assim, a partir da análise da continuidade das famílias no poder político, buscamos contribuir com este trabalho para uma possível revolução simbólica, demonstrando como os políticos utilizam de símbolos para legitimar e fazer crer o seu poder. Esperamos que a sociedade se conscientize do papel dos políticos juntamente com o caráter moral da administração pública, e a partir de uma nova consciência política, desconstrua e construa novos símbolos contribuindo para a formação de uma nova cultura política com a participação de todos.

# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

## Livros

- AIRES, José Luciano de Queiroz. **De Pombas a Parari**: três séculos de história. João Pessoa: Persona, 2000.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e outras Artes**. 5º ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- ALMEIDA JUNIOR, Antônio Mendes de. Do declínio do Estado Novo ao suicídio de Getúlio Vargas. In: **História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil republicano – Sociedade e Política (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2004.
- ARISTÓTELES. **Política**. Tradução de Pedro Constantin Tolens. São Paulo: Martin Claret, 2006.
- ARÓSTEGUI, Júlio. **A Pesquisa Histórica**: teoria e método. Tradução de Andréa Dore. Bauru. SP: EDUSC, 2006
- BALANDIER, Georges. **O poder em cena**. Tradução de Luiz Tupy Caldas de Moura. Brasília, Editora Universitária de Brasília, 1982.
- BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.
- BRITO, Inácio Joaquim. **Série Histórica 33: Gratuliano Brito**. João Pessoa: A União, 2000.
- BRITO, José de Farias. **Pedaços da História de São João do Cariri**. São João do Cariri: 1989.
- BLONDEL, Jean. **As Condições da vida política na Paraíba**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1957.
- BORGES, Vavy Pacheco. Anos trinta e política: história e historiografia. In: FREITAS, Marcos Cesar (org). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 5º ed. São Paulo: Contexto, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 13º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- \_\_\_\_\_. **A economia das trocas simbólicas**. Tradução de Sergio Miceli. 7º ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

- CARNEIRO, Renato César. **A bagaceira eleitoral, verba, verbo e populismo:** a história do voto na Paraíba (da Revolução de 30 a 1965). João Pessoa: Editora UFPB, 2011.
- CARVALHO, Emmanoel Rocha. **Entre talentos do Cariri:** vida e obra de Assis Júnior. João Pessoa: Editora UFPB, 2008.
- CHANDLER, Billy Jaynes. **Os Feitosas e o Sertão dos Inhamuns;** a história de uma família e uma comunidade no Nordeste do Brasil – 1700-1930. Tradução de Alexander F. Caskeye Ignácio R. P. Montenegro. Fortaleza: Edições UFC; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural:** entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 1990.
- CITTADINO, Monique. **Poder Local e Ditadura Militar:** o Governo de João Agripino Paraíba (1965-1971). Bauru SP: Edusc, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Populismo e golpe de Estado na Paraíba(1945-1964).** João Pessoa: Ed.Univ./Idéia, 1998.
- COULANGES, Fustel de. **A Cidade Antiga.** Tradução de Jean Melville. São Paulo: Martin Claret, 2004.
- FAUSTO, Boris. A Revolução de 1930. In: MOTA, Carlos Guilherme (org). **Brasil em Perspectiva.** 17º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral: um inventário das diferenças. In: FERREIRA, Marieta de Morais (coord.) **Entre-vistas:** abordagens e usos da história oral. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.
- FERREIRA, Jorge. Introdução. In: **O populismo e sua história:** debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala:** Formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal. 49º ed. São Paulo: Global, 2004.
- FORTUNATO, Maria Lucinete. **O Conceito de Coronelismo e a imagem do Coronel:** de símbolo à simulacro do poder local. Campina Grande: EDUFCG, 2008.
- GRAHAM, Richard. **Clientelismo e Política no Brasil do século XIX.** Tradução de Celina Brandt. Rio de Janeiro, UFRJ, 1997.
- GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas, Sinais:** Morfologia e História. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- \_\_\_\_\_. **O queijo e os vermes:** o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

- GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. Trad. M<sup>a</sup> Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. (orgs) **Culturas Políticas**: ensaio de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Muad, 2005.
- \_\_\_\_\_. Cultura Política e Cultura histórica no Estado Novo. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (orgs). **Cultura política e leituras do passado**: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- GURJÃO, Eliete de Queiróz. **Morte e vida das oligarquias**: Paraíba (1889-1945). João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1994.
- HOBSBAWN, Eric; RANGER Terence. **A invenção das tradições**. 5º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IANNI, Octávio. **Estado e Planejamento no Brasil**. 5º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- IGLÉSIAS, Francisco. **Trajetória Política do Brasil: 1500-1964**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- JOFFILY, Irineu. **Notas sobre a Parahyba**. Brasília: Thesaurus, 977.
- JOFFILY, José. **Revolta e revolução**: 50 anos depois. Rio de Janeiro: Paz e Tera, 1979.
- JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História**: novas abordagens. Tradução de Henrique Mesquita. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Mass e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Crítica e crise**: uma contribuição a patogênese do mundo burguês. Tradução: Luciana Villas-Boas Castelo-Branco. Rio de Janeiro: UERJ/Contraponto, 1999.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- LESSA, Carlos. **Quinze Anos de Política Econômica**. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

- LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba**: um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Tradução de André Villalobos. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- MACÊDO, Nertan. **O bacamarte dos Mourões**. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1966.
- MARIZ, Celso. **Evolução Econômica da Paraíba**. 2º ed. João Pessoa: A União, 1978.
- MATTOSO, Kátia de Queiroz. **Família e Sociedade na Bahia do século XIX**. São Paulo: Corrupio, 1988.
- MEDEIROS, Tarcízio Dinoá; MEDEIROS, Martinho Dinoá. **Ramificações genealógicas do cariri paraibano**. Brasília: CEGRAF, 1989.
- MICELE, Sergio. Carne e osso da elite política brasileira pós-1930. In: **História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil republicano – Sociedade e Política (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2004.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Culturas políticas na história**: novos estudos. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.
- NERY, Sebastião. **Folclore Político**: 1950 histórias. São Paulo: Geração Editorial, 2002.
- NUNES FILHO, Pedro. **Guerreiro Togado**: fatos históricos de Alagoa do Monteiro. Recife/PE: Ed. Universitária/UFPE, 1997.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(ligião)**: SUDENE, Nordeste, Planejamento e conflito de classes.3º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- PINTO, Luís Aguiar Costa. **Lutas de famílias no Brasil**: introdução ao seu estudo. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1980.
- QUEIROZ, Maria Izaura Pereira de. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- \_\_\_\_\_. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: **História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil republicano – Estrutura de Poder e Economia (1889/1930)**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2004.
- RÊGO, André Heráclio do. **Família e Coronelismo no Brasil**: uma história de poder. São Paulo: A Girafa, 2008.
- RÉMOND, René (org). **Por uma história política**. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.
- RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. **A Revolta de Princesa**: Uma contribuição ao estudo do mandonismo local Paraíba (1930). João Pessoa: A UNIÃO, 1978.
- \_\_\_\_\_. **A Revolta de Princesa**: poder privado x poder instituído. São Paulo: Brasiliense, 1981.

- \_\_\_\_\_. **A Gangorra do Poder** (Paraíba – 1889-1930). João Pessoa: Editora UFPB, 1989.
- RODRIGUES, Leônicio Martins. O PCB: os dirigentes e a organização. In: **História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil republicano – Sociedade e Política (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2004.
- SANTANA, Martha M° Falcão de C. e Morais. **Poder e Intervenção Estatal** – Paraíba: 1930-1940. João Pessoa: Editora UFPB, 1999.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: por uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2008.
- SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio Vargas à Castelo Branco**, 1930-1964. Tradução coordenada por Ismênia Tunes Dantas. 7º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- SOUSA, Estelita Antonino de. **Fatos Históricos de Serra Branca**. Serra Branca: 2008.
- SYLVESTRE, Josué. **Lutas de vida e de morte; fatos e personagens da História de Campina Grande (1945/1953)**. Brasília, Senado Federal, 1982.
- \_\_\_\_\_. **Nacionalismo & Coronelismo**: fatos e personagens da História de Campina Grande e da Paraíba (1954-1964) Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.
- THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa** V.1. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987
- TRIGUEIRO, Oswaldo. **A Paraíba na primeira República**. João Pessoa: A UNIÃO, 1982.
- WILLIAMS, Raymond. **Palavras-Chaves**: um vocabulário de Cultura e Sociedade. Tradução de Sandra Guardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo, 2007.

## **Monografias**

- BARROS, Jorge de Almeida. **A elite que fala x o povo que cala**: um estudo das disputas políticas entre Brito e Gaudêncio em São João do Cariri na década de 50. 2007. Monografia. (Licenciatura em História), Universidade Estadual da Paraíba.
- MOREIRA, Márcio Macêdo. **Uma história da emancipação política de Serra Branca**. 2009. Monografia (Licenciatura em História), Universidade Federal da Paraíba.

## Dissertações

AIRES, José Luciano de Queiroz. **Inventando Tradições, Construindo Memórias: A "Revolução de 1930" na Paraíba.** 2006. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba.

ANJOS, Giulianne Chrishina Barros. **A Revolta de Augusto Santa Cruz:** drama e política na Paraíba (1911-1912). 2009. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Campina Grande.

ARAÚJO, Railane Martins de. **O governo de Pedro Gondim e o Teatro do poder na Paraíba:** imprensa, imaginário e representações (1958-65). 2009. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba.

OLIVEIRA, Adriana Machado Pimentel de. **Entre a Pré-História e a História:** Em busca de uma cultura história dos primeiros habitantes do Cariri paraibano. 2009. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba.

SANTOS NETO, Martinho Guedes dos. **Os domínios do Estado:** a interventoria de Anthenor Navarro e o poder na Paraíba (1930-1932). 2007. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Paraíba.

TERUYA, Marisa Tayra. **Família e poder na Paraíba:** os Maia de Catolé do Rocha/PB – Um Estudo de Caso Sobre Práticas Endogâmicas. 1995. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba.

## Teses

BARBOSA, Vilma, L. **Contribuições para pensar, fazer e ensinar História Local.** 2005. Tese (Doutorado em Educação) Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. **Gente Opulenta e de Boa Linhagem:** família, política e relações de poder na Paraíba (1817-1824). 2005. Tese (Doutorado em História) Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco.

PESSOA, Ângelo Emílio da Silva. **As Ruínas da Tradição:** A Casa da Torre de GarcíaD`Ávila – Família e Propriedade no Nordeste Colonial. 2003. Tese (Doutorado

em História). Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade de São Paulo.

SILVA, Anieres B. **Relações de poder, fragmentação e gestão do território no semi-árido nordestino:** um outro olhar sobre o Cariri Paraibano. 2006. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

TERUYA, Marisa Tayra. **Uma trajetória sertaneja:** um século de poder e dispersão familiar na Paraíba. 1870-1970. 2002. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós Graduação em História Social. Universidade de São Paulo, São Paulo.

## Obras de Referência

BOBBIO, Norberto. “Democracia” in: **Dicionário de Política.** Universidade de Brasília. Brasília-DF. 1998. pp.319-329.

CADERNOS DE ESTUDOS REGIONAIS. **Arrolamentos de Acervos cartoriais para a História da Paraíba – Série documentação 1.** João Pessoa: UFPB/NDIHR, 1979.

RODRIGUES, Janete Lins (coord). **Atlas Escolar da Paraíba.** João Pessoa: GRAFSET, 2002.

## Artigos

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Fome tira o juízo:** secas e conflitos no Nordeste. in: Revista Grão. Campina Grande: UFPB, n° 4, set/out. 1985.

BARBOSA, Jivago Correia. **Mobilizações políticas e a acirrada campanha eleitoral de 1950:** José Américo (C.D.P.) X Argemiro de Figueirêdo (A.R.). In: XIV Encontro Estadual de História - História, Memória e Comemorações, 2010, João Pessoa. XIV ENCONTRO ESTADUAL DA ANPUH-PB - História, Memória e Comemorações. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2010.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. **Dados – Revista de Ciências sociais,** Rio de Janeiro, v.40, n.2, p.229-250, 1997.

NEVES, Joana. História Local e construção da identidade social. In. **Saeculum – Revista de História.** n° 3, João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB. Jan/Dez 1997.

- QUEIROZ, Evaldo Gonçalves de. Parlamento e Cariris Velhos: a vez do diálogo. In: **História e Debate na Assembléia Legislativa**. João Pessoa: A União, 2002, p.435-479. Volume II.
- SHARPE, Jim. “A história vista de baixo”. In: BURKE, Peter (org). **A Escrita da História**. Trad. Magda Lopes. 4 ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1992. p.39-62.
- SAMARA, Eni de Mesquita. Patriarcalismo, família e poder na sociedade brasileira (Séculos XVI-XIX). **Revista Brasileira de História**, v.11, n.22, p. 7-33, mar/ago, 1991.
- SCOTT, Ana Silvia Volpi. As teias que a família tece: uma reflexão sobre o percurso da história da família no Brasil. **História: Questões e Debates**. Curitiba: Editora UFPR, n.51, p.13-29, jul/dez. 2009.
- SILVEIRA, Rosa M. Godoy. Recuperar a memória, fazer a história. In. Debates Regionais III. **Fazer História**: (des)construção e incerteza. João Pessoa: NDIHR, 1996.
- TERUYA, Marisa Tayra. Sobre Nomes e Sobrenomes. Família na Paraíba, séculos XIX e XX. In ARAÚJO, Edna Maria Nóbrega; NÓBREGA, Mariana de Medeiros; SANTOS NETO, Martinho Guedes dos; BARBOSA, Vilma de Lourdes (orgs). **Historiografia e(m) diversidades**: artes e artimanhas do fazer histórico. João Pessoa, Editora da UFCG/ANPUH-PB, 2010.
- ZENAIDE, Hélio Nóbrega. A maçonaria na Paraíba. In: **Anais dos Ciclos de Debate sobre a Paraíba na Participação dos 500 anos do Brasil**. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura do Estado. 2000.

## **Documentos oficiais**

- Ata de Instalação do Município do Congo e posse do prefeito José Quintans.**  
Congo: 1959
- Ata de Instalação do Município de Serra Branca**, no Estado da Paraíba, criado pela lei nº 2.065 de 27 de abril de 1959, a posse de seu primeiro prefeito o Sr. Sderbal Chagas Brito. Serra Branca: 1960.
- Projeto de Lei nº 30/1959 da Comissão de Assuntos Municipais**. Cria o Município e Comarca de Serra Branca e dá outras providências. João Pessoa: Arquivo da Assembleia Legislativa, 1959.

## Documentos eletrônicos

**Diário Oficial da União (DOU) de 30/04/1932.** Disponível em <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2064952/dou-secao-1-30-04-1932-pg-35>. Acesso em 16 de Abril de 2012.

**Sistema Histórico de Eleições do Tribunal Regional da Paraíba.** Disponível em [http://www.tre-pb.gov.br/she/pages/consulta/pleito\\_listar.jsf](http://www.tre-pb.gov.br/she/pages/consulta/pleito_listar.jsf). Acessado em 02 de dezembro de 2010.

**SARDINHA, Edson; CAMARGO, Renata. A incrível bancada dos parentes na Paraíba.** Brasília: Congresso em Foco, 2011. Disponível em <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/a-incrivel-bancada-dos-parentes-na-pariba/>. Acesso em 23 de março de 2010.

## Entrevistas

**BRITO, Gratuliano. (Depoimento).** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas: CPDOC, 1979.

**BRITO, Niedja Medeiros de. (Depoimento).** São João do Cariri, 2012.

**HOLANDA, Luís Gonzaga de. (Depoimento).** Serra Branca, 2008.

**LIMA, Gerusa Mamede de. (Depoimento).** Serra Branca, 2009.

\_\_\_\_\_. (Depoimento). Serra Branca, 2011.

**LIMA, José Gomes de. (Depoimento).** Sítio Água Doce, 2009.

**MEDEIROS, Ana Célia Torreão. (Depoimento).** São José dos Cordeiros, 2012.

**TAVARES, José de Farias. (Depoimento).** Campina Grande, 2012.

**TORREÃO, Paulo Fernando. (Depoimento).** Serra Branca, 2011.

**SOUSA, Estelita Antonino. (Depoimento).** Serra Branca, 2009.

## Jornais

**Jornal A União.** João Pessoa. (1930-1962). Instituto Histórico e Geográfico Paraibano.

## Endereços eletrônicos

<http://www.vitrinedocariri.com.br>. Acessado em 10 de setembro de 2011.

<http://www.ibge.gov.br>. Acessado em 17 de julho de 2009.

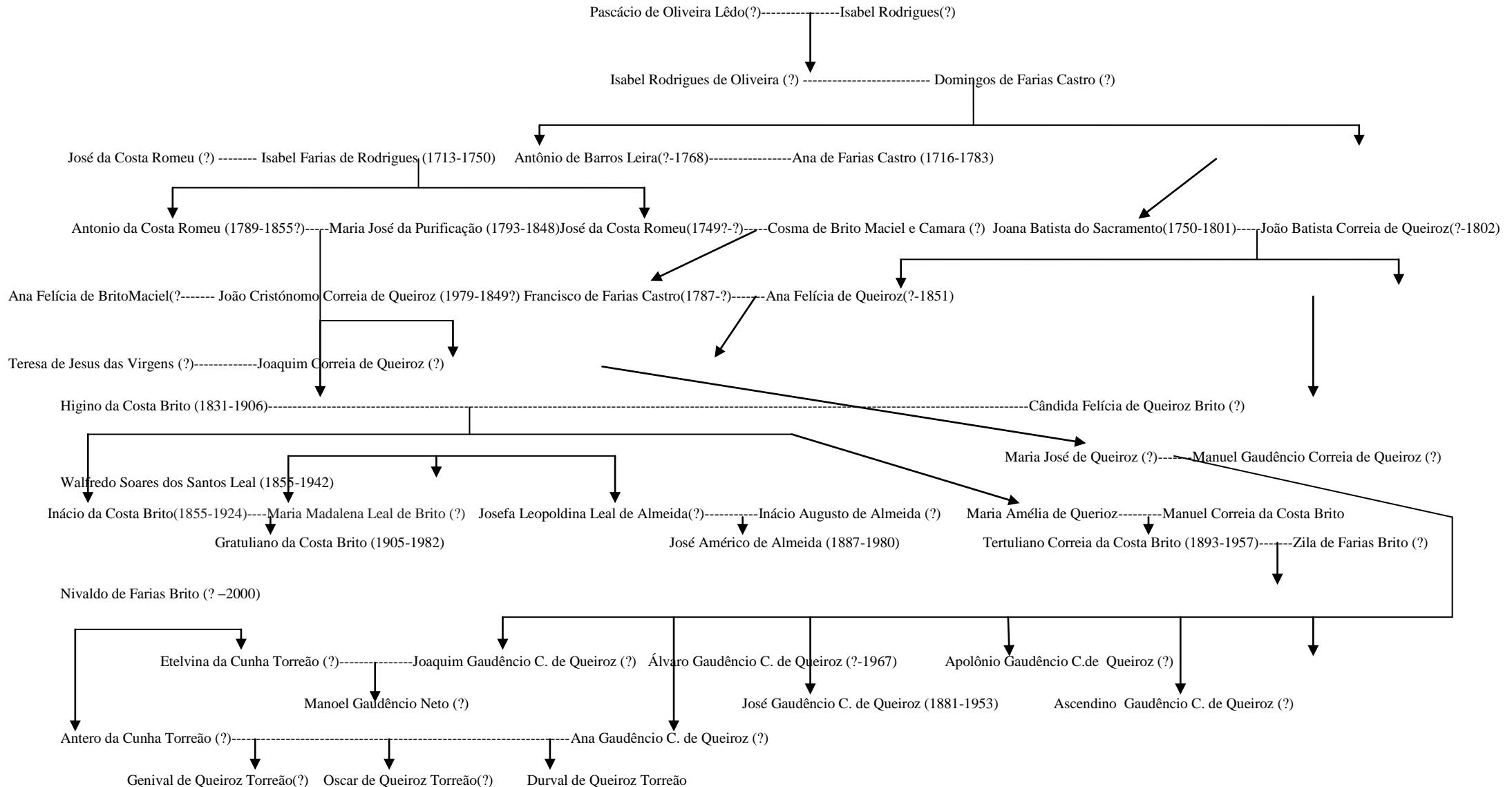
<http://www.tre-pb.gov.br>. Acessado em 02 de dezembro de 2010.

<http://www.museuvirtualjoseamerico.pb.gov.br>. Acessado em 19 de junho de 2012.

<http://congressoemfoco.uol.com.br>. Acessado em 16 de agosto de 2011.

## **ANEXOS**

## Anexo A - Árvore Genealógica das famílias Brito e Gaudêncio e suas ligações com as famílias Leal e Torreão



Anexo B – Fotografia das personalidades políticas.

Coronel Manuel Gaudêncio



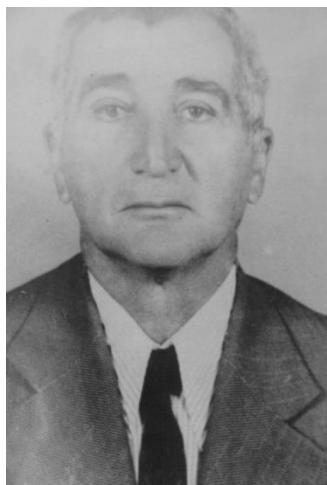
José Gaudêncio



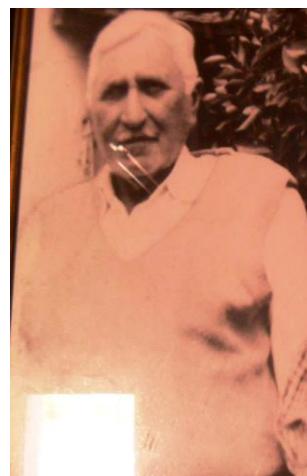
Antero Torreão e Ana Gaudêncio



Oscar Torreão



Joaquim Gaudêncio



Anthenor Navarro



Padre Apolônio Gaudêncio



Ascendino Gaudêncio



Gratuliano Brito



José Américo de Almeida



Getúlio Vargas



Tertuliano de Brito



Argemiro de Figueiredo



Ruy Carneiro



Pedro Gondim



Nivaldo Brito



Álvaro Gaudêncio (o velho)



Genival Torreão

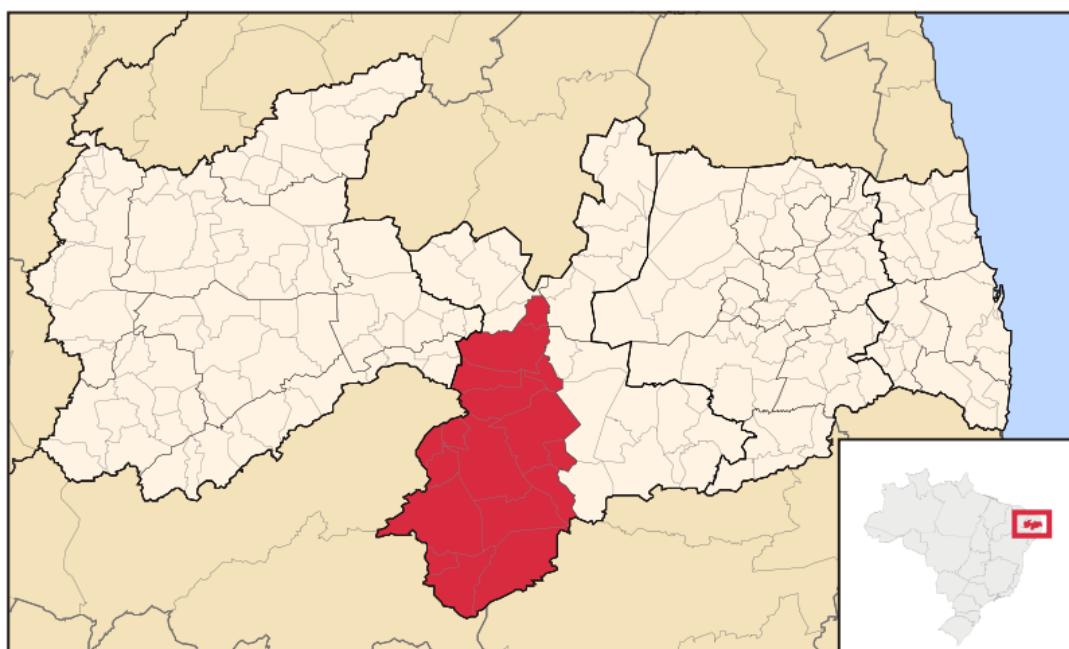


## Anexo C – Mapas



Fonte: Atlas Escolar da Paraíba, 2002, p.12.

Cariri Ocidental



Fonte: Wikipédia. Disponível em [http://pt.wikipedia.org/wiki/Microrregi%C3%A3o\\_do\\_Cariri\\_Ocidental](http://pt.wikipedia.org/wiki/Microrregi%C3%A3o_do_Cariri_Ocidental). Acesso em 14 de julho de 2012.

## Mapa do Cariri Paraibano e regiões vizinhas com suas respectivas cidades



Fonte: Google Maps. Disponível em <https://maps.google.com.br/maps?hl=pt-BR>. Acesso em 13 de junho de 2012.